

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2019
Volume 10, Número 2

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império
Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

MARE NOSTRUM. ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO

Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo.

LEIR-MA-USP: <http://leir.fflch.usp.br/>

V. 10, N. 2/2019 – Brasil

ISSN: 2177-4218

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História

Equipe Editorial

Editor Coordenador

1. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, Brasil

Editores

1. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2. Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco
3. Gabriel Cabral Bernardo, Universidade de São Paulo

Comissão Editorial

1. Aiste Celkyte, Utrecht University, Holanda
2. Bruno dos Santos Silva, Universidade de São Paulo, Brasil
3. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil
4. Fabio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
5. Gabriel Cabral Bernardo, Universidade de São Paulo, Brasil
6. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
7. Ivan Matijasic, Newcastle University, Reino Unido
8. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil
9. Maria Dolores Casero Chamorro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
10. Paloma Guijarro Ruano, França
11. Pedro Luís de Toledo Piza, LEIR-MA/USP

Conselho Editorial

1. Alex Degan, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
2. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St. Andrews, Reino Unido
3. Fabio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
4. Fábio Faversoni, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
5. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
6. Ivana Lopes Teixeira, Faculdade de São Bernardo do Campo, Brasil
7. Joana Campos Climaco, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
8. Juliana Bastos Marques, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
9. Margarida Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, Brasil
10. Tatiana Bina, Brasil

Editor de Layout: Gabriel Cabral Bernardo (gacabe@hotmail.com)

Revisão: Rafael Moral (rafael.moral22@gmail.com)

Suporte Técnico: Uiran Gebara da Silva (uirangs@hotmail.com)

Responsável: Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (leir.ma.usp@gmail.com)

Mare Nostrum (São Paulo) [recurso eletrônico]: Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. – v. 10, n. 2 (2019). – São Paulo: USP/FFLCH, 2019 –

Anual, v. 1, n.1 (2010) -

Semestral, v. 8, n.8 (2017-)

ISSN: 2177-4218

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/marenostrum> >

1. História Antiga. 2. Letras Clássicas. 3. Arqueologia do Mediterrâneo. 4. Filosofia Antiga - Periódicos. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

MARE NOSTRUM.
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO
2019, VOLUME 10, NÚMERO 02

ISSN 2177-4218

SUMÁRIO

I. Editorial	vii
II. Dossiê	1
1. CONVULSÕES SOCIAIS NO ANTIGO EGITO: OS TRABALHADORES DA NECRÓPOLE TEBANA NO FINAL DO NOVO REINADO Thomas Henrique de Toledo Stella	1
2. SLAVERY AND ATHENS' ECONOMIC EFFLORESCENCE: MILL SLAVERY AS A CASE STUDY Jason Douglas Porter	25
3. ESCRAVIDÃO E A EFLORESCÊNCIA ECONÔMICA DE ATENAS: A ESCRVIDÃO DE MOINHO COMO UM ESTUDO DE CASO Jason Douglas Porter	51
4. PIRACY AND SLAVE TRADING IN ACTION IN CLASSICAL AND HELLENISTIC GREECE David M. Lewis.....	79
5. PIRATARIA E COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM AÇÃO NA GRÉCIA CLÁSSICA E HELENÍSTICA David M. Lewis.....	109
6. O ESCRAVISMO ESTOICO DE COLUMELLA: HIERARQUIA E ESTÍMULO À COMPETIÇÃO ESCRAVA Helton Lourenço	135
7. Trabalho Rural Assalariado no Mundo Rural Romano (séculos II a.C. e I d.C.) José Ernesto Moura Knust.....	165
8. WILLIAM L. WESTERMANN ENTRE O ANTIQUARIANISMO E A HISTÓRIA COMPARADA DA ESCRAVIDÃO: UMA RELEITURA DE <i>THE SLAVE SYSTEMS OF GREEK AND ROMAN ANTIQUITY</i> Fábio Duarte Joly	187
III. Resenha	209
9. A HISTÓRIA GLOBAL COMO INTEGRAÇÃO: UMA TENTATIVA DE DELIMITAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E UMA DEFESA DE SUA IMPORTÂNCIA ÉTICA Santiago Colombo Reghin.....	209

I. EDITORIAL

O presente número da *Revista Mare Nostrum* é composto majoritariamente por um dossiê sobre o trabalho no Mundo Antigo, explorando objetos de estudo variados e relacionados a diferentes povos e temporalidades do Mediterrâneo. O artigo que abre o dossiê, da autoria de Thomas Henrique de Toledo Stella, trata da 20^a Dinastia do Antigo Egito (c. 1.186-1.069 a.C.), aquela que testemunhou uma série de crises que acabaram por minar vários aspectos do poder centralizado no faraó, bem como o Estado que nele se baseava. Em “Convulsões Sociais no Antigo Egito: Os Trabalhadores da Necrópole Tebana no Final do Novo Reinado”, temos panorama detalhado das condições de trabalho dos construtores de túmulos reais e nobiliárquicas na região da antiga Tebas, bem como sua contextualização nas várias contradições internas à economia do Egito, ressaltadas nos séculos finais do Novo Reinado. O artigo procura argumentar que os trabalhadores da Necrópole Tebana, ao reivindicarem os pagamentos a eles devidos em um contexto de crise econômica, demonstram uma consciência clara das incongruências entre de seus próprios interesses econômicos e os do Estado egípcio. Isso lhes teria permitido mobilizar-se como uma classe – fosse por meio da primeira greve registrada na história ou pela instalação de uma indústria de saques dos túmulos erigidos por eles mesmos – e, eventualmente, desafiar aspectos essenciais da autoridade faraônica.

O segundo artigo do dossiê, intitulado “Slavery and Athens’ Economic Efflorescence: Mill Slavery as a Case Study” (Escravidão e a Eflorescência Econômica de Atenas: A Escravidão de Moinho como um Estudo de Caso) se insere na recente corrente bibliográfica que vê um crescimento econômico significativo na Grécia dos séculos VI a III a.C., esse guiado por um raciocínio econômico não tão engessado (mas sim apoiado) por instituições sociais. Aqui, Jason M. Porter trata, mais especificamente, da instituição da escravidão em Atenas durante os séculos V e IV a.C., isso pelo viés da Nova Economia Institucional. O intuito do artigo é destacar o papel desempenhado pela escravidão na “eflorescência econômica” ateniense, um fator frequentemente negligenciado ou mal conectado ao crescimento econômico grego por seus defensores. Isso é feito por meio de um estudo de caso sobre a utilização de escravos em moinhos comerciais, prática que permitiu um acesso menos custoso

a um insumo essencial à dieta ateniense – ainda que pelo preço do cativo, da exploração do trabalho forçado e extenuante de inúmeros escravos.

O terceiro artigo do presente número, escrito por David M. Lewis, se mantém na temática da escravidão, mas dessa vez com o foco em outro fenômeno: a pirataria. Depois de uma reconstrução erudita das técnicas e das tecnologias disponíveis aos corsários do mar Egeu, o artigo “Piracy and Slave Trading in Action in Classical and Hellenistic Greece” (“Pirataria e Comércio de Escravos em Ação na Grécia Clássica e Helenística”) analisa a conexão da pirataria com o suprimento de escravos ao mercado de pessoas da Grécia Antiga. As discussões ali apresentadas mostram que a pirataria – tanto um trabalho especializado quanto um provedor de trabalho – era um fenômeno que permeava vários aspectos essenciais da economia antiga, desde os custos de transações internacionais até o suprimento de parte da demanda por força de trabalho (forçado) das pólis helênicas.

O artigo seguinte, “O Escravismo Estoico de Columella: Hierarquia e Estímulo à Competição Escrava”, situa *Sobre as Coisas do Campo* de Columella em seu contexto social e intelectual, focando-se em um conjunto de prescrições que teriam como objetivo o controle dos escravos por meio da exortação destes à competição. A hierarquização, a divisão em trabalhos e grupos específicos são algumas das ferramentas analisadas por Helton Lourenço, que também nos mostra como o pensamento estoico influenciou o modo como Columella e alguns de seus contemporâneos viam e, portanto, tratavam seus escravos. Tal esforço nos fornece uma imagem menos bilateral da relação entre mestres e escravos, revelando níveis de cooptação pela concessão de (e disputa por) privilégios menores em um panorama que se costuma pensar ter sido composto apenas por rebelião declarada ou submissão absoluta.

O quinto artigo do dossiê é da autoria de José Ernesto Moura Knust e tem como seu principal objeto de estudo o trabalho assalariado no Mediterrâneo romano. Levando em conta diferentes abordagens historiográficas tanto sobre o trabalho quanto como a natureza da própria economia romana, o autor analisa principalmente (mas não exclusivamente) os tratados romanos sobre agricultura para delimitar a extensão da atuação de trabalhadores empreitados nas *uillae* romanas e suas imediações. Dessa forma, o artigo “Trabalho Rural Assalariado no Mundo Rural Romano (séculos II a.C. e I d.C.)” argumenta que as relações catalisadas pela busca e fornecimento de trabalho, também canalizadas por meios

institucionais, agiam não só no plano econômico, mas também em outras esferas, essas ainda mais importantes quando olhamos para contextos anteriores ao desenvolvimento da economia de mercado.

O dossiê é fechado pelo artigo “William L. Westermann entre o Antiquarianismo e a História Comparada da Escravidão: Uma Releitura de *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*”, de Fábio Duarte Joly. Aqui, temos um resgate bem-vindo das contribuições de William Westermann ao estudo da escravidão antiga. Sua obra, relida no contexto do University Seminar Movement, mostra como os debates transdisciplinares organizados na Universidade de Columbia influenciaram a cunhagem de conceitos-chave por Westermann e por um de seus colegas de departamento, Frank Tannenbaum. Nesse contexto, conceitos ainda importantes como “sistema escravista” e “sociedade escravista” vêm à luz, sendo posteriormente disseminadas por autores nem sempre amistosos às ideias de Westermann – como o próprio Moses I. Finley. Temos em tal artigo, portanto, uma ferramenta essencial a qualquer estudioso da escravidão, não somente daquela em seus moldes antigos.

Por fim, o volume é fechado pela resenha da obra de Sebastian Conrad (2016), *What is Global History?*, composta por Santiago Colombo Reghin. Tal contribuição representa uma introdução preciosa a uma abordagem que se torna cada vez mais popular entre historiadores – inclusive entre os interessados na Antiguidade e em como suas várias histórias locais podem ser articuladas a uma História Global mais abrangente.

II. DOSSIÊ

CONVULSÕES SOCIAIS NO ANTIGO EGITO: OS TRABALHADORES DA NECRÓPOLE TEBANA NO FINAL DO NOVO REINADO

Thomas Henrique de Toledo Stella¹

RESUMO: O período do Novo Reinado no Antigo Egito foi encerrado em um contexto de convulsões sociais que minaram a autoridade faraônica, contribuindo para que o Alto e o Baixo Egito dividissem-se. Ao mesmo tempo em que se assiste à ascensão do peso dos templos na economia, em especial do Domínio de Amon, verifica-se o enfraquecimento do poder faraônico centralizado. Com uma crise econômica instalada, os trabalhadores da Necrópole Tebana começam a rebelar-se e, como forma de reivindicação, paralisam os trabalhos naquela que ficou registrada como a primeira greve da História, sucedida por muitas outras. Após terem enfrentado ladrões de tumbas, ataques de bandos líbios e uma guerra civil, esses trabalhadores acabaram por deixar a vila de Deir el-Medina e integraram-se à indústria de pilhagem de tumbas reais, que se instalou em Tebas nos últimos anos da 20ª Dinastia. Isto representou um novo fator de dinamismo para aquela economia.

PALAVRAS-CHAVE: Antigo Egito; Deir el-Medina; Tebas; Novo Reinado; Período Raméssida.

ABSTRACT: The period of the New Kingdom of Ancient Egypt ended in a context of social convulsions that mined the pharaonic authority, contributing to the division between Upper and Lower Egypt. At the same time that one see the rise of the weight of temples in the economy, especially of the Domain of Amun, one can verify the weakening of the pharaonic centralized power. With an economic crisis installed, the workers of the Theban Necropolis started to rebel and, as a form of claim, they stopped working in that what became registered as the first strike in History, succeeded by many others. After they had faced tomb looters, attacks from Libyan bands and a civil war, these workers eventually left the Deir el-Medina village and joined the pillage industry of the royal tombs, installed in Thebes by the end of the 20th Dynasty. It represented a new factor of dynamism to that economy.

KEYWORDS: Ancient Egypt; Deir el-Medina; Thebes; New Kingdom; Ramessid Period.

¹ Doutorando em Arqueologia pelo MAE/USP, Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo IE/Unicamp e Historiador pela FFLCH/USP. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: djehuty@usp.br.

O próspero período do Novo Reinado (1.550-1.069 a.C.)² no Antigo Egito foi encerrado por uma série de convulsões sociais, greves, conspirações, corrupções, ataques de bandos estrangeiros, guerra civil, roubos e pilhagem de tumbas. Tudo isto contribuiu para minar a autoridade do poder faraônico, tanto no aspecto religioso-simbólico, quanto no da legitimidade de seu poder político de dar resposta aos problemas enfrentados pela população. A combinação desses eventos foi decisiva para o desmantelamento do Estado faraônico unificado.

Enquanto a documentação do período em questão referente ao Alto Egito (especialmente na atual Luxor) é abundante, a do Baixo Egito (onde ficava a capital Per-Ramesse) é escassa. Documentos oficiais como o Papiro Harris (BM9999) e o Papiro Wilbour permitem analisar, sob a perspectiva do Estado, alguns aspectos macro da economia egípcia. Já as fontes oriundas dos trabalhadores no complexo funerário da Necrópole Tebana, que habitavam a vila hoje chamada de Deir el-Medina, permitem analisar os eventos sob a ótica dos que trabalhavam a serviço do Estado.

Este artigo revisa a historiografia da 20^a Dinastia do Antigo Egito (ver fig. 1), última do Novo Reinado e do Período Raméssida, com o objetivo de reconstruir os eventos de seu desfecho, enfatizando o papel dos trabalhadores da Necrópole Tebana no processo.

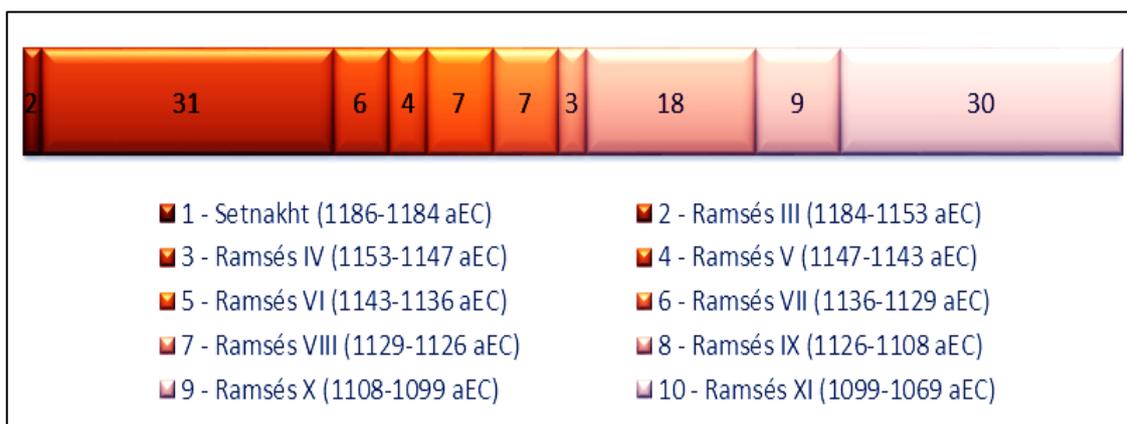


Fig. 1 – Tempo de Reinado dos Faraós da 20^a Dinastia do Antigo Egito. Baseado em Shwan, 2000, p. 485.

Ele está dividido em três partes. Na primeira, apresentam-se características da vida dos trabalhadores da Necrópole Tebana, a organização do trabalho e seu

² A referência à cronologia neste artigo será baseada na *The Oxford History of Ancient Egypt* de Shwan (2000).

assalariamento. A segunda analisa a explosão das contradições da economia faraônica e as consequências para os construtores. Na terceira, procura-se entender a conjuntura da crise do Novo Reinado, quando os moradores da vila dos trabalhadores da Necrópole Tebana abandonaram-na. Conclui-se retomando a importância do legado daqueles que protagonizaram a primeira greve da História.

1. A Vila no “Lugar da Verdade” no Contexto do Império Egípcio

Depois de uma fase sob domínio das forças externas dos Hicsos, Ahmose (1.550 a 1.525 a.C.) reunificou o Alto e o Baixo Egito e iniciou a 18ª Dinastia. Abriu-se o Novo Reinado (1.550 a 1.069 a.C.). Economicamente, é uma fase de apogeu no desenvolvimento das forças produtivas. Produziu-se uma cultura material diversificada a partir do conhecimento acumulado do passado e da abertura à inovação. É uma fase na qual a escrita encontrava-se plenamente desenvolvida, ao entrar em sua segunda fase: o neoegípcio. Foi no Novo Reinado que o Antigo Egito tornou-se um Império de grandes dimensões, estendendo-se de seu próprio continente africano até a Ásia levantina. A cidade Wast (𓏏𓏏𓏏, wAst), localizada no Alto Egito, era chamada pelos gregos de Tebas e atualmente é designada por Luxor. Foi a capital do Antigo Egito na 18ª Dinastia e guardou os registros escritos e materiais de eventos decisivos nos processos de ascensão e queda do Novo Reinado.

Nesta época, instalou-se um novo contexto funerário, no qual os faraós passaram a ter suas tumbas escavadas nas colinas tebanas, onde hoje se conhece como Vale dos Reis. Nas proximidades, em outras colinas, foram cavadas as tumbas nos assim chamados Vale das Rainhas e Vale dos Nobres. Neste imenso complexo funerário de Tebas Oeste, conhecido por Necrópole Tebana, ficavam sepultados em seus ataúdes os corpos mumificados dos falecidos da realeza, da nobreza e também dos trabalhadores. Enquanto os túmulos dos reis, rainhas e nobres eram luxuosos e abundantes de bens materiais que deveriam acompanhá-los para o além-vida, os dos trabalhadores eram mais modestos. Pouco abaixo das montanhas, para celebrar a memória registrada dos monarcas falecidos, foram erguidos templos funerários memoriais (ou “casa dos milhões de anos”):



Fig. 2 – O Império Egípcio do Novo Reinado. Fonte: <<https://usaabdullah.wordpress.com/new-kingdom-of-egypt/>>

Para atender à demanda por construção, manutenção e vigilância das tumbas, foi construída a vila a qual os egípcios chamavam de Set-Maat (, st-mAat), ou “Lugar da Verdade”.³ Esta vila formou o sítio arqueológico que contemporaneamente leva o nome de Deir el-Medina (fig. 4). Seu padroeiro era o faraó Amenhotep I (1.525 a 1.504 a.C.), a quem os habitantes rendiam culto religioso, pois foi ele quem provavelmente ordenou sua fundação. Localizado nas colinas tebanas, o sítio guarda a fundação das casas, muros, portão e áreas comuns, preservando o plano da vila. O assentamento foi ocupado no começo da 18ª Dinastia e perdurou até fins da 20ª Dinastia, compreendendo, portanto, praticamente todo o período do Novo Reinado. Junto à vila, foram construídos templos e uma necrópole com tumbas privadas familiares.⁴

³ Os trabalhadores da Necrópole Tebana, intitulavam-se sDm-aS m st-mAat, “Servidores do Lugar da Verdade”. Também eram referidos como tA ist, “a equipe” ou rmT-ist n pA kr “homens da equipe da tumba” (Eyre, 1987, p. 168).

⁴ As imediações de Deir el-Medina possuem ocupações de períodos posteriores, formando palimpsestos.

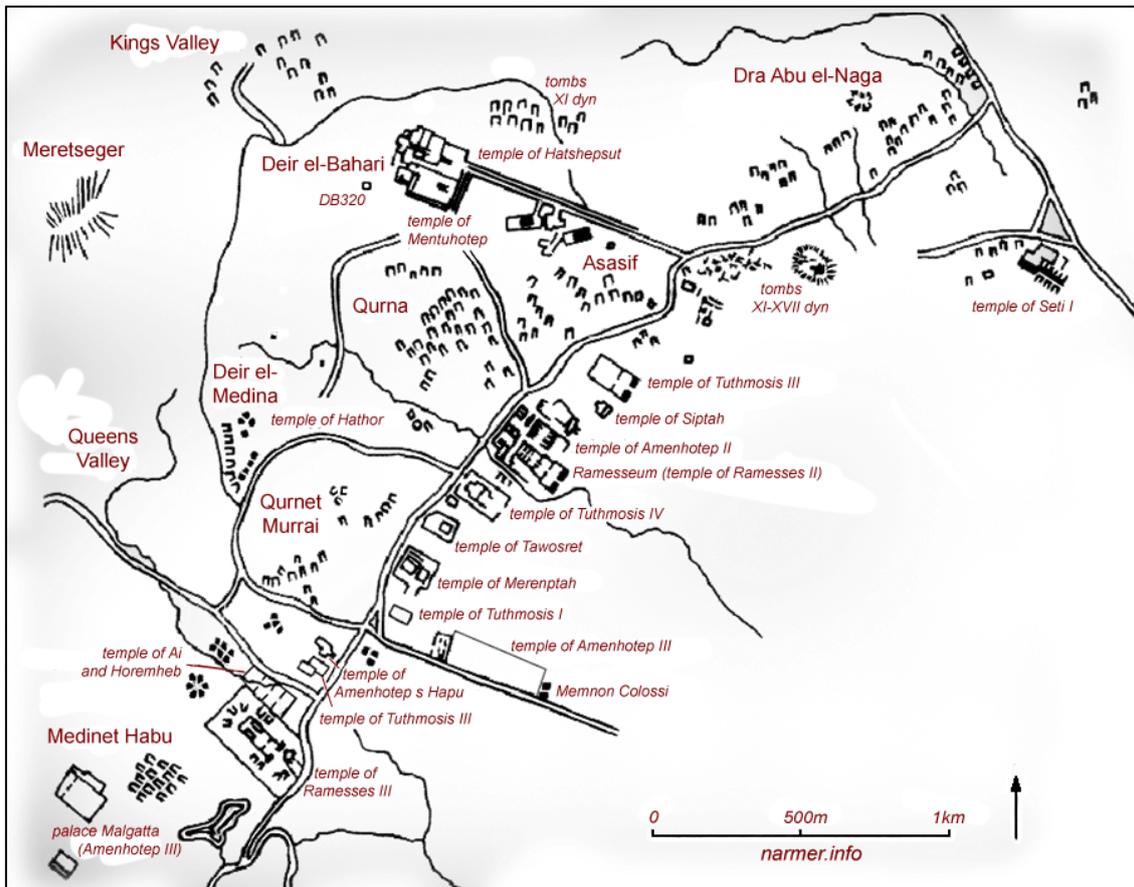


Fig. 3 – A Necrópole Tebana (Vilas, Tumbas e Templos Funerários). Fonte: <http://www.narmer.pl/teby/teby_en.htm>



Fig. 4 – Vila dos Construtores da Necrópole Tebana (Deir el-Medina). <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Sfec-luxor-2010-03-_043.jpg>

A região já vinha sendo explorada desde o século XVIII, mas as primeiras escavações arqueológicas em Deir el-Medina tiveram início no começo do século XX com o italiano Ernesto Schiaparelli, o alemão Georg Möller e o francês Émile Baraize. A limpeza sistemática do sítio ocorreu sob a condução de Bernard Bruyère entre 1922 e 1940 e, depois da II Guerra Mundial, entre 1945 e 1951 (Haring, 2001, p. 368). Na vila e em suas proximidades, especialmente no “grande poço” que fora um depósito de material descartado dos antigos, encontrou-se objetos diversos para o uso doméstico, profissional e administrativo. Dentre os achados, estão milhares de escritos hieráticos e iconográficos em óstracos, cerâmicas, estelas, papiros e grafites que constituem as mais importantes fontes sobre a economia, sociedade e cultura dos trabalhadores egípcios do Novo Reinado, com informações sobre todos os aspectos da vida cotidiana.

Segundo Eyre (1987, p. 169), a 18^a Dinastia está virtualmente não-documentada em Deir el-Medina e a maioria dos óstracos data quase totalmente da 19^a e começo da 20^a Dinastia. Os papiros achados em Deir el-Medina são raros, mas os relacionados ao final deste último período foram encontrados em Medinet Habu. Além dessas fontes, o material epigráfico ajuda a contar a história de membros da comunidade, entendendo o desenvolvimento de suas carreiras individuais. Graças à esta documentação, foi possível reconstruir dados sociais de como se organizava a força de trabalho (Černý, 1973). Havia duas equipes, a da “esquerda” e da “direita”. Cada qual possuía um capataz e alguns ajudantes. Suas atividades eram registradas por um escriba real. Tanto o escriba quanto o capataz ficavam subordinados a um chefe, que recebia ordens diretamente do vizir, a máxima autoridade estatal abaixo somente do próprio faraó. Estes trabalhadores representam um recorte de uma determinada categoria na sociedade egípcia: a dos qualificados construtores de tumbas reais, que, em geral, eram os melhores cortadores de pedras, desenhistas, pintores, artesões e decoradores do Reino, apoiados por outros serviços complementares.

Também foi possível verificar como se organizava a microeconomia local a partir da compilação e seriação das informações dos óstracos e papiros que registravam os pagamentos das rações de salário e as pequenas transações comerciais (Janssen, 1975). Os pagamentos eram realizados em produtos, no caso

trigo e cevada.⁵ Um estudo mais recente sobre o salário do trabalhador em Deir el-Medina foi realizado por Mandeville (2014), que verificou em detalhes como se davam os pagamentos e quais os problemas existentes neste trâmite.

Capatazes e escribas recebiam um salário mensal de cinco *khar* e meio de trigo e dois *khar* de cevada, enquanto um trabalhador ganhava quatro *khar* de trigo e um *khar* e meio de cevada, o suficiente para manter uma família com dez pessoas (Lull, 2018, p. 397), pois um *khar* era equivalente a 76.88 litros. Segundo Vernus (2003, p. 54), estes trabalhadores recebiam diariamente o equivalente a dez libras (cerca de cinco quilos) de peixes, além de vegetais, frutas, leite, azeite e óleo, sendo a carne distribuída apenas em ocasiões especiais. Também lhes eram fornecidos lenha, cerâmica, roupas e água, transportada até o local pois não havia um poço capaz de acessar o lençol freático.

No calendário civil egípcio, um mês tinha trinta dias, com três semanas de dez dias, oito dedicados ao trabalho e dois ao descanso. Nos contemporaneamente denominados “Jornais da Necrópoles”, os escribas registravam a lista de quem trabalhava em cada turno, quem os substituíam e quais fatos importantes ocorriam. Os trabalhadores podiam complementar a renda, fazendo atividades extras de “médico” ou “segurança”. Warburton (2006, p. 262) fez uma estimativa do custo do trabalho dos “Servidores do Lugar da Verdade” e, considerando o salário (em grãos) de cem construtores, estimou que seriam necessários cerca de duzentos hectares de terra plantada para abastecê-los.

O salário excedente podia ser trocado por outros bens como alimentos processados (pães, cerveja etc.), animais (peixes, aves e gado para alimentação, bois e burros para transporte), matérias-primas (metais, pedras, madeiras etc.) ou bens manufaturados (roupas, móveis, artesanato, ferramentas, mobília funerária, objetos religiosos etc.). Como muitos produtos comercializados foram passíveis de datação, Janssen (1975) pôde verificar o quanto valiam em comparação com outros bens ao longo do Novo Reinado, especialmente no Período Raméssida.⁶ Sua conclusão foi de que a economia egípcia era estatal e redistributiva, numa abordagem primitivista-substantivista.

⁵ Os trabalhadores envolvidos na construção das tumbas eram assalariados. Como nessa época ainda não existia moeda no Antigo Egito, a unidade de medida *deben* era usada para facilitar a equivalência de troca. O trigo e a cevada eram meio de pagamento e tinham alta liquidez. Ver Bleiberg (1995) e Henry (2002).

⁶ Atualmente, boa parte das fontes primárias sobre Deir el-Medina encontra-se disponível online. Há os sítios Deir el-Medina Thesaurus (<http://www.deirelmedinathesaurus.com/>), com um índice de personagens, monumentos e objetos e o Deir el-Medina Database

Como contraponto à esta visão, Cooney (2008, p. 112) sugere que, a despeito de as fontes possibilitarem mais facilmente o entendimento do setor público, havia um setor privado de trabalho artesanal, dirigido pelos oficiais tebanos e pelos próprios trabalhadores de Deir el-Medina. Esta última parece aproximar-se de Kemp (2006, p. 291), que sugere que no Antigo Egito havia surgido o “homem econômico”, caracterizando-se por uma abordagem associada à corrente formalista, que dialoga com as correntes liberais da Economia Política.

Outra perspectiva é a pós-processualista, sugerida Meskell (1998, p. 209), que faz um estudo dos indivíduos e suas interações sociais em Deir el-Medina, levando em conta fatores como idade, sexo, classe, status e experiência. Combina assim, a cultura material com a teoria social, ao conectar os dados socioculturais, espaciais e temporais. Esta abordagem, no entanto, não está buscando entender a economia, mas as relações sociais.

Há que se mencionar que, a despeito da importância dos documentos relacionados ao trabalho e à economia dos “Servidores do Lugar da Verdade”, esses não generalizam as relações sociais de produção do Antigo Egito, nem mesmo no Período do Novo Reinado. A maioria da população habitava o campo nas atividades agropecuárias e extrativistas. Os templos eram grandes empregadores naquela economia, assim como o Estado e o exército. Portanto, os trabalhadores da vila dos construtores ocupavam uma posição intermediária naquela sociedade, tendo inclusive acesso à cultura letrada e à qualificação profissional, o que não era usual à grande massa social.

2. A Explosão das Contradições e seus Reflexos entre os “Servidores do Lugar da Verdade”

A vila dos “Servidores do Lugar da Verdade”, por suas características de estar diretamente ligada aos próprios faraós, e por ser uma atividade de interesse do Estado, sentiu diretamente o impacto das diversas crises que afetaram o Alto Egito ao longo do Período Raméssida.

(<https://dmd.wepwawet.nl/>), onde encontram-se as informações sobre os documentos catalogados. Existe ainda o Theban Mapping Project (<http://www.thebanmappingproject.com/>), com informações detalhadas sobre a Necrópole Tebana. Por fim, há um portal de tumbas egípcias, o Osirisnet (<https://osirisnet.net/>).

A 19ª Dinastia⁷ iniciou o período Raméssida.⁸ Ela deu continuidade ao império erguido anteriormente, mas os faraós fundadores desta Dinastia eram de Avaris, no Baixo Egito, oriundos do exército. Ramsés II (1.279 a 1.213 a.C.) reinou em um momento de apogeu da economia e do império faraônico. Construiu a nova capital, Per-Ramesse, deslocando o centro de poder político do Alto para o Baixo Egito.⁹ Manteve, contudo, uma relação estreita com o clero de Amon em Tebas. Por governar em um momento de grande prosperidade e por seu longo reinado, Ramsés II pode ser considerado o maior faraó da História, falecendo aos 87 anos.¹⁰ Há registros de que neste período, o salário em Deir el-Medina eram pagos com regularidade (Janssen, 1975, p. 456).

A 20ª Dinastia foi inaugurada por Setnakht (1.186 a 1.184 a.C.), seguido de Ramsés III (1.184 a 1.153 a.C.).¹¹ Ele teve como desafio repelir a invasão de líbios (ano 5) e dos “Povos do Mar” (ano 8), ao mesmo tempo em que se ocupava das questões com a Núbia. Os “Povos do Mar” destruíram o Império Hitita e diversos reinos na região do levante Sírio-Palestino. Paralelamente, no Egeu, a civilização micênica colapsou e a Grécia ingressou na chamada “Idade das Trevas”, na conjuntura do colapso da assim chamada “Idade do Bronze”. Com a situação controlada, o faraó retomou as expedições comerciais a Punt e às minas de cobre em Atika (Djik, 2000, p. 298).

Ramsés III deixou um legado epigráfico monumental com escrituras em seu templo memorial de Medinet Habu e nos complexos templários de Luxor e Karnak, particularmente nos templos dedicados aos Deuses da tríade tebana: Amon, Mut e Khonsu. Foi considerado o último grande faraó, mas em seu reinado explodiram contradições.

⁷ Depois do curto reinado de Ramsés I (1.295 a 1.294 a.C.), Seti I (1.294-1.279 a.C.) consolidou a Dinastia.

⁸ O Período Raméssida (1.295 a 1.069 a.C.) compreende a 19ª e a 20ª Dinastia, de Ramsés I a Ramsés XI.

⁹ Ramsés II ergueu ainda templos monumentais, expressando o ideal imperial em lugares como Abu Simbel (próximo à 3ª catarata do Nilo). Lá, ordenou que escavassem na colina estátuas colossais e um templo dedicado à ele e aos Deuses para mostrar que havia um território com soberano divino. Templos antigos como Karnak, Luxor e o de Osiris em Abidos foram expandidos a fim de assegurar a unidade interna, abalada desde as reformas amarnianas. Para projetar-se externamente, manteve campanhas militares (como Qadesh), ocupações no exterior e rotas comerciais em atividade. Garantiu tratados de paz (especialmente com os hititas), com consequências na economia (Djik, 2000, p. 288-294).

¹⁰ Ramsés II foi sucedido por Merenptah, Amenmessu, Seti II, Siptah e a Rainha Tausret, encerrando a 19ª Dinastia.

¹¹ Sobre Ramsés III, ver Grandet, 1993; Vernus, 2003; Cline e O’Connor, 2015.

A primeira greve registrada na História ocorreu no 29º ano de seu reinado, realizada pelos trabalhadores de Deir el-Medina. Isto foi descrito no chamado Papiro da Greve de Turim (cat. 1880),¹² mas há outros documentos (como o óstraco de Berlim 10633) e os “Jornais da Necrópole” que completam os detalhes acerca da mesma. Segundo Vernus (2003, p. 55), no ano 29, 2º mês da inundação, dia 21, o escriba registrou o atraso de vinte dias no envio dos grãos. Nos meses seguintes, o problema prosseguiu, de modo que no 2º mês do inverno, dia dez, anotou que os trabalhadores seguiam famintos por dezoito dias pelo atraso no envio dos grãos (*ibidem*, p. 56).

Eles decidiram, portanto, paralisar as atividades e pressionar o governo com manifestações em frente aos templos funerários e órgãos administrativos. Apesar da ousadia, não haviam ainda obtido os resultados e então passaram a ocupar os templos funerários dos faraós, recebendo solidariedade de seus funcionários, que lhe ofertaram comida (*ibidem*, p. 59). Ainda sem obter o pagamento e com a instalação de policiais nos templos funerários, os trabalhadores mudaram suas táticas e passaram a envolver seus familiares na greve. Após mais quatro dias de pressão, finalmente o salário foi pago: “Ano 29, mês dois do inverno, dia dezessete. Entregues as rações do segundo mês” (*ibidem*, p. 60). Contudo, no mês seguinte o atraso continuou. Desta vez, o movimento grevista decidiu não mais ocupar os templos funerários, mas radicalizar ameaçando saquear as tumbas reais (*ibidem*, p. 61), algo considerado um sacrilégio naquele contexto espiritual.

Após avanços e retrocessos, o movimento conseguiu garantir a regularização do pagamento, mas o atraso tornar-se-ia dali para frente um problema recorrente.

Sobre as causas do atraso nos pagamentos, há diferentes interpretações. Para Djik (2000, p. 298), as imensas doações de Ramsés III aos templos, verificadas no Papiro Harris (BM9999), especialmente ao Domínio de Amon (Karnak), desequilibraram a relação entre ambos, fortalecendo este último. Assim, a perda do controle sobre as finanças estatais e uma crise econômica resultaram na subida do preço dos grãos e consequente atraso nos pagamentos dos salários dos trabalhadores de Deir al-Medina. Opinião semelhante é

¹² O papiro está transcrito por Gardner, 1948.

compartilhada por Warburton (2000, p. 92), que entende que essas doações empobreceram o Rei e o tornaram incapaz de seguir pagando os construtores.

Antoine (2009, p. 234) faz uma abordagem quantitativa dos dados estatísticos e sugere uma possível relação do atraso na distribuição dos grãos com a flutuação das estações. Devido à ausência de documentação, conclui não ser possível saber se a greve ocorreu no período de culminância.

Outra hipótese foi levantada por Grandet (2006, p. 95), que sugere que a greve ocorreu em função das proximidades do Festival de Sed, para comemorar os 30 anos do reinado de Ramsés III. Em sua preparação, os recursos que seriam destinados aos trabalhadores de Deir el-Medina teriam sido direcionados ao festival. Justifica seu argumento apoiando-se na ideia de que após concluído o evento, os pagamentos foram normalizados e as greves cessaram.

Passado seu jubileu no Festival de Sed, Ramsés III sofreu um golpe, oriundo de uma conspiração no Harém Real. Esta instituição funcionava como uma corte paralela, cercada de prestígio, mas também preenchida de rivalidade entre as esposas do faraó (Wilkinson, 2010, p. 361). O plano foi liderado por uma esposa secundária chamada Tiy, que pretendia assassinar o rei e seu príncipe herdeiro, para alçar seu filho à condição de sucessor do trono. Como o plano envolvia muitas pessoas, inclusive do círculo íntimo do monarca, acabou por ser descoberto e seus patrocinadores foram presos e julgados (*ibidem*, p. 362). Alguns foram condenados a suicidarem-se e a terem seus nomes apagados dos monumentos; outros tiveram narizes e orelhas mutilados. O julgamento acabou por revelar divisões entre facções na realeza e na administração estatal. Ramsés III veio a falecer no 31º ano de reinado, com a causa incerta: não se sabe exatamente se foi consequência da conspiração ou por motivações naturais (*ibidem*, p. 363).

Quem assumiu o trono foi seu filho, Ramsés IV (1.153 a 1.147 a.C.), que preparou o testamento do pai no Papiro Harris (BM9999), documento que mostra a relação do Estado com os templos e o avanço destes na economia, em particular do Domínio de Amon.¹³ A partir dele, pode-se verificar o quão importante eram estas instituições religiosas na economia egípcia,

¹³ Os templos empregavam trabalhadores, detinham a posse de propriedades rurais e vilas, mantinham atividades agrícolas, oficinas, manufaturas, acumulavam tesouros, mas também eram escolas desde conhecimentos técnicos básicos a profundos ensinamentos arcanos. A relação entre templo e Estado era deveras complexa, envolvendo interesses complementares, mas também opostos. Ver Haring, 2007; Garcia 2016; Toledo Stella, 2018.

particularmente pela quantidade de pessoas que empregavam e pela posse de povoados, terras, fazendas, gado, barcos e oficinas, conforme apresenta a tabela abaixo:

	Trabalhadores Empregados	Povoados Egito	Povoados Exterior	Terra Cultivada (Km2)	Fazendas Cidades	Cabeças de Gado	Barcos e Navios	Oficinas Manufaturas
Amon (Tebas)	86.486	65	9	2.361	433	421.362	83	46
Rá (Heliópolis)	12.364	103	-	437	64	45.544	3	5
Ptah (Mênfis)	3.079	1	-	28	5	10.047	2	-
Outros	5.686	-	-	98	11	13.433	-	2
Total	107.615	169	9	2.924	513	490.386	88	53

Tab. 1 - A Importância dos Templos na Economia Egípcia no Período Raméssida. Reinado de Ramsés III (20^a Dinastia) - Valores Absolutos e Relativos. Fonte: Breasted, 1906, p. 97.

A proximidade do templo de Karnak (na margem oriental do Rio Nilo), a sede espiritual e administrativa do Domínio de Amon, com o povoado de Deir el-Medina e o complexo da Necrópole Tebana (margem oriental do Rio Nilo) resultou numa articulação econômica entre ambos. Zingarelli (2015, p. 57) concluiu que naquele contexto, o Estado egípcio como redistributivo negava a acumulação privada, mas ao mesmo tempo a habilitava como um efeito secundário de seu funcionamento. Isto ocorria tanto pelas doações reais aos templos, quanto pelo crescimento mercantil em Deir el-Medina, que se baseava na infraestrutura estatal para desenvolver-se.

3. A Crise do Novo Reinado e o Abandono da Vila no “Lugar da Verdade”

Ramsés IV (1153-1147 a.C.)¹⁴ iniciou as construções de sua tumba, templo mortuário e empreendeu a expansão do templo de Khonsu em Tebas. Ele passou de 60 para 120, os trabalhadores em Deir el-Medina (Wilkinson, 2010, p. 369). Enviou expedições às pedreiras de Wadi Hammamad¹⁵ e, para o Sinai e Timna, para coletar turquesa e cobre. Apesar do plano ousado de construções, o governo de Ramsés IV durou pouco. Ao final de seu reinado, atrasava o pagamento em Deir el-Medina, que começou a ser suprido em parte pelo Templo de Karnak (Djik, 2000, p. 299). O óstraco R97 do Museu Nicholson da Universidade de Sidney relata outra greve por atraso nos pagamentos (Zingarelli, 2017a, p. 54).

¹⁴ Mais detalhes sobre Ramsés IV, ver Peden, 1994.

¹⁵ Como registro da expedição a Wadi Hammamad, há um papiro conhecido por “Papiro do Mapa de Turim”.

Ramsés V (1.147 a 1.143 a.C.) reinou pouco, mas deixou outro importante documento para o estudo econômico da época, o Papiro Wilbour, que tabula a cobrança de taxas de áreas na região de Medinet al-Fayunn, mostrando que a maior parte da terra naquele contexto era de propriedade do Domínio de Amon, apesar de haver outros diferentes tipos de proprietários (Katari, 1989). Neste reinado, veio à luz um escândalo de corrupção envolvendo um capitão de navio, que desviava grãos destinados ao templo de Khnum em Elefantina. A investigação do esquema desnudou uma rede que envolvia funcionários do Estado e altos sacerdotes de templos, acusados inclusive de cometer sacrilégios com os tesouros destinados às divindades e aos cultos. A situação em Tebas deteriorava-se e o governo não conseguia garantir o pagamento dos salários (Wilkinson, 2010, p. 370).

Ramsés VI (1.143 a 1.136 a.C.) assumiu o trono em um contexto de levante civil, especialmente pela revolta causada pela drástica redução da quantidade de trabalhadores em Deir el-Medina para apenas 60 (Djik, 2000, p. 300). Há relatos de que bandos líbios começavam a atacar a região tebana (Wilkinson, 2010, p. 371). O regime Imperial destroçava-se. As tropas egípcias retiraram-se da Palestina, embora mantivessem o controle da Núbia (Peden, 2001, p. 130). Ramsés VI foi ainda o último rei da 20ª Dinastia mencionado nas minas de turquesa de Serabit al-Khadim, na península do Sinai (Morris, 2005, p. 709).

De Ramsés VII (1.136 a 1.129 a.C.) a Ramsés VIII (1.129 a 1.126 a.C.), há poucos documentos sobre seus governos. Sabe-se, pelos registros de Deir el-Medina, que preços dos grãos subiram aos níveis mais altos e, depois, novamente caíram (Djik, 2000, p. 301).

A série de reis com governos relativamente curtos, dilacerados por crises de toda monta, seguia minando a credibilidade do regime faraônico. Isto abalava um conceito fundamental para a sustentação ideológica do regime: a “monarquia divina”, na qual o faraó era tido como uma encarnação viva do Deus Hórus (Wilkinson, 2010, p. 38). Um exemplo iconográfico utilizado para demonstrar a redução da autoridade do monarca e o aumento do prestígio do Sumo Sacerdote de Amon foi a representação deste do mesmo tamanho que o faraó no Templo de Karnak (fig. 5).¹⁶ Segundo Palmer (2014, p. 8), tal leitura, apresentada por

¹⁶ Como cânone da arte egípcia, usava-se a proporção para hierarquizar o personagem na iconografia (Watts, 1998, p. 44).

Breasted e Černý, foi contestada por Binder, que sugeriu que não era Ramsés XI quem estava representado, mas sua estátua. A despeito das interpretações desta iconografia específica, nas dinastias seguintes, os Sumo Sacerdotes de Amon passaram a dividir o poder político com os faraós no Alto Egito. Eles estabeleciam laços familiares por casamento como forma de integração sanguínea entre suas famílias.

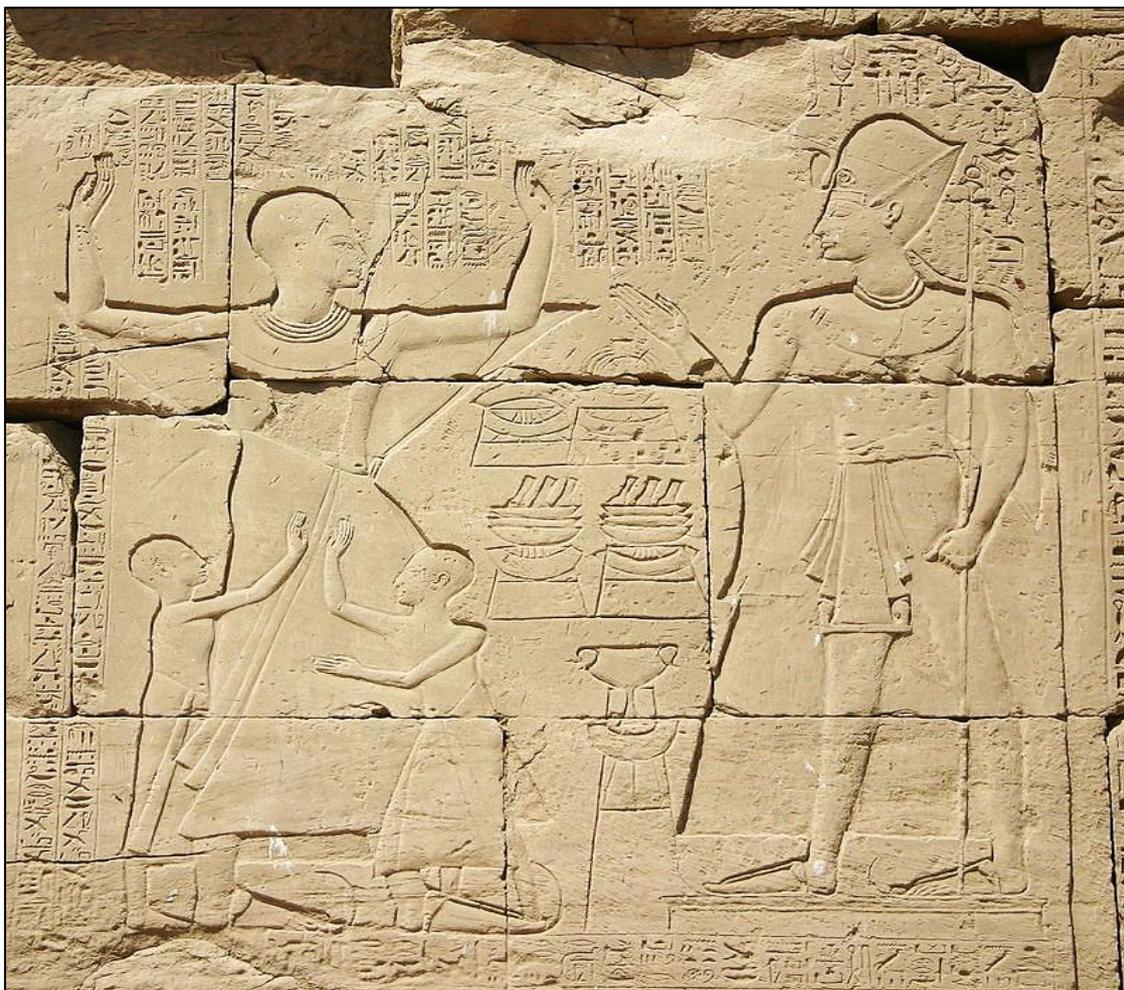


Fig. 5 – Sumo Sacerdote de Amon, Amenhotep, com o Faraó Ramsés IX. Fonte: <http://mathstat.slu.edu/~bart/egyptianhtml/kings%20and%20Queens/High_Priests_of_Amun.html>

Isto ocorreu no reinado de Ramsés IX (1.126-1.108 a.C.). A titulatura deste rei foi inscrita em Amara Ocidental, em Gezer na Palestina, no Oásis de Dakla e em Antinoe (Grimal, 1993, p. 289), sendo estas as influências residuais do Império que se desmanchava. Em seu reinado, houve registro de ao menos três greves dos trabalhadores de Deir el-Medina e uma primeira onda de roubos em tumbas privadas tebanas (Djik, 2000, p. 301). A tumba de Ramsés VI foi saqueada e monumentos de Ramsés II e Ramsés III foram vandalizados

(Wilkinson, 2010, p. 374). Alguns papiros atestam a progressiva formação de grupos de ladrões especializados no roubo de tumbas,¹⁷ mesmo com o risco das severas punições que iam de mutilação a empalamento. Segundo Zingarelli (2017a, p. 72), os ladrões eram tebanos e funcionários de um domínio do próprio palácio. Este crime era considerado um sacrilégio e ao tornar-se corriqueiro, derrubava mais um tabu associado ao poder divino do faraó. Novamente, foram mencionados ataques de bandos líbios o que, para Barwik (2011, p. 3), demonstrava a fraqueza militar do governo, uma vez que mesmo com o problema vindo desde outros faraós, ele seguia não solucionado.

No reinado de Ramsés X (1.108 a 1.099 a.C.), o vizir visitou as obras na Necrópole Tebana, mas registros do mesmo dia atestam que o trabalho precisou ser interrompido devido à ameaça de novos ataques de líbios. Apenas 32 trabalhadores de Deir el-Medina estavam envolvidos nas obras e foram registrados apenas 37 de dias de trabalho ante 184 dias sem atividades, o que demonstra que o ritmo de produção diminuía a passos largos (Barwik, 2011, p. 37).

Ramsés XI (1.099 a 1.069 a.C.) foi o último faraó da 20ª Dinastia. Ele reinou por 30 anos, mas no último terço, seu poder restringia-se apenas ao Baixo Egito (Djik, 2000, p. 301). Os problemas das últimas décadas persistiam: ataques de bandos líbios, que impediam o trabalho dos construtores das tumbas, fome (o “ano das hienas”), além de mais roubos de tumbas, palácios e templos funerários (*ibidem*, p. 302). A descoberta de outro esquema de corrupção revelou que ela tornara-se endêmica, contaminando todos os níveis do clero e do Estado. Descobriam-se que por trás dos roubos de tumbas, estavam envolvidos sacerdotes do poderoso templo de Karnak (Wilkinson, 2010, p. 376). Para completar o contexto caótico, irrompeu-se uma guerra civil.

Segundo Djik (2000, p. 302), por volta do ano doze do reinado, Ramsés XI requisitou apoio do vice-rei da Núbia, Panehesy para restaurar a lei e a ordem em Tebas. Para alimentar suas tropas, foi dado a ele ou ele usurpou o cargo de “supervisor dos celeiros”, o que causou uma disputa aberta com o Sumo Sacerdote de Amon, Amenhotep. O conflito teve uma rápida escalada e Panehesy cercou o Sumo Sacerdote no templo Medinet Habu. Amenhotep apelou pela ajuda

¹⁷ Papiros: Abbott, Leopoldo II-Amherst, BM 10052, BM 10053, BM 10054 e BM 10068. Ver Peet, 1997.

de Ramsés XI e isto resultou em guerra civil. Panehesy marchou ao norte e foi contido pelas tropas do general Piankh. Com isto, Panehesy recuou para a Núbia. Piankh avançou e ao chegar a Tebas, tomou os títulos de Panehesy e proclamou-se vizir. Com a morte de Amenhotep, Piankh assumiu o papel de Sumo Sacerdote de Amon, concentrando em si três das maiores funções do Antigo Egito: militar, política e religiosa. Ele instituiu o período que ficou conhecido como *wehem mesut*, ou “renascença”, uma espécie de marco zero no calendário para dizer que o Egito nascia novamente após um período de caos. Assim, os documentos da região tebana passaram a ser datados a partir do ano da “renascença”, que corresponde ao 19º ano do reinado de Ramsés XI.

Piankh deixou o controle da região com sua esposa, enquanto empenhava-se em uma campanha na Núbia (Wilkinson, 2010, p. 378). Em uma carta endereçada a Butenamun e a Kar, ordenava-os a realizar uma não nomeada “tarefa da qual vocês nunca embarcaram”. Isto era um eufemismo para autorizar oficialmente a instalação de uma indústria oficial de pilhagem dos tesouros acumulados por quase cinco séculos no Vale dos Reis, provavelmente para garantir o financiamento de suas campanhas militares. Butenamun¹⁸ deixou mais de 130 grafites nas montanhas tebanas para marcar onde poderiam existir tumbas que resistiram aos roubos, ataques dos líbios e à guerra civil. Com isto, mais um tabu espiritual foi quebrado. Esta atividade econômica acabou por pilhar praticamente todas as tumbas tebanas, saqueando as riquezas deixadas para o além-vida e também os amuletos enfaixados junto à múmia dos falecidos. A ação durou mais de um século e uma das poucas tumbas que se manteve preservada foi a de Tutankhamon, por ter sido um faraó de curto reinado e que teve seu nome apagado da História.

Com a morte de Piankh, seu genro Herihor assumiu suas funções e herdou os títulos reais. Ao norte, Smendes (1.069 a 1.043 a.C.) sucedeu no trono de Ramsés XI e, portanto, o Reino de Kemet (, kmt)¹⁹ encontrava-se novamente dividido entre Alto e Baixo Egito. Segundo Garcia (2016, p. 250), neste contexto, novas formas de organização econômica emergiram, mais

¹⁸ Títulos de Butenamun: “O que abre as portas das necrópoles”, “Escriba real do lugar da verdade”, “Inspetor dos recrutados no horizonte da eternidade”, “Inspetor do trabalho na casa da eternidade”, “Inspetor da casa do tesouro do Senhor das Duas Terras no Lugar da Verdade”.

¹⁹ Nome que os antigos egípcios chamavam o próprio Reino, com a possível tradução de “terra preta”, em referência às férteis áreas agriculturáveis do Vale do Nilo.

descentralizadas e influenciada pela integração do Antigo Egito com as redes econômicas do Mediterrâneo, Oriente Próximo e Nordeste Africano.

Ao Sul, no Vale dos Reis, a tumba de Ramsés XI sequer foi completada e nunca chegou a ser ocupada por seu corpo. Os trabalhadores abandonaram a vila de Deir el-Medina, passaram a habitar o templo memorial de Ramsés III (Medinet Habu)²⁰ e vingaram-se dos problemas que seus ancestrais tiveram com falta de salários ao trabalharem na indústria de pilhagem das tumbas da Necrópole Tebana, especialmente do Vale dos Reis. Agora, eles não mais guardavam-nas de ladrões ou saqueadores, mas eles mesmos passavam a explorá-las, sob as ordens de ninguém menos que o Sumo Sacerdote de Amon, com apoio do próprio clero tebano. Estes, muito provavelmente, eram os maiores beneficiários e acumuladores desta “nova” riqueza. Com tais recursos colocados em circulação, este tesouro representou um fator de dinamização da economia do Alto Egito.

Ao norte, Smendes transferiu a capital de Per-Ramesse a Tanis, mobilizando a força de trabalho disponível dos herdeiros dos sobreviventes das inúmeras guerras que assolaram a região, contando, ainda, com fluxo de imigrantes de outras localidades que procuravam chance de sobrevivência no Egito em meio à reconfiguração geopolítica regional. Como sempre acontecera, as obras encomendadas pelo Estado eram um fator de dinamização da economia, pois demandava força de trabalho e matérias-primas para a realização daquilo que era planejado. A pilhagem da Necrópole Tebana acabou por fornecer bens usurpados de antigos faraós como suas mobílias funerárias, que acabou chegando até mesmo ao Baixo Egito.

Finalizou-se, assim, o Novo Reinado, o Período Raméssida e a 20^a Dinastia, começando a 21^a Dinastia no 3^o Período Intermediário.²¹ O Império egípcio ruiu. O conto de Wenamum mostra o quanto o velho Egito havia perdido de prestígio.²² Internamente, as estruturas econômicas acomodaram-se a uma

²⁰ Segundo, Cardoso (1996, p. 77), na 20^a Dinastia, Tebas Oeste passou a ter uma administração própria e, por volta do 120 ano do reinado de Ramsés XI, o papiro BM10068 listava 3 templos e 179 casas, com seus respectivos chefes de família e suas atividades, sendo 52% ligado ao culto e 47% ligados a atividades primárias.

²¹ Uma nova análise sobre a transição do Novo Reinado ao 3^o Período Intermediário foi feita por Mladjov (2017).

²² Sobre as evidências arqueológicas e geográficas de Wenamun, ver Donnelly, 2004.

nova realidade.²³ O norte dinamizava-se com as obras da nova capital e o sul, com a indústria da pilhagem da necrópole. Logo, o poder faraônico seria formalmente restabelecido, contudo quem dirigiria os rumos do reino econômica, política e espiritualmente seriam os templos, especialmente o Domínio de Amon no Alto Egito.

Grandet (2014, p. 10) sugere que a perda dos recursos dos territórios asiáticos freou a “economia redistributiva” que mantinha um “pacto social no Egito” (obediência x abundância). Isso tirou a legitimidade da estrutura de poder estabelecida, abrindo o caminho a um novo regime. Assim, a queda do Antigo Egito imperial acabou por constituir-se de um dos mais importantes episódios no colapso do “Sistema-Mundo da Idade do Bronze” (Warburton, 2011; Frank e Gills, 1993), reconfigurando completamente a geopolítica regional.

Para os egípcios antigos, Maat, a Deusa da Verdade e da Justiça, representava a ordem cósmica, o correto, o retilíneo e o perfeito (Toledo Stella, 2018). Desordem, caos, anarquia e degradação eram o oposto de Maat. Neste período, foi o que prevaleceu. Como se o Antigo Egito imperial entrasse no crepúsculo, conforme a ideia cíclica de tempo, do movimento eterno do sol nascer e se pôr e que, após o esplendor ao meio-dia, caminha para ocultar-se ao fim da tarde. Este não seria o fim do Antigo Egito faraônico, mas o final de um duradouro ciclo de uma de suas mais esplendorosas fases, marcada pelo seu apogeu em termos de desenvolvimento das forças produtivas e associado à projeção externa de poder militar.

Como observa Marx (2008, p. 47-48), não se pode julgar uma época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma, mas explicá-la pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas sociais e as relações sociais de produção:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que

²³ Na tese de Cole (2016), o chamado 3º Período Intermediário não deveria ser associado à “decadência”.

eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social.

Assim, no Período Raméssida, o Antigo Egito viveu um apogeu no desenvolvimento de suas forças produtivas, de acordo com seus fundamentos históricos, através de sua economia imperial. No seio das suas próprias estruturas econômicas, emergiu uma contradição entre o poder dos templos sob a hegemonia do Domínio de Amon, ao Sul, e o que restara do poder faraônico, ao Norte. Num contexto de colapso das antigas estruturas, os “Servidores do Lugar da Verdade” perceberam que seus interesses eram contraditórios àqueles sustentados econômica, política, ideológica e espiritualmente pelo sistema faraônico vigente. Eles participaram ativamente de um contexto de transformações econômicas e sociais e, ao final, passaram a integrar-se no processo de expropriação da riqueza acumulada por séculos pelos faraós. Aquilo que teria sido usado para garantir o além-vida dos monarcas mortos, viria a pertencer novamente aos vivos, especialmente aos sacerdotes do Domínio de Amon, mas também a esses trabalhadores.

Conclusão

O fim do Novo Reinado teve diferentes efeitos em cada região do Antigo Egito. No sítio arqueológico de Deir el-Medina, no Alto Egito, onde viveram os construtores das tumbas da Necrópole Tebana, uma rica documentação preservou-se. Esta, combinada com aquela encontrada nas redondezas da atual cidade de Luxor, permitiu o desenvolvimento de uma rica historiografia acerca dos eventos que levaram ao fim do Período Raméssida.

Num clima de convulsões sociais, agressões externas e guerra civil, vieram à tona conspirações, corrupção, roubos de tumbas e até mesmo a instalação de uma indústria de pilhagem. Nesse processo, os trabalhadores do “Lugar da Verdade”, ou seja da Necrópole Tebana, ousaram questionar os poderes divinos do faraó, parando de trabalhar na construção de sua tumba enquanto seus pagamentos não eram quitados. Foram as primeiras greves registradas na História.

Quando se visita no Vale dos Reis, as dezenas de tumbas escavadas detalhadamente na montanha, com seus incontáveis labirintos e finas decorações

iconográficas, muitas vezes o turista ignora que por trás daquelas obras de valor artístico inestimável havia braços de trabalhadores que suportavam todos os tipos de situações, a fim de garantir a morada eterna de seu Rei. Poucos imaginam que esses mesmos trabalhadores foram protagonistas de eventos marcantes no processo de queda do Império Egípcio do Novo Reinado.

Pode-se concluir que, muito mais importante do que um eventual surgimento do “homem econômico”, no Crepúsculo do Antigo Egito imperial, nasceu, com os “Servidores do Lugar da Verdade”, a consciência de existirem contradições objetivas entre seus interesses de classe enquanto trabalhadores com os fundamentos do regime faraônico. Mais ainda: aprenderam que somente com mobilização conseguiriam conquistar aquilo que lhes era de direito. Cabe-lhes, portanto, um reconhecimento na História Mundial como pioneiros nas lutas trabalhistas.

Artigo recebido em 06.04.2019, aprovado em 04.06.2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Breasted, James. *Ancient Records of Egypt*. Volume 4. Chicago: The University Press, 1906.

Gardner, Alan. *Ramesside Administrative Documents*. Londres: Oxford University Press, 1948.

Bibliografia Crítica

Antoine, Jean-Christophe. The Delay of the Grain Ration and its Social Consequences at Deir el-Medîna in the Twentieth Dynasty: A Statistical Analysis. *The Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 95, 2009, p. 223-234.

Barwik, Miroslaw. *The Twilight of Ramesside Egypt: Studies on the History of the Ramesside Period*. Varsóvia: Agade, 2011.

Bleiberg, Edward. The Economy of Ancient Egypt. In: Sasson, Jack (org.). *Civilizations of the Ancient Near East*. Volume 3. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1995, p. 1373-1385.

Cardoso, Ciro. Considerações Funcionais acerca das Cidades Egípcias do Reino Novo (XVIII^a – XX^a Dinastias). *Revista Phoînix*, vol. 2, n. 1, 1996, p. 71-82.

- Černý, J. *A Community of Workmen in Thebes in Ramesside Period*. Cairo: Bibl. D'Étude, 1973.
- Cline, Eric; O'Connor, David. *Ramesses III – The Life and Times of Egypt's Last Hero*. Michigan: The University of Michigan Press, 2015.
- Cole, Edward. *Decline in Ancient Egypt? A Reassessment of the Late New Kingdom and Third Intermediate Period*. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Birmingham, Birmingham, 2016.
- Cooney, Kathlyn. Profit or Exploitation? The Production of Private Ramesside Tombs within the West Theban Funerary Economy. *Journal of Egyptian History*, vol. 1, n. 1, 2008, p. 79-115.
- Djik, Jacobus. The Amarna Period and the Later New Kingdom. In: Shawn, Ian (org.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 272-313.
- Donely, Deborah. *Archaeological and Geographical Evidence for the Voyage of Wenamun*. MA: 2004.
- Eyre, Christopher. Work and the organization of work in the New Kingdom. In: Powell, M. (ed.). *Labor in the ancient Near East*. New Haven: American Oriental Society, 1987, p. 167-221.
- Frank, André; Gills, Barry. *The World-System: Five-Hundred Year or Five Thousands?* Londres e Nova York: Routledge, 1996.
- Garcia, Juan Carlos. Temples and Agricultural Labour in Egypt, from the Late New Kingdom to the Saite Period. In: _____. (org.) *Dynamics of Production in the Ancient Near East (1300–500 BC)*. Oxford: Oxbow, 2016, p. 223-256.
- Grandet, Pierre. *Ramses III: histoire d'un règne*. Paris: Pygmalion, 1993.
- _____. Les Grèves de Deir el-Médîneh. In: Molin, Lichel (ed.) *Les Régulations Sociales dans l'Antiquité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006, p. 87-96.
- _____. Early to Mid-20th Dynasty. In: Grajetzki, Wolfram; Wendrich, Willeke (orgs.) *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles: University of California Press, 2014, p. 1-15.
- Grimal, Nicolas. *A History of Ancient Egypt*. Londres: Blackwell Books, 1993.
- Haring, Ben. Ramesside Temples and the Economic Interests of the State. In: Fitzenreiter, Martin (ed.). *Das Heilige und die Ware Zum Spannungsfeld von Religion und Ökonomie*, vol. 7, Berlin: IBAES, 2007.
- _____. Deir el-Medina. In: Redford, Donald (org.). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 165-170.
- Henry, John. *The Social Origins of Money: the case of Ancient Egypt*. Disponível em: <<http://www.csus.edu/indiv/h/henryjf/pdfs/egypt.pdf>>. Sacramento: 2002.

Janssen, Jan. *Commodity Prices from Ramesside Period*. Leiden: E. J. Brill, 1975.

Katary, Saly. *Land and Tenure in the Ramessid Period*. Londres e Nova York: Kegan Paul International, 1989.

Kemp, Barry. *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization*. 2ª Edição. Abingdon e Nova York: Taylor & Francis Routledge, 2006.

Lull, José. El Reino Nuevo II: la Época Ramésida. In: Ortiz, José (org.). *El Antiguo Egipto: Sociedad, Economía y Política*. Madri: Marcial Pons, 2008, p. 388-424.

Mandeville, Richard. *Wage accounting in Deir Al-Medina*. Wallasey: Abercromby Press, 2014.

Marx, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

McDowell, A. G. *Village Life in Ancient Egypt: Laundry Lists and Love Songs*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Meskeel, Lynn. An Archaeology of Social Relations in an Egyptian Village. *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol. 5, n. 3, 1998, p. 209-243.

Mladjov, Ian. The Transition between the Twentieth and Twenty-First Dynasties Revisited. *Birmingham Egyptology Journal*, vol. 5, 2017, p. 1-23.

Morris, Ellen. *The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom*. Leiden e Boston: Brill, 2005.

Palmer, Jennifer. The High Priests of Amun at the End of the Twentieth Dynasty. *Birmingham Egyptology Journal*, vol. 2, 2014, p. 1-22.

Peden, Alexander. *The Reign of Ramesses IV*. Liverpool: Aris & Phillips Ltd, 1994.

_____. *The Graffiti of Pharaonic Egypt*. Leiden: Brill, 2001.

Peet, T. *The Great Tomb Robberies of the 20th Egyptian Dynasty*. New York: Hildesheim, 1997.

Shaw, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

Toledo Stella, Thomas. Cosmogonias e Demiurgos: Diversidade Religiosa no Antigo Egito e sua Relação com o Poder Faraônico. In: *III Encontro do GT História Antiga e Medieval ANPUH-SC*. 2017, UFSC. Anais. Florianópolis: Jurisciência, 2017, p. 153-162. Disponível em <<https://gtantigamedievalsco.wixsite.com/iiiencontro>>. Acesso: 14/3/2019.

_____. O Domínio de Amon: A Importância de Ipetsut (Karnak) na Economia Egípcia do Reino Novo. In: Brancaglion Jr., Antônio; Chapot, Gisela (orgs.),

Semna: Estudos de Egiptologia. Volume 5. Rio de Janeiro: Editora Klíne, 2018, p. 135-149.

Vernus, Pascal. *Affairs and Scandals in Ancient Egypt*. London: Cornell University Press, 2003.

Warburton, David. Before the IMF: The Economic Implications of Unintentional Structural Adjustment in Ancient Egypt. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 43, n. 2, , 2000, p. 65-131.

_____. The Egyptian Example and the Macroeconomic Implications. In: Perma, Massimo (org.). *Fiscality in Mycenaean and Near Eastern Archieves*. Paris: 2006, p. 255-266.

_____. What Might the Bronze Age World-System Look-Like? In: Wilkinson, Toby; Sherratt, Susan; Bennett, John (orgs.). *Interweaving the World: Systemic Interactions in Eurasia, 7th to 1st Millennia BC*. Oxford: Oxbow, 2011, p. 1-58.

Watts, Edith. *Art of Ancient Egypt: A Resource for Educators*. Nova York: The Metropolitan Museum, 1998.

Wilkinson, Toby. *The Rise and Fall of Ancient Egypt*. Londres: Bloomsbery, 2010.

Zingarelli, Andrea. Tebas durante el período Ramésida: Redistribución y Circulación de Bienes. *Revista Mundo Antigo*, vol. 4, n. 7, 2015, p. 49-63.

_____. Huelgas de Trabajadores en el Imperio Nuevo Egipcio. In: Astarita, Carlos; McGaw, Carlos; _____. (orgs.). *Conflictos Sociales en la Antigüedad y el Feudalismo*. La Plata: Editorial de la Universidad de La Plata, 2017a, p. 53-62.

_____. Contradicciones Sociales a fines del Imperio Nuevo Egipcio: Los Robos de Bienes. In: Astarita, Carlos; McGaw, Carlos; _____. (orgs.). *Conflictos Sociales en la Antigüedad y el Feudalismo*. La Plata: Editorial de la Universidad de La Plata, 2017b, p. 63-73.

SLAVERY AND ATHENS' ECONOMIC EFFLORESCENCE: MILL SLAVERY AS A CASE STUDY

*Jason Douglas Porter*¹

ABSTRACT: Following a recent wave of literature arguing for significant growth in the ancient Greek economy, several ground-breaking books have sought to explain this phenomenon through the lens of New Institutional Economics (NIE). The undeniable prevalence of slavery throughout ancient Greek history, however, has not been substantially integrated into these new analyses. This essay intends to address this problem, by elucidating some of the ways in which slavery contributed to the economic efflorescence of Greece's late archaic and classical period (600–300 BC) within an institutionally focused approach. Examining specifically the state of Athens, this study contends that not only did the system of slavery import a vast amount of labour from other areas of the Mediterranean into the Athenian polity, but it also directed labour towards economically productive aims that were otherwise limited by Athens' societal framework. The use of slaves in milling operations provides a key and often overlooked example, which will here be used as a case study.

KEYWORDS: Slavery; Institutions; Economic Growth; Milling; Exploitation.

Over the past 15 years or so, academic discussions of the ancient Greek economy have radically changed. In previous decades, historians widely accepted a model of the ancient economy that emphasised the subordination of economic forces to political and social ones throughout classical history, resulting in a low level of economic growth.² Over the past twenty years, however, scholars have argued the contrary: that the Athenian economy was driven by economically rational behaviour (e.g. Loomis, 1998, p. 253-254; Christesen, 2003) and many studies have now argued that the economies of archaic and classical Greece did see considerable growth.³ Several new syntheses of the ancient economy have followed this change in focus, including two edited volumes on the ancient world generally (Scheidel *et al.*, 2007; Droß-Krüpe *et al.*, 2016) and Alain Bresson's *The Making of the Greek Economy* (2016). These studies all lean heavily on the

¹ PhD student from the Classics and Archaeology Department, University of Nottingham. E-mail: Jason.Porter@nottingham.ac.uk. I would like to thank David Lewis for his help in the writing of this paper, which benefited not only from his direct input, but also from my access to many forthcoming works of his. David is, of course, not to be held accountable for any mistakes in what follows.

² This model was championed by Moses Finley (1973). Cf. Austin and Vidal-Naquet, 1977; Meikle, 1996; Millet, 2001.

³ A comprehensive overview can now be found in Bresson, 2016, p. 203-208, *passim*.

perspective of New Institutional Economics (NIE) to explain the basis of this economic growth in classical Greece's particular state institutions (Ruffing, 2016). Another notable contribution, Josiah Ober's *The Rise and Fall of Ancient Greece* (2016), also incorporates NIE analysis into his overall argument that during the classical period, the Greek economy and Greek society experienced a period of "efflorescence" (p. 5-6, *passim*).

However, whereas the prevalence of slavery in ancient Greece was central to the older view of the ancient economy (e.g. Finley, 1973, chapter 2), the NIE School has insufficiently incorporated it into its analysis. This has been noted in reviews of Ober (Vlassopoulos, 2016a) and of Bresson (Lewis, 2017). To be sure, both authors mention slavery numerous times in these works, but its effects are lacking any extended discussion in their narratives, as they are in the NIE-focused edited volumes. As Lewis (2017, p. 241) writes, "the upbeat tone of recent [economic] work [...] is yet to reckon fully with the contribution of that parasitic institution, imported slave labour, which surely ranks as one of the major institutional factors that drove the efflorescence of the [Greek] city-states". What follows are a few remarks I think are relevant in correcting this problem. I have restricted my purview to Athens, due to considerations of space and also to the comparatively large amount of evidence from Athens, which puts us in a good position to study in detail the relation of a Greek state's slave system to its economy.

I will clarify in a preliminary section what I understand "the institution of slavery" to mean and its place within a NIE-focused approach to Athens' economy. After this, I will first discuss the basis of the Athenian economy in individual households and the consequent role of slavery in providing a permanent labour force within this structure, beyond the immediate family. My final section will discuss slaves in industrial milling enterprises. This is partially because milling is a good example of labour which slave exploitation can make particularly productive and partially because its significance in this regard has so far received little attention.

1. *The Institution of Slavery in Athens*

In order to define what we mean by an institution, we might turn to Bresson (2016, p. 19-20), who, drawing on the work of Douglass North, defines institutions as follows:

Institutions include all the forms of constraint used by humans to regulate their mutual relationships. Institutions are in fact both formal and informal: legal rules, simple conventions, codes of conduct— all of these can fall under the rubric of “institutions.” Institutions can be created, like the Constitution of the United States, or they can evolve over time, like British Common Law. Institutional constraints include both the forbidden and the permitted. They are comparable to the rules of playing a game.

In Athens, theoretically unlimited power over a person could be acquired through methods of property transaction, as Lewis (2018, p. 39-48) has recently set out.⁴ Persons subjected to this condition were legally defined as a single status of person: *doulos*. That is not to say, as far as we can tell from what survives of classical Athenian law, that *douloi* were so explicitly defined by Athens' legal code. Rather, Athenian law sanctioned, protected, and regulated the right of persons to treat people as property in particular ways. Differences between slaves and freedmen according to penal, judiciary, and contractual law further enforced the second-class status of slaves.⁵

The laws surrounding slavery in classical Athens are a reflection of the fact that slave-ownership was a prominent social convention. There is not the space here to discuss the extent of slave-ownership in classical Athens, which has been the subject of intense debate over the past 50 years.⁶ However, few would argue against the notion that amongst Athens' wealthy at least, slave-ownership was near universal. All wealthy Athenians owned slaves, at least partially because

⁴ Cf. Todd, 1993, p. 184-185; Harrison, 1968, p. 164-177.

⁵ On the harsher treatment of slaves in Athens' law see Hunter, 2000, p. 70-94, 154-184; 1992; Todd, 2000; Mihardy, 2000; Thür, 1977. On the legal lack of slave agency see Dem. 53.20; Lewis, 2018, p. 46-47; Todd, 1993, p. 187.

⁶ The debate is well summarised by Fisher, 1993, p. 37-47; Tordoff, 2013, p. 16-23; Lewis, 2018, p. 180-183.

their contemporaries did, as had their ancestors. Though we cannot quantify it numerically, it is clear that this resulted in a sizeable amount of labour being imported into Athens throughout the classical period and in the earlier sixth century as well.⁷ We can also fairly hypothesise that social convention would have played a role in dictating the work to which slaves were set and how they were treated beyond what was specified in law. A set of preconceived ideas about slaves and slaveholding shared amongst Athens' residents, in other words, strongly influenced the reality of Athenian slavery.

The social conventions of slave-owning, reinforced by Athenian laws surrounding the ownership of slaves, comprise the institutionalised elements of slavery in Athens.

The institutions of a given society can be classified in four main sectors: the political (the state or other forms of collective authority), the symbolic (religion and other worldviews), the reproduction of persons (kinship and demography), and the production of material goods (economics) (Bresson, 2016, p. 26).

As Bresson (2016, p. 28) further argues, the divide between these categories is often arbitrary and they are all closely interlinked. This is well demonstrated by the institution of slavery. As a system regulating the commodification of persons, it is economic. But because slaves are human beings, slavery is equally a political institution (by excluding slaves from political decision-making processes and the coverage of Athens' civil rights) and concerned with the reproduction of persons (by assimilating slaves into their master's *oikos* and denying them formal rights to normal aspects of kinship).⁸ The existence of slavery also had a profound impact on the symbolic institutions of the *polis*. Concepts of slavery and freedom developed in relation to real-life slavery acquire a wider significance that permeates Greek thought on e.g. interstate relations (Vlassopoulos, 2011, p. 117-118) and conversely on the idea of freedom and citizenship, which we will discuss below.

⁷ On the Athenian slave trade, see most recently Lewis, 2011.

⁸ Also connected to the political are rules about who cannot be a slave. Sixth century Solonian legislation forbade the enslavement of Athenian citizens for debt (Harris, 2002a) and the enslavement of a freeperson in Athens was punishable by death (Hansen, 1976, p. 47).

Slavery is prominent in what remains of Athens' cultural output, a fact reflecting the importance of this particular institution to its society at large. This was most famously articulated by Moses Finley (1959; 1980, chapter 2), to whom Athens qualified as one of the few "slave societies" of history. Scholars have now shown that Athens was not so unique in this regard as Finley thought and have questioned the usefulness of the term "slave society" at all (e.g. Lenski, 2018). Nevertheless, the centrality of slavery to Athenian society is not in dispute (e.g. Hunt, 2018, p. 66-77). Though, as I mentioned above, accurate demographic data for Athens' slaves are non extant, many historians now believe them to have made up approximately a third of Athens' population (*ibid.*; Ober, 2016, p. 92).⁹

That slavery was important to the Greek economy is not in dispute either. Ober (2016, p. 8-9), for example, considers exploitation an important factor in Greece's economic growth, although not a unique enough factor to be an explanatory one. Bresson (2016, p. 221) writes that Greece's

successes should not make us forget the cruel exploitation of slaves, which was one of the pillars of the system [...]. Initiative, inventiveness, the quest for the most profitable institutional solution, and at the same time the limitless exploitation of slaves: such were the driving forces in the economy of the Greek city-states.

Bresson (2016, p. 123, 126-127) rightly emphasises the large-scale importation of slaves into Chios during the archaic and classical period, as crucial to the development of its economy based on inter-state wine trading.

However, as I noted in my introduction, the importance of slavery is lacking a structured analysis in the work of Bresson and others. Bresson's many insightful observations about the role which slavery played in the Greek economy are generally underdeveloped and limited to an afterthought – a qualification on the role which ecology, competition, and markets protected and regulated by law played in Greece's economic development. Now that economic growth driven by economically rational goals has been returned to our analysis of the Greek economy, the place of slavery in facilitating this growth is due more emphasis than has recently been afforded it.

⁹ Bresson (2016, p. 459-460 n. 144) stresses uncertainty and fluctuation above all.

In the sphere of agriculture, Michael Jameson (1977-8) argued long ago that slave-ownership allowed intensive Athenian land use that fully exploited limited land for high crop returns. His position found further support in survey archaeology published by Lohman (1992; Jameson, 1992) as well, I would argue, as the more recent findings of Moreno (2007).¹⁰ Jameson's conclusions also fit better with the recent revision of the Greek economy.¹¹ I have decided in this essay not to focus much extended discussion on agriculture, well studied as it is. That being said, many of the conclusions I draw in the following paragraphs should be seen as applying to farming as much as to other economic activities.

2. Slavery, the Athenian Household, and Permanent Labour Forces

The NIE School has frequently pointed to the equal protections afforded to those of adult male citizen status in Greek laws – observable above all in Athens' democracy – as a key driver behind the efflorescence of Greek culture and economic growth. This is further attributed to an ideology that stressed equality amongst Athens' citizens, as most fully articulated by Ober (2016, p. 110–117, *passim*). The editors of the *Cambridge Economic History of the Ancient World* made a similar observation in their introduction (2007 10–11). “On the other hand,” they add, “the ideology of egalitarian male citizenship drove many forms of economic activity to the margins of respectable society”. Indeed, the same ideology that fashioned a citizen body whose property and investments were equally protected in law also, by its limitations on the extension of this equality, fashioned a labour system heavily influenced by legal status boundaries.

In the context of classical Athens specifically, Osborne (1995) has argued that the belief that Athenian citizens did not have to work under certain conditions that were considered demeaning was key to Athens' democratic principles and that slaves filled the resulting gaps in Athenian labour demands. We can separate Osborne's conclusions into two strands that he discusses at

¹⁰ Moreno has identified an area of some 30 kilometres of cleared and terraced land in the ancient *deme* of Euonymon and those of Halimus and Aixone surrounding it. Much of the construction of which can be dated to the classical period on the evidence of recovered pottery and inscriptions (Moreno, 2007, p. 51-5). Hunt (2018, p. 71–72) and Foxhall (2007, p. 121-124) have also written on the importance of slavery to Greek agriculture.

¹¹ Intensive agriculture lends itself better to market-oriented farming, which scholars now view as a significant feature of Athens' economy (Lewis, 2018, p. 186-193; Harris and Lewis, 2016, p. 12-13).

various points throughout his chapter. 1.) Certain tasks were reserved primarily for slaves. 2.) Athenian citizens rarely worked long-term in the employment of another, whereas slaves regularly did. Neither of these points is now in contention, as far as I am aware, and I would like to develop some of their ramifications on the Athenian economy in a little more detail, beginning with the second.

Though there is good reason to think that free hired labour was an important part of Athens' economy (Vlassopoulos, 2016b, p. 673-675), Athenian sources seem to have distinguished temporary or contracted wage labour from “work that required regular and repetitive service for a single employer on an ongoing basis over a continuing period— what we would term a ‘job’” (Cohen, 2006, p. 100 with references). The latter type of work, which implied dependency on another person, was ridiculed for limiting a person's freedom and was therefore equated in abstract terms to slavery (Osborne, 1995, p. 36-37; cf. Scheidel, 2002, p. 182; Ste. Croix, 1981, p. 40). Aristotle (*Pol.* 3.1278a11–13) defined it as the remit of a slave. In Xenophon's Socratic dialogue *Memorabilia* (2.8.3-5), Socrates suggests that a citizen named Eutherus employ himself as a manager (*epistatēs*) on another's estate to help his recent financial issues. Tellingly, Eutherus replies that he could not do so, as “it would be difficult for me to make myself like a slave”. Of course, we should not assume that the attitudes expressed in these sources would have been sufficiently strong as to stop citizens from making a living in this way (Scheidel, 1990). Indeed, the very fact that Xenophon mentions this at all tells us that it was an option for citizens and other free labourers and suggests that it was a position which some at least occupied.¹² A courtroom speech written by Demosthenes (57.35) describes a citizen woman working as a wet-nurse. At the end of the fourth century, the philosopher Kleanthes supposedly worked as a labourer drawing water for a garden and grinding grain for a flour seller (Diog. Laert. 7.168–9). However, in both cases, this work is portrayed as a mark of poverty; in the former, we learn that it called into question the legal status of the woman who performed it (Dem. 57.45).¹³

¹² It has even been reasonably argued that this passage is a straightforward indication of an increase in permanently hired managers, caused by citizens' financial troubles following the end of the Peloponnesian War (Audring, 1973, p. 114-115).

¹³ Additionally, Kleanthes was a metic immigrant, not a citizen, and he worked part-time in order to engage in philosophy during the day. Nursing, moreover, is a job that requires a relatively lengthy but nonetheless temporary affiliation with an employer.

The general impression we get from our sources is that almost anyone who could afford to would have been self-employed (Lewis, forthcoming 1). This is tied to the fact that “the institutional structures of Greek society were alien to the idea of the corporation, being firmly rooted in alternative institutions, the social relationships of the household” (Foxhall, 2007, p. 39; cf. Davies, 2007, p. 128-129). The prominence of top-down directed labour towards a unified goal in the modern world, facilitated on a large scale by the predominance of firms, was consequently far less prevalent in Athens. However, it did exist within the confines of individual households, above all through the ownership of slaves. Perhaps the strongest indicator of this reality is the absence in our sources of freeborn persons working in managerial positions in elite households. Instead, we find numerous slaves and freedmen occupying these roles, to the extent that the employment of slave managers appears to have been customary amongst wealthy Athenian households.¹⁴

In a chapter on ancient economic institutions, Frier and Kehoe (2007, p. 126-127) note the role which firms play in an economy by restricting transactions and thereby their cost. Moreover, as Harper (2010, p. 213) notes in relation to Roman slavery, the transaction costs involved in acquiring slaves for a role are generally far lower than those of acquiring a freeperson. Davies (2007, p. 354) also observes that slavery

had the overwhelming advantage of providing a means, via the slave trade, of moving men and women efficiently (because forcibly) over long distances and if need be across cultural and ethnic boundaries, to where they could be profitably used.

Slavery cost-effectively re-centred labour towards productive ends, in other words, and this applies not only across state-boundaries but also across households in a single city and even within a household. It is no-doubt true that the protection of Athenian citizens fostered a competitive economic climate that drove growth. But this competitive framework also functioned through the

¹⁴ A few examples: slaves (Aeschin. 1.97; Dem. 36.13; Xen. *Mem.* 2.5.3) freed-persons (Dem. 27.19; 36.4; Isae. 6.19–21). Slaves appear the primary source of agricultural management in Xenophon’s *Oikonomikos* (e.g. 12.2–3) and Pseudo-Aristotle’s *Oikonomika* (e.g. 1.1344a25-26).

forcible direction of a large section of Athens' population, which must surely have played its part in increased production as well.

The absence of ancient firms and dominance of the household as an economic unit, as Frier and Kehoe (2007, p. 127-137) go on to observe, is reflected in the absence of laws facilitating the designation of agency by a primary to third parties outside his household in Greek and Roman law. Instead, dependents (in Athens, slaves or freemen), performed the vital role of agents (Harris, 2013a, p. 112, *passim*). Frier and Kehoe focus on the banking industry, which relied on both slaves and freedmen as far as we can tell from our evidence (cf. Cohen, 1992, 73-101). This is an important point. Harris (2013b; 2015, p. 130-133) has rightly drawn attention to the importance of readily available capital investment in the Athenian economy as both an indicator of markets and as a driver of growth. The vital role that slaves played in facilitating capital loans, however, is also clear. Athens' banking industry is the most prominent example, but even outside the banking world, we find slaves heavily involved in the process of managing loans, where their inevitably wealthy masters (i.e. those with money to invest) were unable. Thus, it was a slave who, while his master was away from Athens, collected the rent on an indebted workshop and seized it when the rent was not paid (Dem. 37.25).¹⁵ In another instance, a slave placed in the Bosphorus was tasked with examining the cargo of a ship, to whose voyage his Athenian master had made a loan (Dem. 34.8).

Athens' household-structured economy also affected the city's artisanal sectors. Particularly noteworthy are the sizeable manufacturing workshops we know of, which were staffed (both workers and management) entirely with slaves. Admittedly, our detailed examples are quite limited.¹⁶ However, several of Athens' political leaders in the second half of the fifth century made their money through craftwork and it is commonly thought that they did so through the employment of slaves (Acton, 2014, p. 16; Davies, 1971, p. 404; Lind, 1990 88-

¹⁵ That this slave collected the rent is plausibly inferred by MacDowell (2004, p. 175).

¹⁶ Demosthenes inherited 32 or 33 blade and 20 furniture-manufacturing slaves (27.9) and Timarchos 9 or 10 shoemakers (Aeschin. 1.97). In the fifth century, Lysias' family owned 120 or so slaves (Lys. 12.19), many of which were likely involved in their shield-making business (12.8). Apollodorus also owned a sizeable shield-manufacturing business in the fourth century (Dem. 36.11). Xenophon's *Memorabilia* (2.7.6) also describes wealthy individuals who made their money through slave manufacturers.

93).¹⁷ These workshops amount more or less to the entirety of our evidence for mass production in Athens' classical history. Though the total output of these operations at a given time is difficult to quantify, it probably made up a large proportion of the non-agricultural goods sold on Athens' markets.

It is important that these operations facilitated (or rather, forced) a great deal of cooperation between craftworkers; workers would have shared tools and facilities (workspace, marketing stalls, and necessary natural or fixed resources) as required. Such operations would have required considerable organisation, but even a single craftsman operating on his own would have needed to organise his supply of materials and tools and interact with a buyer or buyers for his products. A single workshop head, such as that of Demosthenes' blade-making workshop (27.19), could handle the organisational side of the enterprise, while artisans remained focused on their work. As Xenophon (*Oec.* 20.16) put it:

it makes a great difference to the profitability of agriculture, when labourers are available, and plenty of them too, that one man is concerned about whether the labourers are working during the working hours, whereas another is not concerned about this (translation by Pomeroy, 1994).

Agriculture was not as unique in this regard as one might take this passage to suggest.

Slave workshops also would have allowed specialisation of manual labour. Harris (2002b) noted that while the Athenian economy included significant horizontal specialisation throughout the city, it lacked notable vertical specialisation within a single enterprise.¹⁸ This should be seen partially as arising from the predominance of the independent household in Athens' economy, though Harris (2002b, p. 80-81) argues that the low level of technology generally, which reduced the possible steps in a given process of production, also contributed by providing little incentive to organise a high degree of vertical specialisation (80-81). This is true in comparison to industrialised economies

¹⁷ Kron (1996, p. 131-174) has discussed at length evidence that Athens' elite commonly owned such operations.

¹⁸ "Horizontal specialization is created by the diversity of goods and services produced by a given level of technology... Vertical specialization refers to the number of skills or work-roles required to produce a single product or line of products." (Harris, 2002b, p. 70).

generally and of many of Athens' specific manufacturing processes. Yet, vertical specialisation still had significant value in boosting production in certain processes, as Xenophon noted in a now well-known passage of his *Cyropaidia* (8.2.5). The kind of specialisation Xenophon had in mind, furthermore, is most productive in an environment where transactions between different specialists are minimized, like a workshop. Bresson (2016, p. 188-189) notes how specialisation likely had a profound effect on, for example, weapons manufacturing, based on the large number of Athenian workshops we know of staffed by slaves (2016, p. 188-189). The key point, however, is that such workshops only existed in Athens through its institution of slavery.

An industry which Bresson and similarly Acton (2014, chapter 3) highlight as one which entailed a high degree of specialisation is the pottery industry.¹⁹ It would appear from archaeological finds and vase paintings that starting in the sixth century and continuing throughout the classical period, much of Athens' pottery was constructed in workshops consisting of around six people; perhaps occasionally more (Acton, 2014, p. 84-86 with references). Arafat and Morgan (1989, p. 317, 327-328) suggest that these operations were organised around extended families, a suggestion I find feasible but unlikely to have been the norm. The shoulder of a black-figure hydria²⁰ printed in Arafat and Morgan's (1989, p. 317, fig. 2) essay and dated to the penultimate decade of the sixth century depicts a bustling pottery workshop, overseen by a workshop head who, clothed in a chiton, appears to be of a higher status than the other workers who are naked. There is nothing in this scene to suggest a family business of the kind the authors imagine. Businesses shared by brothers, let alone other relatives, are virtually non-existent in our classical evidence, and households generally seem to have been based around a nuclear family.²¹ Much more likely was that these workshops were staffed by slaves.²² More generally, because of Athenians' distaste for dependency on others, wherever specialisation was possible in the

¹⁹ Acton's chapter is often well informed and insightful, but also contains many factual inaccuracies that Rostroff (2015) has listed in a review.

²⁰ Munich, Staatliche Antikensammlungen und Glyptothek, Inv. 1717.

²¹ Scholars have pointed to a number of legal disputes between blood relatives to support this point (Foxhall, 2007, p. 51-52; Roy, 1999, p. 3).

²² The names of several sixth-century vase painters, indeed, strongly suggest that they were slaves (Sparkes, 1996, p. 110-111).

Athenian economy it would have been facilitated most easily by slavery, even in the case of a single free worker with a slave.

Neither should we forget that a permanent staff of publicly owned slaves (*demosioi*) was key to the function of Athens' state. Throughout its classical history, the implementation of Athens' laws and policies were overseen by temporary magistracies occupied by citizens – whose secretaries, even, were bound by term limits ([Arist.] *Ath. Pol.* 54.3-5). The state relied on public slaves to (amongst other things) provide the protection of property, trade, and investments which scholars now tout as an explanation for ancient Greek growth. A good example are the *dokimastai*, public slaves tasked with judging the authenticity of coins circulating in Athens (Stroud, 1974, p. 165–7).²³ Similarly, Harris (2016, p. 120-124) argues that state records of land transactions kept by Athens' *poletai* would have helped facilitate an active market for land. The copying and keeping of these records, as others, was also dependent on *demosioi* (Ismard, 2017, p. 38-40; Sickinger, 1999, p. 144).²⁴

To summarise, the Athenian economy was built around the idea of the independent household. For this reason, slavery provided an otherwise limited means of creating permanent employees that allowed the efficient direction of large labour forces towards mass production, management of capital investment, and a system of expert bureaucrats able to facilitate the protection of economic activity through law. I hope it is obvious that none of this constitutes a defence of the institution of slavery, which I take to be indefensible on account of its high human cost. Besides the restriction of slaves' free will and dishonouring of their position in society, one could fill an article many times longer than this one with discussion of the injustices and cruelties of Athenian slavery. Indeed, this will be even more apparent as we move on to the subject of the following section.

²³ Ismard (2017, p. 40-41; cf. 83-86) finds further evidence that their role existed (though not as a formal position) at least as early as the end of the fifth century.

²⁴ Pseudo-Aristotle (*Ath. Pol.* 47.5) mentions *demosioi* as record keepers in connection specifically to the *poletai*.

3. *Slave Labour and Commercial Milling*

As mentioned above (see p. 30-31 *supra*), Osborne argued that slavery protected citizens from participating in work that was particularly undesirable. He mentions mining as one example. Indeed, few historians of ancient Greece will need reminding of the importance of silver mining to the Athenian economy. Its scale was tremendous – archaeologists have uncovered some 140km of excavated mineshafts in Attica's mining region, according to Rihll (2001, p. 116), and the bulk of this was probably performed in and around the classical period by a workforce consisting almost entirely of slaves.²⁵ We suspect that mining was dangerous as well as unpleasant labour and that slaves were therefore the ideal workforce to conduct this work.²⁶ Osborne (1995, p. 37) also argued that economic rationality can be observed from the fact that “any of the jobs which slaves were employed to do were jobs which were either only worth having performed if they cost no more than minimal maintenance”. Another example is grain grinding, which, though not discussed by Osborne, covers both his categories of ideal slave labour – it was undesirable and was likely to have earned (in market value) only marginally more than a person's maintenance. In what follows, therefore, I will discuss industrial milling in Athens, its importance to the Athenian economy, and the crucial role that the Athenian institution of slavery played in its development.

Like other pre-industrial, grain-based societies, that of Athens relied on a huge amount of manpower for the grinding of grain into flour and we have some considerable evidence for commercial mills. Two individuals are identified by their profession as a miller (*mulothros*) in fourth-century law-court speeches (Dem. 53.14; Din. 1.23) and a mid-fourth-century comedy by Eubulus was titled the milleress (fr. 65 K-A).²⁷ Xenophon's (*Mem.* 2.7.6) Socrates claimed that a certain Nausikydes became rich from setting slaves to make barley flour

²⁵ In his *Poroi* (4.1-32), Xenophon envisages state exploitation of these mines purely through the purchase of slaves, which he justifies by pointing to the many Athenian citizens who were already doing so privately (4.14).

²⁶ Xenophon seems to imply that such work would result in a high death rate (*Vect.* 4.14). In later periods, mining continued to be primarily the reserve of slaves and convicts (Millar, 1984, p. 137-143). Discussing mining slaves in the Pontus, Strabo (12.3.40) was explicit about the terrible conditions and high death rate amongst them.

²⁷ Epigraphy provides some further examples (*IG* II² 10995; *IG* III 3.68a.1-2). I am indebted to the list of professions in Lewis for these references (forthcoming 2).

(*alphita*), a product which two Aristophanic characters bought from the market (*Eccl.* 817-823; *Vesp.* 301). The corpus of Aristophanes also furnishes references to bread sellers (*Vesp.* 238; *Ran.* 112; cf. [Arist.] *Ath. Pol.* 51.3), who would have depended on a regular supply of flour, probably supplied by Athens' mills.

Milling also take place within the domestic setting of Athenian households. According to Halstead's (2014, p. 169-170) study of pre-industrial modern Greek agriculture, milling within individual homes was avoided near universally during this period, despite the unfair prices which mill owners were thought to have charged: so unappealing was the notion of using family members to grind grain. However, the prevalence in classical Athens of domestic slaves, about whom there would have been less qualms about subjecting to this arduous task, made grinding at home a more acceptable solution.²⁸ In order for a milling industry to be viable on a large scale, therefore, it must have had a competitive advantage. Specialised equipment may have provided one. Several hopper mills dated to the classical period have been discovered across Greece (Frankel, 2003, p. 7) and one from the fifth century in Athens (Runnels, 1981, p. 296). They would also have been more expensive than more rudimentary mill stones (though by how much we cannot say) and would have taken up a more considerable and fixed space. Additionally, there are reasons for thinking that the labour necessary for specialised milling enterprises could be acquired and maintained at a comparatively low cost, which I have set out below.

Our evidence provides abundant references to slaves in millhouses (*mylones*). In the early fourth-century, Euphiletos, the speaker of Lysias' *Against Eratosthenesi* (1.18), threatened to throw his slave into a mill (1.18) and nearly 100 years later a distressed slave is presumed to be worried about suffering the same fate when he appears agitated in Menander's *Heros* (2-3).²⁹ A fragment of Aristophanes suggests that the idea of slaves being punished by being sent to the mill was a literary *topos* by the time his *Babylonians* was performed in 426 BC (fr. 95 K-A). In other fragments of old comedy, a reference to "falling into the mill" was attributed to Eupolis (fr. 387 K-A) and Theopompus Comicus supposedly

²⁸ The comic poet Pherecrates imagined an earlier era (one without specifically domestic slaves) in which free women had to mill their own flour (fr. 10 K-A). Theophrastus' "rustic man" (*Agroikos* 4.7) makes sexual overtures to the woman who makes bread for him (*sitopoios*) and ends up helping her grind grain. The woman is almost certainly his slave.

²⁹ Other Menandrian references to slaves in the mill: *Aspis*, 238-45; *Pk.* 277-8.

linked the mill to the place where slaves were tortured (*basanisterion*: fr. 64 K-A).³⁰ The fragment of Aristophanes comes from the *Etymologicum Genuinem* (s.v. *zetreion*), whose Byzantine compiler believed that this reference to a mill described a place in which slaves were punished, whereas elsewhere it could refer to an actual grain processing operation. The source in which Eupolis and Theopompus were preserved described it as a slave prison (*desmoterion*) in Chios and Achaea (*Etym. Magn.* s.v. *zetreion*).³¹ Following especially this second source, Hunter (1994, p. 171) has argued that the term *mylon*, when applied to the treatment of slaves, was a euphemism for a slave jail in Athens, in which disobedient slaves were shackled and corporally punished.

Klees (1998, p. 189-192) is right, however, to argue that these passages probably refer to the sale or temporary rental of a slave to a genuine mill, despite the inarguably prominent role this played in discourses on slave discipline (1998, p. 189-192).³² In the case of Euphiletos' threats to his slave girl (Lys. 1.18), sale is implied by the claim that the suffering that his slave, were she to be thrown in the mill, will “never stop” (μηδέποτε παύσασθαι). Unless we understand this as Euphiletos implying that his slave will be held in a cell for the rest of her life – which seems a drastic and uneconomic response – this implies that the “mill” in this instance was not strictly a slave jail. Furthermore, as Klees (1998, p. 240) states, in Euripides' *Cyclops* the Satyr Silenus tries to frighten Polyphemos by claiming that Odysseus intends to enslave him (Polyphemos) and sell him to someone who will use him to remove stones from the ground or have him “thrown in a mill”.³³ Although this prospective fate is meant to horrify Polyphemos (and

³⁰ The word here is *zetreion*, the meaning of which is comparable to *mylon* in its sense as a mill, according to Pollux (7.19.2), who also knew of several words for the mill (including *mylon* and *zetreion*) which could refer to a place in which slaves were punished (3.78).

³¹ The writers of many later thesauri concurred. Georgius Choeroboscus (s.v. *zetreion*) and Aelius Herodianus (3.1.372.7-8) described it as meaning either a prison or a mill. The Suda (citing Eupolis), the lexicons of Hesychius, Photius, Pseudo-Zonaras and the Lexica Segueriana simply list it as a place in which slaves were punished (*kolasterion*, s.v. *zetreion*). Joannes Philoponus' list of synonyms lists one definition of *zetreion* as a place in which slaves were punished, although the second definition appears to have been lost in a lacuna of the manuscript. The *Etymologicum Magnum's* reference to Chios and Achaea is unique, and there is no suggestion that the term *mylon* could refer to anything other than a mill.

³² This may be the belief of the author of the *Etymologicum Gudianum*, regarding the term *zetreion* (s.v.). This depends on the translation of the conjunction *egoun* that separates its definition of the word as a slave prison and a mill proper in the text. It may mean “or”, but it can also mean “more specifically”, in which case the *zetreion* is described both as a slave prison and a mill.

³³ As Klees (1998, p. 191-192 com n. 130) also points out, the reference to bread-makers taken on campaign from Athens' mills in Thucydides (6.22) need not refer to freemen, as many have

is surely emblematic of Athens' contemporary slave system), its motivation, in these circumstances, was not punitive. It is clear that the unfortunate fate of mill slaves was a subject of Athenian literature throughout a great swathe of the classical period.

The dejected state of slaves tasked with grinding grain was a reoccurring topic in Greco-Roman writings for nearly a millennium. It appears in possibly the earliest surviving example of this literary tradition, the *Odyssey* (20.107-120), in the words of a slave woman:³⁴

Twelve women worked these mills making flour of barley and of wheat, the marrow of men. The others had gone to sleep, having ground their wheat, but she alone, the feeblest, had not stopped. She stopped working her mill and, standing up, spoke a word, a sign for her master: "Father Zeus, lord of gods and men, you have thundered from the starry sky, yet there are no clouds anywhere: surely you are revealing a sign for someone. Bring to pass this word uttered by my wretched self. May the suitors for the last time feast today in the halls of Odysseus. They bring me sorrow with bitter labour as I make them barley flour, may they dine here for the final time."

By the time of classical Athens the unenviable fate of Odysseus' slave was no longer the result of a specific set of circumstances (she is forced to grind large amounts of grain on a regular basis in order to provide food to Penelope's suitors who dine in Odysseus' home during his absence) but the permanent reality of many slaves working in commercial mills. The same motifs attached to slavery and milling also appears in Latin and later Greek literature. Cicero (1.4.14) was unsure whether or not a captured runaway slave had been thrown in a mill in a letter to his brother Quintus, the detestable conditions of a flour mill were famously described in Apuleius' *Metamorphoses* (9.12) in the second century AD, and the use of the mill as a punishment for slaves is referenced repeatedly in late antique sources (Harper, 2011, p. 138-139, 231).

assumed from the mention of a payment for their services; this could be a fee provided to their masters.

³⁴ Recent studies arguing for the chattel slave status of the *dmoes* in Homer include Lewis (2018, p. 110-114) and Ndoye (2010, p. 236-237).

Our Athenian sources hint at the large-scale exploitation of slaves for grinding grain and the continuity of representations of slave millers throughout ancient Mediterranean history provide the key to understanding why this was the case. In classical Athens, which never saw the advent of the rotary mill, grinding of grain inevitably represented difficult, repetitive physical labour – a statement that equally applies to the hopper mill.³⁵ By the time of our Roman sources, however, the donkey and later the watermill seem to have (at least partially) supplanted human effort in the milling process (Curtis, 2001, p. 73-101). The dejected slaves of Apuleius' *Metamorphoses* were working in a mill that utilised animal power to turn the millstone. Rather than the labour itself, it is the horrific conditions of their workplace and their treatment by their master that has appalled later readers of this passage (Wiedemann, 1981, p. 176), rather than their exploitation for enervating labour. The slaves are covered in flour and their eyes are swollen from the unclean air. They are dressed in rags, have been tattooed on their foreheads, bear scars from whipping, and are chained as they work. These last set of conditions bear similarities with the slaves sent to the mill in classical Athens, who are whipped (Lys. 1.18) and held in fetters (Men. *Her.* 2-3).

I would argue that this reflects a continuity in the types of slaves employed in mills and the methods of coercing them to do so, explainable by reference to three particular characteristics of ancient mill work, which were true of turning a millstone, driving an animal, or inserting grain into the mill and collecting flour from it alike. Firstly, the tasks required of slave millers were mechanical, repetitive, and generally unskilled. As an occupation, therefore, millwork fits comfortably into the category of “pain-intensive labour”, defined by Fenoaltea (1984) as work which can be effectively coerced by violence and the threat thereof. Secondly, it could have easily been arranged that a mill slave performed their role entirely within the restricted space of a grinding room, in which only some mobility was necessary. As such, slave-owners could shackle mill slaves as they worked and, so long as their owner had enough demand for flour to keep them working day in and day out, it might suit their master's interests to

³⁵ Rotary hand-mills appear to have been used by Carthaginians in the early fourth century BC and examples of these have been excavated in Sicily and dated to the third century (Curtis, 2001, p. 341-343). A mill utilising rotary motion has been discovered in excavations at Delos and dated to the third century (Brunet, 1997), though rotary mills of this particular type have left no further trace in the archaeological record (Curtis, 2001, 288-289). There is therefore no reason to think that classical Athenians possessed this technology.

keep them forcibly held in the same place indefinitely. Both of these factors would have meant that, if they so desired, the master of mill slaves or an appointed supervisor could closely and easily inspect work as it was being performed. Work could also feasibly be evaluated at set points, because (thirdly) the work of mill slaves could be easily assessed by measuring their output.

For mill owners, these factors would have allowed them to exploit slaves as part of a particularly brutal slaving strategy that had several advantages from their perspective. A master's ability to monitor their slaves' work accurately would mean that a slave would have little opportunity to avoid doing the labour assigned to them. Their refusal to do so, moreover, could be met with the threat of severe punishment, without drastically affecting slaves' ability to perform the job they were tasked with. Finally, because slaves could be fettered while they worked, the fear of their attempting to flee would not have inhibited their masters from treating them in whatever way they desired. Unlike some of the slaving strategies which we have evidence for in Athens, no cost beyond the price of their purchase and enough food to keep them alive need have been spent on slaves living in mills, and rather than feeling compelled to promise manumission to slaves, owners could keep them in captivity until they could no longer work.

Enterprises capable of profitably exploiting slaves in this way could buy slaves who had shown themselves willing to resist their slavery without the worry that other potential slave buyers may have felt about doing so.³⁶ We can only speculate about the effect that a slave's resistance might have had on his or her price on the market, but common sense suggests that it would have been comparatively low, unless the seller was able and willing to disguise their reason for selling a rebellious slave to a prospective buyer.³⁷ The ability to purchase and productively exploit slaves that others would not, probably meant that mill owners could buy slaves for relatively cheap. This explains the overlap between mills as a commercial enterprise and as a place of slave detention and punishment. Those looking to off-load a rebellious slave could have found a means of doing so in a mill. Millers, in turn, would be able to exploit these slaves through violence. Moreover, the means of disciplining and restraining slaves –

³⁶ Strabo (12.3.40) describes a Roman mine in the Pontus that exploited specifically slaves sold because of their rebelliousness.

³⁷ Lying in the market was illegal by Athenian law (Hyp. 3.14) and might cause unwanted conflict between parties.

whips, chains etc. – might also be included in specialised equipment, which gave commercial millers a competitive advantage over domestic milling.³⁸

Furthermore, the prevalence of commercial milling played a vital role in Athens' increasing urbanisation and specialisation of roles. As Zuiderhoek (2017, p. 134-140) has recently emphasised, one feature of the urbanisation of cities in the ancient world was the growth of specialised manufacturers and other non-agrarian workers who came to rely on an agricultural hinterland and foreign trade in grain. I think it likely that households that grew their own grain for consumption would find it more profitable to grind it in house, thus minimising market transactions. For example, the agriculturally-based household in Xenophon's *Oikonomikos*, which grew grain (16.9-18.9), retained a number of domestic slaves (e.g. 7.35) which it probably utilised for milling.³⁹ For the increasing number of households that had to buy grain anyway, however, the cost of buying flour instead would have been less to bear. Not every household could buy a slave, and those that could may well have preferred to expend the additional labour elsewhere, such as in the various slave workforces discussed in the previous section.⁴⁰ Storck and Teague (1952, p. 71-75) have argued that the beginning of commercial milling was synonymous with that of industrialisation itself. Indeed, though there is much we still do not know about the processes of flour production and our limited sources point to a variety of differing strategies, it should nevertheless be clear that urban specialisation benefitted from the specialisation of commercial mills.

Nevertheless, the affordability of flour would be vital to success; and here the importance of slavery in facilitating cheap mill labour, as outlined above, is key. On an individual level, slavery allowed millers to profit from the exploitation (in the fullest possible sense) of even the most resistant of slaves. On a societal level, this system would have produced a valuable commodity (flour) at a low

³⁸ Lewis (2018, p. 41 n. 49) has noted a reference to a collar device which prevented slaves from eating the product of their labour (Ar. fr. 314 K-A).

³⁹ Xenophon (*Oec.* 10.10) references a *sitopoiios* in the household, a job description that included the grinding of grain in some circumstances (Theophr. *Char.* 4.7; Thuc. 6.22). It also refers to a *sitopoiikos* (9.7; 9) amongst the inventory of household tools, which could refer to a milling device (Xen. *Cyr.* 6.2.31).

⁴⁰ The inventory of household property Demosthenes (27.9-10) describes in the first of his speeches against his guardians is telling. Demosthenes states that he inherited some 50 male slaves (9), but nowhere does he mention any domestic servants, only skilled artisans. He may have elided a handful of strictly domestic slaves from this inventory (the items of which are usually reckoned in the thousands of drachmae), but not enough to provide flour for 50 slaves.

economic cost for Athenians generally. The true extent of Athens' milling industry is impossible to quantify. It appears, however, to have been quite extensive, a conclusion that fits well the impression we get from the reoccurring trope of slave milling across Athenian literature. Bresson (2016, p. 195-196) has put forward the argument that improvements in milling technology (including the hopper mill) might have further contributed to economic growth by freeing women from the task of grinding grain so that they could focus on other productive tasks. He is right to emphasise the value of removing the need to grind grain to the productivity of a household and his focus on technology's ability to do so is justified. Nevertheless, his analysis is missing a key additional factor associated with the development and function of Athens' milling – the subjection of certain parts of Athens' population to a life of misery in order to generate this increase in production.

Conclusion

This chapter has attempted to set out some specific examples of how the exploitation of slaves contributed to the growth of the Athenian economy. We cannot know how Athens would have developed in the absence of slaves, but what is clear is that slavery was intricately tied to ancient Athens' economy in numerous respects. As well as the fact that slavery forcibly removed individuals from areas around the Mediterranean and utilised their labour within the economies of Greek communities like Athens, slavery, as an extreme form of labour coercion, was able to accomplish things that wage labour was not. As I have argued, any argument for growth during this period consequently cannot be divorced from institutionalised slavery.

If I might be allowed some reflection on the application of this issue to the modern world, I would say that it is important to remember the crucial role which the exploitation of a select group played in the Greek economy. This is all the truer if, as one suspects, ancient Greece has become something of a stand-in amongst economic historians for modern liberal democracies, with their strong egalitarian ideology, institutional protection of property rights, and decentralised political systems. Indeed, though the massive economic growth we have witnessed over the past centuries has had many positive effects, we should not forget that there has been and still is much exploitation in our modern world,

both within our own countries and others, to which we are now inextricably linked in a global economy. Direct comparisons between then and now are problematic, to be sure, but it is nevertheless worth reflecting on the human cost that often accompanies economic growth, when judged on a society-wide scale.

Article received in 25.03.2019, approved in 22.04.2019.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Acton, P. *Poiesis: Manufacturing in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Arafat, K. and Morgan, C. Pots and Potters in Athens and Corinth: A Review. *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 8, 1989, p. 311-346.

Audring, G. Über den Gutsverwalter (*Epitropos*) in der Attischen Landwirtschaft des 5. und 4. Jh. v.u.Z. *Klio*, vol. 55, 1973, p. 109-116.

Austin, M. M. and Vidal-Naquet, P. *Economic and Social History of Ancient Greece: An Introduction*. London: University of California Press, 1977.

Bresson, A. *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets and Growth in the City States*. Translated by S. Randall, Princeton: Princeton University Press, 2016.

Brunet, M. Le Moulin Deli en. In: Meeks, D. and Garcia, D. (eds.). *Techniques et  conomie Antiques et M di eval: Le Temps de l'Innovation*. Paris: 1997, 29-38.

Christesen, P. Economic Rationalism in Fourth-Century BCE Athens. *Greece & Rome*, vol. 50, 2003, p. 31-56.

Cohen, E. E. *Athenian Economy and Society: A Banking Perspective*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

_____. Free and Unfree Sexual Work: An Economic Analysis of Athenian Prostitution. In: Faraone, C. A. and McClure, L. K. (eds.). *Prostitutes and Courtesans in the Ancient World*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006, p. 95-124.

Curtis, R. I. *Ancient Food and Technology*. Leiden: Brill, 2001.

Davies, J. K. *Athenian Propertied Families: 600-300 B.C.* Oxford: Oxford University Press 1971.

Davies, J. K. Linear and Nonlinear Flow Models for Ancient Economies. In: Manning, J. G. and Morris, I. (eds.). *The Ancient Economy: Evidence and Models*. Stanford: Stanford University Press, 2005, p. 127-156.

_____. Classical Greece: Production. In Scheidel *et al.* (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 333-361.

De Ste. Croix, G. E. M. *The Class Struggle in the Ancient World: From the Archaic Age to the Arab Conquests*. London: Cornell University Press, 1981.

Droß-Krüpe, K.; Föllinger, S. and K. Ruffing (eds.). *Antike Wirtschaft und ihre Kulturelle Prägung*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016.

Fenoaltea, S. Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model. *The Journal of Economic History*, vol. 44, 1984, p. 635-668.

Finley, M. I. Was Greek Civilisation Based on Slave Labour? *Historia*, vol. 8, 1959, 145-164.

_____. *The Ancient Economy*. London: University of California Press, 1973.

_____. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. London, Markus Wiener Publishers, 1980.

Fisher, N. *Slavery in Classical Greece*. Bristol: Bristol Classical Press, 1993.

Foxhall, L. *Olive Cultivation in Ancient Greece: Seeking the Ancient Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Frier, B. W. and Kehoe, D. P. Law and Economic Institutions. In: Scheidel *et al.* (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 113-143.

Halstead, P. *Two Oxen Ahead: Pre-Mechanized Farming in the Greek in the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Hansen, M. H. *Apagoge, Endeixis, and Ephegisis against Kakourgoi, Atimoi and Pheugontes*. Odense: Odense University Press, 1976.

Harper, K. Slave Prices in Late Antiquity (and in the Very Long Term). *Historia*, vol. 59, 2010, p. 206-238.

Harris, E. M. Did Solon Abolish Debt Bondage? *Classical Quarterly*, vol. 52, 2002a, p. 415-430.

_____. Workshop, Marketplace and Household: The Nature of Technical Specialization in Classical Athens and its Influence on Economy and Society. In Cartledge, P.; Cohen, E. and Foxhall, L. (eds.). *Money, Land and Labour: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. London: Routledge, 2002b, p. 67-99.

_____. Were there Business Agents in Classical Greece? The Evidence of Some Lead Letters. In: Yiftach-Firanko, U. (ed.). *The Letter: Law, State, Society and the Epistolary Format in the Ancient World*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2013a, p. 105-124.

_____. Finley's *Studies in Land and Credit* sixty years later. *DIKE*, vol. 16, 2013b, p. 123-146.

_____. The Legal Foundations of Economic Growth in Ancient Greece: The Role of Property Records. In Harris, E. M.; Lewis, D. M. and Woolmer, M. (eds.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 116-146.

Harris, E. M. and Lewis, D. M. Introduction. In _____, _____ and M. Woolmer (eds.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 1-37.

Harrison, A. R. W. *The Law of Athens: Family and Property*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

Hunt, P. Ancient Greece as a 'Slave Society'. In: Lenski, N. and Cameron, C. M. (eds.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 61-85.

Hunter, V. Constructing the Body of the Citizen: Corporal Punishment in Classical Athens. *Classical Views*, vol. 11, 1992, p. 271-291.

_____. *Policing Athens: Social Control in the Attic Lawsuits*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

_____. Introduction: Status Distinctions in Athenian Law. In: _____ and Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1-29.

Ismard, P. *Democracy's Slaves: A Political History of Ancient Greece*. Translated by J. M. Todd. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 2017.

Jameson, M. Agriculture and Slavery in Classical Athens. *Classical Journal*, vol. 73, 1977/8, p. 122-145.

_____. Agricultural Labour in Ancient Greece. In: Wells, B. (ed.) *Agriculture in Ancient Greece: Proceedings of the Seventh International Symposium at the Swedish Institute at Athens*. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1992, p. 136-146.

Klees, H. *Sklavenleben im Klassischen Griechenland*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998.

Kron, G. *Landed and Commercial Wealth at Classical Athens 500–300 B.C.*, PhD thesis, Classics, University of Toronto, 1996.

Lenski, N. Ancient Slavery and Modern Ideology. In: Lenski, N. and Cameron, C. M. (eds.) *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 106-147.

Lewis, D. Near Eastern Slaves in Classical Attica and the Slave Trade within the Persian Empire. *Classical Quarterly*, vol. 61, 2011, p. 91-113.

_____. The Market for Slaves in the Fifth- and Fourth-Century Aegean: Achaemenid Anatolia as a Case Study. In: Harris, E. M.; Lewis, D. M. and Woolmer, M. (eds.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 316-336.

_____. Review of A. Bresson: *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets and Growth in the City-States*. *Journal of Hellenic Studies*, 2017, vol. 137, p. 240-241.

_____. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context: C. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

_____. Labour and Employment. In: Niels, J. and Rogers, D. (eds.) *The Cambridge Companion to Ancient Athens*, Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 1.

_____. Occupational Hazards: Assessing the Degree of Specialisation of Labour in the Classical Athenian Economy. In: Harris, E. M.; _____ and Stewart, E. (eds.) [title still not set], Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2.

Lind, H. *Die Gerber Kleon in der "Rittern" des Aristophanes: Studien zur Demagogenkomödie*. Frankfurt: Peter Lang, 1990.

Lohmann, H. Agriculture and Country Life in Classical Athens. In: Wells, B. (ed.) *Agriculture in Ancient Greece: Proceedings of the Seventh International Symposium at the Swedish Institute at Athens*. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1992, p. 29-57.

Loomis, W. T. *Wages, Welfare Costs and Inflation in Classical Athens*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

MacDowell, D. M. *Demosthenes, Speeches 27-38*. Austin: University of Texas Press, 2004.

Meikle, S. Modernism, Economics, and the Ancient Economy. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, vol. 41, 1996, p. 174-191.

Millar, F. Condemnation to Hard Labour in the Roman Empire, from the Julio-Claudians to Constantine. *Papers of the British School at Rome*, vol. 52, 1984, p. 127-147.

Millet, P. Productive to some Purpose: The Problem of Ancient Economic Growth. In: Mattingly, D. J. and Salmon, J. (eds.) *Economies beyond Agriculture in the Classical World*, London: Routledge, 2001, p. 17-48.

Mirhady, D. C. The Athenian Rationale for Torture. In: Hunter, V. and Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 53-74.

Moreno, A. *Feeding the Democracy: The Athenian Grain Supply in the Fifth and Fourth Centuries BC*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

- Ndoye, M. *Groupes Sociaux et Idéologie du Travail dans les Mondes Homérique et Hésiodique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2010.
- Ober, J. *The Rise and Fall of Classical Greece*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016.
- Osborne, R. The Economics and Politics of Slavery at Athens. In: Powell, A. (ed.) *The Greek World*. London: Routledge, 1995, p. 27-43.
- Rihll, T. Making Money in Classical Athens. In: Mattingly, D. J. and Salmon, J. (eds.) *Economies beyond Agriculture in the Classical World*, London: Routledge, 2001, p. 115-142.
- Rostroff, S. I. Review of P. Acton, *Poiesis: Manufacturing in Classical Athens*. *Bryn Mawr Classical Review*, 2015.
- Roy, J. 'Polis' and 'Oikos' in Classical Athens. *Greece and Rome*, 1999, v. 46, p. 1-18.
- Ruffing, K. Neue Institutionenökonomik (NIÖ) und Antike Wirtschaft. In: Droß-Krüpe, K.; Föllinger, S. and K. Ruffing (eds.). *Antike Wirtschaft und ihre Kulturelle Prägung*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016, p. 11-22.
- Scheidel, W. Freeborn and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World. *Classical Quarterly*, vol. 40, 1990, p. 591-593.
- _____. The Hireling and the Slave: A Transatlantic Perspective. In: Cartledge, P.; Cohen, E. and Foxhall, L. (eds.) *Money, Land and Labour: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. London: Routledge, 2002, p. 175-184.
- Scheidel, W., Morris, I., and R. Saller (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Sickinger, J. P. *Public Records and Archives in Classical Athens*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.
- Sparkes, B. A. *The Red and the Black: Studies in Greek Pottery*. London: Routledge, 1996.
- Storck, J. and W. D. Teague. *Flour for Man's Bread: A History of Milling*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1952.
- Stroud, R. S. An Athenian Law on Silver Coinage. *Hesperia*, vol. 43, 1974, p. 157-188.
- Thür, G. *Beweisführung vor den Schwurgerichtshofen Athens: Die Proklesis zur Basanos*. Vienna: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1977.
- Todd, S. C. *The Shape of Athenian Law*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- Todd, S. C. How to Execute People in Fourth-Century Athens. In: Hunter, V. and Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 31-51.

Tordoff, R. Introduction: Slaves and Slavery in Greek Comic Drama. In: Tordoff, R. and Akrigg, B. (eds.) *Slaves and Slavery in Greek Comic Drama*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 1-62.

Vlassopoulos, K. Greek Slavery: From Domination to Property and Back Again. *Journal of Hellenic Studies*, vol. 131, 2011, p. 115-130.

_____. Review of J. Ober, *The Rise and Fall of Classical Greece. The Princeton History of the Ancient World*". *Bryn Mawr Classical Review*, 2016a.

_____. What do we really know about Athenian Society? *Annales*, vol. 71, 2016b, p. 683-708.

Wiedemann, T. *Greek and Roman Slavery*. London: Croom Helm, 1981.

Zuiderhoek, A. *The Ancient City*. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.

ESCRavidÃO E A EFLORESCÊNCIA ECONÔMICA DE ATENAS: A ESCRavidÃO DE MOINHO COMO UM ESTUDO DE CASO

Jason Douglas Porter¹

Tradução de *Gabriel Cabral Bernardo**

RESUMO: Seguindo uma recente onda de argumentação bibliográfica a favor de um crescimento significativo na economia grega antiga, diversos livros pioneiros buscaram explicar esse fenômeno pelas lentes da Nova Economia Institucional (NEI). O inegável prevaecimento da escravidão por toda a história grega antiga, entretanto, não foi integrado substancialmente nessas novas análises. Esse artigo pretende tratar desse problema, elucidando alguns dos modos pelos quais a escravidão contribuiu para a eflorescência econômica do final do Período Arcaico e do Período Clássico da Grécia (600-300 a.C.) dentro de uma abordagem focalizada institucionalmente. Examinando especificamente o Estado de Atenas, esse estudo argumenta não apenas que o sistema da escravidão importou uma vasta quantidade de trabalho de outras regiões do Mediterrâneo para dentro da política ateniense, mas também que ela direcionou o trabalho para objetivos economicamente produtivos que foram, por outro lado, limitados pela estrutura social ateniense. O uso de escravos em operações de moagem nos provê de um exemplo-chave e frequentemente ignorado, que será aqui usado como um estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Instituições; Crescimento Econômico; Moagem; Exploração.

Nos últimos 15 anos, as discussões acadêmicas sobre a economia grega antiga mudaram radicalmente. Em décadas anteriores, os historiadores aceitaram amplamente um modelo da economia antiga que enfatizava a subordinação das forças econômicas às políticas e sociais por toda a história clássica, resultando em um pequeno índice de crescimento econômico.² Nos últimos 20 anos, entretanto, acadêmicos argumentaram o contrário: que a economia ateniense foi guiada por um comportamento econômico racional (e. g. Loomis, 1998, p. 253-254; Christesen, 2003), e muitos estudos argumentaram

¹ Doutorando do Departamento de Estudos Clássicos e Arqueologia da Universidade de Nottingham. Eu gostaria de agradecer a David Lewis por sua ajuda ao escrever esse artigo, esse que se beneficiou não apenas diretamente de suas ideias, mas também do meu acesso a muitos trabalhos seus ainda não publicados. David, obviamente, não deve ser tido como responsável por qualquer erro no que segue. E-mail: Jason.Porter@nottingham.ac.uk.

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: gacabe@hotmail.com.

² Esse modelo foi defendido por Moses Finley (1973). Cf. Austin e Vidal Naquet, 1977; Meikle, 1996; Millet, 2001.

recentemente que as economias da Grécia arcaica e clássica de fato testemunharam um crescimento considerável.³ Várias novas sínteses da economia antiga seguiram essa mudança de foco, incluindo dois volumes editados sobre o Mundo Antigo em geral (Scheidel *et al.*, 2007; Droß-Krüpe *et al.*, 2016) e o *The Making of the Greek Economy* de Alain Bresson (2016). Esses estudos se apoiam fortemente na perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI) para explicar a base desse crescimento econômico nas instituições particulares das cidades da Grécia clássica (Ruffing, 2016). Outra contribuição notável, o *The Rise and Fall of Ancient Greece* de Josiah Ober (2016), também incorpora a análise da NEI no argumento mais geral de que, durante o Período Clássico, a economia e a sociedade grega experimentaram um período de “eflorescência” (p. 5-6, *passim*).

Entretanto, ao passo que o predomínio da escravidão na Grécia antiga era central para a visão precedente sobre economia antiga (e.g. Finley, 1973, p. capítulo 2), a escola da NEI a incorporou insuficientemente em suas análises. Isso foi notado em resenhas de Ober (Vlassopoulos, 2016a) e Bresson (Lewis, 2017). De fato, ambos os autores mencionam a escravidão inúmeras vezes nesses trabalhos, mas seus efeitos não possuem nenhuma discussão mais extensa em suas narrativas, igualmente aos volumes editados com foco na NEI. Como Lewis (2017, p. 241) escreve:

o tom otimista dos trabalhos [econômicos] recentes [...] ainda não reconhece totalmente a contribuição dessa instituição parasitária, o trabalho escravo importado, que com certeza está entre um dos fatores institucionais mais importantes que guiou a eflorescência das cidades-Estado [gregas].

O que segue são alguns apontamentos que creio serem relevantes para corrigir esse problema. Restringi meu alcance a Atenas, devido a considerações de espaço e também à quantidade comparativamente grande de evidências de Atenas, o que nos coloca em uma boa posição para estudar detalhadamente a relação de um sistema escravista de uma cidade grega com sua economia.

³ Uma síntese abrangente pode ser encontrada em Bresson, 2016, p. 203-208, *passim*.

Esclarecerei em uma seção preliminar o que entendo por “a instituição da escravidão” e qual seu lugar dentro de uma abordagem da economia de Atenas focada na NEI. Depois disso, discutirei primeiramente a base da economia ateniense em casas individuais e o papel consequente da escravidão em prover uma força de trabalho permanente dentro dessa estrutura, ainda além da família mais imediata. Minha seção final discutirá os escravos em empreendimentos industriais de moagem. Isso parcialmente porque a moagem é um bom exemplo de trabalho no qual a exploração de escravos pode ser feita particularmente produtiva, e parcialmente porque sua significância nesse sentido recebeu, até agora, pouca atenção.

1. A Instituição da Escravidão em Atenas

Para definir o que queremos dizer por uma “instituição”, devemos nos voltar a Bresson (2016, p. 19-20), quem, se baseando no trabalho de Douglass North, define “instituições” da seguinte maneira:

Instituições incluem todas as formas de restrição usada por humanos para regular suas relações mútuas. Instituições são, na verdade, tanto formais quanto informais: regras legais, convenções simples, códigos de conduta – todas essas podem ser caracterizadas como “instituições”. Instituições podem ser criadas, como a Constituição dos Estados Unidos da América, ou podem evoluir conforme o tempo, como a *Common Law* britânica. Restrições institucionais incluem tanto o proibido como o permitido. Elas são comparáveis às regras de um jogo.

Em Atenas, o poder ilimitado sobre uma pessoa poderia ser adquirido teoricamente por meio de métodos de transação de propriedades, como Lewis (2018, p. 39-48) destacou recentemente.⁴ Pessoas sujeitas a essa condição eram legalmente definidas por um único *status*: *doulos*. Isso não quer dizer, ao menos até onde conhecemos do que sobreviveu da lei ateniense clássica, que os *douloi* eram assim definidos explicitamente pelo código legal ateniense. Ao invés disso, a lei ateniense sancionava, protegia e regulava por meios específicos o direito de pessoas tratarem outras pessoas como propriedade. Diferenças entre escravos e

⁴ Cf. Todd, 1993, p. 184-185; Harrison, 1968, p. 164-177.

libertos de acordo com as leis penais, judiciárias e contratuais reforçavam o *status* de segunda-classe dos escravos.⁵

As leis que cercavam a escravidão na Atenas clássica são um reflexo do fato de que a posse de escravos era uma convenção social proeminente. Não há espaço aqui para discutir a extensão da posse de escravos na Atenas clássica, o que foi objeto de intenso debate nos últimos 50 anos.⁶ Entretanto, poucos argumentariam contra a ideia de que ao menos entre os ricos de Atenas, a posse de escravos era quase universal. Todos os atenienses ricos possuíam escravos, ao menos parcialmente porque seus contemporâneos tinham, assim como seus ancestrais. Apesar de não podermos quantificar numericamente, é claro que isso resultou em uma quantia considerável de trabalho sendo importado para dentro de Atenas por todo o Período Clássico e também no começo do século VI.⁷ Podemos também supor com alguma segurança que convenções sociais teriam tido algum papel em ditar o trabalho nos quais os escravos eram empregados e como eles eram tratados além do que era especificado na lei. Em outras palavras, um conjunto de ideias preconcebidas sobre escravos e sobre a posse de escravos, compartilhada entre os residentes de Atenas, influenciava fortemente a realidade da escravidão ateniense.

As convenções sociais da posse de escravos, reforçadas pelas leis atenienses que as cercavam, compreendem os elementos institucionalizados da escravidão em Atenas.

As instituições de uma dada sociedade podem ser classificadas em quatro setores principais: o político (o Estado ou outras formas de autoridade coletiva), o simbólico (religião e outras visões de mundo), a reprodução de pessoas (parentesco e demografia) e a produção de bens materiais (economia) (Bresson, 2016, p. 26).

Como Bresson (2016, p. 28) ainda argumenta, a divisão entre essas categorias é frequentemente arbitrária e elas são todas intimamente interligadas.

⁵ Sobre o tratamento severo dos escravos na lei ateniense ver Hunter, 2000, p. 70-94, 154-184; 1992; Todd, 2000; Mihardy, 2000; Thür, 1977. Sobre a falta de agência legal de escravos ver Dem. 53.20; Lewis, 2018, p. 46-47; Todd, 1993, p. 187.

⁶ O debate é bem resumido por Fisher, 1993, p. 37-47; Tordoff, 2013, p. 16-23; Lewis, 2018, p. 180-183.

⁷ Sobre o comércio de escravos ateniense, ver o mais recente Lewis, 2011.

Isso é bem demonstrado pela instituição da escravidão. Como um sistema que regula a commodificação de pessoas, ela é econômica. Mas porque os escravos são seres humanos, a escravidão é igualmente uma instituição política (por excluir escravos de processos de tomada de decisões políticas e da cobertura dos direitos civis atenienses) e preocupada com a reprodução de pessoas (pela assimilação dos escravos no *oikos* de seu mestre e pela negação a eles de direitos formais a aspectos normais do parentesco).⁸ A existência de escravidão também teve um impacto profundo nas instituições simbólicas da pólis. Conceitos de escravidão e liberdade desenvolvidos em relação à escravidão da vida real adquiriram um significado mais amplo que permeou o pensamento grego, como, por exemplo, nas relações entre Estados (Vlassopoulos, 2011, p. 117-118) e, por outro lado, na ideia de liberdade e cidadania, a qual discutiremos adiante.

A escravidão é proeminente naquilo que resta da produção cultural ateniense, um fato que reflete a importância dessa instituição em particular para a sociedade mais ampla. Isso foi articulado com mais reconhecimento por Moses Finley (1959; 1980, capítulo 2), para quem Atenas se qualificava como uma das poucas “sociedades escravistas” da história. Acadêmicos mostraram recentemente que Atenas não era assim tão única nesse sentido, como Finley pensava, e questionaram a própria utilidade do termo “sociedade escravista” (e.g. Lenski, 2018). Ainda assim, a centralidade da escravidão para a sociedade ateniense não está em questão (e.g. Hunt, 2018, p. 66-77). Mesmo que dados demográficos precisos para os escravos atenienses não existam, como mencionei acima, muitos historiadores acreditam que eles compuseram aproximadamente um terço da população ateniense (*ibid.*; Ober, 2016, p. 92).⁹

Que a escravidão foi importante para a economia grega também não está em questão. Ober (2016, p. 8-9), por exemplo, considera a exploração um fator importante no crescimento econômico grego, apesar de não ser um fator único o suficiente para ser explicativo. Bresson (2016, p. 221) escreve que os

sucessos [da Grécia] não nos deveriam fazer esquecer a cruel exploração dos escravos, que foi um dos pilares do sistema [...].

⁸ Também conectado com o político estão as regras sobre quem não pode ser escravo. A legislação soloniana do século VI proibia a escravização de cidadãos atenienses pela dívida (Harris, 2002a) e a escravização de uma pessoa livre era punível com a morte (Hansen, 1976, p. 47).

⁹ Bresson (2016, p. 459-460 n. 144) destaca a incerteza e a flutuação acima de tudo.

Iniciativa, inventividade, a busca pela solução institucional mais rentável e ao mesmo tempo a exploração sem limites de escravos: essas eram as forças motrizes na economia da cidade-Estado grega.

Bresson (2016, p. 123, 126-127) enfatiza corretamente a importação em larga escala de escravos para Quios durante os períodos Arcaico e Clássico, algo crucial para o desenvolvimento de sua economia baseada no comércio de vinho internacional.

Entretanto, como aponte em minha introdução, falta nos trabalhos de Bresson e de outros uma análise estruturada da importância da escravidão. As muitas observações perspicazes de Bresson sobre o papel que a escravidão possuía na economia grega são geralmente subdesenvolvidas e limitadas a um raciocínio secundário – uma qualificação sobre o papel que a ecologia, a competição e os mercados protegidos e regulados por lei mantinham no desenvolvimento econômico da Grécia. Uma vez que o crescimento econômico guiado por objetivos econômicos racionais foi devolvido à nossa análise da economia grega, o papel da escravidão em facilitar esse crescimento merece mais ênfase do que aquela que tem sido concedida recentemente.

Na esfera da agricultura, Michael Jameson (1977-8) argumentou há muito tempo que a posse de escravos permitia um uso intensivo da terra ateniense, que explorava completamente terras limitadas para a obtenção de colheitas de alto rendimento. Sua posição encontrou mais apoio na prospecção arqueológica publicada por Lohman (1992; Jameson, 1992), bem como, eu argumentaria, nos achados mais recentes de Moreno (2007).¹⁰ As conclusões de Jameson também se conectam melhor com a recente revisão da economia grega.¹¹ Decidi, nesse artigo, não focar em uma discussão muito extensa sobre agricultura, sendo ela bem estudada como já é. Dito isso, muitas das conclusões que proponho nos próximos parágrafos deveriam ser vistas como referentes tanto à agricultura quanto como a outras atividades econômicas.

¹⁰ Moreno identificou uma área de cerca de 30 quilômetros de terras limpas e terraceadas no antigo *demo* de Evônimo e nas de Halimous e Aixone que o cercam. Boa parte das construções podem se datadas do Período Clássico, levando em conta a evidência de cerâmicas recuperadas e inscrições (Moreno, 2007, p. 51-55). Hunt (2018, p. 71-72) e Foxhall (2007, p. 121-124) também escreveram sobre a importância da escravidão para a agricultura grega.

¹¹ A agricultura intensiva se presta melhor ao plantio orientado para o mercado, o que os acadêmicos agora veem como um elemento significativo da economia de Atenas (Lewis, 2018, p. 186-193; Harris e Lewis 2016, p. 12-13).

2. *Escravidão, a Casa Ateniense e as Forças de Trabalho Permanentes*

A escola da NEI frequentemente aponta as proteções igualitárias fornecidas para aqueles do *status* de homem adulto cidadão nas leis gregas – observáveis sobretudo na democracia ateniense – como um elemento-chave por trás da eflorescência da cultura e do crescimento econômico grego. Isso é também atribuído a uma ideologia que destacava a igualdade entre os cidadãos atenienses, sendo melhor articulada por Ober (2016, p. 110-117, *passim*). Os editores do *Cambridge Economic History of the Ancient World* fizeram uma observação semelhante em sua introdução (2007, p. 10-11): “Por outro lado”, eles adicionam, “a ideologia da cidadania igualitária masculina guiou muitas formas de atividade econômica para as margens da sociedade respeitável”. De fato, a mesma ideologia que moldou um corpo cívico cuja propriedade e investimentos eram igualitariamente protegidos pela lei, por suas limitações na extensão dessa igualdade também moldou um sistema de trabalho fortemente influenciado por fronteiras legais de *status*.

Especificamente no contexto da Atenas clássica, Osborne (1995) argumentou que a crença de que os cidadãos atenienses não precisavam que trabalhar sob certas condições consideradas humilhantes era essencial aos princípios democráticos de Atenas, e que os escravos preenchiam as lacunas resultantes disso nas demandas de trabalho atenienses. Podemos separar as conclusões de Osborne em duas vertentes que ele discute em vários pontos por todo seu capítulo. 1) Certas tarefas eram reservadas primeiramente para escravos. 2) Os cidadãos atenienses raramente trabalhavam a longo prazo empregados por outro cidadão, enquanto que escravos o faziam regularmente. Nenhum desses pontos está sendo posto em questão, até onde sei, e eu gostaria de desenvolver algumas de suas ramificações sobre a economia ateniense com algum detalhe a mais, começando com o segundo ponto.

Apesar de haver motivos para pensar que o trabalho assalariado era uma parte importante da economia ateniense (Vlassopoulos, 2016b, p. 673-675), as fontes atenienses parecem ter distinguido o trabalho temporário ou assalariado do “trabalho que requeria serviços regulares e repetitivos para um único empregador em uma base contínua durante um período contínuo – o que chamaríamos de ‘emprego’” (Cohen, 2006, p. 100 com referências). Esse último

tipo de trabalho, que pressupunha dependência sobre outra pessoa, era ridicularizado por limitar a liberdade de uma pessoa e foi, portanto, igualado à escravidão em termos abstratos (Osborne, 1995, p. 36-37; cf. Scheidel, 2002, p. 182; Ste. Croix, 1981, p. 40). Aristóteles (*Pol.* 3.1278a11-13) o definiu como o âmbito de um escravo. No diálogo socrático *Memoráveis* (2.8.3-5), de Xenofonte, Sócrates sugere que um cidadão chamado Eutero se empregue como administrador (*epistates*) da propriedade de outra pessoa para melhorar seus recentes problemas financeiros. Significativamente, Eutero responde que ele não poderia fazê-lo, pois “seria difícil para mim para me fazer semelhante a um escravo”. Obviamente, não devemos assumir que as atitudes expressas nessas fontes sejam suficientemente fortes para impedir cidadãos de obterem sustento dessa forma (Scheidel, 1990). De fato, o próprio fato de Xenofonte mencionar esse trabalho nos diz que ele era uma opção para os cidadãos e para outros trabalhadores livres, e sugere que essa era posição ocupada ao menos por alguns.¹² Um discurso forense escrito por Demóstenes (57.35) descreve uma cidadã trabalhando como ama de leite. No final do século IV, o filósofo Cleante supostamente trabalhou como assalariado levando água para um jardim e moendo grãos para um vendedor de farinha (Diog. Laert. 7.168-169). Entretanto, em ambos os casos, o trabalho é retratado como um sinal de pobreza; no primeiro, vemos que ele pôs em questão o *status* legal da mulher que o realizou (Dem. 57.45).¹³

A impressão geral que temos de nossas fontes é que quase qualquer um que pudesse seria autônomo (Lewis, no prelo 1). Isso está ligado ao fato de que “as estruturas institucionais da sociedade grega eram estranhas à ideia da corporação, sendo firmemente enraizadas em instituições alternativas, as relações sociais da casa” (Foxhall, 2007, p. 39; cf. Davies, 2007, p. 128-129). A proeminência no mundo moderno do trabalho dirigido de cima para baixo tendo em vista um objetivo unificado, facilitado em larga escala pela predominância de empresas, foi conseqüentemente muito menos predominante em Atenas. Entretanto, ele existia dentro dos limites das casas individuais, sobretudo através

¹² Já se argumentou razoavelmente que essa passagem é uma indicação direta de um aumento em administradores contratados permanentemente, causado pelas dificuldades financeiras dos cidadãos que seguiram o final da Guerra do Peloponeso (Audring, 1973, p. 114-115).

¹³ Além disso, Cleante era um meteco imigrante, não um cidadão, e ele trabalhava a “meio período” para se dedicar à filosofia durante o dia. A amamentação, inclusive, é um trabalho que requer uma afiliação longa, mas ainda assim temporária com um empregador.

da posse de escravos. Talvez o indicador mais forte dessa realidade é a ausência, em nossas fontes, de pessoas nascidas livres trabalhando em posições administrativas em casas da elite. Ao invés disso, encontramos numerosos escravos e libertos ocupando esses papéis, ao ponto de que o emprego de escravos administradores parece ter sido costumeiro entre as casas atenienses mais ricas.¹⁴

Em um capítulo sobre instituições econômicas antigas, Frier e Kehoe (2007, p. 126-127) notam o papel que empresas desempenham em uma economia ao restringir transações e, assim, seu custo. Além disso, como Harper (2010, p. 213) nota em relação à escravidão romana, os custos de transação envolvidos na aquisição de escravos para um posto são geralmente muito menores que aqueles envolvidos na aquisição de uma pessoa livre. Davies (2007, p. 354) também observa que a escravidão

[...] tinha a vantagem sobrepujante de prover um meio, através do comércio de escravos, de mover homens e mulheres eficientemente (porque o eram forçosamente) por longas distâncias e, se necessário, através de fronteiras étnicas e culturais para onde eles poderiam ser lucrativamente usados.

Em outras palavras, a escravidão rentável recentralizou o trabalho tendo em vista finalidades produtivas, e isso se aplica não apenas através de fronteiras estatais, mas também através de casas em uma única cidade, mesmo dentro de uma única casa. Sem dúvida é verdade que a proteção de cidadãos atenienses nutriu um clima econômico competitivo que levou ao crescimento. Entretanto, essa estrutura competitiva também funcionava pela direção forçosa de uma parte maior da população de Atenas, que também seguramente deve ter desempenhado seu papel no aumento da produção.

A ausência de empresas antigas e o domínio da casa como uma unidade econômica, como Frier e Kehoe (2007, p. 127-137) continuam observando, são refletidos na ausência, nas leis grega e romana, de leis que facilitassem a designação de agência de uma parte a terceiros externos à casa. No lugar disso, dependentes (em Atenas, escravos e libertos) realizavam o papel vital de agentes

¹⁴ Alguns exemplos: escravos (Aeschin. 1.97; Dem. 36.13; Xen. *Mem.* 2.5.3) e libertos (Dem. 27.19; 36.4; Isae. 6.19-21). Escravos parecem ser a fonte primária de administração agrícola no *Econômico* (e.g. 12.2-3) de Xenofonte e no *Econômico* de Pseudo Aristóteles (e.g. 1.1344a25-6).

(Harris, 2013a, p. 112, *passim*). Frier e Kehoe focam na indústria bancária, que se apoiava tanto em escravos quanto em liberto, até onde sabemos de acordo com as evidências (cf. Cohen, 1992, 73-101). Esse é um ponto importante. Harris (2013b; 2015, p. 130-133) corretamente chamou a atenção para a importância, na economia ateniense, do capital de investimento disponível rapidamente, tanto como um indicador de mercados quanto como um ímpeto de crescimento. O papel vital que os escravos desempenhavam em facilitar empréstimos de capital, entretanto, também é claro. A indústria bancária de Atenas é o exemplo mais proeminente, mas mesmo fora do mundo bancário encontramos escravos profundamente envolvidos no processo de administração de empréstimos, onde seus mestres inevitavelmente ricos (i.e. aquele que tinham o dinheiro para investir) eram incapazes. Assim, era um escravo que, enquanto seu mestre estava fora de Atenas, coletava o aluguel de uma oficina endividada e a tomava quando o aluguel não era pago (Dem. 37.25).¹⁵ Em outro caso, um escravo estabelecido no Bósforo foi incumbido de examinar a carga de um navio, para cuja viagem seu mestre ateniense havia feito um empréstimo (Dem. 34.8).

A economia estruturada pelas casas de Atenas também afetou os setores artesanais da cidade. Particularmente notáveis são as consideráveis oficinas manufatureiras das quais sabemos, que eram compostas (tanto os trabalhadores quanto a administração) inteiramente por escravos. Confessadamente, nossos exemplos detalhados bem limitados.¹⁶ Entretanto, vários dos líderes políticos de Atenas na segunda metade do século V fizeram suas fortunas por meio da manufatura, e é comumente pensado que eles o fizeram por meio do emprego de escravos (Acton, 2014, p. 16; Davies, 1971, p. 404; Lind, 1990 88-93).¹⁷ Essas oficinas compõem quase todas as nossas evidências para a produção em massa na história da Atenas clássica. Apesar de ser difícil de quantificar a produção total dessas operações em um dado momento, elas provavelmente compuseram boa grande dos bens não-agrícolas vendidos nos mercados de Atenas.

¹⁵ Que esse escravo coletava o aluguel é plausivelmente inferido por MacDowell (2004, p. 175).

¹⁶ Demóstenes (27.9) herda 32 ou 33 escravos fabricantes de lâminas e 20 escravos fabricantes de mobília, Timarco 9 ou 10 sapateiros (Aeschin. 1.97). No século V, a família de Lísias possuía cerca de 120 escravos (Lys. 12.19), muitos dos quais estavam provavelmente envolvidos em seu negócio de fabricação de escudos (12.8). Apolodoro também possuía um negócio de fabricação de escudos considerável no século IV (Dem. 36.11). As *Memórias* (2.7.6) de Xenofonte também descrevem indivíduos ricos que ganhavam dinheiro por meio de escravos manufatureiros.

¹⁷ Kron (1996, p. 131-174) discutiu com profundidade evidências de que a elite de Atenas normalmente possuía tais operações.

É importante que essas operações facilitavam (ou melhor, forçavam) uma grande medida de cooperação entre artesãos; trabalhadores teriam compartilhado ferramentas e instalações (espaço de trabalho, bancas de venda e recursos naturais ou fixos) conforme fosse preciso. Tais operações requereriam uma organização considerável, mas mesmo um único artesão operando sozinho teria necessidade de organizar seu suprimento de materiais e ferramentas, além de interagir com um comprador ou compradores de seus produtos. Um único chefe de oficina, como aquele da oficina de fabricação de lâminas de Demóstenes (27.19), podia lidar com o lado organizacional do empreendimento, enquanto artesãos permaneciam focados em seus trabalhos. Como Xenofonte (*Oec.* 20.16) diz:

[...] isso faz uma grande diferença na lucratividade da agricultura, mesmo quando muitos trabalhadores estão empregados, se um homem se preocupa que os trabalhadores estejam trabalhando durante os horários de serviço, enquanto outro não se ocupa disso (tradução de Pomeroy, 1994).

A agricultura não era única nesse sentido, como se poderia pensar que essa passagem sugere.

Oficinas de escravos também teriam permitido a especialização do trabalho manual. Harris (2002b) notou que enquanto a economia ateniense incluía uma especialização horizontal significativa por toda a cidade, ela não possuía alguma especialização vertical notável dentro de um único empreendimento.¹⁸ Isso deve ser visto como algo parcialmente decorrente da predominância da casa independente na economia de Atenas, apesar de Harris (2002b, p. 80-81) argumentar que o baixo nível de tecnologia, que reduzia os possíveis passos em um dado processo de produção, geralmente também contribuía para isso dando pouco incentivo à organização de um alto nível de especialização vertical. Isso é verdade na comparação entre as economias industriais em geral e muitos dos processos específicos de manufatura de Atenas. Ainda assim, especialização vertical ainda tinha um valor significativo em

¹⁸ “Especialização horizontal é criada pela diversidade de bens e serviços produzidos por um dado nível de tecnologia. [...] Especialização vertical se refere ao número de habilidades ou funções necessárias para produzir um único produto ou linha de produtos” (Harris, 2002b, p. 70).

umentar a produção em certos processos, como Xenofonte notou em uma passagem bem conhecida de sua *Ciropedia* (8.2.5). O tipo de especialização que Xenofonte tem em mente, além do mais, é mais produtiva em um ambiente onde as transações entre diferentes especialistas são minimizadas, como em uma oficina. Bresson (2016, p. 188-189) nota como a especialização provavelmente teve um efeito profundo, por exemplo, na fabricação de armas, baseando-se no grande número de oficinas atenienses compostas por escravos das quais temos notícias. O ponto-chave, entretanto, é que tais oficinas só existiam em Atenas graças à sua instituição da escravidão.

Uma indústria que Bresson e Acton (2014, capítulo 3) destacam como um exemplo que teria ocasionado um alto grau de especialização é a indústria da cerâmica.¹⁹ Dos achados arqueológicos e das pinturas em vasos parece que, começando no século VI e continuando por todo o Período Clássico, muito da cerâmica ateniense foi feita em oficinas compostas por cerca de seis pessoas; talvez mais em alguns casos (Acton, 2014, p. 84-86 com referências). Arafat e Morgan (1989, p. 317, 327-328) sugerem que essas operações eram organizadas ao redor de famílias estendidas, sugestão essa que considero plausível, mas improvável que tenha sido a regra. O ombro de uma hídria de figuras negras²⁰ impressa no trabalho de Arafat e Morgan (1989, p. 317, fig. 2), datada da penúltima década do século VI, mostra uma oficina cerâmica movimentada, supervisionada por um chefe de oficina que, vestido com um *khiton*, parece ser de um *status* mais alto que os outros trabalhadores, que estão nus. Não há nada na cena que sugira que a oficina seja um negócio de família do tipo que os autores imaginam. Negócios compartilhados por irmãos, sem considerar outros parentes, são virtualmente inexistentes nas evidências do Período Clássico, e casas geralmente parecem ter sido baseadas ao redor de uma família nuclear.²¹ É muito mais provável que essas oficinas eram compostas por escravos.²² De modo mais geral, por conta do desgosto dos atenienses pela dependência a outros, em qualquer lugar que a especialização fosse possível na economia ateniense ela teria

¹⁹ O capítulo de Acton é frequentemente bem informado e perspicaz, mas também contém muitas imprecisões factuais que Rostroff (2015) listou em sua resenha.

²⁰ Munique, Staatliche Antikensammlungen und Glyptothek Inv. 1717.

²¹ Acadêmicos apontaram para algumas disputas legais entre parentes de sangue para defender esse ponto (Foxhall, 2007, p. 51-52; Roy, 1999, p. 3).

²² Os nomes de vários pintores de vasos do século VI, de fato, sugerem fortemente que eles eram escravos (Sparkes, 1996, p. 110-111).

sido facilitada ainda mais pela escravidão, mesmo no caso de um único trabalhador livre com um escravo.

Também não deveríamos esquecer que um *staff* permanente de escravos públicos (*demosioi*) era essencial para o funcionamento do Estado de Atenas. Por toda a sua história clássica, a implementação das leis e políticas atenienses eram supervisionadas por magistraturas temporárias ocupadas por cidadãos – e mesmos seus secretários eram restringidos a limites de mandato ([Arist.] *Ath. Pol.* 54.3-5). O Estado se apoiava em escravos públicos para (entre outras coisas) providenciar a proteção da propriedade, comércio e investimentos que os acadêmicos hoje tomam como uma explicação para o crescimento grego na Antiguidade. Um bom exemplo são os *dokimastai*, escravos públicos incumbidos de julgar a autenticidade de moedas que circulavam em Atenas (Stroud, 1974, p. 165-167).²³ Similarmente, Harris (2016, p. 120-124) argumenta que os registros estatais de comércio de terras mantidos pelos *poletai* de Atenas teriam auxiliado a facilitação da existência de um mercado de terras ativo. A cópia e a manutenção desses registros, assim como outros, também dependia dos *demosioi* (Ismard, 2017, p. 38-40; Sickinger, 1999, p. 144).²⁴

Resumindo, a economia ateniense foi construída ao redor da ideia da casa independente. Por essa razão, a escravidão proporcionava um meio, senão limitado, de criação de empregados permanentes, o que permitia a direção eficiente de grandes forças de trabalho tendo em vista a produção em massa, a administração de investimentos de capital e um sistema de burocratas especialistas capazes de facilitar a proteção da atividade econômica pela lei. Espero que seja óbvio que nada disso constitui uma defesa da instituição da escravidão, que eu tomo como indefensável dado seu alto custo humano. Além da restrição do livre arbítrio dos escravos e da desonra de sua posição na sociedade, poderíamos preencher todo um artigo muitas vezes maior do que esse com discussões sobre as injustiças e crueldades da escravidão ateniense. De fato, isso ficará ainda mais aparente conforme prosseguimos para o objeto de estudo da próxima seção.

²³ Ismard (2017, p. 40-41; cf. 83-86) encontra mais evidências de que essa função existia (ainda que não como uma função formalizada) ao menos desde o final do século V.

²⁴ Pseudo-Aristóteles (*Ath. Pol.* 47.5) menciona *demosioi* como responsáveis por arquivos justamente em conexão com os *poletai*.

3. Trabalho Escravo e Moagem Comercial

Conforme dito acima (ver p. 57 *supra*), Osborne argumentou que a escravidão protegia os cidadãos de participarem em trabalhos que eram particularmente indesejados. Ele menciona a mineração como um exemplo. De fato, poucos historiadores da Grécia antiga precisarão ser rememorados da importância da mineração de prata para a economia ateniense. Sua escala era enorme – arqueólogos descobriram cerca de 140 quilômetros de túneis de extração na região mineradora da Ática, de acordo com Rihill (2001, p. 116), e a maior parte deles foi feito no Período Clássico por uma força de trabalho que consistia quase que unicamente em escravos.²⁵ Suspeitamos que a mineração era um trabalho tão perigoso quanto desagradável, e que escravos eram, portanto, a força de trabalho ideal para conduzir tal trabalho.²⁶ Osborne (1995, p. 37) também argumentou que a racionalidade econômica pode ser observada a partir do fato de que “qualquer um dos trabalhos nos quais escravos eram empregados eram trabalhos que só valiam a pena serem feitos se eles não custassem mais que a manutenção mínima”. Outro exemplo seria a moagem de grãos, um que, apesar de não ter sido discutido por Osborne, cobre tanto sua categoria de trabalho escravo ideal – era indesejável e era provável que faturasse (segundo o valor de mercado) apenas marginalmente mais do que a manutenção de uma pessoa. Sendo assim, discutirei a moagem industrial em Atenas, sua importância para a economia ateniense e o papel crucial que instituição da escravidão ateniense teve em seu desenvolvimento.

Assim como outras sociedades pré-industriais, baseadas nos grãos, a de Atenas se apoiava em uma grande quantidade de mão-de-obra na moagem de grãos para a fabricação de farinha, e temos evidências consideráveis para moinhos comerciais. Dois indivíduos são identificados por sua profissão de moleiros (*mulothros*) em discursos forenses do século IV (Dem. 53.14; Din. 1.23)

²⁵ Em seus *As Rendas* (4.1-32), Xenofonte concebe a exploração estatal dessas minas puramente por meio da compra de escravos, o que ele justifica apontando que muitos cidadãos atenienses já as estavam explorando privadamente.

²⁶ Xenofonte parece dizer que tal trabalho resultaria em uma alta taxa de mortalidade (*Vect.* 4.14). Em períodos posteriores, a mineração continuou a ser o principal emprego de escravos e condenados (Millar, 1984, p. 137-143). Discutindo os escravos mineradores no Ponto, Estrabão (12.3.40) fala explicitamente sobre as condições terríveis e a alta taxa de mortalidade entre eles.

e uma comédia de Êubulo de meados do século IV foi intitulada “*A Moleira*” (fr. 65 K-A).²⁷ O Sócrates de Xenofonte (*Mem.* 2.7.6) afirma que um certo Nausicídes se tornou rico ao colocar escravos para fazer farinha de cevada (*alphita*), um produto que dois personagens aristofânicos compram do mercado (*Eccl.* 817-823; *Vesp.* 301). O *corpus* de Aristófanes também fornece referências a vendedores de pão (*Vesp.* 238; *Ran.* 112; cf. [Arist.] *Ath. Pol.* 51.3), que também teriam dependido em uma fonte regular de farinha, provavelmente suprida pelos moinhos de Atenas.

A moagem também acontece dentro do contexto doméstico das casas atenienses. De acordo com o estudo de Halstead (2014, p. 169-170) sobre a agricultura grega pré-industrial, a moagem dentro de casas particulares era evitada quase que universalmente durante esse período, apesar dos preços injustos que se pensava que os donos de moinhos cobravam: era desagradável a ideia de se usar familiares para moer grãos. Entretanto, o predomínio na Atenas clássica de escravos domésticos (sobre quem haveria menos problemas sobre submetê-los a essa tarefa laboriosa) fez com que a moagem doméstica fosse uma solução mais aceitável.²⁸ Para que uma indústria de moagem seja viável em larga escala, portanto, ela deve ter tido uma vantagem competitiva. O equipamento especializado pode ter providenciado um. Vários moinhos de funil datados do Período Clássico foram descobertos pela Grécia (Frankel, 2003, p. 7) e um do século V em Atenas (Runnels, 1981, p. 296). Eles também seriam mais caros do que pedras de moagem mais rudimentares (ainda que não possamos dizer o quanto) e teriam tomado fixamente um espaço mais considerável. Além disso, há motivos para pensar que a força de trabalho necessária a empreendimentos especializados em moagem poderia ser adquirida e mantida a um custo comparativamente pequeno, como mostrarei em seguida.

Nossas evidências fornecem referências abundantes a escravos em moinhos (*mylones*). No começo do século IV, Eufíleto, o orador do discurso *Contra Eratóstenes* (1.18) de Lísias, ameaçou a atirar seu escravo em um moinho, e quase 100 anos, um escravo temeroso se presume estar preocupado em sofrer o

²⁷ A epigrafia nos dá mais alguns exemplos (*IG* II² 10995; *IG* III 3.68a.1-2). Devo tais referências à lista de profissões de Lewis (no prelo 2).

²⁸ O poeta cômico Ferécates imaginou uma era anterior (uma sem escravos domésticos, especificamente) na qual mulheres livres tinham que moer sua própria farinha (fr. 10 K-A). O “camponês” (*Agroikos* 4.7) de Teofrasto faz insinuações sexuais à mulher que faz pão para ele (*sitopoios*) e termina a ajudando a moer grãos.

mesmo destino quando aparece, agitado, no *Herói* (2-3) de Menandro.²⁹ Um fragmento de Aristófanes sugere que a ideia de escravos sendo punidos ao serem enviados para o moinho era um *topos* literário na época em que seu *Babilônios* (fr. 95 K-A) foi apresentado em 426 a.C. Em outros fragmentos da Comédia Antiga, uma referência a “cair no moinho” foi atribuída a Êupolis (fr. 387 K-A) e ao comediógrafo Teopompo, supostamente ligando o moinho ao lugar onde escravos eram torturados (*basanisterion*: fr. 64 K-A).³⁰ O fragmento de Aristófanes vem do *Etymologicum Genuinem* (s.v. *zetreion*), cujo compilador bizantino acreditava que essa referência a um moinho descrevia um lugar no qual os escravos eram punidos, enquanto que em outro lugar ele poderia se referir a um processo de moagem de grãos. A fonte na qual Êupolis e Teopompo foram preservados o descreveu como uma “prisão de escravos” (*desmoterion*) em Quíos e na Acaia (*Etym. Magn.* s.v. *zetreion*).³¹ Seguindo especialmente essa segunda fonte, Hunter (1994, p. 171) argumentou que o termo *mylon*, quando aplicada ao tratamento de escravos, era um eufemismo para uma prisão de escravos em Atenas, na qual escravos desobedientes eram agrilhoados e fisicamente punidos.

Klees (1998, p. 188-192) está certo, entretanto, ao argumentar que essas passagens provavelmente se referem à venda ou aluguel temporário de um escravo a um moinho genuíno, apesar do papel indiscutivelmente proeminente que isso manteve nos discursos sobre disciplina de escravos.³² No caso das ameaças de Eufileto à escrava (Lys. 1.18), a venda está implícita na afirmação de que o sofrimento de sua escrava, se ela fosse posta em um moinho, “nunca cessaria” (μηδέποτε παύσασθαι). A menos que entendamos isso como Eufileto

²⁹ Outras referências de Menandro a escravos em moinhos: *O Escudo* 238-45; *Pk.* 277-78.

³⁰ A palavra aqui é *zetreion*, o significado sendo comparável a *mylon* nesse sentido como um moinho, de acordo com Pólux (7.19.2), que também sabia várias palavras para “moinho” (incluindo *mylon* e *zetreion*) que poderiam se referir a um lugar onde os escravos eram punidos (3.78).

³¹ Os autores de muitos outros léxicos concordam. George Querobosco (s.v. *zetreion*) e Élio Herodiano (3.1.372.7-8) o descreveram como significando ou uma prisão ou um moinho. O Suda (citando Êupolis), os léxicos de Hesíquio, Fótio, Pseudo-Zonara e o Lexica Segueriana simplesmente o listam como um lugar no qual escravos eram punidos (*kolasterion*, s.v. *zetreion*). A lista de sinônimos de João Filopono indica apenas uma definição de *zetreion*, como um lugar no qual os escravos eram punidos, apesar de a segunda definição parecer ter sido perdida em uma lacuna do manuscrito. A referência do *Etymologicum Magnum* a Quíos e Acaia é única, e não há sugestão de que o termo *mylon* poderia se referir a qualquer outra coisa que não um moinho.

³² Essa pode ser a crença do autor do *Etymologicum Gudianum*, considerando o termo *zetreion* (s.v.). Isso depende da tradução da conjunção *egoun*, que separa sua definição da palavra como uma prisão escrava e um moinho próprio no texto. Ela pode significar “ou”, mas ela também pode significar “mais especificamente”, e nesse caso o *zetreion* é descrito tanto como uma prisão de escravos e um moinho.

deixando implícito que sua escrava será mantida em uma cela pelo resto de sua vida, o que parece uma resposta drástica e antieconômica, isso deixa implícito que o “moinho” nesse caso não era estritamente uma prisão de escravos. Além disso, como afirma Klees (1998, p. 240), no *Cíclope* de Eurípides o sátiro Sileno tenta assustar Polifemo dizendo que Odisseu pretendia escravizá-lo e vendê-lo a alguém que o iria usar para remover pedras do chão ou que tê-lo “jogado em um moinho”.³³ Apesar desse destino prospectivo ser usado para horrorizar Polifemo (e é algo com certeza emblemático do sistema de escravidão contemporâneo de Atenas), sua motivação, nessas circunstâncias, não era punitiva. Fica claro que esse destino desagradável de escravos de moinhos era um objeto da literatura ateniense por uma grande parte do Período Clássico.

O estado abatido dos escravos destinados a moer grãos era um tópico recorrente nas obras greco-romanas por quase um milênio. Ele aparece possivelmente no primeiro exemplar sobrevivente dessa tradição literária, a *Odisseia* (20.107-120), nas palavras de uma escrava:³⁴

Doze mulheres trabalhavam nesses moinhos fazendo farinha de cevada e de trigo, a nutriz dos homens. As outras tinham ido dormir, tendo moído seu trigo, mas apenas ela, a mais fraca, não havia parado. Ela parou de trabalhar em seu moinho e, se levantando, disse uma palavra, um sinal para seu mestre: “Pai Zeus, senhor dos deuses e homens, você trovejou do céu estrelado, mas ainda não há nuvens em nenhum lugar: com certeza você está revelando um sinal para alguém. Faça acontecer esse dito proferido pelo meu eu miserável. Que os pretendentes festejem pela última vez nos salões de Odisseu. Eles me trazem tristeza com o trabalho amargo conforme lhes faço farinha de cevada, que eles jantem aqui pela última vez”.

Na época da Atenas clássica o destino nada invejável da escrava de Odisseu não era mais o resultado de um conjunto específico de circunstâncias (ela é forçada a moer grandes quantidades de grãos regularmente, para prover comida

³³ Como Klees (1998, p. 191-192 com n. 130) também aponta, a referência em Tucídides (6.22) a padeiros dos moinhos de Atenas levados em campanha não precisa se referir a homens livres, uma vez que muitos assumiram isso por conta da menção de um pagamento por seus serviços. Isso poderia ser um pagamento concedido a seus mestres.

³⁴ Dentre os estudos recentes argumentando sobre o *status* de escravos particulares dos *dmoes* em Homero estão incluídos os de Lewis (2018, p. 110-114) e Ndoye (2010, p. 236-237).

aos pretendentes de Penélope que jantam na casa de Odisseu durante sua ausência) mas a realidade permanente de muitos escravos que trabalhavam em moinhos comerciais. Os mesmos motivos ligados à escravidão e moagem também aparecem na literatura latina e grega posteriores. Cícero (1.4.14) não estava certo se um escravo fugido tinha sido posto em um moinho em uma carta a seu irmão Quinto; a condição detestável de um moinho de farinha foi famosamente descrita nas *Metamorfoses* (9.12) de Apuleio no século II d.C.; e o uso do moinho como uma punição para escravos é referida repetidamente em fontes da Antiguidade Tardia (Harper, 2011, p. 138-139, 231).

Nossas fontes atenienses dão pistas de uma exploração em larga escala de escravos na moagem de grãos, e a continuidade de representações de escravos moleiros por toda a história do Mediterrâneo antigo fornece uma chave para compreendermos o porquê esse foi o caso. Na Atenas clássica, que nunca viu a invenção do moinho giratório, a moagem de grãos inevitavelmente representou um trabalho físico difícil e repetitivo – uma afirmação que se aplica igualmente ao moinho de funil.³⁵ Na época de nossas fontes romanas, entretanto, o burro e o posterior moinho de água parecem ter (ao menos parcialmente) suplantado o esforço humano no processo de moagem (Curtis, 2001, p. 73-101). Os escravos abatidos das *Metamorfoses* de Apuleio trabalhavam em um moinho que utilizava força animal para mover a mó. Ao invés do trabalho em si, é a condição horrível do local de trabalho e de seu tratamento por seus mestres que chocou leitores posteriores dessa passagem (Wiedemann, 1981, p. 176), ao invés de sua exploração de trabalho exaustivo. Os escravos são cobertos de farinha e seus olhos estão inchados do ar sujo. Eles estão vestidos com trapos, foram tatuados em suas testas, possuem cicatrizes do açoite e estão acorrentados enquanto trabalham. Essas últimas condições carregam similaridades com os escravos enviados para moinhos na Atenas Clássica, que são açoitados (Lys. 1.18) e mantidos em grilhões (Men. Her. 2-3).

Eu argumentaria que isso reflete uma continuidade nos tipos de escravos empregados em moinhos e dos métodos de coagi-los, algo explicável pela

³⁵ Moinhos giratórios de mão parecem ter sido usados pelos cartagineses no começo do século IV a.C. e exemplares desse tipo foram escavados na Sicília, datados do século III (Curtis, 2001, p. 341-343). Um moinho que usava movimentos giratórios foi descoberto em escavações em Delos e datado do século III (Brunet, 1997), apesar de moinhos giratórios desse tipo em particular não terem deixado mais nenhum traço no registro arqueológico (Curtis, 2001, 288-289). Não há, portanto, nenhuma razão para pensar que os atenienses do Período Clássico possuíam essa tecnologia.

referência a três características particulares do antigo trabalho em moinhos, que envolvia girar uma mó, guiar um animal ou inserir grãos ao moinho e coletar a farinha dele. Primeiramente, as tarefas requeridas de escravos moleiros eram mecânicas, repetitivas e normalmente não exigiam qualificação. Como uma ocupação, portanto, o trabalho em moinho se encaixa confortavelmente na categoria de “trabalho intensivo pela dor”, definida por Fenoaltea (1984) como o trabalho que pode ser efetivamente coagido pela violência ou pela ameaça dela. Em segundo lugar, poderia ser facilmente feito com que um escravo moleiro realizasse seu papel inteiramente dentro do espaço restrito da sala de moagem, na qual apenas algumas mobílias eram necessárias. Assim, os donos de escravos poderiam agrilhoar escravos moleiros enquanto esses trabalhavam e, se seus proprietários tivessem demanda de farinha o suficiente para mantê-los trabalhando durante vários dias, poderia ser adequado aos interesses do senhor mantê-los forçosamente no mesmo lugar indefinidamente. Ambos esses fatores significariam que, se eles assim quisessem, o mestre de escravos moleiros ou um supervisor poderiam inspecionar o trabalho de perto e facilmente conforme ele era realizado. O trabalho também poderia ser facilmente avaliado em pontos determinados, pois (em terceiro lugar) o trabalho dos escravos moleiros poderia ser facilmente avaliado pela medição de sua produção.

Para donos de moinhos, esses fatores os permitiriam explorar escravos como parte de uma estratégia particularmente brutal de escravidão, uma que tinha várias vantagens do seu ponto de vista. A capacidade de um mestre em monitorar precisamente o trabalho do escravo significaria que esse teria poucas oportunidades de evitar fazer o trabalho a ele atribuído. Sua recusa em fazê-lo, além disso, poderia ser respondida com a ameaça de punições severas, isso sem afetar drasticamente sua capacidade de realizar o trabalho com o qual foi incumbido. Por fim, uma vez que escravos podiam ser agrilhoados enquanto trabalhavam, o medo de que eles tentassem fugir não teria inibido seus mestres de trata-los da maneira que quisessem. Diferentemente de algumas estratégias de escravidão sobre as quais temos evidências em Atenas, nenhum custo além do preço da compra dos escravos e de comida o suficiente para mantê-los vivos teriam sido gastos, e, ao invés de se sentirem compelidos a prometer a manumissão aos escravos, os proprietários poderiam mantê-los em cativeiro até quando eles não pudessem mais trabalhar.

Empreendimentos capazes de explorar lucrativamente escravos dessa forma poderiam comprar escravos que tinham se mostrado dispostos a resistir à sua escravidão, isso sem se preocuparem com o que outros comparadores em potencial poderiam achar sobre o que eles faziam.³⁶ Poderíamos até especular sobre o efeito que a resistência de um escravo poderia ter tido em seu preço no mercado, a menos que o vendedor fosse capaz e estivesse disposto de disfarçar seus motivos para vender um escravo rebelde a um comprador em potencial.³⁷ A capacidade de comprar e explorar escravos produtivamente que outros não comprariam, provavelmente significou que os donos de moinhos poderiam comparar escravos por preços relativamente mais baixos. Isso explica a sobreposição de moinhos como um empreendimento econômico e como um local de detenção e punição de escravos. Aqueles que quisessem se livrar de escravos rebeldes poderiam ter encontrado os meios de fazê-lo em um moinho. Moleiros, por sua vez, seriam capazes de explorar esses escravos por meio da violência. Além disso, os meios de disciplinar e coibir escravos – açoites, correntes etc. – podem também ter incluído um equipamento especial, que dava aos moleiros comerciais uma vantagem competitiva sobre moinhos domésticos.³⁸

Além do mais, o predomínio de moinhos comerciais desempenhou um papel vital na crescente urbanização ateniense e na especialização de papéis. Como Zuiderhoek (2017, p. 134-140) enfatizou recentemente, um fator da urbanização de cidades no Mundo Antigo foi o aumento do número de manufatureiros especializados e de outros trabalhadores não-agrícolas, esses que puderam se apoiar em um interior agrícola e no comércio internacional de grãos. Creio ser provável que casas que plantavam seus próprios grãos para o consumo achariam mais rentável moê-los em casa, minimizando assim as transações de mercado. Por exemplo, a casa de base agrícola no *Econômico* de Xenofonte, uma que plantava grãos (16.9-18.9), mantinha escravos domésticos (e.g. 7.35) que provavelmente eram utilizados para a moagem.³⁹ Para as casas que tinham que

³⁶ Estrabão (12.3.40) descreve uma mina romana no Ponto que explorava especificamente escravos vendidos por conta de sua rebeldia.

³⁷ Mentir no mercado era ilegal pela lei ateniense (Hyp. 3.14) e poderia causar conflitos indesejados entre duas partes.

³⁸ Lewis (2018, p. 41 n. 49) nota uma referência sobre um equipamento colocado no pescoço que impedia escravos de comerem o produto de seu trabalho (Ar. Fr. 314 K-A).

³⁹ Xenofonte (*Oec.* 10.10) fala de um *sitopoios* na casa, um trabalho que incluía a moagem de grãos em algumas circunstâncias (Teophr. *Char.* 4.7; Thuc. 6.22). Ele também se refere a um *sitopoikos*

comprar grãos, entretanto, o custo de comprar farinha teria sido menor. Nem toda casa poderia adquirir um escravo, e aquelas que poderiam também podiam ter decidido usar o trabalho adicional em outra tarefa, como nos vários tipos de trabalho escravo discutidos na seção anterior.⁴⁰ Storck e Teague (1952, p. 71-75) argumentaram que o começo da moagem comercial foi sinônimo da própria industrialização. De fato, apesar de ainda haver muito que não saibamos sobre os processos de produção de farinha e de nossas fontes apontarem para uma variedade de estratégias diferentes, ainda assim deve ficar claro que a especialização urbana se beneficiou da especialização de moinhos comerciais.

Ainda assim, a acessibilidade a farinha seria vital ao sucesso; e aqui a importância da escravidão em facilitar o trabalho barato de moagem, como delineado acima, é essencial. Em um nível individual, a escravidão permitiu que moleiros tivessem lucro da exploração (no sentido mais completo possível) mesmo dos escravos mais resistentes. Em um nível social, esse sistema teria produzido um *commodity* valioso (farinha) com um custo econômico baixo para atenienses em geral. É impossível de quantificar a verdadeira extensão da indústria de moagem ateniense. Parece, entretanto, que ela foi bem extensa, uma conclusão que se encaixa bem com a impressão que tomamos da imagem recorrente do escravo moleiro na literatura ateniense. Bresson (2016, p. 195-196) argumentou que as melhorias na tecnologia de moagem (incluindo o moinho giratório) podem ter contribuído para o crescimento econômico ao liberar mulheres do dever de moer grãos, de modo que elas poderiam se focar em outras tarefas produtivas. Ele está certo em enfatizar o valor de remover a necessidade de moer grãos para a produtividade de uma casa, e seu foco na capacidade da tecnologia de fazer isso é justificada. Entretanto, sua análise não considera um fator essencial associado ao desenvolvimento e função da moagem de Atenas – a sujeição de certas partes da população de Atenas a uma vida de miséria para gerar esse aumento na produção.

(9.7, 9) no inventário das ferramentas da casa, que poderia se referir a um equipamento de moagem (Xen. *Cyr.* 6.2.31).

⁴⁰ O inventário de posses domésticas que Demóstenes (27.9-10) descreve no primeiro de seus discursos contra seu tutor é interessante. Demóstenes afirmar que ele herdou cerca de 50 escravos homens, mas em nenhum lugar ele menciona servos domésticos, apenas artesãos habilidosos. Ele pode ter elidido alguns escravos domésticos desse inventário (itens como esse são normalmente contados em milhares de dracmas), mas não o suficiente para prover farinha para 50 escravos.

Conclusão

Esse capítulo tentou destacar alguns exemplos específicos de como a exploração de escravos contribuiu para o crescimento da economia ateniense. Não podemos saber como Atenas teria se desenvolvido na ausência de escravos, mas o que é claro é que a escravidão estava intrinsicamente ligada à economia da Atenas antiga em vários aspectos. Assim como o fato de que a escravidão removia forçosamente indivíduos de áreas por todo o Mediterrâneo e utilizava seu trabalho dentro de economias de comunidades gregas como Atenas, a escravidão, como uma forma extrema de trabalho coagido, foi capaz de realizar coisas que o trabalho assalariado não conseguiu. Como defendi, qualquer argumento sobre crescimento durante esse período não pode, conseqüentemente, ser divorciado da escravidão institucionalizada.

Se eu puder refletir sobre a aplicação dessa questão ao mundo moderno, eu diria que é importante lembrar o papel crucial que a exploração de um grupo seletivo desempenhou na economia grega. Isso é ainda mais verdade se, como se suspeita, a Grécia antiga se tornou um substituto das democracias liberais modernas entre historiadores econômicos, com sua forte ideologia igualitária, proteção institucional de direitos de propriedade e sistemas políticos descentralizados. De fato, apesar de o grande crescimento econômico que testemunhamos nos séculos passados ter tido muitos efeitos positivos, não veríamos esquecer que houve e ainda há muita exploração no nosso mundo moderno, tanto dentro de nossos próprios países quanto de outros, com os quais estamos inexoravelmente ligados em uma economia global. Comparações diretas entre antigamente e agora são problemáticas, obviamente, mas ainda é válido refletir sobre o custo humano que frequentemente acompanha o crescimento econômico, quando percebido em uma escala social.

Artigo recebido em 25.03.2019, aprovado em 22.04.2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acton, P. *Poiesis: Manufacturing in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Arafat, K. e Morgan, C. Pots and Potters in Athens and Corinth: A Review. *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 8, 1989, p. 311-346.

Audring, G. Über den Gutsverwalter (*Epitropos*) in der Attischen Landwirtschaft des 5. und 4. Jh. v.u.Z. *Klio*, vol. 55, 1973, p. 109-116.

Austin, M. M. e Vidal-Naquet, P. *Economic and Social History of Ancient Greece: An Introduction*. London: University of California Press, 1977.

Bresson, A. *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets and Growth in the City States*. Translated by S. Randall, Princeton: Princeton University Press, 2016.

Brunet, M. Le Moulin Deliën. In: Meeks, D. e Garcia, D. (eds.). *Techniques et Économie Antiques et Médiéval: Le Temps de l'Innovation*. Paris: 1997, 29-38.

Christesen, P. Economic Rationalism in Fourth-Century BCE Athens. *Greece & Rome*, vol. 50, 2003, p. 31-56.

Cohen, E. E. *Athenian Economy and Society: A Banking Perspective*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

_____. Free and Unfree Sexual Work: An Economic Analysis of Athenian Prostitution. In: Faraone, C. A. e McClure, L. K. (eds.). *Prostitutes and Courtesans in the Ancient World*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006, p. 95-124.

Curtis, R. I. *Ancient Food and Technology*. Leiden: Brill, 2001.

Davies, J. K. *Athenian Propertied Families: 600-300 B.C.* Oxford: Oxford University Press 1971.

Davies, J. K. Linear and Nonlinear Flow Models for Ancient Economies. In: Manning, J. G. e Morris, I. (eds.). *The Ancient Economy: Evidence and Models*. Stanford: Stanford University Press, 2005, p. 127-156.

_____. Classical Greece: Production. In Scheidel *et al.* (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 333-361.

De Ste. Croix, G. E. M. *The Class Struggle in the Ancient World: From the Archaic Age to the Arab Conquests*. London: Cornell University Press, 1981.

Droß-Krüpe, K.; Föllinger, S. e K. Ruffing (eds.). *Antike Wirtschaft und ihre Kulturelle Prägung*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016.

Fenoaltea, S. Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model. *The Journal of Economic History*, vol. 44, 1984, p. 635-668.

Finley, M. I. Was Greek Civilisation Based on Slave Labour? *Historia*, vol. 8, 1959, 145-164.

_____. *The Ancient Economy*. London: University of California Press, 1973.

_____. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. London, Markus Wiener Publishers, 1980.

Fisher, N. *Slavery in Classical Greece*. Bristol: Bristol Classical Press, 1993.

Foxhall, L. *Olive Cultivation in Ancient Greece: Seeking the Ancient Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Frier, B. W. e Kehoe, D. P. Law and Economic Institutions. In: Scheidel *et al.* (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 113-143.

Halstead, P. *Two Oxen Ahead: Pre-Mechanized Farming in the Greek in the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Hansen, M. H. *Apagoge, Endeixis, and Ephegisis against Kakourgoi, Atimoi and Pheugontes*. Odense: Odense University Press, 1976.

Harper, K. Slave Prices in Late Antiquity (and in the Very Long Term). *Historia*, vol. 59, 2010, p. 206-238.

Harris, E. M. Did Solon Abolish Debt Bondage? *Classical Quarterly*, vol. 52, 2002a, p. 415-430.

_____. Workshop, Marketplace and Household: The Nature of Technical Specialization in Classical Athens and its Influence on Economy and Society. In Cartledge, P.; Cohen, E. e Foxhall, L. (eds.). *Money, Land and Labour: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. London: Routledge, 2002b, p. 67-99.

_____. Were there Business Agents in Classical Greece? The Evidence of Some Lead Letters. In: Yiftach-Firanko, U. (ed.). *The Letter: Law, State, Society and the Epistolary Format in the Ancient World*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2013a, p. 105-124.

_____. Finley's *Studies in Land and Credit* sixty years later. *DIKE*, vol. 16, 2013b, p. 123-146.

_____. The Legal Foundations of Economic Growth in Ancient Greece: The Role of Property Records. In Harris, E. M.; Lewis, D. M. e Woolmer, M. (eds.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 116-146.

Harris, E. M. e Lewis, D. M. Introduction. In _____, _____ e Woolmer, M. (eds.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 1-37.

Harrison, A. R. W. *The Law of Athens: Family and Property*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

Hunt, P. Ancient Greece as a 'Slave Society'. In: Lenski, N. e Cameron, C. M. (eds.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 61-85.

Hunter, V. Constructing the Body of the Citizen: Corporal Punishment in Classical Athens. *Classical Views*, vol. 11, 1992, p. 271-291.

_____. *Policing Athens: Social Control in the Attic Lawsuits*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

_____. Introduction: Status Distinctions in Athenian Law. In: _____ e Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1-29.

Ismard, P. *Democracy's Slaves: A Political History of Ancient Greece*. Translated by J. M. Todd. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 2017.

Jameson, M. Agriculture and Slavery in Classical Athens. *Classical Journal*, vol. 73, 1977/8, p. 122-145.

_____. Agricultural Labour in Ancient Greece. In: Wells, B. (ed.) *Agriculture in Ancient Greece: Proceedings of the Seventh International Symposium at the Swedish Institute at Athens*. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1992, p. 136-146.

Klees, H. *Sklavenleben im Klassischen Griechenland*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998.

Kron, G. *Landed and Commercial Wealth at Classical Athens 500–300 B.C.*, PhD thesis, Classics, University of Toronto, 1996.

Lenski, N. Ancient Slavery and Modern Ideology. In: Lenski, N. e Cameron, C. M. (eds.) *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 106-147.

Lewis, D. Near Eastern Slaves in Classical Attica and the Slave Trade within the Persian Empire. *Classical Quarterly*, vol. 61, 2011, p. 91-113.

_____. The Market for Slaves in the Fifth- and Fourth-Century Aegean: Achaemenid Anatolia as a Case Study. In: Harris, E. M.; Lewis, D. M. e Woolmer, M. (eds.) *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 316-336.

_____. Review of A. Bresson: *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets and Growth in the City-States*". *Journal of Hellenic Studies*, 2017, vol. 137, p. 240-241.

_____. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context: C. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

_____. Labour and Employment. In: Niels, J. e Rogers, D. (eds.) *The Cambridge Companion to Ancient Athens*, Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 1.

_____. Occupational Hazards: Assessing the Degree of Specialisation of Labour in the Classical Athenian Economy. In: Harris, E. M.; _____ e Stewart, E. (eds.) [title still not set], Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2.

Lind, H. *Die Gerber Kleon in der "Rittern" des Aristophanes: Studien zur Demagogenkomödie*. Frankfurt: Peter Lang, 1990.

Lohmann, H. Agriculture and Country Life in Classical Athens. In: Wells, B. (ed.) *Agriculture in Ancient Greece: Proceedings of the Seventh International Symposium at the Swedish Institute at Athens*. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1992, p. 29-57.

Loomis, W. T. *Wages, Welfare Costs and Inflation in Classical Athens*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

MacDowell, D. M. *Demosthenes, Speeches 27-38*. Austin: University of Texas Press, 2004.

Meikle, S. Modernism, Economics, and the Ancient Economy. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, vol. 41, 1996, p. 174-191.

Millar, F. Condemnation to Hard Labour in the Roman Empire, from the Julio-Claudians to Constantine. *Papers of the British School at Rome*, vol. 52, 1984, p. 127-147.

Millet, P. Productive to some Purpose: The Problem of Ancient Economic Growth. In: Mattingly, D. J. e Salmon, J. (eds.) *Economies beyond Agriculture in the Classical World*, London: Routledge, 2001, p. 17-48.

Mirhady, D. C. The Athenian Rationale for Torture. In: Hunter, V. e Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 53-74.

Moreno, A. *Feeding the Democracy: The Athenian Grain Supply in the Fifth and Fourth Centuries BC*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Ndoye, M. *Groupes Sociaux et Idéologie du Travail dans les Mondes Homérique et Hésiodique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2010.

Ober, J. *The Rise and Fall of Classical Greece*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016.

Osborne, R. The Economics and Politics of Slavery at Athens. In: Powell, A. (ed.) *The Greek World*. London: Routledge, 1995, p. 27-43.

Rihll, T. Making Money in Classical Athens. In: Mattingly, D. J. e Salmon, J. (eds.) *Economies beyond Agriculture in the Classical World*, London: Routledge, 2001, p. 115-142.

Rostroff, S. I. Review of P. Acton, *Poiesis: Manufacturing in Classical Athens*. *Bryn Mawr Classical Review*, 2015.

Roy, J. 'Polis' and 'Oikos' in Classical Athens. *Greece and Rome*, 1999, v. 46, p. 1-18.

Ruffing, K. Neue Institutionenökonomik (NIÖ) und Antike Wirtschaft. In: Droß-Krüpe, K.; Föllinger, S. e K. Ruffing (eds.). *Antike Wirtschaft und ihre Kulturelle Prägung*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016, p. 11-22.

Scheidel, W. Freeborn and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World. *Classical Quarterly*, vol. 40, 1990, p. 591-593.

_____. The Hireling and the Slave: A Transatlantic Perspective. In: Cartledge, P.; Cohen, E. e Foxhall, L. (eds.) *Money, Land and Labour: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. London: Routledge, 2002, p. 175-184.

Scheidel, W., Morris, I., e R. Saller (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Sickinger, J. P. *Public Records and Archives in Classical Athens*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

Sparkes, B. A. *The Red and the Black: Studies in Greek Pottery*. London: Routledge, 1996.

Storck, J. e W. D. Teague. *Flour for Man's Bread: A History of Milling*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1952.

Stroud, R. S. An Athenian Law on Silver Coinage. *Hesperia*, vol. 43, 1974, p. 157-188.

Thür, G. *Beweisführung vor den Schwurgerichtshofen Athens: Die Proklesis zur Basanos*. Vienna: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1977.

Todd, S. C. *The Shape of Athenian Law*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

Todd, S. C. How to Execute People in Fourth-Century Athens. In: Hunter, V. e Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 31-51.

Tordoff, R. Introduction: Slaves and Slavery in Greek Comic Drama. In: Tordoff, R. e Akrigg, B. (eds.) *Slaves and Slavery in Greek Comic Drama*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 1-62.

Vlassopoulos, K. Greek Slavery: From Domination to Property and Back Again. *Journal of Hellenic Studies*, vol. 131, 2011, p. 115-130.

_____. Review of J. Ober, *The Rise and Fall of Classical Greece. The Princeton History of the Ancient World*". *Bryn Mawr Classical Review*, 2016a.

_____. What do we really know about Athenian Society? *Annales*, vol. 71, 2016b, p. 683-708.

Wiedemann, T. *Greek and Roman Slavery*. London: Croom Helm, 1981.

Zuiderhoek, A. *The Ancient City*. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.

PIRACY AND SLAVE TRADING IN ACTION IN CLASSICAL AND HELLENISTIC GREECE*

David M. Lewis¹

ABSTRACT: Most slaves in the Greek world were imported non-Greeks and their offspring. Yet little is known of the entry into slavery of individuals from the non-Greek periphery. Far more promising for studying entry into slavery is a less numerically significant process, piracy, where the capture and sale of individuals – mainly Greeks – is extensively documented. Piracy was both a form of labour in itself, and a means of acquiring labour. The aim of this article is to explore the pragmatic aspects of capture and sale, as well as the extent to which the practice of ransoming prisoners kept captives away from entering the slave supply, by studying the pirate crew's work, the technology at its disposal, and the fate of its victims.

KEYWORDS: Piracy; Slavery; Slave Trade; Ransom; Labour.

The Classical and Hellenistic slave supply comprised a complex mesh of trade routes, markets, and merchants, whose commodity – enslaved human beings – was fed into this network by a variety of processes. Of the several mechanisms by which individuals can enter slavery (see Lewis, 2016, p. 318), virtually all can be seen in play in the Greek world, their relative significance fluctuating from place to place and shifting across time. Amid this flux, though, we can track some fairly consistent and high-volume currents of enslaved humanity operative over the long term. For example, slaves from Anatolia, especially Phrygia, regularly appear in our sources (and often in significant numbers) from the sixth century BC through to the Roman period, as do slaves from the Black Sea and Thrace.²

* My thanks to Lilah Grace Canevaro, Mirko Canevaro, Edward Harris, and Jim Roy for reading and commenting on drafts of this essay. My thanks too to Keith Rutter for the invitation to address the Scottish Hellenic Society of Edinburgh (October 2015) and to the audience for their comments; none of the above are to be held responsible for this essay's shortcomings. Translations are my own unless otherwise noted; in cases where vessels are named with Latin and Greek variants (e.g. *lembus/lembos*), I tend to favour the Greek version. Finally, I would like to thank Prof. Boris Rankov and the Trireme Trust for permission to reproduce figure 1 on p. 87, and to my friend Gabriel Cabral Bernardo for the invitation to submit this essay to *Mare Nostrum*. This essay is dedicated to the memory of my grandfather, Lt. Cdr. M. E. Lewis RN.

¹ Lecturer in Greek History and Culture, Department of Classics, the University of Edinburgh, Scotland. E-mail: david.lewis@ed.ac.uk.

² Anatolia, esp. Phrygia: see Lewis, 2011; 2016; 2018a; 2018b, p. 277-286. Black Sea and Danubian regions: Finley, 1962; Avram, 2007; Fischer, 2016; Thrace: Velkov, 1964.

However, when it comes to reconstructing the processes of enslavement and the supply chains that linked these “barbarian” sources with buyers in the marts of the Aegean city-states, we are at once confronted with the limitations of our evidence: though detailed in places, it is extremely patchy when taken in aggregate, with vital parts of the puzzle missing.³ Indeed, despite the numerical importance of Thracian and Phrygian slaves, it is next to impossible to write a social history of their initial enslavement and entry into the domain of commercial transactions, or at least a detailed one. We have a case for greater optimism, though, regarding one of the less numerically significant processes of enslavement in the Greek world: piracy.⁴ This article explores the entry of individuals into slavery by sketching the practical aspects of kidnap and sale that, over many centuries, removed thousands of individuals into a life of slavery. Recent work has stressed the need to reconstruct the social lives of slaves by examining their networks of interaction and experiences beyond the asymmetrical owner-slave dialectic (e.g. Vlassopoulos, 2011). We do not possess for antiquity the sort of narratives that survive for the Early Modern period whereby individuals related their kidnap and sale by Barbary corsairs;⁵ nor can we reconstruct the social history of slaves in transit with anything like the degree of detail achieved in, say, Rediker’s *The Slave Ship: A Human History* (2007).⁶ But by piecing together the data scattered throughout our sources, we can at least construct a framework that allows us to understand better the initial stages of this branch of the slave supply, and the experiences of individuals thus enslaved.

This essay will address our topic in two parts. Part I examines Greek piracy from the vantage point of the pirate crew and analyses its work, examining the technology at its disposal and how it was put into use. Much important work has been published in recent years on various facets of ancient piracy,⁷ but one

³ I have essayed a reconstruction (admittedly, sketchy) of the Anatolian-Aegean trade in Lewis, 2016; further thoughts in Lewis, 2018b, p. 277-286.

⁴ That piracy was not a first-rank source of slaves in the Greek world has been convincingly shown by Garland, 1987.

⁵ Vitkus, 2001; see also Milton, 2004.

⁶ Besides, the duration of ancient Eastern Mediterranean voyages was much less than the Atlantic routes discussed by Rediker (see in general Arnaud 2005); and there is no reason to believe in specialized slave ships for the Greek world.

⁷ For the political/historiographical facet, see Avidov, 1998; de Souza, 1999; Wiemer, 2002; Criscuolo, 2013. For the socio-economic facet, see Gabrielsen, 2001; 2003; 2013a; 2013b. For a comparative approach, see Rauh, 1997. See also Perrier, 2008 and the recent edited volumes of Braccisi, 2004; Grieb and Todt, 2012; Jaspert and Kolditz 2013.

notable area of neglect lies in the pragmatic issue of how it played out in practice. Various contributions have been made over the years regarding the technical attributes of this or that vessel used by pirates (on which, see *infra*), but the last attempt to describe comprehensively how they were utilised was published in 1924.⁸ Here, I offer an up-to-date overview of the pirate crew's practice so that our understanding of this aspect of the slave supply might be grounded in a firmer appreciation of its practical details. Part II considers the fate of kidnap victims, and takes into its purview the marketing of captives and their chances of ransom or release. No scholar has provided a more sophisticated analysis of Greek piracy than Vincent Gabrielsen, whose work has *inter alia* addressed the topic of the 'ransom market.' He has shown convincingly that ransoming captives was more profitable than selling them into slavery (Gabrielsen, 2003, p. 392-395). But other considerations beyond profit influenced the decision to engage in ransom negotiations over making off with captives and selling them, and these will form the focus of section II. This will, I hope, contribute to a finer-grained understanding of the circumstances that governed whether captives would enter the broader currents of the slave trade or be re-united with their kin.

1. The Pirate Crew and its Work

The phenomenon of piracy in the ancient Mediterranean and adjacent seas was far from uniform.⁹ Its most prominent forms in the classical and Hellenistic Aegean, however, shared some common traits and emerged from comparable socioeconomic structures. These structures were widespread in the Aegean before 500 BC, and persisted in several regions thereafter. It was the last decades of the sixth century BC that saw the emergence of large trireme fleets whose efficacy rested on fiscal structures of growing complexity, a phenomenon that developed in tandem with processes of state formation in many of the more advanced city-states. These fleets were state-owned, their crews salaried, and their activities determined by state policy. Prior to these developments, naval violence was largely a private affair: galleys typically rather smaller than triremes

⁸ Ormerod, 1924, p. 13-58. Ferone, 1997, p. 117-137 contains a chapter entitled 'Le imbarcazioni e le tecniche di assalto' but largely discusses vessel types. Useful partial discussions can be found in Casson, 1958 and Beresford, 2013, p. 238-257.

⁹ On the variety of its forms see Garlan, 1978. For Black Sea piracy, see Tsetsckhladze, 2000-1.

(such as *pentekontoroi* and *triakontoroi*), owned and fitted out by members of the elite for plundering expeditions, and which could be mustered by the emergent states in times of war; but these were not *polis*-fleets proper (see van Wees, 2013).

As Gabrielsen has shown, the late sixth century to early fifth century represents a turning point, one that saw Greek societies cluster into two camps.¹⁰ On the one hand were the more politically and economically advanced *poleis* that maintained state-owned fleets and made the exercise of naval violence into a public monopoly. On the other hand were more traditional communities that cleaved to what Scholten (2000, p. 2) calls the “archaic code of freewheeling, predatory economic self-service”. In such regions, members of the elite still fitted out summer plundering voyages in the time-honoured Homeric manner; it was social conservatism, not social breakdown, that accounts for the association between piracy and regions such as Crete and Aetolia well into the Hellenistic period (cf. Thuc. 1.5.3).¹¹ Beyond Greece proper, similar social structures and behavioural codes existed in the Adriatic; Polybius’ (2.8.8) account of the Illyrians under Teuta provides a close parallel for a nascent state that still had not extended its reach over warships and their use. Her reply to the shocked Roman embassy – that it was not the *nomimon* of the Illyrian monarchs to prevent their subjects from enriching themselves at sea – is symptomatic of a wider archaic worldview that saw the plundering of foreigners by private individuals as beyond the remit of the central authority.¹² From a fairly early period the Etruscans (Tyrrhenians) were also involved in plundering raids in both the Adriatic and Aegean, and appear as a serious concern for Athenian policy in the fourth century BC (Giuffrida Ientile, 1983).

¹⁰ Gabrielsen, 2001, p. 115-228; 2003, p. 401-403; 2013a, p. 138-147.

¹¹ Cf. Gabrielsen, 2003, p. 403: “Ultimately, therefore, it was neither political oppression nor poverty that created the predator. Indeed, historically, he had been there all along and continued to enjoy a thriving existence”. On piracy as spearheaded by elites in traditional regions, not social outcasts, see further Gabrielsen, 2013a, p. 138: “there is sufficient evidence to show that the cradle of piracy was situated at the upper echelons of sociopolitical structure, whether we call those privileged elites aristocracies or powerholders. It may well be that many of the persons who manned the benches of pirate craft came from the ranks of the destitute and downtrodden. But those commanding the resources needed for owning, maintaining and operating such craft, and also for organizing raiding expeditions, almost certainly belonged to a distinctly higher social class”.

¹² See Davies (2004) for a case study, focusing on the career of the Illyrian warlord Demetrius of Pharos.

An exception to these traditional forms of piracy was the efflorescence of piracy in Cilicia during the second and first centuries BC: its social makeup was quite different, a product of the stresses caused by tectonic shifts among the polities of the Hellenistic Eastern Mediterranean. As Nicholas Rauh (1997) has shown, the Cilician pirates attracted elements of the Mediterranean maritime mob in a manner not dissimilar to early eighteenth century Atlantic piracy; their tactics began, however, along traditional lines and only later developed to mimic those of an established state.¹³ The period thus covered in this study saw pirate crews from a variety of regions at large in the Aegean and operating for a variety of reasons, with diachronic shifts in the intensity of raids from this or that quarter.

1.1. Pirate Galleys: The Tools of the Trade

The technology in the hands of pirate crews reflected the traditional social structures from which much of this activity emerged. Already in the fifth century BC, when describing the ships of the Trojan War, Thucydides (1.10.4) refers to them as not being like the modern warships of his day, ἀλλὰ τῷ παλαιῷ τρόπῳ ληστικώτερον παρεσκευασμένα, that is, fitted out in the old-fashioned manner of pirate vessels. Their small size (rarely requiring more than fifty oarsmen) and light build (rarely requiring bronze rams: see *infra*) fitted perfectly the requirements of their practitioners: speed, agility, and concealment. Besides, the archaic custom of dividing booty equally (after setting aside choice prizes for leaders) meant that larger crews meant smaller individual shares.¹⁴ Yet these vessels were far from antiques, nor did their technological development end in the archaic period. Several new developments illustrate ongoing refinement of these archaic technologies to perform optimally their more specialised role in the classical and Hellenistic period as maritime predators whose prey was shipping and coastal communities.¹⁵ States too found these vessels useful for irregular

¹³ For Cilicia as a rogue state see Avidov (1998); but the Cilicians' gradual acquisition of state-like trappings does not mean that their reputation for piracy should be dismissed as Roman chauvinism and propaganda.

¹⁴ Van Wees, 1992, p. 299-310. This practice persisted among pirates: Ferone, 1997, p. 145-148.

¹⁵ Early archaic long ships had to compromise on this principle as they were also used for regular trade: see Hdt. 1.163 on Phocaeen *pentekontoroi*.

warfare.¹⁶ For these purposes, such vessels were, as J.K. Davies (1984, p. 286) aptly puts it, “in the vanguard of military progress”. Four aphract vessel types vie for special comment: the *hemiolia*, *myoparon*, *lembos*, and *liburna*.

The *hemiolia* (“one-and-a-half-er”) is first mentioned in sources from the late fourth century BC. Theophrastus’ stereotypical coward is one who, when at sea, imagines that the headlands that come into view are *hemioliai* (*Char.* 25.2). In terms of technical details we are dependent on the name itself: “one-and-a-half-er” surely derives from the vessel’s rowing arrangement, for which there are several possible reconstructions.¹⁷ One elegant solution to this riddle has the crew rowing all on one level, with a full file of oarsmen along each gunwale and a half-file either side amidships (where the beam is broadest) working in the interstices between the outer file’s oars. Figure 1 shows J. F. Coates’ reconstruction of a *hemiolia* based on this hypothesis.¹⁸ This reconstruction fits with Hesychius’ description (s.v. ἡμιολία) of the *hemiolia* as *dikrotos*, viz. with two longitudinal files of oarsmen per side (Morrison, 1980, p. 122-123). Arrian, in his discussion of Alexander’s navigation of the Indus, mentions *hemioliai* among the *triakontoroi* (*Arr. Anab.* 6.5.1); these perhaps utilised a full file of ten oarsmen and a half-file of five oarsmen on each side, totalling thirty oarsmen in all. As with all of these vessel types, however, the number of oarsmen was not fixed but might vary from craft to craft. It is unlikely that *hemioliai* normally bore bronze rams.¹⁹

The Cilician pirates began their depredations with small vessels utilising traditional pirate tactics (*Plut. Pomp.* 24). According to Appian (*Mith.* 92), they first used *hemioliai* and *myoparones*; eventually their power grew to such an extent that they developed the forces and tactics of a fully-fledged state, including large warships and the use of siege warfare. The latter tactics are not of immediate concern here since they represent exceptional rather than quotidian practices.²⁰

¹⁶ Casson, 1995a, p. 123-135; Gabrielsen, 1997, p. 90-91.

¹⁷ See Casson, 1958; Morrison 1980; Gabrielsen, 1997, p. 89-90; Ferone, 1997, p. 127-133.

¹⁸ This reconstruction would be capable of around seven and a half knots at a sprint: Morrison with Coates, 1996, p. 317-319.

¹⁹ Appian (*Mith.* 92) writes that the Cilician pirates first used *hemioliai* and *myoparones*, then later *dikrotoi* and *triareis* (by *dikrotoi* he probably means two-level vessels, not double-filed, single-level vessels.) He presents a figure of 71 vessels captured and 306 surrendered during Pompey’s campaign (*App. Mith.* 96). If Plutarch (*Pomp.* 28) is correct in reporting that 90 of the surrendered vessels bore rams (surely the *dikrotoi* and *triareis*), then there would have been 287 ramless galleys in use by the Cilicians in 67 BC, most likely made up (for the most part) of *hemioliai* and *myoparones*.

²⁰ See Avidov, 1998; cf. Rauh, 1997.

More to the point is the mention - besides the *hemiolia* - of the *myoparon*, another small, swift pirate vessel mentioned on numerous occasions in our sources for piracy in the 2nd-1st centuries BC, most notoriously when the pirate chief Heracleo sailed four *myoparones* into the harbour of Syracuse under the nose of Sicily's ineffectual governor Verres (Cic. *Verr.* 2.5.96-8).²¹ Little is known of its design, save that it was a single-level galley and did not usually bear a bronze ram.²²

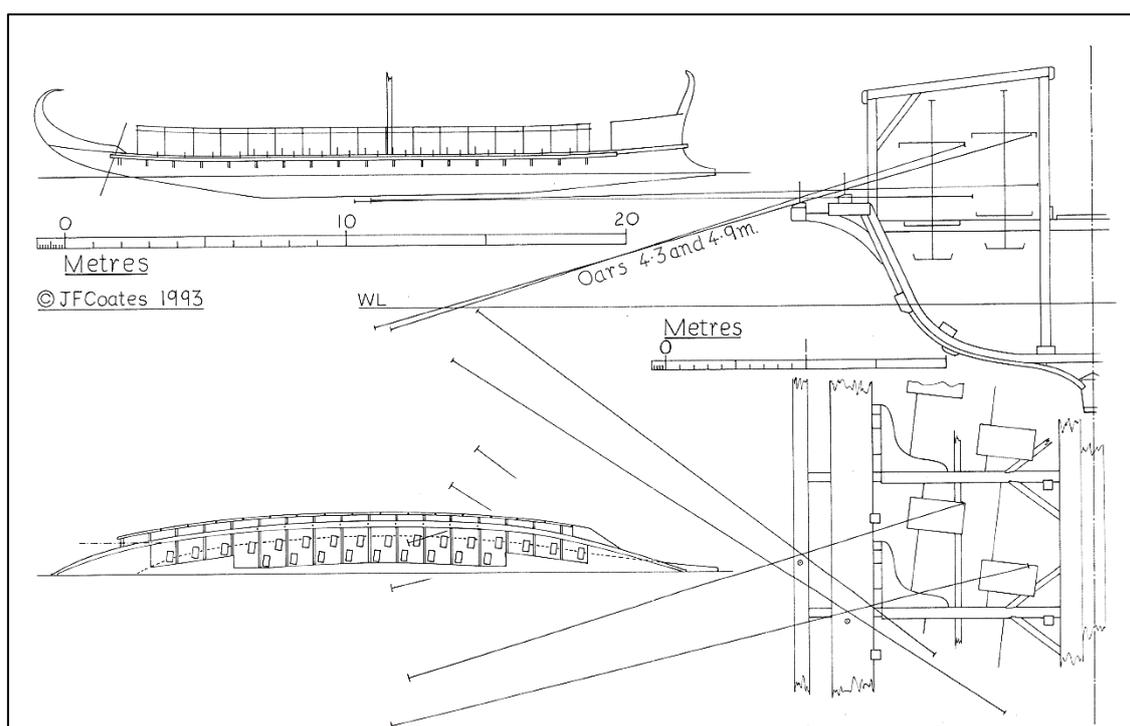


Fig. 1 - J. F. Coates' Reconstruction of a *Hemiolia*. Source: Morrison with Coates, 1996, p. 318. Courtesy of the Trireme Trust.

The vessel par excellence of Illyrian raiders was the *lembos*, a term that we first encounter in fourth century Attic sources in relation to tenders for merchant vessels²³, but which in an Illyrian context refers to a specific kind of raiding galley (Medas, 2004). They were small, swift, and useful for carrying troops, qualities that led Philip V of Macedon to construct 100 of them, though

²¹ See also Plut. *Luc.* 13.3; Cic. *Verr.* 2.3.186, 2.5.73, 2.5.89; Sallust fr. 3.8 [Maurenbrecher]; Florus 1.41.6.4-6.

²² See n. 19, but cf. Cic. *Verr.* 2.1.86-90 for an exception. See further Casson, 1995a, p. 132; Morrison with Coates, 1996, p. 262. A *myoparon* appears in the Althiburus mosaic: Casson (1995a) fig. 137. The name, like that of the *epaktrokeles* discussed below, is a compound noun; it means something like "mouse-galley" (a *paron* being a type of small vessel: Plb. fr. 193; schol. Ar. *Pax* 142).

²³ Lycurg. *Leoc.* 17; Dem. 32.6; 34.10; Anaxandrides fr. 34.7 K-A.

they were less useful in traditional sea-battles (Plb. 5.109.1-3). Their crews numbered fifty or fewer, and they were normally single-level open galleys; some bore bronze rams.²⁴ They became popular with pirates beyond the Adriatic.²⁵ Further north along the Adriatic coast lived the Liburnians, an Illyrian tribe who gave their name to the *liburna*, another famous raiding vessel that was adopted by the Roman fleet as a light craft (App. *Ill.* 3). The Roman version was rowed at two levels, as Lucan (3.534) and Appian (*Ill.* 3) make clear; an ancestor of this type is perhaps visible in the fifth century Nesactium relief.²⁶

These four vessel types were more modern variants of the small, old-fashioned aphract raiding galleys that Thucydides knew; their capabilities will have been broadly similar. Some pirate crews, however, utilised another kind of vessel: fast variants of the merchant galley type, an intermediary form between the round-hulled merchant ship and the sleek war galley (Casson, 1995b). One type mentioned in fourth century sources (Aeschin. 1.191; Arist. *Int.* 16a26) is the *epaktrokeles*, a compound noun evidently based on a better-known kind of merchant galley, the *keles*, “racehorse”, itself used at times by pirates.²⁷ The name alone is good evidence for its speed, but the difference between the *epaktrokeles* and the *keles* is difficult to establish, and we must fall back on the shaky grounds of etymology. Several solutions have been proposed, but perhaps the term meant

²⁴ In general, see Casson, 1995a, p. 125-127. Crew size: Plb. 2.3.1 has 5,000 Illyrians aboard 100 *lemboi*, viz. 50 per *lembos*. Livy (34.35.5) mentions a *lembos* of 16 rowers, viz. 8 per side. Strabo (2.99) mentions a *lembos* the equivalent of a penteconter used by the explorer Eudoxus, and two smaller boats resembling pirate *lemboi*. In Strabo's view, then, a pirate *lembos* was typically smaller than a penteconter. Single level: Livy (24.40.2) uses the term *lembus biremibus* on one occasion; the use of the modifier implies that they normally were single-level vessels. Polybius (5.101.2) writes of ἡμιόλιοι λέμβοι, *lemboi* rowed as *hemioliai*, also evidently exceptional. Ram: *pace* Casson, 1995a, p. 126 n. 107-108, the fact that Livy (32.32.9) writes of “five *lemboi* and a ship with a ram” implies that *lemboi* normally had no ram, but cf. App. *Ill.* 7 and Plb. 2.12.3 (λέμβοις ... ἀνόπλοις), suggesting that ramless *lemboi* were not standard.

²⁵ Plautus (Bacch. 279-280) describes a long, staunch *lembos* chasing down a merchantman. Livy (37.27) has a flotilla of pirate *lemboi* and *keletes* fleeing to their base at Myonnesus in 190 BC. See also Alciphron 1.6.8; *Anth. Pal.* 5.44. *Lemboi* were relatively capacious (Plb. 2.8.4) and could be used as merchant galleys: Casson, 1995b, p. 122. It is generally supposed that the *lembos* was the vessel of choice of Aetolian pirates (Scholten, 2000, p. 107).

²⁶ See Panciera, 1956; Morrison with Coates, 1996, p. 316-317; Höckmann, 1997; Medas, 2004; Mihovilić, 2004.

²⁷ *Keles*: see Casson, 1995a, p. 160-162; Ferone, 1997, p. 124-126. Used by pirates: Thuc. 4.9.1; Livy 37.27. In Heliodorus' *Aethiopica* (5.22-5) and Thucydides (4.67) pirates use a swift merchant galley type, an *akation*. The *akation* was also perhaps used in Hellenistic Crete (if Dindorf's emendation at Diod. 31.38 is correct), as was a vessel called the *mydion* about which we know little; a rough depiction appears in the Althiburus mosaic (Casson, 1995a, fig. 137). See further Ferone, 1997, p. 120-124.

nothing more than “hunter-keles”.²⁸ The capabilities of such vessels were somewhat different than those of the aphract galleys described above, with tactical implications that will be discussed below.

1.2. The Pirate Galley at Work

Let us now turn to how these vessels were used in practice. The factor of seasonality is fundamental: although recent work has shown the old view of a fixed sailing season from May to September to be overly rigid, winter sailing could not normally be attempted by most of the kinds of vessel here considered.²⁹ It would therefore be a mistake to view Greek piracy as a full-time occupation, at least in most cases. It is equally vital to emphasise pirates’ reliance on land bases and their limited range. One reads of Early Modern pirate vessels crossing the Atlantic, rounding Africa and sailing into the Indian Ocean and the waters of Red Sea, staying at sea sometimes for many weeks without making a landfall (Konstam, 2003, p. 5-6). Such feats were impossible for Greek pirates, who, like the skippers of Greek war galleys, had to moor their vessels more-or-less daily.³⁰

Although landfalls were vital, we know little about the knowledge that Greek pirates had of good bases. The speaker of [Dem.] 7.3 claims that “all pirates seize places belonging to other people and fortify them, and then from them do

²⁸ Morrison and Williams (1968, p. 245) connect the word to the verb *epagein* and suggest a small *keles* that could be hoisted aboard a larger vessel, whilst Casson (1995a, p. 161) thought that the *epaktrokeles* was “probably designed with greater carrying capacity” than the *keles*. Although a derivation from *epagein* is certain, this derivation is clearly not direct: *epaktrokeles* must derive from a combination of *keles* and the term *epakter*, a word that derives itself from *epagein* but with the apophonic suffix *-ter*, and means “hunter” in Homeric Greek, in the sense of someone who ‘leads on’ prey into a trap (cf. Lytle 2018: 83 for the term in fishing). The variant *epaktr-* is the apophonic zero grade of the full grade *ἐπακτέρ*, which is attested also in the term *epaktris* used for a light vessel by Xenophon (*Hell.* 1.1.11). As Ferone (1997, p. 126) notes, Nicander (*Ther.* 823-4) and Hesychius (s.v. *ἐπακτρίδας*) connect the term *epaktris* with fishing. At any rate, the term derives from the pursuit of prey, and as both Plato (*Laws* 823e) and Aristotle (*Pol.* 1256a35-1256b1) liken piracy to hunting animals, it is unclear whether the term *epaktrokeles* should be associated more with hunting (human) prey or with a specific kind of fishing vessel (my thanks to Mirko Canevaro for discussion of this term).

²⁹ Beresford (2013, p. 237-243, but cf. p. 248-255: some pirates did manage to operate to a limited extent in wintertime). “[...] individual Aitolian raiders at this point were in the habit of setting off at the beginning of spring to harass hostile territories and shipping, just as did Illyrians” (Scholten, 2000, p. 150).

³⁰ Their small size and lack of a deck made them very vulnerable to rough seas, e.g. Diod. 31.45: a flotilla of Cretan raiders plunders Siphnos and sails off at night, but is wrecked in a gale. Cf. Arnaud, 2005, p. 34: “Même la piraterie, pour autant que l’on puisse analyser ce phénomène encore mal connu dans le détail, mais qui paraît avoir été particulièrement côtier, n’a probablement pas exercé une influence majeure sur les traversées en haute mer”.

evil to others”. Indeed, a number of pirate bases are known from our sources.³¹ Some of these were indeed fortified: Livy (37.27; cf. Plb. 21.12) writes of a pirate flotilla of about fifteen galleys, *keletes* and *lemboi* which, after plundering the coast of Chios in 190 BC and making off “with all manner of booty” (*cum omnis generis praeda*), ran into a Roman fleet. The pirates fled to their base at Myonnesus, ‘Mouse Island’ (mod. Çifitkalesi Adası in Turkey), a rocky promontory jutting into the sea between Teos and Samos (see Morrison with Coates, 1996, p. 107). Although the Romans pursued the raiders to their base, they kept their distance, not wishing to come into range of the pirates posted on the cliffs of the promontory, who were presumably armed with missile weapons (perhaps even artillery). Another notable pirate base was located on the island of Antikythera between Cythera and Crete, superbly situated on the sea-lanes passing between Crete and the southern Peloponnese. This base has been partially excavated.³²

At any rate, the important point to emphasise is the pirate’s heavy reliance on landfalls. When the Athenians sent a naval force to Caria and Lycia in 430/29 BC to stop Peloponnesian pirates from using it as a base to raid commercial shipping entering the Aegean from Phoenicia and Phaselis, their actions presuppose that it was impractical for these pirates to operate from the Peloponnese itself (Thuc. 2.69; cf. 8.35). They needed a base closer to their hunting grounds.³³ The principle is illuminated in unusual detail in an inscription from Syros dating to the early first century BC (*IG XII 5.653* = Bielman, 1994, no. 52), which honours a citizen of nearby Siphnos. News of pirates arrived in Syros, and it became clear that they had anchored near Siphnian territory (lines 12-13). They captured two slaves, Noumenios and Botrys, and landed them at a place named *Eschatia* (lines 25-28); the pirates then landed on an island opposite Siphnian territory (lines 28-29). Noumenios escaped, was captured by the

³¹ E.g. Alopeconnesus (Dem. 23.166), Halonnesus ([Dem.] 7.2), Euboea (Dem. 18.241), Cythnus (*IG II² 682.10*), Mycale (Plut. *Mor.* 303d), Myonnesus between Thessaly and Euboea (Aeschin. 2.72), Myonnesus mod. Çifitkalesi Adası (Livy 37.27; Ephorus *FGrHist* 70 F 27), Opous (Thuc. 2.32), Scyrus (Plut. *Cim.* 8.3), Lipari Islands (Livy 5.28.2), Tragia (Strab. 14.1.7) and Pharmacusa (Plut. *Jul.* 2). For the Cilicians’ network of landfalls and bases see Plut. *Pomp.* 24.3.

³² See Johnston *et al.*, 2012; Baika, 2013, p. 277-283. The Rhodians launched an expedition against Antikythera in the mid-third-century BC (Jacopi, 1932, p. 169 no. 1), almost certainly as an anti-pirate measure. See Bresson, 2007; Sekunda, 2014.

³³ Greek pirate galleys thus conformed to the broader limitations of Mediterranean galley usage: (see Pryor, 1995).

honorand, and returned to his master in Syros (lines 29-33). The key point for our purposes is that the pirates' attack was dependent on seizing small, presumably uninhabited islets near their main target and using them as bases, much in the manner described by Pseudo-Demosthenes (7.3). This dependence on a "friendly shore" was shared by Rhodes, the naval *prostates* ("protector"), whose technology and tactics were not greatly different to those of the pirates: Rhodes established a network of outposts, fanning out across the Aegean, that provided the military infrastructure for anti-pirate expeditions.³⁴

As we noted earlier, Greek pirates might either chase down vessels at sea or make amphibious descents on coastal towns. We cannot determine the relative frequency of one versus the other kind of venture; our evidence is more heavily weighted towards the latter practice, but these tended to be larger events, more liable to be recorded, and more likely to generate honorific inscriptions if someone were to negotiate the ransom of the prisoners.³⁵ One thing is certain: the lone pirate galley was less likely to make an amphibious raid than a flotilla of several vessels operating in tandem.³⁶ Depending on its size, a coastal settlement might be too risky a target for the lone raider (though a quick razzia into the countryside somewhat less so); and even when we hear of attacks by several vessels, they tend to occur at night when the element of surprise lay with the pirates.³⁷ If the flotilla were big enough, relatively large towns might even be raided: one inscription from the third century BC records an attack on Teos in which the pirates kidnapped a number of citizens and held the whole town to ransom for their safe return (*SEG* 44.949).³⁸ Another (*SIG*³ 520 = Bielman, 1994, no. 26) records the capture of some 280 people from Aulon on Naxos by Aetolian raiders. Some coastal communities targeted by pirates fared better: during a night raid by pirates on the harbour at Thera, the Ptolemaic garrison was able to repel the raiders from an area where some 400 people dwelt (*IG* XII.3 *supp.* no. 1291). On a rather more modest scale was the attack on the town of Aigiale on Amorgos

³⁴ Gabrielsen, 1997, p. 40-42. On anti-pirate measures see also Zambon, 2004.

³⁵ Pace Casson, 1991, p. 178, merchant vessels were often highly lucrative prizes, e.g. *Lys.* 23.25; *Dem.* 24.11-12; [*Dem.*] 34.37; Theopompus *FGrH* 115 F 292; cf. Philochorus *FGrH* 328 F 162, with Bresson, 2000, p. 131-149.

³⁶ Flotillas: e.g. *Hom. Od.* 14.248; cf. *Thuc.* 6.104; *IG* XII.3 *supp.* No. 1291.9; *Arr. Anab.* 3.2.3; *Diod.* 16.81.3; 20.97.5; 28.1; *Plb.* 5.95.1; *Livy* 37.11.6; 37.27.

³⁷ E.g. *Hdt.* 6.16.2; *IG* XII.3 *supp.* no. 1291.14; *SIG*³ 521.5.

³⁸ Şahin, 1994; Hamon, 2018.

by the pirate Sokleidas and his crew in the mid third century BC (*SIG*³ 521 = Bielman, 1994, no. 38). They made a night raid into the surrounding countryside and carried off over thirty persons; they then proceeded to steal the ship of a man named Doreios and scuttled the other ships in the harbour. We only know about this episode because two of the captives managed to negotiate the release of the citizen captives from Sokleidas (very probably for a hefty ransom, cf. Roy, 2012, p. 53), and were honoured for their efforts with an inscription. Had this bargain not been struck, the kidnapped men, women and children would surely have ended up in the slave market of some Greek coastal town or city.

Chasing down a merchant vessel at sea presented a rather different prospect, one in which the seamanship of the pirate crew was a crucial factor.³⁹ But we also should bear in mind the capricious element of the weather. It is important to note a basic technological disparity between the hunter and its prey. The pirate galley held the advantage in calm weather: sail-dependent merchantmen were sitting ducks for predators whose oars allowed them to operate efficiently in such conditions, as this epigram illustrates:

Chilling for sailors is the setting of the Kids, but for Pyron the calm was much more hostile than the tempest. For his ship, fettered by a lull in the wind, was run down by pirates in a swift double-banked galley. They killed him; he fled the storm only to meet destruction in the calm. Ah! A baneful, wretched, and unlucky harbour!⁴⁰

On the other hand, merchantmen could ride out choppy seas with greater ease, conditions that were extremely dangerous for less seaworthy pirate craft, particularly aphract raiding galleys (Beresford, 2013, p. 245). In between these two extremes the outcome of the chase could go either way. A late sixth century black-figure drinking cup from Attica presents a remarkable illustration of this scenario. It depicts a chase between an aphract raiding vessel and a merchant ship in two successive scenes. In the first scene, the merchant has his sails trussed up to the yard, presumably because of a stiff wind. Undeterred by these

³⁹ Amateurs who tried their hand at piracy could come to a bad end (see Joseph. BJ 3.9.2 with Ormerod, 1924, p. 30-31).

⁴⁰ *Anth. Pal.* 7.640, first century BC. Ormerod, 1924, p. 16. Cf. Heliod. *Aeth.* 5.23-24 with Beresford, 2013, p. 246-247; Polyaeus 3.11.10, 5.13.1.

conditions, the galley bears down on its prey with its sails set and every man at his oar. In the second scene, the merchant has become aware of the danger and unfurled his sails in a bid to elude his would-be captor, but it appears to be in vain: some of the pirates have shipped their oars in order to shorten sail, and are preparing to board their victim.⁴¹

For pirates aboard merchant galley types, the situation was slightly different. In his *Aethiopica*, Heliodorus describes the pursuit of a merchantman by pirates using one of the merchant galley types noted above, an *akation*.⁴² His account usefully illustrates a variation from the situation (described above) concerning aphantact raiding galleys. In the story, a merchant vessel has set out from Crete; the steersman has noticed an *akation* tailing her course and is worried that it might be crewed by pirates (5.22). Some of the passengers tell him not to worry: it is perfectly normal for small vessels to follow the course of larger merchant ships with more experienced navigators. But the fact that the *akation*'s crew are pirates soon becomes apparent: she tails the merchant vessel under sail as long as the wind allows it; when there is a lull, the merchantman is left dead in the water, and the pirates resort to their oars to run her down (5.23). Two observations on this passage are worth underscoring: first, the fact that these vessel types were usually employed for trade lent them a tactically valuable air of innocence not shared by the more obviously predatory aphantact raiding galleys; second, their greater seaworthiness made them better suited to operating in windier conditions and on more protracted pursuits.

How the final capture was achieved is somewhat unclear. The pirates who killed Lycon of Heraclea in the Saronic Gulf in the fourth century seem to have borne down on their victim with a hail of arrows (Dem. 52.5). It is possible that one of our best-preserved wrecks, the Kyrenia ship, was once the target of such a volley, as eight javelin tips were discovered under her hull (see Katzev and Katsev, 1986, p. 4-5). Alternatively, the pirate might intimidate the merchant crew with a show of strength but offer to let them go free if they avoided a fight, as Heliodorus

⁴¹ My analysis follows Casson (1958, p. 16). One must make allowance for the small size of the cup, which necessitates some compression of the scene. Morrison's claim (with Coates 1996, p. 183) that the scenes are unrelated due to a slight height difference in the oarsmen of the two scenes presupposes, in my opinion, too scientific an approach on behalf of the artist.

⁴² The Greek novels include many colourful episodes involving pirates. In terms of verisimilitude some authors fare better than others. For example, Xenophon of Ephesus (1.13, rather improbably) has a crew of Phoenician pirates aboard a trireme posing as merchants. Others are more realistic in their depiction of seafaring (see e.g. Cvikel *et al.*, 2014).

describes in his *Aethiopica* (5.24). Capture was most likely achieved with grapnels, *cheires siderai* ('iron hands'), used as naval weapons in the eastern Mediterranean since the Bronze Age and employed in classical naval warfare.⁴³ Philostratus (*Imag.* 1.19.3), indeed, when describing a painting of a pirate galley, mentions among its grisly arsenal grapnels for capturing its prey.

When it came to giving chase the pirate had to use every advantage to gain an edge over his victim: a lengthy pursuit would leave the rowers wilting at their oars, so there was a need to keep the chase as short and as certain as possible. One method that Aegean pirates of the early modern period resorted to involved concealing their vessel behind a headland, keeping watch for victims from the cliffs above, and pouncing at the opportune moment. It is described thus by an English sailor named Roberts:

[...] they go to the Furnoes, and lie there under the high land, having a watch on the hill with a little flag, whereby they make a signal, if they see any sail: they slip out and lie athwart the Boak of Samos, and take their prize; they lie in the same nature under Necaria, and Gadronise [...].⁴⁴

The same ruse was known in antiquity, and appears as early as Homer. In the *Odyssey*, the suitors plot to murder Telemachus on his return to Ithaca, and fit out one of their galleys (*Od.* 4.842-7):

the suitors went aboard and sailed out into the flowing
ways, in their hearts devising sudden death for Telemachus.
There is a rocky island there in the middle channel
halfway between Ithaca and towering Samos,
called Asteris, not large, but it has a double anchorage
where ships can be hidden. There the Achaeans waited in ambush.

However, their planned ambush fails to come off. As the suitor Antinoös bitterly comments:

⁴³ Bronze Age: Wachsmann, 1998, p. 317-319; Classical period: Polyaeus 1.40.9; Diod. 13.50.5. See Casson, 1995a, p. 121-2.

⁴⁴ Hacke, 1699 cited from Ormerod, 1924, p. 17.

In the daytime we sat watchful along the windy headlands,
always succeeding each other, but when the sun set, we never
lay through the night on the dry land, but always on the open
water, cruising on a fast ship, we waited for divine dawn,
watching to ambush Telemachus, so that we could cut him
off; but all the time some divinity brought him home (*Od.* 16.365-70).⁴⁵

The trick is mentioned in several later authors too, in some cases explicitly associated with pirates.⁴⁶ Its advantage is obvious, for not only does it deny the victim any knowledge about an impending attack until the last moment, but it also allows the chase to be as brief as possible leaving the crew enough energy to board the prize.⁴⁷

2. *The Fate of the Captives*

Theophrastus may have thought the fevered imagination of the man at sea who mistook every headland for a *hemiolia* to be a mark of cowardice, but for sea-goers captured by a pirate galley or coastal-dwellers pounced upon in a pirate raid, real terrors lay in store. That is not to say that the merchantman's submission was a *fait accompli* (notwithstanding the usual disparity in numbers between the two vessel types' crews, skewed in favour of the pirates). Xenophon (*Oec.* 8.12) mentions that merchants carried arms to defend themselves at sea, and perhaps some larger, well-armed merchant vessels were too risky a target for a smaller pirate craft operating solo.⁴⁸ Certainly, those merchants who could

⁴⁵ Tr. Lattimore, adapted. The former passage is noted by Ormerod (1924, p. 19).

⁴⁶ For pirates see Eur. fr. 669 [Kannicht]; Helioid. *Aeth.* 5.20; naval tactic: Thuc. 7.4; 8.35; Arr. *Anab.* 2.1; Xen. *Hell.* 5.1.27; *Hell. Oxy.* 4.1; Livy 37.28; Frontin. *Str.* 3.10.8. Cf. Beresford, 2013, p. 243-245. It could perhaps be a literal allusion to this practice that Douris of Samos (*FGrH* 76 F13) makes when he compares the Aetolians to the Sphinx sitting perched upon a rock and carrying off any passers-by.

⁴⁷ Pirates might also seek to obtain intelligence about particularly lucrative targets: apparently, the inhabitants of Corycus would eavesdrop on sailors anchored in nearby ports and pass on intelligence about the richest prizes and their destinations to pirates operating out of Myonnesus, a notorious pirate nest located between Teos and Samos (cf. n. 30) in return for a cut of the loot (Ephorus *FGrHist* 70 F 27; Strab. 14.1.32; cf. Helioid. *Aeth.* 5.20).

⁴⁸ See further Gianfrotta, 1981. Ferone (1997, p. 121) points to Aristoph. *Eq.* 761, where the chorus encourage the Sausage Seller figuratively to protect himself by "raising the dolphin", which Hesychius (s.v. δελφίνες) and Eustathius (1221.25) gloss as a defensive device: "dolphins" were

afford to take part in naval convoys organised by states such as Athens or Rhodes were extremely well protected against pirates at sea, who must have opted for less prickly targets (Gabrielsen, 2001; 2013b, p. 73-76). Resisting pirates certainly made a good deal of sense: in the early modern age surrendering crews were often incorporated into the pirate's crew⁴⁹ – we have, it seems, one instance of this from the Hellenistic Aegean.⁵⁰ But death or enslavement was a more frequent fate in antiquity. In some cases the victims were simply tossed into the sea to drown by pirates more interested in the cargo than enslaving the crew.⁵¹ Aristotle (*Protrepticus* fr. 106 [Ross]; cf. Photius s.v. δεσμοὶ Τυρρηνοί) mentions one particularly cruel practice, a form of psychological torture inflicted by the Tyrrhenians upon some of their victims, who would be bound face-to-face with rotting corpses.⁵²

The principal aim of pirate crews, though, was to turn a profit; and this brings us to the quandary noted at the beginning of this essay: should the captives be sold or ransomed? In an important contribution, Gabrielsen (2003, p. 394) has argued that the latter “was both substantial and the pirates’ favourite”, and de Souza (1999, p. 65) has argued that ransom “may even have been the principal aim of much piracy in the Eastern Mediterranean”. Indeed the evidence is unequivocal that ransoming citizens back to their kin was much more lucrative than selling them into slavery (Gabrielsen, 2003, p. 393-394). However, several pragmatic considerations, following from the pattern of practice outlined above, ought to be taken into consideration; and these may lead one to question whether ransom was usually a practical option for pirate crews with a newly-seized haul of captives.

The first is a problem that Gabrielsen (1997, p. 85-111; 2001, *passim*) has written on at length: the role of the naval *prostates*. Although it is true that it was

metal weights that could be dropped from the yardarm of a merchant vessel onto a pirate galley to smash through its hull.

⁴⁹ Mariners were mainly from the lower reaches of the working class, whose families had not the resources to ransom them; and there was no market for kidnapped white mariners as slaves in the Americas (Rediker, 2004, p. 38-59).

⁵⁰ *IG XII.3* no. 328 = Bielman, 1994, no. 54. Discussed at length in Ager (1998).

⁵¹ *Anth. Pal.* 7.654; *Plut. Pomp.* 24. State navies could act as cruelly (*Xen. Hell.* 2.1.31). One Greek term for pirate, *katapontistes*, literally means ‘drowner.’

⁵² Note that Aristotle had made a particular study of Tyrrhenian customs (*Athen.* 1.23d; *Herakleides Lembos* fr. 44 [Dilts]). This Italian form of torture is more vividly related by Virgil (*Aeneid* 8.485-488).

not in the *prostates*' interest to eradicate piracy entirely,⁵³ states such as Rhodes posed a serious threat to pirate crews, who might not have the time to enter into negotiations with the relatives of their captives, and may have had to forgo the more profitable option in order to outrun pursuit. As Gabrielsen (2001, p. 237) himself has written, "we are too focused on the victims and captives of the pirates to fully appreciate the fact that the raider's work was not done before he had brought his loot safely to the market, that is, without meeting the ships of the naval *prostates*; as a profession, *leisteia* was not entirely free of occupational hazards".

Perhaps more significant than the naval *prostates*, however, is the fact that the targets of pirate raids were hardly helpless: small *poleis* and coastal settlements remained armed and dangerous well into the Hellenistic period (Ma, 2000, especially p. 345-361). Inscriptions relating descents by pirates on coastal communities often bear this out. *SEG* 24.154 (= Bielman, 1994, no. 24; cf. *SEG* 25:155 = Bielman, 1994, no. 30) honours an Athenian *strategos* stationed at Rhamnous who protected the surrounding countryside during a pirate raid. Although some persons were captured, he managed to ransom them; but the list of his military preparations shows what the pirates were up against: a garrison along with *kryptoi* stationed at special vantage points, as well as guard towers and dogs. *IG* XII.3 *supp.* no. 1291, noted above, describes how a Ptolemaic garrison successfully repelled an attack by pirates on Thera. *SIG*³ 521 (= Bielman, 1994, no. 38), also noted above, describes a raid by the pirate Sokleidas and his crew on Amorgos; the fact that they scuttled all of the ships in the harbour implies that the locals would not have cowered impotently, but would have pursued the pirates if they had the means. *IG* XII.3 171 (= Bielman, 1994, no. 51) is particularly rich in detail, and describes a piratical descent on the territory of Ephesus in which people and property were carried off from the vicinity of the temple of Artemis Mounychia. On information provided by the Ephesians, individuals from the nearby island of Astyplalea sailed against the pirates, captured many of them, and rescued the Ephesian captives. The pirates were punished "as befitted their

⁵³ "[...] the chaser and those chased were tangled into an intricate relationship of mutual dependence within the same economic and political structure. Elimination of seaborne predatory activity would inevitably mean that the production of protection no longer constituted a paying proposition" (Gabrielsen, 2001, p. 228).

wickedness”.⁵⁴ This example shows that pirates, despite having valuable captives in their power, were not necessarily in a secure position. One might note that the position of the pirate crew would be much less secure once a ransom had been agreed and the captives returned to their kin; for by this point the pirates would have lost their main point of leverage forestalling retributive action from the victim community. Hellenistic Chios, indeed, seems to have maintained a force of *leistophylakika ploia*, vessels that specialised in protection from pirates (Skarlatidou, 1993, p. 155-158). What these examples illustrate is that in many cases the pirates were not secure enough in their position to wait around to negotiate a profitable ransom deal, but had to make off in a hurry.⁵⁵ It was perhaps only in exceptional cases that the pirates were able to do so.

Second is the impetus from which the decision to ransom emerged. The epigraphic evidence contains very few instances of pirates visibly aiming at ransom from the outset. An excellent (and rare) exception is *SEG* 44.949, dating to the third century BC, which records the collection of a colossal ransom (10% of the citizens’ wealth) from Teos: the pirates had raided the town, seized many citizens, and in de Souza’s (1999, p. 68) words, “arranged for the Teians to supervise their own ransacking, saving themselves much time, effort and danger by having the plunder collected and delivered to them”. That they could allow the citizens nearly a month to gather the ransom shows their confidence in their position; the pirates’ force must have been formidable.

Far more common, however, are cases where captives were carried off to be sold in the first instance, and either (i) a well-meaning third party intervened and arranged for their ransom and return, or (ii) the home city of the captives dispatched an embassy to the home city of the pirates to broker a ransom. In some cases the ransom was not negotiated with the captors at all, but set up *after* the captives had been sold into slavery. Their new owners, sniffing an opportunity to

⁵⁴ Gabrielsen (2003, p. 398) suggests that they were sold into slavery. Alternatively, they may have been executed. On punishments for pirates see Ferone, 1997, p. 154-156.

⁵⁵ Julius Caesar’s 38 days on Pharmacusa as a captive of Cilician pirates (Plut. *Jul.* 2.2) occurred at a time when the Cilicians held mastery of the sea. The same conditions cannot be assumed of the third or most of the second century BC. Jim Roy (2012, p. 58) points out to me that in *SIG*³ 521 (= Bielman, 1994, no. 38) the captives are *parthenoi* and *gynaikes*, and that the threat of rape meant that getting captive women back quickly was an urgent concern of their families.

make far more money from the captive than what they had paid for them as a slave, consented, and letters were dispatched to broker the ransom.⁵⁶

The importance of the intervention of *euergetai* can be seen in Dem. 57.18, where we learn of an Athenian captured towards the end of the Peloponnesian War, who ended up serving as a slave in Leucas in western Greece. After many years in slavery, during which he picked up a foreign accent, he met by chance with an actor named Cleander, who arranged for his ransom and return. Although this case did not involve pirates, it shows how ransom negotiations might be entered into not between the original captor and the family or *polis* of the captive, but at a later point in time through the intervention of a third party. Numerous late-Classical and Hellenistic inscriptions concerning piracy fit this pattern.

Such may be the case with *IG II² 284* (= Bielman 1994 no. 5), the full circumstances behind which are not fully clear. Here, Athens honours Cleomis of Methymna for arranging the release of a number of citizens captured by pirates. Evidently, the pirates had not brokered ransom negotiations directly with the Athenians: the release of the captives was effected by the intervention of Cleomis. It is unclear whether or not the citizens had first been sold. Very similar is *IG II² 399* (= Bielman, 1994, no. 6), in which Athens honours Eurylochus for arranging the ransom and return of a number of Athenian citizens taken to Cydonia on Crete. The Cretan connection makes piracy very likely. There is no mention of sale, but again it is the agency of an *euergetes* that effects the return of the captives. The situation is comparable to *SIG³ 535* (= Bielman, 1994, no. 31), where Athens honours Eumaridas of Cydonia for arranging the ransom and return of numerous citizens who had been captured by Boukris and brought to Crete. Boukris was probably an Aetolian pirate (Scholten, 2000, p. 109); but it is unclear if he was using Crete as a base from which to arrange the ransom with Athens, or as a market to dispose of his captives as slaves, after which point Eumaridas intervened.

Knoepfler, *Eretria XI 317.18* (= Bielman, 1994, no. 29) is a decree of Eretria honouring Eudemus of Acarnania for liberating Eretrian prisoners. In the view of Bielman (1994, p. 113), the most likely scenario is that the prisoners were

⁵⁶ Gabrielsen (2003, p. 394) rightly compares these to the fate of Nicostratus in [Dem.] 53. On this case see Sosin, 2017.

captives of Aetolian pirates, sold in Acarnania, at which point Eudemus intervened and arranged their ransom and release. The fact that Eudemus had arranged for the release of some but not all of the captives (line 7) suggests that they had been sold to various owners rather than held together in expectation of a general ransom. The situation is clearer in *IG XI 4.1054* (= Bielman, 1994, no. 32): here, Theangela honours Semos, a Delian citizen who bought numerous slaves, the booty of a pirate raid. Semos discovered that two of them were women from a distinguished family in Theangela, and released them. McCabe, *Theangela* 1 (= Bielman, 1994, no. 40) is a decree of Troezen honouring Aristeides of Theangela, and concerns the liberation of an individual, Charmadas, who had been enslaved by Aetolians: Aristeides, learning of Charmadas' fate, of his own initiative and at his own expense bought him and repatriated him. Bielman (1994, p. 149-150), surely correctly, views these Aetolians as pirates. In all of these cases, there is no sign that the pirates had aimed at ransom from the outset; instead, the ransom was brokered at a later point through the agency of a third party.

Then there are instances where the *polis* of the captives proactively dispatched an embassy to the home city of the pirates, in order to arrange for the captives' return. In *SIG³ 244* (= Bielman, 1994, no. 26), Aulon on Naxos honours several of its citizens who had served as ambassadors and had secured the ransom of 280 persons seized in a raid by Aetolians. An embassy despatched to secure the release of captives is also mentioned in a partially damaged decree of Samothrace (*IG XII 8.159* = Bielman, 1994, no. 47). *IG XII.3 no. 328* (= Bielman, 1994, no. 54) is a difficult document, a letter concerning individuals from Thera who had been captured by pirates from Allaria on Crete. Three years later they had been freed and given land in Allaria. The captives seem actually to have joined the pirates in their activities, though they apparently did not share in the booty. For our purposes, the key point is that the inscription documents diplomatic efforts to repatriate the Theran captives at a much later point in time.⁵⁷

Finally, we have the instance, mentioned above, of *SIG³ 521* (= Bielman, 1994, no. 38), where the impetus to set up a ransom deal came from two of the captives, who convinced (*συνέπεισαν*, line 15) the pirate captain Sokleidas to release the captives, presumably for a ransom. Again, we see that the impetus to broker a ransom came not from the pirates but from other parties.

⁵⁷ Fuller discussion and a novel interpretation in Ager, 1998.

In sum, the majority of our inscriptions show pirate crews making off quickly with their haul of captives and selling them into slavery. One question quickly springs to mind: is this evidence representative of reality? Not so in Gabrielsen's (2003, p. 394) view: "what we do have a record of are precisely those cases which, by their very nature, were habitually deemed meritorious to be publicized on inscriptions: that is, the intervention of benefactors, collective or individual. What we totally lack (and shall probably never get) is epigraphic evidence for the presumably far superior number of cases of captives being bought back by their own families, something usually not publicized through inscriptions". One can hardly disagree⁵⁸; but it is important to add a further point, *viz.* that just as the epigraphic record fails to capture such instances of privately-brokered ransom, so too must it fail to capture those instances where captives were sold into slavery. The argument about what the epigraphical record leaves in the dark thus cuts in both directions.

My point is not that firm conclusions on the frequency of ransom versus sale can be reached given the state of our sources. Rather, it is that the possibility of sale should not be underestimated, and that risk as much as profit likely governed the pirate crew's decisions in any given instance. The fact that Hellenistic *poleis* expended much effort to protect their citizens from sale as slaves⁵⁹ suggests that enslavement and sale was a very grave risk.

2.1. Marketing Captives

This brings us to the final link in the supply chain in which the pirate crew played a direct role: the sale of captives in slave markets. The first pragmatic issue for this stage of the process was the transport of captives; as noted above, most of the craft utilised by pirates (with the exception of merchant galley types) were not built for carrying cargo. The *keletes* and *lemboi* mentioned by Livy as operating out of Myonnesus in 190 BC would have been better placed to carry booty than vessels such as *myoparones* and *hemioliai* (see n. 25 and 27). According to Hypereides (*On Protection Against the Tyrrhenians* fr. 166 [Blass]), Tyrrhenian

⁵⁸ Although one practical point: can we imagine pirates conducting simultaneously many negotiations with the families of each individual captive seized in a raid? This would have complicated the process of negotiation immensely.

⁵⁹ See Kvist, 2003 for Cretan grants of *asylia*; more generally, see Roy, 2012.

pirates used, alongside their galleys, special ships called *komistika ploia*, ‘transport ships’, which Hesychius glosses as auxiliary vessels for transporting captured loot. We lack evidence for similar strategies pursued by Greek pirates – although the fact that Sokleidas’ gang in *SIG*³ 521 stole the ship of Doreios may similarly be due to their haul of over 30 captives, who may not have been easy to carry away on the vessel(s) in which the pirates arrived. At any rate, the technology at the disposal of pirates may have influenced their preference for human captives over other kinds of booty, for the former had a very favourable bulk and weight to value ratio, and could be rapidly moved on board prior to a hasty getaway (Gavriljuk, 2003, p. 79-80).

Rostovtzeff’s (1941, p. 196) remark that pirates “were welcomed in all commercial ports when they appeared laden with their booty” is unsatisfactory for several reasons. First, it looks very much like an unwarranted extrapolation of Strabo’s (14.5.2) remarks about late Hellenistic Delos. Second, it ignores openly hostile *poleis* such as Athens and Rhodes (at the least) which were no friends to the pirate crew. Third, it is doubtful that most commercial ports would be anything other than alarmed by the arrival of a flotilla of craft of the sort described above, which further suggests the additional use of general merchant vessels for disposing of captives in ports other than the home ports of the pirate crews (in e.g. Crete or Aetolia). In other words, pirates may well have seized more innocent-looking craft (such as the ship of Doreios noted in *SIG*³ 521) or utilised more practical craft (such as the Tyrrhenian *komistika ploia*) if they intended to market their captives somewhere other than their home ports. A further possibility, though one for which we lack evidence, lies in contacts between pirate crews and slave traders, which could allow the pirate to dispose of his haul of captives without the risk of sailing to a given port (Gabrielsen, 2003, p. 394). It is a mark of the difficulty of the evidence that the significance of this option, potentially important, cannot be assessed on the evidence that we have. Nevertheless, we do hear of ports welcoming pirates and providing a market for pirate booty: two fifth-century Athenian inscriptions explicitly forbid allied *poleis* from doing this (*IG* I³ 67.7-9; 75.6-10), and in the following century we hear complaints that the Thasians and Melians had done precisely such a thing (Dem. 12.2; 58.56). How did pirate crews know where they would find a safe harbour and market for their captives, beyond returning to their home ports?

A comprehensive answer is not possible; but some considerations on the identity of pirate crews and especially their leaders may suggest fruitful lines of enquiry. As Gabrielsen has shown, it is a mistake to view the social context of most (pre-Cilician) piracy in the Aegean in terms of marginal or excluded groups. Pirate galleys were, by and large, owned, fitted out, and their crews led by elite men from Greek communities that never gave up the archaic practices and attitudes of private raiding. Their predilection for raiding should not been seen as an exclusive role. Even in Homer (*Od.* 1.184) a raider chief can also be a trader in metals. Likewise, it is well known that early Greek mercenaries were recruited not from an “open market” but through aristocratic *xenia* networks (whence the word *xenos* gained the auxiliary meaning of “mercenary”). The same individuals could toggle between these different roles and identities as and when required. The best way to explain the later situation is in terms of long-term continuities from the archaic era, where leading men could go raiding with their *hetairoi*, help out one of their guest friends by supplying them with armed men (themselves and their *hetairoi*) in return for a *misthos*, and indeed dabble in trade.

This multiplicity of roles that individuals from traditional regions might switch between is evident in Classical and Hellenistic sources. For instance, there is no reason to think that the social origins of Cretan mercenaries – much in demand as archers who specialised in skirmishing tactics over broken ground – were any different from Cretan pirates.⁶⁰ The early-Hellenistic *archipeiratai* are another case in point. We hear of a number of such “pirate chiefs” serving as mercenaries in the wars of the Successor Kingdoms (see Gabbert, 1986). Some have suggested that these were “ex-pirates” (Gabbert, 1986, p. 160), but that is to mistake the nature of the problem: the Greek terms *leistēs* and *peirates* were not legal statuses or categorisations bestowed for violating international law, but were terms used for functional reasons connected with the strategy of the plundering raid. This might include individuals that made this their habitual activity (i.e. pirates *sensu stricto*); but the same terminology could be used for troops of states at war who resorted to the tactics of the plundering raid, or

⁶⁰ Training in irregular warfare: Plat. *Leg.* 625c-626b; Ephorus *FGrHist* 70 F 149; Cretan mercenary archers: Thuc. 6.25.2; 6.43; 7.57.9-10; Xen. *Anab.* 1.2.9; 3.3.7; 3.3.15; 3.4.17; 4.2.27-8; 5.2.29-32; *Hell.* 4.2.16; 4.7.6; Plb. 4.20.6-12; 4.54-5; 4.67.3; 4.68.3; 5.3.2; 5.14.1; 5.79.10; 17.57.4; 20.85.3; Arr. *Anab.* 1.8.3-5; 2.7.7-8; 2.9.3; 3.5.6. On Cretan piracy in general, see Brulé, 1978.

individuals who practised plundering raids for a limited period of time before reverting to more “formal” methods of warfare.

My point here is that we should not assume that early Greek traders, mercenaries, and pirates were always distinct occupations practised by different individuals. As Luraghi (2006) has shown, the same individual could toggle between each role. The same was probably true in later times, and this may provide the key for understanding how pirate crews were able to dispose of their booty in markets other than their home ports. For these crews were generally not (Tyrrhenians excepted) barbarian outsiders intruding into the Greek world, but a long-established component of it. Just as enterprising elite men of the archaic period were typically well-travelled and well-connected with their peers elsewhere in the Aegean world, their successors in traditional Greek communities of later periods probably had social connections in other regions, and carried a fund of knowledge on landfalls, safe harbours, legitimate and lucrative targets, and friendly markets. It was such connections that enabled them to be in contact with, for example, Hellenistic kings in need of their expertise in irregular warfare; or indeed, in touch with states such as Athens, as was the Euboean *condottiere* and warlord Charidemus, who was accused of starting his career as a mercenary light-infantryman before acquiring a pirate ship and preying on Athens’ allies (Dem. 23.148). Aetolians and the Aetolian *koinon* of the third century BC were thoroughly familiar with (and connected to) the broader Aegean world (Funke, 2008). Even in fairly developed regions, the temptation for leading men to resort to the old-fashioned life of a raider was hardly out of the question: such was the decision of the Phocaeen admiral Dionysius following the Battle of Lade (Hdt. 6.17), and in later centuries we find so-called pirate leaders from various *poleis* including Miletus (Xen. *Hell.* 2.1.30), Chalcis (Livy 31.22), Sparta (Livy 37.13.11-14.1; Plb. 5.3.7), and Methymna (Arr. *Anab.* 3.2.4). Even in fourth-century Athens, one individual seems to have acquired a naval-surplus trireme and headed with it to Crete to serve as a mercenary commander (Casson, 1995c). In such instances the distinction between war and piracy was murky, and slippage between the two could easily occur. The difference was not between the individuals who practised these activities, but was a matter of their tactics, targets, and relations with states at war at a given point in time.

Conclusions

Thinking away our received cultural baggage associated with Atlantic piracy of the seventeenth and eighteenth centuries is crucial for grasping the social character and practical operation of piracy in the ancient Greek world. Rather than representing moral or economic breakdown, privately-organised raiding was, generally speaking, a traditional activity that certain Greek communities simply never gave up – although Greeks who penned most of our sources came from more economically and politically advanced communities that found such practices backwards, abhorrent, and illegitimate. Nevertheless, piracy was a fundamental component of the ancient Greek economy. It redistributed commodities by force more often than destroying them altogether; but it also actively commoditised human beings, tearing them from the ships on which they sailed or the coastal communities in which they lived and turning them literally into “human capital” that could be traded in slave markets. That is not to say that piracy was a straightforwardly productive feature of the ancient economy: it certainly raised transaction costs for interstate trade,⁶¹ never mind blighting the lives and fortunes of their victims and their victims’ communities. At any rate, study of its practical aspects underscores its importance to the history of labour in the Greek world; for not only did piracy involve skilled work itself, but it also produced labour through the enslavement of its victims. The ransom market did to some degree siphon off a proportion of those captives and return them to their kin; but it likely that the stock in trade of the typical pirate crew was enslavement, theft, and murder; a pursuit that was followed each summer in the Eastern Mediterranean for centuries until the fleet of Pompey brought it to an end in 67 BC.

Article received in 21.03.2019, approved in 11.04.2019

BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

Ager, S. Thera and the Pirates: An Ancient Case of the Stockholm Syndrome? *Ancient History Bulletin*, vol. 12, 1998, p. 83-95.

⁶¹ The remarks of Bresson, 2016, p. 302-305 strike me as completely correct.

Arnaud, P. *Les routes de la navigation antique: itinéraires en Méditerranée*. Paris: Errance, 2005.

Avidov, A. Were the Cilicians a Nation of Pirates? *Mediterranean Historical Review*, vol. 12, 1997, p. 5-55.

Avram, A. Some Thoughts about the Black Sea and the Slave Trade before the Roman Domination (6th-1st centuries BC). In: Gabrielsen, V.; Lund, J. (eds.) *The Black Sea in Antiquity: Regional and Interregional Economic Exchanges*. Aarhus: Aarhus University Press, 2007, p. 239-251.

Baika, K. The Fortification of Shiphsheds and Naval Arsenals. In: Blackman, D.; Rankov, B. *Shiphsheds of the Ancient Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 185-209.

Beresford, J. *The Ancient Sailing Season*. Leiden: Brill, 2013.

Bielman, A. *Rétour à la liberté: libération et sauvetage des prisonniers en Grèce ancienne*. Athens: École Française d'Athènes, 1994.

Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004.

Bresson, A. *La cité marchande*. Bordeaux: Ausonius Éditions, 2000.

_____. Rhodes, Rome et les pirates tyrrhéniens. In: Brun, P. (ed.) *Scripta Anatolica: Hommages à Pierre Debord*. Bordeaux: Ausonius, 2007, p. 145-64.

_____. *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets, and Growth in the City-States*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

Brulé, P. *La piraterie crétoise hellénistique*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

Casson, L. Hemiolia and Triemiolia. *Journal of Hellenic Studies*, vol. 78, 1958, p. 14-18.

_____. *The Ancient Mariners*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Revised Edition. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995a.

_____. Merchant Galleys. In: Gardiner, R. (ed.) *The Age of the Galley*. London: Conway Maritime, 1995b, p. 117-126.

_____. A Trireme for Hire (Is. 11.48). *Classical Quarterly*, vol. 45, n. 1, 1995c, p. 241-245.

Crisculo, L. Ptolemies and Piracy. In: Buraselis, K.; Stefanou, M.; Thompson, D. J. (eds.) *The Ptolemies, the Sea and the Nile: Studies in Waterborne Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 160-171.

Cvikel, D.; Kahanov, Y.; Rosen, B.; Saaroni, H.; Galili, E. The Voyage of Leucippe and Clitophon: A New Interpretation. *Mariner's Mirror*, vol. 100, n. 4, 2014, p. 388-404.

Davies, J.K. Cultural, Social and Economic Features of the Hellenistic World. *Cambridge Ancient History*, Vol. VII.1. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 257-320.

Davies, J.K. Demetrio di Faro, la pirateria e le economie ellenistiche. In: Braccisi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 119-127.

de Souza, P. *Piracy in the Graeco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Ferone, C. *Lesteia: forme di predazione nell'Egeo in età classica*. Napoli: Procaccini, 1997.

Finley, M. I. The Black Sea and Danubian Regions and the Slave Trade in Antiquity. *Klio*, vol. 40, 1962, p. 51-59.

Fischer, J. Der Schwarzmeerraum und der antike Sklavenhandel. Bemerkungen zu einigen ausgewählten Quellen. In: Frass, M.; Graßl, H.; Nightingale, G. (eds.) *Akten des 15. Österreichischen Althistorikertages Salzburg, 20.-22. November 2014*. Salzburg: Paracelsus, 2016, p. 53-71.

Funke, P. Die Aitoler in der Ägäis. Untersuchungen zur sogenannten "Seepolitik" der Aitoler im 3. Jh. v. Chr. In: Winter, E. (ed.) *Vom Euphrat bis zum Bosporus. Kleinasien in der Antike. Festschrift für Elmar Schwertheim zum 65. Geburtstag*. Bonn: Habelt, 2008, p. 253-267.

Gabbert, J. Piracy in the Early Hellenistic Period: A Career Open to Talents. *Greece & Rome*, vol. 33, n. 2, 1986, p. 156-163.

Gabrielsen, V. *The Naval Aristocracy of Hellenistic Rhodes*. Aarhus: Aarhus University Press, 1997.

_____. Economic Activity, Maritime Trade and Piracy in the Hellenistic Aegean. *Revue des Etudes Anciennes*, vol. 103, 2001, p. 219-240.

_____. Piracy and the Slave Trade. In: Erskine, A. (ed.) *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 389-404.

_____. Warfare, Statehood, and Piracy in the Greek World. In: Jaspert, N.; Kolditz, S. (eds.) *Seeraub im Mittelmeerraum. Piraterie, Korsarentum und maritime Gewalt von der Antike bis zur Neuzeit*. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 2013a, p. 133-153.

_____. Rhodes and the Ptolemaic Kingdom: The Commercial Infrastructure. In: Buraselis, K.; Stefanou, M.; Thompson, D. J. (eds.) *The Ptolemies, the Sea and the Nile: Studies in Waterborne Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013b, p. 66-81.

Garlan, Y. Signification historique de la piraterie grecque. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, vol. 4, 1978, p. 1-16.

_____. War, Piracy and Slavery in the Greek World. In: Finley, M. I. (ed.) *Classical Slavery*. London: Psychology Press, 1987, p. 7-21.

Gavriljuk, N. The Graeco-Scythian Slave Trade in the 6th and 5th Centuries BC. In: Bilde, P. G.; Hojte, J. M.; Stolbe, V. F. (eds.) *The Cauldron of Ariantas: Studies Presented to A. N. Scegllov on the Occasion of his 75th Birthday*. Aarhus: Aarhus University Press, 2003, p. 75-85.

Gianfrotta, P. Commercio e pirateria: prime testimonianze archeologiche sottomarine. *Mélanges de l'école française de Rome: Antiquité*, vol. 93, 1981, p. 227-242.

Giuffrida Ientile, M. *La pirateria tirrenica: momenti e fortuna*. Rome: G. Bretschneider, 1983.

Grieb, V.; Todt, S. (eds) *Piraterie von der Antike bis zur Gegenwart*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2012.

Hacke, W. *A Collection of Original Voyages*. London: James Knapton, 1699.

Hamon, P. Tout l'or et l'argent de Téos: au sujet d'une nouvelle édition des décrets sur les pirates et l'emprunt public pour la libération des otages. *Chiron*, vol. 48, 2018, p. 333-374.

Höckmann, O. The Liburnian: Some Observations and Insights. *International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 26, 1997, p. 192-216.

Jacopi, Giulio. Nuove epigrafi dale Sporadi Meridionali. In: Maiuri, Amedeo (org.) *Monumenti di scultura del Museo Archeologico di Rodi*. Bergamo: Istituto Storico-Archeologico, 1932, p. 165-256.

Jaspert, N.; Kolditz, S. (eds.) *Seeraub im Mittelmeerraum. Piraterie, Korsarentum und maritime Gewalt von der Antike bis zur Neuzeit*. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 2013.

Johnston, A., Quercia, A., Tsaravopoulos, A., Bevan, A.; Conolly, J. Pots, Piracy and Aegila: Hellenistic Ceramics from an Intensive Survey of Antikythera, Greece. *Annual of the British School at Athens*, vol. 107, 2012, p. 247-272.

Katzev, M. L.; Katzev, S. Kyrenia II: Research on an Ancient Shipwreck comes Full Circle in a Full-Scale Replication. *Institute of Nautical Archaeology Newsletter*, vol. 13, n. 3, 1986, p. 1-11.

Konstam, A. *The Pirate Ship 1660-1730*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

Kvist, K. Cretan Grants of *Asyilia*: Violence and Protection as Interstate Relations. *Classica et Mediaevalia*, vol. 54, 2003, p. 185-222.

Lewis, D. M. Near Eastern Slaves in Classical Attica and the Slave Trade with Persian Territories. *Classical Quarterly*, vol. 61, n. 1, 2011, p. 91-113.

_____. The Market for Slaves in the Fifth- and Fourth-Century Aegean: Achaemenid Anatolia as a Case Study. In Harris, E. M.; Lewis, D. M.; Woolmer, M. (eds.) *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 2016, p. 316-336.

_____. Notes on Slave Names, Ethnicity, and Identity in Classical and Hellenistic Greece. *Studia Źródłoznawcze: U Schyłku Starożytności*, vol. 16, 201a, p. 169-199.

_____. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018b.

Luraghi, N. Traders, Pirates, Warriors: The Proto-History of Greek Mercenary Soldiers in the Eastern Mediterranean. *Phoenix*, vol. 60, 2006, p. 21-47.

Lytle, E. Fishing with Fire: Technology, Economy, and Two Inscriptions. *Historia*, vol. 67, n. 1, 2018, p. 61-102.

Ma, J. Fighting *Poleis* of the Hellenistic World. In: van Wees, H. (ed.) *War and Violence in Ancient Greece*. London: Classical Press of Wales, 2000, p. 337-376.

Medas, S. Λέμβοι e liburnae. In: Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 129-138.

Mihovilić, K. La situla di Nesazio con *naumachia*. In: Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 93-107.

Milton, G. *White Gold*. London: Farrar, Straus and Giroux, 2004.

Morrison, J. S. Hemiolia, Trihemiolia. *International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 9, 1980, p. 121-126.

Morrison, J. S.; Williams, R. T. *Greek Oared Ships*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

Morrison, J. S.; Coates, J. *Greek and Roman Oared Warships*. Oxford: Oxbow Books, 1996.

Ormerod, H. A. *Piracy in the Ancient World*. Liverpool: Liverpool University Press, 1924.

Pancieria, S. Liburna: rassegna delle fonti, caratteristiche della nave, sccezioni del termine. *Epigraphica*, vol. 18, 1956, p. 130-156.

Perrier, A. Brigands et pirates. In: Picard, O., Brunet, M., Couvenhes, J.C., Perrier, A., Prêteux, F.; Rebuffat, F. (eds.) *Économies et sociétés en Grèce ancienne (478-88 av. J.-C.)*. Paris: A. Coulin, 2008, p. 212-234.

Pryor, J. H. Geographical Conditions of Galley Navigation in the Mediterranean. In: Gardiner, R. (ed.) *The Age of the Galley*. London: Conway Maritime, 1995, p. 206-216.

Rauh, N. Who Were the Cilician Pirates? In: Swiny, S. et al. (eds.) *Res Maritimae: Cyprus and the Eastern Mediterranean from Prehistory to Late Antiquity*. Atlanta: Scholars Press, 1997, p. 263-283.

Rediker, M. *Villains of All Nations: Atlantic Pirates in the Golden Age*. Boston: Beacon, 2004.

- Rediker, M. *The Slave Ship: A Human History*. London: Penguin Books, 2007.
- Rostovtzeff, M. *The Social and Economic History of the Hellenistic World*. Volume I. Oxford: Oxford University Press, 1941.
- Roy, J. Cittadini ridotti in schiavitù: il consolidarsi della schiavitù nella Grecia classica. In: Di Nardo, A.; Lucchetta, G. A. (eds.) *Nuove e antiche schiavitù*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2012, p. 53-63.
- Şahin, S. Piratenüberfall auf Teos: Volksbeschluss über die Finanzierung der Erpressungsgelder. *Epigraphica Anatolica*, vol. 23, 1994, p. 1-36.
- Scholten, J. *The Politics of Plunder: Aitolians and their Koinon in the Early Hellenistic Era, 279-217 B.C.* Berkeley: University of California Press, 2000.
- Sekunda, N. A Note on the Rhodian Expedition against Aigila. *Grammateion*, vol. 3, 2014, p. 13-14.
- Skarlatidou, E. K. Κατάλογος μυστών και εποπτών από τη Σαμοθράκη. *Horos*, vol. 8-9, 1993, p. 153-172.
- Sosin, J. Ransom at Athens ([Dem.] 53.11). *Historia*, vol. 66, 2017, p. 130-146.
- Tsetsckhladze, G. R. Black Sea Piracy. *Talanta*, vol. 32-33, 2000-2001, p. 308-315.
- Velkov, V. Zur Frage der Sklaverei auf der Balkanhalbinsel während der Antike. *Etudes Balkaniques*, vol. 1, 1964, p. 125-138.
- Vitkus, D. J. *Piracy, Slavery, and Redemption: Barbary Captivity Narratives from Early Modern England*. New York & Chichester: Columbia University Press, 2001.
- Vlassopoulos, K. Two Images of Ancient Slavery: The “Living Tool” and the “Koinōnia”. In: Hermann-Otto, E. (ed.) *Sklaverei und Zwangsarbeit zwischen Akzeptanz und Widerstand*. Hildesheim, Zürich & New York: Olms Georg AG, 2011, p. 467-477.
- van Wees, H. *Status Warriors: War, Violence and Society in Homer and History*. Amsterdam: J. C. Gieben, 1992.
- _____. *Ships and Silver, Taxes and Tribute: A Fiscal History of Archaic Athens*. London: I. B. Tauris, 2013.
- Wachsmann, S. *Seagoing Ships & Seamanship in the Bronze Age Levant*. London: Texas A&M University Press, 1998.
- Wiemer, H.-U. *Krieg, Handel und Piraterie: Untersuchungen zur Geschichte des hellenistischen Rhodos*. Berlin: De Gruyter, 2002.
- Zambon, E. I Provvidimenti ontro i pirati in età ellenistica. In: Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 147-172.

PIRATARIA E COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM AÇÃO NA GRÉCIA CLÁSSICA E HELENÍSTICA*

David M. Lewis¹

Tradução de Gabriel Cabral Bernardo**

RESUMO: A maioria dos escravos no mundo grego eram não-gregos importados e seus descendentes. Ainda assim, sabemos pouco sobre a inserção de indivíduos da periferia não-grega na escravidão. Muito mais promissor para o estudo dessa inserção na escravidão é um processo numericamente menos significativo: a pirataria, onde a captura e venda de indivíduos – principalmente gregos – é extensivamente documentada. A pirataria era tanto uma forma de trabalho em si mesma quanto um meio de se conseguir trabalho. O objetivo desse artigo é explorar, por meio do estudo do trabalho da tripulação pirata, da tecnologia à sua disposição e do destino de suas vítimas, os aspectos pragmáticos de captura e venda, bem como o nível em que a prática de resgatar prisioneiros impedia cativos de comporem o suprimento de escravos.

PALAVRAS-CHAVE: Pirataria; Escravidão; Comércio de Escravos; Resgate Trabalho.

O suprimento de escravos dos períodos Clássico e Helenístico compreendia uma rede de rotas de comércio, mercados e mercadores, cujo *commodity* – seres humanos escravizados – alimentava essa rede por meio de processos variados. Dos muitos mecanismos pelos quais indivíduos podem entrar na escravidão (ver Lewis, 2016, p. 318), virtualmente todos podem ser vistos em jogo no mundo grego, com sua significância flutuando de lugar para lugar e mudando conforme o tempo. Em meio a esse fluxo, entretanto, podemos traçar algumas correntes consistentes e de grande volume de pessoas escravizadas operando a longo prazo. Por exemplo, escravos da Anatólia, especialmente da Frígia, aparecem regularmente em nossas fontes (e frequentemente em números

* Meus agradecimentos a Lilah Grace Canevaro, Mirko Canevaro, Edward Harris e Jim Roy por terem lido e comentado rascunhos desse artigo. Meus agradecimentos também a Keith Rutter pelo convite a falar para a Scottish Hellenic Society of Edinburgh (Outubro de 2015) e à audiência por seus comentários. Nenhum dos supracitados deve ser tido como responsável pelas faltas desse artigo. As traduções são minhas a menos que indicado; nos casos em que embarcações são referenciadas com variantes latinas e gregas (e.g. *lembus/lembos*) tendi a favorecer a versão grega. Finalmente, gostaria de agradecer o Prof. Boris Rankov e o Trireme Trust pela permissão de reproduzir a fig. 1 na p. 119, e ao meu amigo Gabriel Cabral Bernardo pelo convite de submeter esse artigo à *Mare Nostrum*. Esse artigo é dedicado à memória de meu avô, Lt. Cdr. M. E. Lewis RN.

¹ Professor de História e Cultura Grega no Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de Edimburgo, Escócia. E-mail: david.lewis@ed.ac.uk.

** Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

significativos) do século VI até o Período Romano, assim como escravos do Mar Negro e da Trácia.²

Entretanto, em relação à reconstrução dos processos de escravização e do suprimento de correntes que ligavam essas fontes “bárbaras” a compradores nos mercados das cidades-Estado do Egeu, somos imediatamente confrontados com as limitações de nossas evidências: apesar de detalhada em certos locais, ela é extremamente retalhada quando tomada como um todo, com partes essenciais do quebra-cabeça faltando.³ De fato, apesar da importância numérica dos escravos trácios e frígios, é quase impossível escrever uma história social de sua escravização inicial e de sua entrada no domínio das transações comerciais, ou ao menos uma detalhada. Temos um caso mais otimista, contudo, em relação a um dos menos numericamente significativos processos de escravização no mundo grego: a pirataria.⁴ Este artigo explora a entrada de indivíduos na escravidão por meio do esboço dos aspectos práticos do sequestro e venda que, por vários séculos, colocou milhares de indivíduos em uma vida de escravidão. Trabalhos recentes destacaram a necessidade de reconstruir as vidas sociais de escravos, isso por meio do exame de suas redes de interação e experiências que iam além da dialética assimétrica entre senhor e escravo (e.g. Vlassopoulos, 2011). Não possuímos para a Antiguidade o tipo de narrativas que sobreviveram do começo da Idade Moderna, pelas quais indivíduos relataram seu sequestro e venda por corsários bárbaros;⁵ nem podemos reconstruir a história social dos escravos em trânsito com nada do detalhe conseguido em, por exemplo, o *The Slave Ship: A Human History* de Rediker (2007).⁶ Mas ao reunir os dados espalhados em nossas fontes, podemos ao menos reconstruir uma estrutura que nos permite compreender melhor os estágios iniciais desse ramo do suprimento dos escravos, bem como as experiências de indivíduos assim escravizados.

² Sobre a Anatólia, especialmente da Frígia, ver Lewis, 2011; 2016; 2018a; 2018b, p. 277-286. Sobre o Mar Negro e região do Danúbio: Finley, 1962; Avram, 2007; Fischer, 2016. Sobre a Trácia, ver Velkov, 1964.

³ Tentei uma reconstrução (admitidamente esboçada) do comércio entre a Anatólia e o Egeu em Lewis, 2016; com mais considerações em Lewis, 2018b, p. 277-286.

⁴ Que a Pirataria não era uma fonte de escravos de primeira importância no mundo grego foi convincentemente mostrado por Garlan, 1987.

⁵ Vitkus, 2001; ver também Milton, 2004.

⁶ Além disso, a duração das viagens do antigo Mediterrâneo Oriental era muito menor que as das rotas atlânticas discutidas por Rediker (ver, em geral, Arnaud, 2005); e não há razão para acreditar em navios escravistas especializados no mundo grego.

Esse artigo vai tratar desse tópico em questão em duas partes. A primeira parte examina a pirataria grega do ponto de vista da tripulação pirata e analisa seu trabalho, examinando a tecnologia à sua disposição e como ela era usada. Muito trabalho importante foi publicado nos últimos anos sobre várias facetas da pirataria antiga,⁷ mas uma área notável negligenciada é o da questão pragmática, de como ela acontecia na prática. Várias contribuições sobre os atributos técnicos dessa ou daquela embarcação usadas por piratas foram feitas ao longo de vários anos (ver *infra*), mas a última tentativa de descrever de forma abrangente como eles eram utilizados foi publicada em 1924.⁸ Aqui ofereço uma revisão atualizada da prática das tripulações piratas, de modo que nossa compreensão desse aspecto do suprimento de escravos possa ser baseada em uma apreciação mais sólida de seus detalhes práticos. A segunda parte considera o destino das vítimas de sequestro, abrangendo também a mercantilização dos cativos e suas chances de resgate ou libertação. Nenhum acadêmico nos proveu uma análise mais sofisticada da pirataria grega do que Vincent Gabrielsen, cujo trabalho, entre outras coisas, tratou do tópico do “mercado de resgate”. Ele mostrou convicentemente que o resgate de cativos era mais lucrativo do que sua venda para a escravidão (Gabrielsen, 2003, p. 392-395). Mas outras considerações além do lucro influenciavam a decisão de se envolver em negociações de resgate, isso ao invés de fugir com os cativos e vendê-los, e essas considerações vão compor o foco da segunda parte. Isso, creio, vai contribuir para uma compreensão mais refinada das circunstâncias que ditavam se cativos entrariam nas correntes mais amplas do comércio de escravos ou se reuniriam com seus parentes.

⁷ Sobre a faceta política/historiográfica, ver Avidov, 1998; de Souza, 1999; Wiemer, 2002; Criscuolo, 2013. Sobre a faceta socioeconômica, ver Gabrielsen, 2001; 2003; 2013a; 2013b. Para abordagens comparativas, ver Rauh, 1997. Ver também Perrier, 2008 e os volumes editados recentemente de Braccisi, 2004; Grieb e Todt, 2012; Jaspert e Kolditz, 2013.

⁸ Ormerod, 1924, p. 13-58. Ferone, 1997, p. 117-137 contém um capítulo intitulado “As Embarcações e as Técnicas de Assalto”, mas discute mais profundamente os tipos de embarcações. Discussões parciais úteis podem ser encontradas em Casson, 1958 e Beresford, 2013, p. 238-257.

1. A Tripulação Pirata e seu Trabalho

O fenômeno da pirataria no Mediterrâneo antigo e mares adjacentes esteve longe de ser uniforme.⁹ Suas formas mais proeminentes no Egeu clássico e helenístico, entretanto, compartilhava alguns traços em comum e surgiu de estruturas socioeconômicas comparáveis. Essas estruturas eram bem difundidas no Egeu antes de 500 a.C. e persistiram em várias regiões depois disso. Foram as últimas décadas do século VI a.C. que viram a emergência de grandes frotas de trirremes, cuja eficácia se baseava em estruturas fiscais de crescente complexidade, um fenômeno que se desenvolveu paralelamente a processos de formação do Estado em muitas das cidades-Estado mais avançadas. Essas frotas eram estatais, suas tripulações assalariadas e suas atividades determinadas pela política de Estado. Antes desses desenvolvimentos, a violência naval era em sua maioria um assunto privado: galés tipicamente menores que trirremes (como os *pentekontoroi* e *triakontoroi*) eram possuídas e equipadas por membros da elite para expedições de saque, as mesmas que poderiam ser recrutadas pelos Estados emergentes em tempos de guerra, mas não eram frotas da pólis (ver van Wees, 2013).

Como Gabrielsen mostrou, o período entre o final do século VI e começo do V representa um ponto de virada, um que viu as sociedades gregas reunidas em dois campos.¹⁰ De um lado, foram as pólis desenvolvidas politicamente e economicamente que mantiveram frotas estatais e fizeram o exercício da violência naval um monopólio público. Do outro, foram comunidades mais tradicionais que se agarraram àquilo que Scholten (2000, p. 2) chama de “código arcaico de autosserviço econômico livre e predatório”. Nessas regiões, membros da elite ainda organizavam viagens de verão para saquear da mesma forma que as descritas por Homero – foi o conservadorismo social, não a crise social que se responsabilizou pela associação entre pirataria e regiões como Creta e Etólia até mesmo o Período Helenístico (cf. Thuc. 1.5.3).¹¹ Além da Grécia propriamente

⁹ Sobre a variedade de suas formas, ver Garlan, 1978. Sobre a pirataria no Mar Negro, ver Tsetschladze, 2000-1.

¹⁰ Gabrielsen, 2001, p. 115-228; 2003, p. 401-403; 2013a, p. 138-147.

¹¹ Cf. Gabrielsen, 2003, p. 403: “No final das contas, portanto, não foi nem a opressão política nem a pobreza que criou o predador. De fato, historicamente, ele esteve presente por todo o tempo e continuou a gozar de uma existência próspera”. Sobre a pirataria como ponta de lança das elites em regiões tradicionalistas, não de excluídos sociais, ver Gabrielsen, 2013, p. 138: “há evidências o suficiente para mostrar que o berço da pirataria estava situada nos escalões mais altos da

dita, estruturas sociais semelhantes e códigos comportamentais existiam no mar Adriático; o relato de Políbio (2.8.8) sobre os ilírios sob Teuta nos provê de um paralelo próximo para um Estado nascente que ainda não tinha estendido seu alcance sobre navios de guerra e seu uso. Sua resposta à chocada embaixada romana – de que não era o *nomimon* dos monarcas ilírios impedir seus súditos de se enriquecer no mar – é sintomático de uma visão de mundo arcaica mais ampla, que via o saque de estrangeiros por indivíduos privados como além do alcance da autoridade central.¹² Desde um período bem anterior os etruscos (tirrênios) estiveram envolvidos em incursões de saque tanto no mar Adriático quanto no Egeu, e aparecem como uma preocupação séria da política atenienses no século IV a.C. (Giuffrida Ientile, 1983).

Uma exceção nessas formas tradicionais de pirataria foi a eflorescência da pirataria na Cilícia durante os séculos II e I a.C.: sua composição social era bem diferente, um produto do estresse causado por mudanças tectônicas entre os Estados helenísticos do Mediterrâneo Oriental. Como Nicholas Rauh (1997) mostrou, os piratas cilícios atraíram elementos das plebes marítimas mediterrânicas de um modo não diferente da pirataria atlântica do século XVIII; suas táticas começaram, entretanto, em linhas tradicionais e apenas depois se desenvolveram para imitar aquelas de um Estado estabilizado.¹³ O período coberto por esse estudo, portanto, viu tripulações piratas de uma variedade de regiões a solta no Egeu e operando por uma variedade de motivações, com mudanças diacrônicas na intensidade de incursões nessa ou naquela região.

1.1. Galés Piratas: As Ferramentas do Ofício

A tecnologia nas mãos de tripulações piratas refletia as estruturas sociais tradicionais das quais emergiu muito dessas atividades. Já no século V a.C.,

estrutura sociopolítica, por mais que os chamemos de elites privilegiadas aristocráticas ou detentoras de poder. Pode mesmo ser possível que muitas das pessoas que tripulavam as embarcações piratas vinham das fileiras de destituídos e oprimidos. Ainda assim, os que comandavam os recursos necessários para possuir, manter e operar essa embarcação, e também para organizar expedições de saque, quase certamente pertenciam a uma distinta classe social mais alta”.

¹² Ver Davies, 2004 para um estudo de caso, focando na carreira do chefe guerreiro ilírio Demétrio de Faro.

¹³ Sobre a Cilícia como um Estado fora-da-lei, ver Avidov, 1998; mas a aquisição gradual dos cilícios de aparatos semelhantes aos estatais não significa que sua reputação pela pirataria deva ser desconsiderada como chauvinismo e propaganda romana.

quando descreve os navios da Guerra de Troia, Tucídides (1.10.4) se refere a eles como não sendo semelhantes aos navios modernos da sua época, ἀλλὰ τῷ παλαιῷ τρόπῳ ληστικώτερον παρεσκευασμένα, isso é, equipados da maneira antiga das embarcações piratas. Seu tamanho pequeno (raramente precisando de mais do que 50 remadores) e construído levemente (raramente precisado de aríetes de bronze: ver *infra*) se adequavam perfeitamente às necessidades de seus utilizadores: velocidade, agilidade e discrição. Além disso, o costume arcaico de dividir o butim igualmente (depois de separar os prêmios escolhidos pelos líderes) significava que tripulações maiores levavam a porções individuais menores.¹⁴ Ainda assim essas embarcações estavam longe de serem antiguidades, nem seu desenvolvimento tecnológico terminou no Período Arcaico. Vários novos desenvolvimentos ilustram refinamentos contínuos dessas tecnologias arcaicas para realizar otimamente seu papel mais especializado nos períodos Clássico e Helenístico como predadores marítimos, cujas presas eram navios de transporte e comunidades costeiras.¹⁵ Estados também achavam essas embarcações úteis para guerra irregulares.¹⁶ Por esses motivos, tais embarcações estavam, como J. K. Davies (1984, p. 286) coloca adequadamente, “na vanguarda do progresso militar”. Quatro tipos de embarcação sem convés pedem um comentário mais específico: *hemiolia*, *myoparon*, *lembos* e *liburna*.

O *hemiolia* (“de-um-e-meio”) é mencionado pela primeira vez em fontes do final do século IV a.C. O covarde estereotípico de Teofrasto (*Char.* 25.2) é alguém que, quando no mar, imagina que os promontórios que entram no campo de visão são *hemioliai*. Em termos de detalhes técnicos somos dependentes do nome em si: “de-um-e-meio” deriva com certeza do arranjo dos remos da embarcação, do qual há várias reconstruções possíveis.¹⁷ Uma solução elegante a dessa charada coloca toda a tripulação remando no mesmo nível, com uma fila inteira de remadores ao longo da amurada e meia fileira em cada um dos lados do centro do navio (onde o vau é mais largo) trabalhando nos intervalos entre as fileiras de remos externas. A figura 1 mostra a reconstrução de J. F. Coates de um

¹⁴ Van Wees, 1992, p. 299-310. Tal prática permanecia entre os piratas: Ferone, 1997, p. 145-148

¹⁵ Navios maiores no começo do Período Arcaico tinham que se comprometer com esse princípio, pois também eram usados no comércio regular: ver Hdt. 1.163 sobre os *pentekontoroi* focues.

¹⁶ Casson, 1995a, p. 123-135; Gabrielsen, 1997, p. 90-91.

¹⁷ Ver Casson, 1958; Morrison 1980; Gabrielsen, 1997, p. 89-90; Ferone, 1997, p. 127-133.

hemiolia baseado nessa hipótese.¹⁸ Essa reconstrução se adequa à descrição de Hesíquio (s.v. ἡμιολία) do *hemiolia* como *dikrotos*, ou seja, com duas fileiras longitudinais de remadores em cada lado (Morrison, 1980, p. 122-123). Arriano (*Anab.* 6.5.1), em sua discussão sobre a navegação de Alexandre no rio Indo, menciona *hemioliai* entre os *triakontoroi*; esses talvez utilizando uma fileira completa de dez remadores e uma meia-fileira de 5 remadores em cada lado, totalizando 30 remadores ao todo. Entretanto, como todos esses tipos de embarcação, o número de remadores não era fixo, podendo variar conforme o uso. É improvável que *hemioliai* normalmente tivessem aríetes de bronze.¹⁹

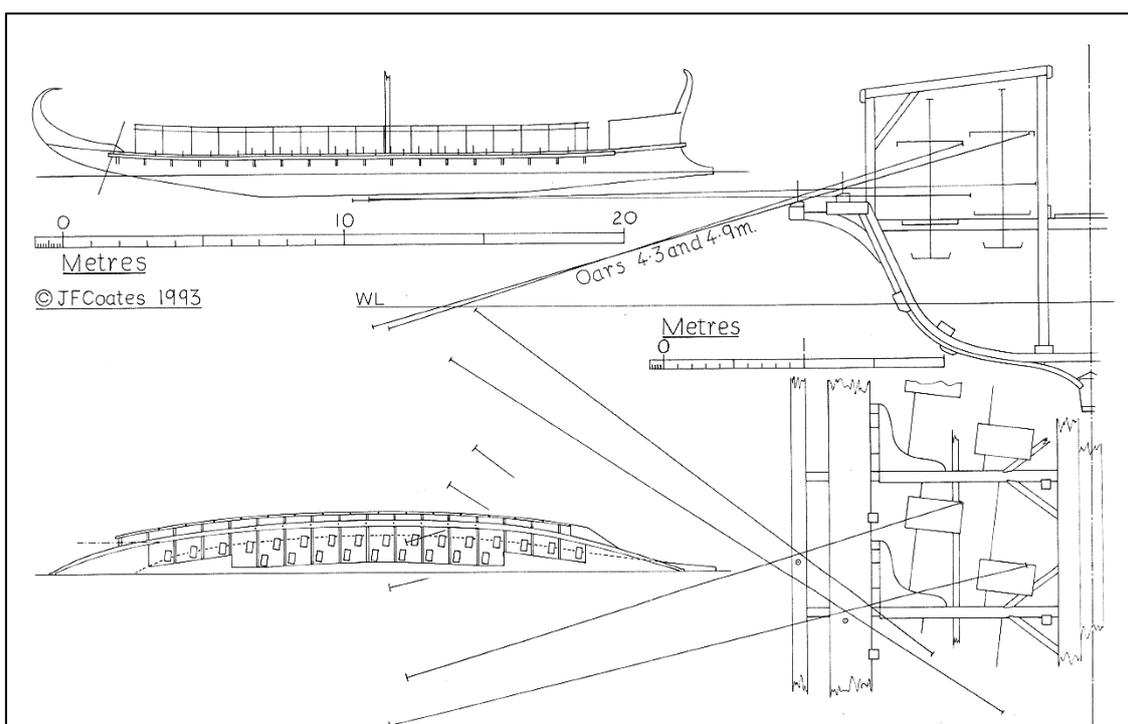


Fig. 1 – Reconstrução de um *hemiolia* por J. F. Coates. Fonte: Morrison e Coates, 1996, p. 318. Cortesia do Trireme Trust.

Os piratas cilícios começaram seus saques com pequenas embarcações utilizando táticas de pirataria tradicionais (Plut. *Pom.* 24). De acordo com Apiano

¹⁸ Essa reconstrução seria capaz de chegar a uma velocidade de cerca de 7.5 nós (Morrison e Coates, 1996, p. 317-319).

¹⁹ Apiano (*Mith.* 92) escreve que os piratas cilícios primeiro usaram *hemioliai* e *myoparones*, e depois *dikrotoi* e *triereis* (por *dikrotoi* ele provavelmente se refere a embarcações com dois níveis, não tripuladas com duas fileiras em um mesmo nível). Ele apresenta no número de 71 embarcações capturadas e 306 rendidas durante as campanhas de Pompeu (App. *Mith.* 96). Se Plutarco (*Pomp.* 28) está correto em reportar que 90 dos navios rendidos tinham aríetes (seguramente os *dikrotoi* e *triereis*), então 287 galés sem aríete eram usadas pelos cilícios em 67 a.C., provavelmente compostas (em sua maioria) por *hemioliai* e *myoparones*.

(*Mith.* 92), eles primeiro usaram *hemioliai* e *myoparones*; eventualmente seu poder aumentou de tal maneira que eles desenvolveram forças e táticas de um Estado completo, incluindo grandes navios de guerra e a prática de guerra de sítio. Essas últimas táticas não são de preocupação imediata aqui, dado que elas representam práticas excepcionais ao invés de cotidianas.²⁰ Mais relacionado ao nosso ponto é a menção – além dos *hemiolia* – dos *myoparon*, outra embarcação pirata pequena e veloz mencionada em várias ocasiões em nossas fontes sobre a pirataria nos séculos II e I a.C., mais notoriamente quando o chefe pirata Heráclio navega quatro *myoparones* para dentro do porto de Siracusa debaixo do nariz de Verres, o governante ineficaz da Sicília (Cic. *Verr.* 2.5.96-8).²¹ Sabemos pouco sobre a sua forma, a não ser que ela era uma embarcação de nível único e que normalmente não contava com um aríete em bronze.²²

O navio por excelência dos saqueadores ilírios era o *lembos*, um termo que encontramos pela primeira vez nas fontes atenienses do século IV conectado a orçamentos de navios mercantes,²³ mas que em um contexto ilírio se refere a um tipo específico de embarcação de saque (Medas, 2004). Eles eram pequenos, velozes e úteis para carregar tropas, qualidades que levaram Filipe V da Macedônia a construir 100 deles, apesar de eles terem sido menos úteis em batalhas navais tradicionais (Plb. 5.109.1-3). Suas tripulações somavam 50 ou menos, e eles eram normalmente embarcações de nível único e abertas; algumas tinham aríetes de bronze.²⁴ Eles se tornaram populares entre piratas além do mar

²⁰ Ver Avidov, 1998; cf. Rauh, 1997.

²¹ Ver também Plut. Luc. 13.3; Cic. *Verr.* 2.3.186, 2.5.73, 2.5.89; Sallust fr. 3.8 [Maurenbrecher]; Florus 1.41.6.4-6.

²² Ver n. 19, mas cf. Cic. *Verr.* 2.1.86-90 para uma exceção. Ver também Casson, 1995a, p. 132; Morrison with Coates, 1996, p. 262. Um *myoparon* aparece no mosaico de Althiburus: Casson, 1995a, fig. 137. O nome, como os do *epaktrokeles*, discutido abaixo, é um substantivo composto; ele significa algo como “barco-rato” (um *paron* é um tipo de barco pequeno: Plb. fr. 193; schol. Ar. *Pax* 142).

²³ Lycurg. Leoc. 17; Dem. 32.6; 34.10; Anaxandrides fr. 34.7 K-A.

²⁴ Em geral, ver Casson, 1995a, p. 125-127. Sobre o tamanho da tripulação: Plb. 2.3.1 tem 5,000 ilírios sobre 100 *lemboi*, i.e. 50 por *lembos*. Tito Lívio (34.35.5) menciona um *lembos* de 16 remadores, i.e. 8 em cada lado. Estrabão (2.99) menciona um *lembos* equivalente a um penteconter usado pelo explorador Eudoxo e dois barcos menores que pareciam *lemboi* piratas. Na visão de Estrabão, então, um *lembos* pirata eram tipicamente menores que um penteconter. Sobre o nível único: Tito Lívio (24.40.2) usa o termo *lembus biremibus* em uma ocasião; o uso de um modificador deixa implícito que eles normalmente eram embarcações de um único nível. Políbio (5.101.2) escreve sobre ἡμιόλοι λέμβοι, *lemboi* eram remados como *hemioliai*, também evidentemente como uma exceção. Sobre o aríete: *pace* Casson, 1995a, p. 126 n. 107-108, o fato de Tito Lívio (32.32.9) falar sobre “cinco *lemboi* e um navio com aríete” deixa implícito que os *lemboi* não tinham aríetes, mas cf. App. *Ill.* 7 e Plb. 2.12.3 (λέμβοις ... ἀνόπλοις), sugerem que *lemboi* sem aríetes não eram o padrão.

Adriático.²⁵ Mais para o norte, na costa do mar Adriático, viveram os libúrnios, uma tribo ilíria que deu seu nome ao *liburna*, outro famoso navio de saque que foi adotada pela frota romana como uma embarcação leve (App. *Ill.* 3). A versão romana tinha remos em dois níveis, como Lucano (3.534) e Apiano (*Ill.* 3) deixam claro; um ancestral para esse tipo é talvez visível no relevo de Nesactium, do século V.²⁶

Esses quatro tipos de embarcações eram as variantes mais modernas das galés de saque sem convés pequenas e mais antigas que Tucídides conhecia; suas capacidades teriam sido em boa parte semelhantes. Algumas tripulações piratas, entretanto, utilizavam outro tipo de embarcação: variantes rápidas do tipo de galé mercante, uma forma intermediária entre o navio mercante de casco arredondado e a galé de guerra mais esguia (Casson, 1995b). Um tipo mencionado nas fontes do século IV (Aeschin. 1.191; Arist. *Int.* 16a26) é o *epatrokeles*, um substantivo composto evidentemente baseado em um tipo mais conhecido de galé mercante, o *keles*, “cavalo de corrida”, usado por vezes por piratas.²⁷ Só o nome é uma evidência de sua velocidade, mas é difícil de estabelecer a diferença entre o *epatrokeles* e o *keles*, e devemos nos apoiar nas bases movediças da etimologia. Várias soluções foram propostas, mas talvez o termo signifique nada mais do que “*keles*-caçador”.²⁸ As capacidades de tais embarcações eram de alguma maneira

²⁵ Plauto (*Bacch.* 279-280) descreve um *lembos* longo e firme perseguindo um mercador. Tito Lívio (37.27) descreve uma frota pequena de *lemboi* piratas e *keletes* fugindo para sua base em Mioneso em 190 a.C. Ver também Alcifron 1.6.8; *Anth. Pal.* 5.44. *Lemboi* eram relativamente espaçosos (Plb. 2.8.4) e podiam ser usados como embarcações mercantis: Casson, 1995b, p. 122. É geralmente suposto que o *lembos* era a embarcação preferida de piratas etólios (Scholten, 2000, p. 107).

²⁶ Ver Panciera, 1956; Morrison e Coates, 1996, p. 316-317; Höckmann, 1997; Medas, 2004; Mihovilić, 2004.

²⁷ Sobre o *keles*: ver Casson, 1995a, p. 160-162; Ferone, 1997, p. 124-126. Sobre seu uso por piratas: Thuc. 4.9.1; Tito Lívio 37.27. Na *Etiópica* (5.22-5) de Heliodoro e em Tucídides (4.67) piratas usam um tipo de embarcação mercantil rápida, um *akation*. O *akation* também era, talvez, usado na Creta helenística (se a emenda de Dindorf em Diod. 31.38 estiver correta), assim como uma embarcação chamada o *mydion*, sobre a qual sabemos pouco; uma figuração sem refinamento aparece no mosaico de Althiburus (Casson, 1995a, fig. 137). Ver também Ferone, 1997, p. 120-14.

²⁸ Morrison e Williams (1968, p. 245) conectam a palavra ao verbo *epagein* e sugerem que significa um pequeno *keles* que poderia ser embarcado em um navio maior, enquanto que Casson (1995a, p. 161) pensa que o *epatrokeles* era “provavelmente desenhado com uma capacidade de carga maior” do que o *keles*. Apesar de uma derivação de *epagein* ser certa, essa derivação é claramente indireta: *epatrokeles* deve derivar de uma combinação de *keles* e do termo *epakter*, um termo que deriva, por sua vez, de *epagein*, mas com o sufixo apofônico *-ter*, e significa “caçador” em grego homérico, no sentido de alguém que “guia” a presa para uma armadilha (cf. Lytle, 2018, p. 83 para o termo na pesca). A variante *epaktr-* é o grau zero apofônico da tonalidade completa *ἐπακτέρ*, que é atestada no termo *epaktris*, usado por Xenofonte (*Hell.* 1.1.11) para se referir a um navio pequeno. Como Ferone (1997, p. 126) nota, Nicandro (*Ther.* 823-4) e Hesíquio (s.v. *ἐπακτρίδας*) conectam o termo *epaktris* com a pesca. De qualquer forma, o termo deriva da

diferentes das galés sem convés descritas acima, com implicações táticas que serão discutidas abaixo.

1.2. A Galé Pirata em Ação

Voltemo-nos agora para como as embarcações eram usadas na prática. O fator de sazonalidade é fundamental: apesar de trabalhos recentes terem mostrado que a velha ideia de uma temporada de navegação fixa de Maio a Setembro é desnecessariamente rígida, a navegação no inverno não poderia ser normalmente tentada pela maior parte das embarcações aqui consideradas.²⁹ Seria, portanto, um erro ver a pirataria grega como uma ocupação em tempo integral, ao menos na maior parte dos casos. É igualmente vital enfatizar a dependência dos piratas em bases terrestres e o seu alcance limitado. Se lê sobre os navios piratas do começo da Idade Moderna cruzando o Atlântico, rodeando a África e navegando para o oceano Índico e para as águas do Mar Vermelho, ficando por vezes no mar por semanas sem ancorarem em terra firme (Konstam, 2003, p. 5-6). Tais feitos eram impossíveis para os piratas gregos que, assim como os capitães dos navios de guerra gregos, tinham que atracar suas embarcações quase que diariamente.³⁰

Ainda que o desembarque em terra firme fosse vital, sabemos pouco sobre o conhecimento que os piratas gregos tinham de boas bases. O orador de [Dem.] 7.3 afirma que “todos os piratas tomam lugares pertencentes a outros povos e os fortificam, e então deles fazem mal a outros”. De fato, várias bases piratas são conhecidas das fontes.³¹ Algumas dessas foram de fato fortificadas:

perseguição da presa, e como tanto Platão (*Laws* 823e) quanto Aristóteles (*Pol.* 1256a35-1256b1) assemelham a pirataria com a caça de animais, não fica claro se o termo *epaktrokeles* deveria ser associado mais com a caça da presa (humana) ou com um tipo específico de embarcação pesqueira (meus agradecimentos a Mirko Canevaro pela discussão do termo).

²⁹ Beresford (2013, p. 237-243; mas cf. p. 248-255: alguns piratas de fato conseguiam operar de maneira limitada no inverno). “[...] saqueadores etólios individuais estavam, nesse ponto, habituados a zarpar no começo da primavera para assediar territórios hostis e navios de carga, assim como os ilírios” (Scholten, 2000, p. 150).

³⁰ Seu tamanho pequeno e falta de um convés os faziam muito vulneráveis a mares bravios, e.g. Diod. 31.45: uma flotilha de piratas cretenses saqueia Sifnos e navega de noite, mas é naufragado por um vendaval. Cf. Arnaud, 2005, p. 34: “Até mesmo a pirataria, até onde se pode analisar tal fenômeno, ainda mal conhecida em seus detalhes, mas que parece ter sido particularmente costeira, provavelmente não exerceu uma influência maior sobre as travessias de alto mar”.

³¹ E.g. Alopeconeso (Dem. 23.166), Haloneso ([Dem.] 7.2), Eubeia (Dem. 18.241), Cítino (*IG* II² 682.10), Mícale (Plut. *Mor.* 303d), Mioneso entre a Tessália e Eubeia (Aeschin. 2.72), Mioneso em Çifitkalesi Adası (Tito Lívio 37.27; Éforo *FGrH* 70 F 27), Opus (Thuc. 2.32), Esciro (Plut. *Cim.*

Tito Lívio (37.27; cf. Plb. 21.12) escreve sobre uma flotilha pirata de cerca de 50 embarcações, *keletes* e *lemboi*, que depois de saquearem a costa de Quios em 190 a.C. e terem partido com “todo o tipo de butim” (*cum omnis generis praeda*), se depararam com uma frota romana. Os piratas fugiram para sua base no Mioneso, “Ilha Rato” (moderna Çifitkalesi Adası na Turquia), um promontório rochoso que se projeta para o mar entre Teos e Samos (ver Morrison e Coates, 1996, p. 107). Ainda que os romanos os tivessem perseguido os saqueadores à sua base, eles mantiveram distância, não querem chegar ao alcance dos piratas postados nos penhascos do promontório, que estavam presumidamente armados com armas de longo alcance (talvez até com artilharia). Outra base pirata notável era a situada na ilha de Anticítera, entre Cítera e Creta, muito bem localizada nas rotas marítimas que passavam entre Creta e o sul do Peloponeso. Essa foi parcialmente escavada.³²

De qualquer forma, o ponto importante de se enfatizar é a dependência profunda dos piratas em bases terrestres. Quando os atenienses enviam uma força naval para a Cária e Lícia em 430/29 a.C., para impedir que piratas peloponésios continuassem usando-a como base para saques de navios de carga comerciais que entravam no Egeu da Fenícia e Fáselis, suas ações pressupunham que não era nada prático para esses piratas operarem do Peloponeso em si (Thuc. 2.69; cf. 8.35). Eles precisavam de uma base mais próxima de suas zonas de caça.³³ O princípio é iluminado em detalhes incomuns em uma inscrição de Siros, datada do começo do século I a.C. (IG XII 5.653 = Bielman, 1994, no. 52), que honra um cidadão da vizinha Sifnos. Notícias de piratas chegam em Siros e fica claro que eles tinham ancorado próximo do território de Sifnos (l. 12-13). Eles capturaram dois escravos, Numênio e Botris, e os desembarcaram em um lugar chamado *Eskhatia* (l. 25-28); os piratas então desembarcaram em uma ilha oposta ao território de Sifnos (linhas 28-29). Numênio escapou, foi capturado pelo honrado e devolvido a seu mestre em Siros (l. 29-33). O ponto-chave para nossos objetivos aqui é que o ataque dos piratas era dependente da tomada de

8.3), Ilhas Lípari (Tito Lívio 5.28.2), Tragia (Strab. 14.1.7) e Farmacusa (Plut. *Jul.* 2). Para a rede cilícia de bases terrestres ver Plut. *Pomp.* 24.3.

³² Ver Johnston *et al.*, 2012; Baika, 2013, p. 277-283. Os ródios lançaram uma expedição contra Anticítera em meados do século III a.C. (Jacopi, 1932, p. 169, no. 1), quase certamente como uma medida antipirataria. Ver Bresson, 2007; Sekunda, 2014.

³³ As embarcações de piratas gregos confirmam, assim, as limitações mais amplas do uso de galés mediterrânicas (ver Pryor, 1995).

ilhas pequenas, presumivelmente inabitadas próximas dos alvos principais, e de seu uso como bases, muito semelhante ao modo descrito por Pseudo-Demóstenes (7.3). Essa dependência de uma “costa aliada” era compartilhada por Rodes, o *prostates* (“protetor”) naval, cuja tecnologia e táticas não eram muito diferentes das dos piratas: Rodes estabeleceu uma rede de bases terrestres, espalhadas por todo o Egeu, que forneciam a infraestrutura militar para expedições antipirataria.³⁴

Como visto anteriormente, os piratas gregos ou perseguiram embarcações no mar ou faziam incursões anfíbias em cidades costeiras. Não podemos determinar a frequência relativa de um ou de outro, mas nossas evidências pendem mais para a última – ainda que elas tendessem a ser ocasiões maiores, mais prováveis de serem registradas e de produzirem inscrições honoríficas caso alguém negociasse a soltura de prisioneiros.³⁵ Uma coisa é certa: era menos provável que uma embarcação pirata sozinha realizasse uma incursão anfíbia do que uma flotilha de vários navios operando em conjunto.³⁶ Dependendo do seu tamanho, um assentamento costeiro seria um alvo muito arriscado para um corsário solitário (ainda que incursões rápidas para o interior fossem menos arriscadas); e mesmo quando nos são noticiados ataques de várias embarcações, eles tendem a acontecer à noite, quando o elemento de surpresa está ao lado dos piratas.³⁷ Se a flotilha fosse grande o suficiente, mesmo vilas relativamente grandes podiam ser atacadas: uma inscrição do século III a.C. registra um ataque em Teos no qual os piratas sequestraram um grupo de cidadãos e cobraram resgate de toda a vila em troca de seu retorno em segurança (*SEG* 44.949).³⁸ Outra inscrição (*SIG*3 520 = Bielman, 1994, no. 26) registra a captura de cerca de 280 pessoas de Aulon em Naxos por corsários etólios. Algumas comunidades costeiras visadas por piratas se deram melhor: durante um ataque noturno de piratas no porto de Thera, a guarnição ptolomaica foi capaz de repelir os corsários de uma área onde viviam cerca de 400 pessoas (*IG* XII.3 *supp.* no. 1291). Em uma

³⁴ Gabrielsen, 1997, p. 40-42. Sobre as medidas antipirataria, ver também Zambon, 2004.

³⁵ *Pace* Casson, 1991, p. 178, embarcações mercantes frequentemente eram alvos muito lucrativos, e.g. *Lys.* 23.25; *Dem.* 24.11-12; [*Dem.*] 34-37; Teopompo *FGrH* 115 F 292; cf. Filocoro *FGrH* 328 F 162 com Bresson, 2000, p. 131-149

³⁶ Sobre as flotilhas, ver e.g. *Hom. Od.* 14.248; cf. *Thuc.* 6.104; *IG* XIII.3 *supp.* No. 1291.9; *Arr. Anab.* 3.2.3; *Diod.* 16.81.3, 20.97.5, 28.1; *Plb.* 5.95.1; *Tito Lívio* 37.11.6; 37.27.

³⁷ E.g. *Hdt.* 6.16.2; *IG* XII.3 *supp.* no. 1291.14; *SIG*3 521.5.

³⁸ Şahin, 1994; Hamon, 2018.

escala menor temos o ataque da vila de Aigale em Amorgos pelo pirata Soclidas e sua tripulação, em meados do século III a.C. (*SIG3* 521 = Bielman, 1994, no. 38). Eles fizeram um ataque noturno na região interiorana mais próxima e levaram mais de 30 pessoas; eles então roubaram um navio de um homem chamado Dorio e afundaram os outros navios no porto. Só sabemos sobre esse episódio porque dois dos cativos conseguiram negociar a soltura de cidadãos cativos por Soclidas (muito provavelmente por um resgate generoso, cf. Roy, 2012, p. 53), e foram honrados por seus esforços com uma inscrição. Se essa barganha não tivesse sido realizada, os homens, as mulheres e as crianças sequestradas teriam certamente terminado no mercado escravo de alguma cidade ou vila costeira grega.

Perseguir um navio mercante no mar apresentava um prospecto diferente, um no qual a habilidade naval da tripulação era um fator crucial.³⁹ Mas também devemos ter em mente o elemento inconstante do tempo. É importante notar uma disparidade tecnológica básica entre o caçador e a presa. A embarcação pirata tinha a vantagem do tempo calmo: mercadores dependentes das velas eram alvos fáceis para predadores cujos remos os permitiam operar eficientemente em tais condições, como o seguinte epigrama ilustra:

Faz estremecer aos navegantes os Cabritos no crepúsculo, mas a Píron
é odiosa, mais do que a tempestade, a calmaria.
Pois o navio imóvel e preso é assim tomado
pelo rápido e impetuoso birreme pirata,
e se da tempestade ele fugiu, na calmaria pela morte
se acabou. Ah! Funesto, terrível e desafortunado ancoradouro!⁴⁰

Por outro lado, mercadores poderiam navegar com maior facilidade em mares agitados, em condições que eram extremamente perigosas para as embarcações menos resistentes ao mar, particularmente as embarcações de saque sem convés (Beresford, 2013, p. 245). Entre esses dois extremos, o resultado poderia pender para qualquer um. Uma taça de figuras negras do final do século VI da Ática mostra uma ilustração notável desse cenário. Ela retrata uma perseguição entre

³⁹ Amadores que fizeram tentativas de pirataria poderiam acabar mal (ver Joseph. *BJ* 3.9.2 com Ormerod, 1924, p. 30-31).

⁴⁰ *Anth. Pal.* 7.640, século I a.C. Ormerod, 1924, p. 16. Cf. Helioid. *Aeth.* 5.23-24 com Beresford, 2013, p. 246-247; Polieno 3.11.10, 5.13.1.

uma embarcação de saque sem convés e um navio mercante em duas cenas sucessivas. Na primeira cena, o mercador tem suas velas atadas na verga, presumivelmente por conta de um vento forte. Apesar dessas condições, a galé cai sobre sua presa com suas velas e todos os homens nos remos. Na segunda cena, o mercador se tornou ciente do perigo e desfraldou suas velas em uma tentativa de escapar de seus futuros captos, mas parece ser em vão: alguns dos piratas deixaram seus remos para recolher a vela e se preparam para abordar sua vítima.⁴¹

Para piratas abordo de galés de tipo mercantes a situação era ligeiramente diferente. Em sua *Etiópica*, Heliodoro descreve a perseguição de um mercador por piratas usando um dos tipos de galé mercante mencionados acima, um *akation*.⁴² Seu relato normalmente ilustra uma variação da situação (descrita acima) envolvendo as galés de saque sem convés. Na história, um navio mercante zarpu de Creta; o piloto notou um *akation* seguindo seu curso e fica reocupado que ele possa estar tripulado por piratas (5.22). Alguns dos passageiros o dizem para não se preocupar: é perfeitamente normal que embarcações menores seguissem o curso de navios mercantes maiores com marinheiros mais experientes. Mas o fato de que a tripulação do *akation* é de piratas logo fica aparente: a embarcação segue o *akation* apenas com suas velas até o vento permitir; quando há uma calmaria, o navio mercante é deixado à deriva na água, e os piratas recorrem a seus remos para toma-lo (5.23). Vale a pena ressaltar duas observações sobre essa passagem: primeiramente, o fato de que essas embarcações foram comumente empregadas para o comércio lhes deram um tom estrategicamente valioso de inocência não compartilhado por galés de saque sem convés mais óbvias. Em segundo lugar, sua melhor navegabilidade as fazia mais adequadas para operar em condições de ventania o em perseguições mais prolongadas.

⁴¹ Minha interpretação segue a de Casson (1958, p. 16). Devemos considerar o tamanho diminuto da taça, que requer a compressão da cena. A afirmação de Morrison (e Coates 1996, p. 183) de que as cenas não são relacionadas devido a uma pequena diferença de altura dos remadores de ambas as cenas pressupões, na minha opinião, que o artista adotou uma abordagem extremamente científica.

⁴² Os romances gregos incluem muitos episódios coloridos envolvendo piratas. Em termos de verossimilhança alguns autores se dão melhor que outros. Por exemplo, Xenofonte de Éfeso (1.13, de maneira um pouco improvável) descreve uma tripulação de piratas fenícios abordo de um trirreme se fazendo de mercadores. Outros são mais realistas em sua pintura da navegação (ver e.g. Cvikel *et al.*, 2014).

Como a captura final era realizada é algo que não fica claro. Os piratas que mataram Licon de Heracleia no Golfo Sarônico no século IV parecem ter caído sobre suas vítimas com uma chuva de flechas (Dem. 52.5). É possível que um de nossos naufrágios mais bem preservados, o navio de Cirênia, foi um dia alvo de um ataque desses, uma vez que oito pontas de lança foram descobertas sob seu casco (ver Katzev e Katsev, 1986, p. 4-5). Alternativamente, o poderia intimidar a tribulação mercante com uma demonstração de força, mas deixa-la partir se eles evitassem a luta, como Heliodoro descreve em sua *Etiópica* (5.24). A captura era provavelmente conseguida com arpéus de abordagem, os *kheires siderai* (“mãos de ferro”), usados como armas navais no Mediterrâneo Oriental desde a Idade do bronze e empregados na guerra naval do Período Clássico.⁴³ Filóstrato (*Imag.* 1.19.3), de fato, quando descreve a pintura de uma galé pirata, menciona entre seu macabro arsenal os arpéus de abordagem usados para capturar suas presas.

Quando se chegava à perseguição, os piratas tinham que tirar proveito de tudo para ter alguma vantagem sobre sua vítima: uma perseguição longa deixaria os remadores enfraquecidos em seus remos, de modo que havia a necessidade de manter a perseguição a mais curta e certa possível. Um método que os piratas do Egeu do começo da Idade Moderna usavam envolvia esconder sua embarcação atrás de um promontório, buscando por vítimas dos penhascos acima e atacando no momento oportuno. Isso é descrito por um marinheiro inglês chamado Roberts:

[...] eles vão para as Ilhas Fourni, e ficam ali sob a terra alta, mantendo vigia sobre a colina com uma pequena bandeira, com a qual eles fazem um sinal se veem alguma vela. Então eles saem e ficam diante do Canal de Samos, e ali tomam sua presa. Eles esperam da mesma forma em Necaria e Gadronise [...].⁴⁴

A mesma estratégia era conhecida na Antiguidade, e aparece desde Homero. Na *Odisseia* (4.842-847), os pretendentes conspiram para matar Telêmaco em seu retorno a Ítaca e equipam uma de suas galés:

⁴³ Sobre a Idade do Bronze ver Wachsmann, 1998, p. 317-319. Sobre o Período Clássico ver Polieno 1.40.0; Diod. 13.50.5. Ver Casson, 1995a, p. 121-122.

⁴⁴ Hacke, 1699 citado em Ormerod, 1924, p. 17.

E os pretendentes embarcaram e cruzavam fluentes vias,
revolvendo a abrupta morte de Telêmaco no juízo.
Há uma ilha no meio do mar, rochosa,
no meio entre Ítaca e a escarpada Samos,
Ásteris, pequenina, na qual há portos abriga-nau,
um de cada lado; lá esperavam-no, de tocaia, os aqueus.*

Entretanto, sua emboscada fracassa. Como o pretendente Antínoo comenta amargamente:

De dia, vigias sentavam-se pelos picos ventosos,
sempre se revezando; quando o sol se punha,
nunca em terra descansávamos à noite, mas no mar,
com nau veloz navegando, esperávamos a diva Aurora,
tocaiaando Telêmaco, para pegá-lo e matá-lo;
nisso, eis que um deus o levou para casa (*Od.* 16.365-370).⁴⁵

O truque também é mencionado em vários autores posteriores, em alguns casos explicitamente associados com piratas.⁴⁶ Sua vantagem é óbvia, pois não apenas ela nega à vítima qualquer ciência sobre o ataque iminente até o último momento, como também permite que a perseguição fosse a mais breve possível, deixando à tripulação energia o suficiente para abordar a presa.⁴⁷

* Nota do tradutor: tradução para o português de Homero. *Odisseia*. Tradução e Introdução de Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

⁴⁵ Traduções adaptadas de Lattimore. A primeira passagem é notada por Ormerod (1924, p. 19).

⁴⁶ Sobre piratas, ver Eur. fr. 669 [Kannicht]; Heliód. *Aeth.* 5.20. Sobre táticas navais, ver Thuc. 7.4; 8.35; Arr. *Anab.* 2.1; Xen. *Hell.* 5.1.27; *Hell. Oxy.* 4.1; Tito Lívio 37.28; Frontin. *Str.* 3.10.8. Cf. Beresford, 2013, p. 243-245. Poderia ser uma alusão literal a essa prática que Duris de Samos (*FGrH* 76 F13) faz quando ele compara os etólios à esfinge sentada sobre uma rocha, agarrando transeuntes.

⁴⁷ Piratas também poderiam buscar obter alguma notícia sobre alvos particularmente lucrativos. Aparentemente, os habitantes de Corico mantinham ouvidos abertos aos marinheiros ancorados em portos e passavam informações sobre as presas mais ricas e seus destinos a piratas que operavam na região do Mioneso, um refúgio de pirata notável entre Teos e Samos (cf. n. 30). Isso em troca de uma parte do butim (Éforo *FGrH* 70 F 27; Strab. 14.1.32; cf. Heliód. *Aeth.* 5.20).

2. O Destino dos Cativos

Teofrasto pode ter pensado que a imaginação fértil do homem no mar que tomava qualquer promontório por um *hemíolia* era um sinal de covardia, mas para os navegantes capturados por uma galé pirata ou habitantes costeiros atacados em um saque pirata, terrores reais ainda esperavam. Isso não quer dizer que a submissão dos mercadores fosse um *fait accompli* (não obstante a disparidade dos números entre as tripulações dos dois tipos de embarcações, tendendo em favor dos piratas). Xenofonte (*Oec.* 8.12) afirma que mercadores carregavam armas para se defenderem no mar, e talvez algumas embarcações mercantis maiores, mais bem armadas fossem um alvo muito arriscado para barcos piratas menores operando individualmente.⁴⁸ Certamente, aqueles mercadores que pudessem pagar para fazer parte de um comboio naval organizado pelas cidades como Atenas ou Rodes estavam extremamente bem protegidos contra piratas no mar, que deveriam optar por alvo menos espinhosos (Gabrielsen, 2001; 2013b, p. 73-76). Resistir a piratas certamente fazia muito sentido: no começo da Idade Moderna, tripulações que se rendessem eram frequentemente incorporadas na tripulação pirata⁴⁹ – temos, aparentemente, um exemplo disso do Egeu helenístico.⁵⁰ Ainda assim, a morte ou a escravidão eram destinos mais frequentes na Antiguidade. Em alguns casos, as vítimas eram simplesmente atiradas ao mar para se afogarem pelos piratas mais interessados na carga do que na escravização da tripulação.⁵¹ Aristóteles (*Protréptico* fr. 106 [Ross]; cf. Fótió s.v. δεσμοὶ Τυρρηνοὶ) menciona uma prática particularmente cruel, uma forma de tortura psicológica infligida pelos tirrênios sobre algumas de

⁴⁸ Ver Gianfrotta, 1981. Ferone (1997, p. 121) aponta para Aristoph. *Eq.* 761, onde o coro encoraja o Vendedor de Salsichas para figurativamente se proteger “erguendo o golfinho”, que Hesíquio (s.v. δελφίνες) e Eustácio (1221.25) definem como um mecanismo defensivo: “golfinhos” eram pesos metálicos que podiam ser derrubados das amuradas de um navio mercante sobre uma galé pirata para perfurar seu casco.

⁴⁹ Os marinheiros eram principalmente dos setores mais baixos da classe trabalhadora, cujas famílias não tinham os recursos para resgatá-los, e não havia nas Américas nenhum mercado para marinheiros brancos capturados como para escravos (Rediker, 2004, p. 38-59).

⁵⁰ *IG XII.3* no. 328 = Bielman, 1994, no. 54. Discutido em Ager, 1998.

⁵¹ *Anth. Pal.* 7.654; *Plut. Pomp.* 24. Frotas estatais poderiam agir tão cruelmente quanto (*Xen. Hell.* 2.1.31). Um dos termos gregos para “pirata”, *katapontistes*, significa literalmente “afogador”.

suas vítimas, que teriam sido amarradas face-a-face com corpos que apodreciam.⁵²

O principal objetivo das tripulações piratas, entretanto, era ter algum lucro, e isso nos leva ao dilema indicado no começo desse artigo: se os cativos deveriam ser vendidos ou sequestrados. Em uma contribuição importante, Gabrielsen (2003, p. 394) argumentou que essa última opção “era tanto substancial quanto a preferida dos escravos”, e de Souza (1999, p. 65) argumentou que a obtenção do resgate “pode mesmo ter sido o principal objetivo de muito da pirataria do Mediterrâneo oriental”. De fato, as evidências são inequívocas no sentido de que a cobrança de resgates pela devolução de cidadãos a seus familiares era muito mais lucrativa do que vendê-los a escravidão (Gabrielsen, 2003, p. 393-394). Entretanto, várias considerações pragmáticas, seguindo o padrão das práticas delineadas acima, deveriam ser levadas em conta; e essas podem ter levado alguém a questionar se o resgate era normalmente uma opção prática para tripulações piratas com um casco cheio de cativos recém-capturados.

A primeira consideração é um problema sobre o qual Gabrielsen (1997, p. 85-111; 2001, *passim*) escreveu bastante: o papel do *prostates* naval. Apesar de ser verdade que não era o interesse do *prostates* de erradicar completamente a pirataria,⁵³ cidades como Rodes mantinham uma ameaça séria contra tripulações piratas, essas que poderiam não ter o tempo disponível para negociar com os parentes de seus cativos e podem ter tido que abandonar a opção mais lucrativa para fugir da perseguição. Como o próprio Gabrielsen (2001, p. 237) escreveu, “estamos demasiadamente focados nas vítimas e cativos dos piratas para apreciar completamente o fato de que o trabalho do saqueador não estava terminado antes que ele tivesse levado seu saque seguramente ao mercado, isso é, sem se deparar com os navios do *prostates* naval; como uma profissão, *leisteia* não era completamente livre de periculosidade”.

⁵² Note que Aristóteles fez um estudo específico sobre os costumes tirrênicos (Athen. 1.23d; Heráclides Lembos fr. 44 [Dilts]). Essa forma italiana de tortura é relatada mais vivamente por Virgílio (*Aen.* 8.485-488).

⁵³ “[...] o perseguidor e os perseguidos estavam emaranhados em uma relação intrincada de dependência mútua dentro da mesma estrutura política e econômica. A eliminação de atividades predatória marítimas significaria, inevitavelmente, que a produção de proteção não mais constituía um motivo de pagamento” (Gabrielsen, 2001, p. 228).

Talvez mais significativo do que o *prostates* naval, entretanto, é o fato de que os alvos dos piratas dificilmente eram inofensivos: pequenas pólis e assentamentos costeiros permaneceram armados e perigosos até o Período Helenístico (Ma, 2000, especialmente p. 345-361). Inscrições relatando incursões de piratas em comunidades costeiras mostram isso. *SEG* 24.154 (= Bielman, 1994, no. 24; cf. *SEG* 25.155 = Bielman, 1994, no. 30) honra um estrategista ateniense em Ramnonte que protegeu a região interiorana durante um ataque pirata. Apesar de algumas pessoas terem sido capturadas, ele conseguiu resgata-las, mas a lista de suas preparações militares mostra contra o que os piratas avançaram: uma guarnição junto de *kryptoi* estacionados em pontos estratégicos, bem como torres de vigia e cães. *IG XII.3 supp.* no. 1291, mencionada acima, descreve como uma guarnição ptolomaica repeliu com sucesso um ataque de piratas em Thera. *SIG³* 521 (= Bielman, 1994, no. 38), também mencionada acima, descreve um ataque do pirata Sóclidas e de sua tripulação a Amorgos; o fato de que eles afundaram todos os navios no porto deixa implícito que os habitantes locais não teriam se retraído impotentemente, mas teriam perseguido os piratas se tivessem os meios. *IG XII.3* 171 (= Bielman, 1994, no. 51) é particularmente rica em detalhes, e descreve uma incursão pirata sobre o território de Éfeso na qual pessoas e propriedades foram levadas das imediações do templo de Ártemis Muníquia. Quando informação é fornecida pelos efésios, indivíduos da ilha próxima de Astipaleia zarpam contra os piratas, capturam muitos deles e resgatam os cativos efésios. Os piratas foram punidos “conforme era adequado à sua perversidade”.⁵⁴ Esse exemplo mostra que piratas, apesar de terem cativos valiosos em seu poder, não estavam necessariamente em uma posição de segurança. Pode ser notado que a posição da tripulação pirata seria muito menos segura uma vez que o resgate tivesse sido acordado e os cativos devolvidos a seus parentes; pois nesse ponto os piratas teriam perdido sua principal vantagem, que impedia uma ação retributiva por parte da comunidade vitimada. A *Quios* helenística, de fato, parece ter mantido uma força de *leistophylakika ploia*, embarcações especializadas na proteção contra piratas (Skarlatidou, 1993, p. 155-158). O que esses exemplos ilustram é que em muitos casos os piratas não estavam seguros o suficiente em sua posição para esperar e

⁵⁴ Gabrielsen (2003, p. 398) sugere que eles foram vendidos para a escravidão. Alternativamente, eles podem ter sido executados. Sobre as punições de piratas, ver Ferone, 1997, p. 154-156.

negociar um acordo de resgate lucrativo, mas tinham que partir apressadamente.⁵⁵ Foi talvez apenas em casos excepcionais que os piratas puderam fazê-lo.

Em segundo lugar está o ímpeto do qual a decisão de cobrar resgate emergiu. As evidências epigráficas contêm poucas instâncias de piratas claramente visando o resgate desde o começo. Uma exceção muito boa (e rara) é SEG 44.949, que data do século III a.C., que registra a lista de um resgate colossal (10% da riqueza dos cidadãos) de Teos: os piratas tinham saqueado a cidade, tomado vários cidadãos e, nas palavras de de Souza (1999, p. 68), “fizeram com que os teenses supervisionassem o seu próprio saque, o que lhes poupou muito tempo, esforço e perigo ao terem o butim coletado e entregue a eles”. Que eles permitiram que os cidadãos reunissem o resgate por quase um mês mostra a confiança em sua posição – a força pirata deve ter sido formidável.

Muito mais comum, entretanto, são os casos nos quais os cativos são levados para serem vendidos na primeira chance, e ou (i) uma terceira parte bem intencionada intervém e negocia seu resgate e devolução, ou (ii) a cidade natal dos cativos despacha uma embaixada à cidade natal dos piratas para conseguir um resgate. Em alguns casos, o resgate não era nem mesmo negociado com os captores, mas estabelecido *depois* de que os cativos tinham sido vendidos à escravidão. Seus novos donos, farejando uma oportunidade de ganhar muito mais dinheiro com o cativo do que eles tinham pago por ele como um escravo, consentem, e cartas são despachadas para negociar um resgate.⁵⁶

A importância da intervenção dos *euergetai* pode ser vista em Dem. 57.18, onde sabemos que um ateniense capturado no final da Guerra do Peloponeso acabou servindo como escravo em Leucas, na Grécia ocidental. Depois de vários anos na escravidão, durante os quais ele adquiriu um sotaque estrangeiro, ele encontrou por sorte um ator chamado Cleandro, que negociou sua libertação e o seu retorno. Apesar desse caso não envolver piratas, ele mostra como a negociação de resgates podem ter sido iniciadas não entre o captor

⁵⁵ Os 38 dias de Júlio César em Farmacusa como cativo de piratas cilícios (Plut. *Jul.* 2.2) ocorreram em uma época quando os cilícios tinham o domínio do mar. As mesmas condições podem ser presumidas no século III e na maior parte do século II a.C. Jim Roy (2012, p. 58) aponta que em SIG³ 521 (= Bielman, 1994, no. 38) os cativos são *parthénoi* e *gynaiques*, e que a ameaça de estupro significava que recuperar as mulheres rapidamente era uma preocupação urgente de suas famílias.

⁵⁶ Gabrielsen (2003, p. 394) compara corretamente esse ao destino de Nicóstrato em [Dem.] 53. Sobre esse caso, ver Sosin, 2017.

original e a família ou pólis do cativo, mas posteriormente por meio da intervenção de uma terceira parte. Várias inscrições do final do Período Clássico do Helenístico sobre a pirataria se enquadram nesse padrão.

Pode ser esse o caso de *IG II² 284* (= Bielman, 1994, no. 5), ainda que toda a circunstância por trás dela não seja totalmente clara. Aqui, Atenas honra Cleomis de Metímna por negociar a soltura de vários cidadãos capturados por piratas. Evidentemente, os piratas não tinham iniciado negociações diretamente com os atenienses: a soltura dos cativos foi realizada pela intervenção de Cleomis. Não fica claro se os cidadãos haviam ou não sido vendidos em primeiro lugar. Muito semelhante é *IG II² 399* (= Bielman, 1994, no. 6), na qual Atenas honra Euríloco por negociar o resgate e retorno de vários cidadãos atenienses levados a Cidônia, em Creta. A conexão com Creta faz a pirataria uma possibilidade bem provável. Não há menção de venda, mas novamente é a agência de um *euergétes* que afeta o retorno dos cativos. A situação é comparável a *SIG³ 535* (= Bielman, 1994, no. 31), onde Atenas honra Eumáridas de Cidônia por negociar o resgate e retorno de vários cidadãos que tinham sido capturados por Bucris e levados a Creta. Bucris foi provavelmente um pirata etólio (Scholten, 2000, p. 109), mas não fica claro se ele estava usando Creta como uma base da qual conseguir o resgate com Atenas ou como um mercado para vender seus cativos como escravos – sendo depois que Eumáridas intervém.

Knoepfler, Eretria XI 317.18 (= Bielman, 1994, no. 29), é um decreto de Erétria honrando Eudêmo de Acarnânia por libertar prisioneiros erétrios. Na visão de Bielman (1994, p. 113), o cenário mais provável é que os prisioneiros eram cativos de piratas etólios, vendidos na Acarnânia, quando Eudêmo interveio e negociou seu resgate e soltura. O fato de que Eudemo tinha negociado a soltura de alguns, mas não todos os cativos (linha 7) sugere que eles tinham sido vendidos a vários proprietários ao invés de mantidos unidos na expectativa de um resgate coletivo. A situação é mais clara em *IG XI 4.1054* (= Bielman, 1994, no. 32): aqui, Teângela honra Semo, um cidadão de Delos que comprou vários escravos, butins de um saque pirata. Semo descobriu que dois deles eram mulheres de famílias distintas em Teângela e as libertou. McCabe, *Theangela* 1 (= Bielman, 1994, no. 40) é um decreto de Trezena honrando Aristides de Tângela, e se refere à libertação de um indivíduo, Carmadas, que tinha sido escravizado pelos etólios: Aristides, sabendo do destino de Carmadas, de sua própria iniciativa e com custos próprios o comprou e o repatriou. Bielman (1994, p. 149-150), com certeza

corretamente, vê esses etólios como piratas. Em todos esses casos, não há sinal de que piratas tinham visado os resgates desde o começo; a invés disso, o resgate era negociado posteriormente, pela agência de uma terceira parte.

Além disso, há exemplos onde a pólis dos cativos toma a iniciativa de despachar uma embaixada para a cidade natal dos piratas, com o objetivo de negociar o retorno dos cativos. Em *SIG*³ 244 (= Bielman, 1994, no. 26) Aulon, em Naxos, honra vários de seus cidadãos que serviram como embaixadores e asseguraram o resgate de 280 pessoas capturadas em um ataque de etólios. Uma embaixada despachada para assegurar a soltura dos cativos também é mencionada em um decreto parcialmente danificado da Samotrácia (*IG XII* 8.159 = Bielman, 1994, no. 47). *IG XII.3* no. 328 (= Bielman, 1994, no. 54) é um document difícil, uma carta referente aos indivíduos de Tera que tinham sido capturados por piratas de Allaria, em Creta. Três anos depois, eles tinham sido libertos e recebido terras em Allaria. Os cativos parecem ter se unido aos piratas em suas atividades, apesar de eles aparentemente não compartilhassem do butim. Dados os nossos objetivos, o ponto-chave é que a inscrição documenta esforços diplomáticos para repatriar cativos de Tera em um ponto muito posterior na história.⁵⁷

Finalmente, temos o exemplo, mencionado acima, de *SIG*³ 521 (= Bielman, 1994, no. 38), quando o ímpeto de estabelecer um acordo de resgate veio de dois cativos, que convenceram (συνέπεισαν, linha 15) o capitão pirata Sóclidas a libertar os cativos, presumivelmente por um resgate. Novamente, vemos que o ímpeto de negociar um resgate não veio dos piratas, mas de outras partes.

Em suma, a maioria de nossas inscrições mostra tripulações piratas partindo rapidamente com seu grupo de cativos e os vendendo à escravidão. Uma questão rapidamente emerge: a evidência é representativa da realidade? Não, do ponto de vista de Gabrielsen (2003, p. 394): “o que de fato temos são registros de casos que, por sua própria natureza, eram habitualmente considerados meritórios de serem publicitados em inscrições: isso é, a intervenção de benfeitores, coletivos ou indivíduos. O que nos falta completamente (e provavelmente nunca teremos) são evidências epigráficas do número presumivelmente muito maior de cativos sendo comprados de volta por suas

⁵⁷ A discussão completa e uma interpretação nova pode ser vista em Ager, 1998.

próprias famílias, algum normalmente não publicitado por inscrições”. Dificilmente pode-se discordar disso,⁵⁸ mas é importante adicionar outro ponto: que assim como o registro epigráfico não captura tais instâncias de negociações privadamente negociadas, também não deve capturar as instâncias em que cativos eram vendidos à escravidão. O argumento sobre o que o registro epigráfico deixa no escuro pode, assim, usado de ambas as formas.

Meu ponto não é que conclusões certas sobre a frequência dos resgates ou venda podem ser obtidas de nossas fontes. Ao invés disso, é que a possibilidade de venda não deveria ser subestimada, e que o risco, bem como o lucro, governava as decisões da tripulação pirata em qualquer instância. O fato de que pólis helenísticas gastaram muitos esforços em proteger seus cidadãos da venda como escravos⁵⁹ sugere que a escravidão e a venda eram riscos muito graves.

2.1. Comercializando Cativos

Isso nos leva ao último elo na cadeia de suprimento na qual a tripulação pirata tinha um papel direto: a venda de cativos em mercados de escravos. O primeiro problema pragmático dessa etapa do processo é o transporte dos cativos: como foi notado acima, a maioria das embarcações utilizadas pelos piratas (com a exceção das galés de tipo mercante) não eram planejadas para transportar carga. Os *keletes* e *lemboi* mencionados por Tito Lívio como operantes no Mioneso em 190 a.C. teriam sido mais adequados para transportar butim do que embarcações como os *myoparones* e *hemioliai* (ver n. 25 e 27). De acordo com Hipérides (*Sobre a Proteção contra os Tirrênios* fr. 166 [Blass]), piratas tirrênios usavam, junto com suas galés, navios especiais chamados *komistika ploia*, “navios de transporte”, que Hesíquio define como embarcações auxiliares para o transporte de butim capturado. Não temos evidências para estratégias similares usadas por piratas gregos – ainda que o fato de que o bando de Sóclidas em SIG³ 521 ter roubado o navio de Dorio pode, similarmente, ser devido ao seu grupo de 30 cativos, que pode não ter sido fácil de levar na ou nas embarcações nas quais os piratas chegaram. De qualquer forma, a tecnologia à

⁵⁸ Ainda que valha notar um ponto prático: podemos imaginar piratas conduzindo simultaneamente várias negociações com as famílias de cada cativo capturado em um ataque? Isso teria complicado o processo de negociação imensamente.

⁵⁹ Ver Kvist, 2003 para concessões cretenses de *asylia*. Ver também Roy, 2012.

disposição dos piratas pode ter influenciado sua preferência pelos cativos humanos ao invés de por outros tipos de butim, pois os primeiros tinham uma razão de volume e peso por valor muito favorável, e poderiam ser rapidamente embarcados antes de uma fuga precipitada (Gavriljuk, 2003, p. 79-80).

A afirmação de Rostovtzeff (1941, p. 196) de que piratas “eram bem vindo em todos os portos comerciais quando apareciam carregados de butim” é insatisfatória por vários motivos. Primeiramente, parece muito uma extrapolação descuidada das notas de Estrabão (14.5.2) sobre a Delos do final do Período Helenístico. Em segundo lugar, ela ignora pólis abertamente hostis como Atenas e Rodes (pelo menos) que não eram amigáveis a tripulações piratas. Em terceiro lugar, é duvidoso que a maior parte dos portos comerciais não ficassem alarmados pela chegada de uma flotilha do tipo de embarcações mencionadas acima, o que fortalece a sugestão do uso adicional de embarcações mercantes mais genéricas para a venda de cativos em outros portos que não os da terra natal das tripulações piratas (e.g. em Creta e na Etólia). Em outras palavras, pirata podem ter tomado embarcações com aparência mais inocente (como o navio de Dorio referida em *SIG*³ 521) ou utilizado embarcações mais práticas (como as *komistika ploia* terrênic) e quisessem comercializar seus cativos em algum lugar além dos portos de sua terra natal. Outra possibilidade, ainda que uma para a qual não temos evidências, jaz nos contatos entre tripulações piratas e vendedores de escravos, que poderiam permitir o comércio do grupo de cativos sem o risco de navegar para algum porto propriamente dito (Gabrielsen, 2003, p. 394). É uma marca da dificuldade da evidência que a significância dessa opção, potencialmente importante, não possa ser avaliada com base nos dados que possuímos. Ainda assim, de fato sabemos de portos recebido piratas e lhes provendo um mercado para butim pirata: duas inscrições atenienses do século V proíbem explicitamente que pólis aliadas fizessem isso (*IG* I³ 67.7-9; 75.6-10), e no século seguinte sabemos de reclamações de que os tásios e mélios fizeram exatamente isso (Dem. 12.2; 58.56). Como tripulações piratas sabiam onde encontrariam portos e mercados seguros para seus cativos, além de retornar para os portos de sua terra natal?

Uma resposta abrangente não é possível, mas algumas considerações sobre a identidade das tripulações piratas e especialmente sobre a de seus líderes pode sugerir linhas frutíferas de questionamento. Como Gabrielsen mostrou, é um erro ver o contexto social da maior parte da pirataria (pré-cilícia) no Egeu em

termos de grupos marginalizados ou excluídos. Galés piratas eram, em sua maioria, possuídas, equipadas e suas tripulações lideradas por homens da elite de comunidades gregas que nunca abandonaram as práticas e atitudes de corso privado do Período Arcaico. Sua predileção por saques não deve ser vista como um papel exclusivo. Mesmo em Homero (*Od.* 1.184) um chefe pirata também podia ser um mercador de metais. Da mesma forma, é bem sabido que mercenários gregos antigos eram recrutados não de um “mercado aberto”, mas por meio de redes de *xenia* aristocráticas (desde então o termo *xenos* ganhou o significado auxiliar de “mercenário”). Os mesmos indivíduos poderiam transitar entre esses diferentes papéis e identidades conforme e quando preciso. O melhor modo de explicar a situação mais tardia é em termos de continuidades de longa-duração desde o Período Arcaico, quando líderes podiam saquear com seus *hetairoi*, ajudar um de seus *xenoi* suprindo-o com soldados (eles mesmos e seus *hetairoi*) em troca de um *misthos*, e de fato se envolver no comércio.

Essa multiplicidade de papéis entre as que individuais de regiões tradicionais podiam transitar é evidente nas fontes dos períodos Clássico e Helenístico. Por exemplo, não há razões para pensar que as origens sociais de mercenários cretenses – demandados como arqueiros especializados em escaramuças sobre terreno irregular – eram muito diferentes das dos piratas cretenses.⁶⁰ Os *archipeiratai* do começo do Período Helenístico são outro caso. Sabemos de vários “chefes piratas” servindo como mercenários em guerras dos Reinos Sucessores (ver Gabbert, 1986). Alguns sugeriram que esses eram “ex-piratas” (Gabbert, 1986, p. 160), mas isso é errar sobre a natureza do problema: os termos gregos *leistes* e *peirates* não eram *status* ou categorizações legais concedidas pela violação da lei internacional, mas termos usados por motivos funcionais conectados com a estratégia de incursões de saque. Isso poderia incluir indivíduos que fizeram dessa sua atividade habitual (i.e. piratas em *stricto sensu*), mas a mesma terminologia poderia ter sido usada para tropas de cidades em guerra que recorriam a táticas de incursões de saque, ou indivíduos que praticavam incursões de saque por um tempo limitado antes de retornar para métodos de guerra mais “formais”.

⁶⁰ Sobre o treinamento em táticas de guerra irregular ver Plat. *Leg.* 625c-626b; Éforo *FGrH* 70 F 149. Sobre arqueiros mercenários cretenses ver Thuc. 6.25.2; 6.43; 7.57.9-10; Xen. *Anab.* 1.2.9; 3.3.7; 3.3.15; 3.4.17; 4.2.27-8; 5.2.29-32; *Hell.* 4.2.16; 4.7.6; Plb. 4.20.6-12; 4.54-5; 4.67.3; 4.68.3; 5.3.2; 5.14.1; 5.79.10; 17.57.4; 20.85.3; Arr. *Anab.* 1.8.3-5; 2.7.7-8; 2.9.3; 3.5.6. Sobre a pirataria cretense no geral, ver Brulé, 1978.

Meu ponto aqui é que não deveríamos assumir que os antigos comerciantes, mercenários e piratas gregos eram sempre ocupações distintas praticadas por diferentes indivíduos. Como Luraghi (2006) mostrou, o mesmo indivíduo poderia transitar entre cada papel. O mesmo provavelmente era verdade em tempos posteriores, e isso pode nos prover uma chave para compreender tanto como tripulações piratas eram capazes de comercializar seu butim em mercados que não os dos portos de suas cidades natal. Pois essas tripulações geralmente não eram (com exceção dos tirrênios) bárbaros estrangeiros intrusos no mundo grego, mas componentes dele há muito estabelecidos. Assim como os empreendedores da elite do Período Arcaico tipicamente viajavam muito e eram bem conectados a seus pares em outros locais do Egeu, seus sucessores nas comunidades gregas tradicionais de períodos posteriores provavelmente tinham conexões sociais em outras regiões e levavam algum conhecimento de promontórios, portos seguros, alvos legítimos e lucrativos e mercados amigáveis. Eram tais conexões que os permitiam permanecer em contato com, por exemplo, reis helenísticos que precisavam de seu conhecimento na guerra irregular; ou mesmo em contato com cidades como Atenas, como o *condottiere* eubeu e chefe guerreiro Carídemo, que foi acusado de começar sua carreira como mercenário de infantaria leve antes de adquirir um navio pirata e pregar aliados atenienses (Dem. 23.148). Etólios e o *koinon* etólio do século III a.C. eram muito familiares com (e conectados ao) o mundo egeu mais amplo (Funke, 2008). Mês em regiões mais desenvolvidas, a tentação que levava homens a recorrer à vida antiquada de um corsário dificilmente estava fora de questão: foi essa a decisão do almirante focu Dioníso, depois da Batalha de Lade (Hdt. 6.17), e em séculos posteriores encontramos os chamados líderes piratas de várias pólis, incluindo Mileto (Xen. *Hell.* 2.1.30), Cálcis (Tito Lívio 31.22), Esparta (Tito Lívio 37.13.11-14.1; Plb. 5.3.7) e Metímna (Arr. *Anab.* 3.2.4). mesmo na Atenas do século IV, um indivíduo parece ter adquirido um trirreme excedente e rumado com ele para Creta para servir como comandante mercenário (Casson, 1995c). Em tais casos a distinção entre guerra e pirataria era obscura, e um escorregão entre os dois poderia facilmente ocorrer. A diferença não era entre indivíduos que praticavam essas atividades, mas uma questão das táticas, alvos e relações com cidade em guerra em um dado período.

Conclusão

Deixar de lado nossa bagagem cultural associada à pirataria atlântica dos séculos XVII e XVIII é crucial para entender o caráter social e operação prática da pirataria no mundo grego antigo. Ao invés de representar crises morais ou econômicas, o curso privadamente organizado era, no geral, uma atividade tradicional que certas comunidades gregas simplesmente nunca abandonaram – ainda que os gregos que escreveram a maioria de nossas fontes viessem de comunidade economicamente e politicamente mais desenvolvidas, que consideravam essas práticas atrasadas, repugnantes e ilegítimas. Ainda assim, a pirataria era um componente fundamental da economia antiga grega. Ela redistribuía *commodities* pela força mais frequentemente do que os destruía por completo; mas também comodificava ativamente seres humanos, atirando-os dos navios nos quais navegavam ou retirando-os de comunidades costeiras nas quais viviam e os transformavam literalmente em “capital humano” que poderia ser comercializado no mercado de escravos. Isso não quer dizer que a pirataria era um elemento claramente produtivo da economia antiga: ela certamente aumentava os custos de transação do comércio internacional,⁶¹ não se preocupando em arruinar as vidas e fortunas de suas vítimas e das comunidades de suas vítimas. De qualquer maneira, o estudo de seus aspectos práticos sublinha sua importância para a história do trabalho no mundo grego, pois não apenas a pirataria envolvia trabalho qualificado, mas também produzia trabalho por meio da escravização de suas vítimas. O mercado de resgate, de fato, até certo ponto, desviou uma proporção desses cativos e os devolveu a seus familiares; mas é mais provável que o carro-chefe das típicas tripulações piratas fosse a escravidão, roubo e assassinato – um objetivo seguido todo verão no Mediterrâneo Oriental por séculos até que a frota de Pompeu acabou com ele em 67 a.C.

Artigo recebido em 21.03.2019, aprovado em 11.04.2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ager, S. Thera and the Pirates: An Ancient Case of the Stockholm Syndrome? *Ancient History Bulletin*, vol. 12, 1998, p. 83-95.

⁶¹ As anotações de Bresson, 2016, p. 301-305 são completamente corretas, do meu ponto de vista.

Arnaud, P. *Les routes de la navigation antique: itinéraires en Méditerranée*. Paris: Errance, 2005.

Avidov, A. Were the Cilicians a Nation of Pirates? *Mediterranean Historical Review*, vol. 12, 1997, p. 5-55.

Avram, A. Some Thoughts about the Black Sea and the Slave Trade before the Roman Domination (6th-1st centuries BC). In: Gabrielsen, V.; Lund, J. (eds.) *The Black Sea in Antiquity: Regional and Interregional Economic Exchanges*. Aarhus: Aarhus University Press, 2007, p. 239-251.

Baika, K. The Fortification of Shiphsheds and Naval Arsenals. In: Blackman, D.; Rankov, B. *Shiphsheds of the Ancient Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 185-209.

Beresford, J. *The Ancient Sailing Season*. Leiden: Brill, 2013.

Bielman, A. *Rétour à la liberté: libération et sauvetage des prisonniers en Grèce ancienne*. Athens: École Française d'Athènes, 1994.

Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004.

Bresson, A. *La cité marchande*. Bordeaux: Ausonius Éditions, 2000.

_____. Rhodes, Rome et les pirates tyrrhéniens. In: Brun, P. (ed.) *Scripta Anatolica: Hommages à Pierre Debord*. Bordeaux: Ausonius, 2007, p. 145-64.

_____. *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets, and Growth in the City-States*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

Brulé, P. *La piraterie crétoise hellénistique*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

Casson, L. Hemiolia and Triemiolia. *Journal of Hellenic Studies*, vol. 78, 1958, p. 14-18.

_____. *The Ancient Mariners*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Revised Edition. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995a.

_____. Merchant Galleys. In: Gardiner, R. (ed.) *The Age of the Galley*. London: Conway Maritime, 1995b, p. 117-126.

_____. A Trireme for Hire (Is. 11.48). *Classical Quarterly*, vol. 45, n. 1, 1995c, p. 241-245.

Crisculo, L. Ptolemies and Piracy. In: Buraselis, K.; Stefanou, M.; Thompson, D. J. (eds.) *The Ptolemies, the Sea and the Nile: Studies in Waterborne Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 160-171.

Cvikel, D.; Kahanov, Y.; Rosen, B.; Saaroni, H.; Galili, E. The Voyage of Leucippe and Clitophon: A New Interpretation. *Mariner's Mirror*, vol. 100, n. 4, 2014, p. 388-404.

Davies, J.K. Cultural, Social and Economic Features of the Hellenistic World. *Cambridge Ancient History*, Vol. VII.1. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 257-320.

Davies, J.K. Demetrio di Faro, la pirateria e le economie ellenistiche. In: Braccisi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 119-127.

de Souza, P. *Piracy in the Graeco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Ferone, C. *Lesteia: forme di predazione nell'Egeo in età classica*. Napoli: Procaccini, 1997.

Finley, M. I. The Black Sea and Danubian Regions and the Slave Trade in Antiquity. *Klio*, vol. 40, 1962, p. 51-59.

Fischer, J. Der Schwarzmeerraum und der antike Sklavenhandel. Bemerkungen zu einigen ausgewählten Quellen. In: Frass, M.; Graßl, H.; Nightingale, G. (eds.) *Akten des 15. Österreichischen Althistorikertages Salzburg, 20.-22. November 2014*. Salzburg: Paracelsus, 2016, p. 53-71.

Funke, P. Die Aitoler in der Ägäis. Untersuchungen zur sogenannten "Seepolitik" der Aitoler im 3. Jh. v. Chr. In: Winter, E. (ed.) *Vom Euphrat bis zum Bosporus. Kleinasien in der Antike. Festschrift für Elmar Schwertheim zum 65. Geburtstag*. Bonn: Habelt, 2008, p. 253-267.

Gabbert, J. Piracy in the Early Hellenistic Period: A Career Open to Talents. *Greece & Rome*, vol. 33, n. 2, 1986, p. 156-163.

Gabrielsen, V. *The Naval Aristocracy of Hellenistic Rhodes*. Aarhus: Aarhus University Press, 1997.

_____. Economic Activity, Maritime Trade and Piracy in the Hellenistic Aegean. *Revue des Etudes Anciennes*, vol. 103, 2001, p. 219-240.

_____. Piracy and the Slave Trade. In: Erskine, A. (ed.) *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 389-404.

_____. Warfare, Statehood, and Piracy in the Greek World. In: Jaspert, N.; Kolditz, S. (eds.) *Seeraub im Mittelmeerraum. Piraterie, Korsarentum und maritime Gewalt von der Antike bis zur Neuzeit*. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 2013a, p. 133-153.

_____. Rhodes and the Ptolemaic Kingdom: The Commercial Infrastructure. In: Buraselis, K.; Stefanou, M.; Thompson, D. J. (eds.) *The Ptolemies, the Sea and the Nile: Studies in Waterborne Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013b, p. 66-81.

Garlan, Y. Signification historique de la piraterie grecque. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, vol. 4, 1978, p. 1-16.

_____. War, Piracy and Slavery in the Greek World. In: Finley, M. I. (ed.) *Classical Slavery*. London: Psychology Press, 1987, p. 7-21.

Gavriljuk, N. The Graeco-Scythian Slave Trade in the 6th and 5th Centuries BC. In: Bilde, P. G.; Hojte, J. M.; Stolbe, V. F. (eds.) *The Cauldron of Ariantas: Studies Presented to A. N. Scegllov on the Occasion of his 75th Birthday*. Aarhus: Aarhus University Press, 2003, p. 75-85.

Gianfrotta, P. Commercio e pirateria: prime testimonianze archeologiche sottomarine. *Mélanges de l'école française de Rome: Antiquité*, vol. 93, 1981, p. 227-242.

Giuffrida Ientile, M. *La pirateria tirrenica: momenti e fortuna*. Rome: G. Bretschneider, 1983.

Grieb, V.; Todt, S. (eds) *Piraterie von der Antike bis zur Gegenwart*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2012.

Hacke, W. *A Collection of Original Voyages*. London: James Knapton, 1699.

Hamon, P. Tout l'or et l'argent de Téos: au sujet d'une nouvelle édition des décrets sur les pirates et l'emprunt public pour la libération des otages. *Chiron*, vol. 48, 2018, p. 333-374.

Höckmann, O. The Liburnian: Some Observations and Insights. *International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 26, 1997, p. 192-216.

Jacopi, Giulio. Nuove epigrafi dale Sporadi Meridionali. In: Maiuri, Amedeo (org.) *Monumenti di scultura del Museo Archeologico di Rodi*. Bergamo: Istituto Storico-Archeologico, 1932, p. 165-256.

Jaspert, N.; Kolditz, S. (eds.) *Seeraub im Mittelmeerraum. Piraterie, Korsarentum und maritime Gewalt von der Antike bis zur Neuzeit*. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 2013.

Johnston, A., Quercia, A., Tsaravopoulos, A., Bevan, A.; Conolly, J. Pots, Piracy and Aegila: Hellenistic Ceramics from an Intensive Survey of Antikythera, Greece. *Annual of the British School at Athens*, vol. 107, 2012, p. 247-272.

Katzev, M. L.; Katzev, S. Kyrenia II: Research on an Ancient Shipwreck comes Full Circle in a Full-Scale Replication. *Institute of Nautical Archaeology Newsletter*, vol. 13, n. 3, 1986, p. 1-11.

Konstam, A. *The Pirate Ship 1660-1730*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

Kvist, K. Cretan Grants of *Asyilia*: Violence and Protection as Interstate Relations. *Classica et Mediaevalia*, vol. 54, 2003, p. 185-222.

Lewis, D. M. Near Eastern Slaves in Classical Attica and the Slave Trade with Persian Territories. *Classical Quarterly*, vol. 61, n. 1, 2011, p. 91-113.

_____. The Market for Slaves in the Fifth- and Fourth-Century Aegean: Achaemenid Anatolia as a Case Study. In Harris, E. M.; Lewis, D. M.; Woolmer, M. (eds.) *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 2016, p. 316-336.

_____. Notes on Slave Names, Ethnicity, and Identity in Classical and Hellenistic Greece. *Studia Źródłoznawcze: U Schyłku Starożytności*, vol. 16, 201a, p. 169-199.

_____. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018b.

Luraghi, N. Traders, Pirates, Warriors: The Proto-History of Greek Mercenary Soldiers in the Eastern Mediterranean. *Phoenix*, vol. 60, 2006, p. 21-47.

Lytle, E. Fishing with Fire: Technology, Economy, and Two Inscriptions. *Historia*, vol. 67, n. 1, 2018, p. 61-102.

Ma, J. Fighting *Poleis* of the Hellenistic World. In: van Wees, H. (ed.) *War and Violence in Ancient Greece*. London: Classical Press of Wales, 2000, p. 337-376.

Medas, S. Λέμβοι e liburnae. In: Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 129-138.

Mihovilić, K. La situla di Nesazio con *naumachia*. In: Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 93-107.

Milton, G. *White Gold*. London: Farrar, Straus and Giroux, 2004.

Morrison, J. S. Hemiolia, Trihemiolia. *International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 9, 1980, p. 121-126.

Morrison, J. S.; Williams, R. T. *Greek Oared Ships*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

Morrison, J. S.; Coates, J. *Greek and Roman Oared Warships*. Oxford: Oxbow Books, 1996.

Ormerod, H. A. *Piracy in the Ancient World*. Liverpool: Liverpool University Press, 1924.

Pancieria, S. Liburna: rassegna delle fonti, caratteristiche della nave, sccezioni del termine. *Epigraphica*, vol. 18, 1956, p. 130-156.

Perrier, A. Brigands et pirates. In: Picard, O., Brunet, M., Couvenhes, J.C., Perrier, A., Prêteux, F.; Rebuffat, F. (eds.) *Économies et sociétés en Grèce ancienne (478-88 av. J.-C.)*. Paris: A. Coulin, 2008, p. 212-234.

Pryor, J. H. Geographical Conditions of Galley Navigation in the Mediterranean. In: Gardiner, R. (ed.) *The Age of the Galley*. London: Conway Maritime, 1995, p. 206-216.

Rauh, N. Who Were the Cilician Pirates? In: Swiny, S. et al. (eds.) *Res Maritimae: Cyprus and the Eastern Mediterranean from Prehistory to Late Antiquity*. Atlanta: Scholars Press, 1997, p. 263-283.

Rediker, M. *Villains of All Nations: Atlantic Pirates in the Golden Age*. Boston: Beacon, 2004.

- Rediker, M. *The Slave Ship: A Human History*. London: Penguin Books, 2007.
- Rostovtzeff, M. *The Social and Economic History of the Hellenistic World*. Volume I. Oxford: Oxford University Press, 1941.
- Roy, J. Cittadini ridotti in schiavitù: il consolidarsi della schiavitù nella Grecia classica. In: Di Nardo, A.; Lucchetta, G. A. (eds.) *Nuove e antiche schiavitù*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2012, p. 53-63.
- Şahin, S. Piratenüberfall auf Teos: Volksbeschluss über die Finanzierung der Erpressungsgelder. *Epigraphica Anatolica*, vol. 23, 1994, p. 1-36.
- Scholten, J. *The Politics of Plunder: Aitolians and their Koinon in the Early Hellenistic Era, 279-217 B.C.* Berkeley: University of California Press, 2000.
- Sekunda, N. A Note on the Rhodian Expedition against Aigila. *Grammateion*, vol. 3, 2014, p. 13-14.
- Skarlatidou, E. K. Κατάλογος μυστών και εποπτών από τη Σαμοθράκη. *Horos*, vol. 8-9, 1993, p. 153-172.
- Sosin, J. Ransom at Athens ([Dem.] 53.11). *Historia*, vol. 66, 2017, p. 130-146.
- Tsetschladze, G. R. Black Sea Piracy. *Talanta*, vol. 32-33, 2000-2001, p. 308-315.
- Velkov, V. Zur Frage der Sklaverei auf der Balkanhalbinsel während der Antike. *Etudes Balkaniques*, vol. 1, 1964, p. 125-138.
- Vitkus, D. J. *Piracy, Slavery, and Redemption: Barbary Captivity Narratives from Early Modern England*. New York & Chichester: Columbia University Press, 2001.
- Vlassopoulos, K. Two Images of Ancient Slavery: The “Living Tool” and the “Koinōnia”. In: Hermann-Otto, E. (ed.) *Sklaverei und Zwangsarbeit zwischen Akzeptanz und Widerstand*. Hildesheim, Zürich & New York: Olms Georg AG, 2011, p. 467-477.
- van Wees, H. *Status Warriors: War, Violence and Society in Homer and History*. Amsterdam: J. C. Gieben, 1992.
- _____. *Ships and Silver, Taxes and Tribute: A Fiscal History of Archaic Athens*. London: I. B. Tauris, 2013.
- Wachsmann, S. *Seagoing Ships & Seamanship in the Bronze Age Levant*. London: Texas A&M University Press, 1998.
- Wiemer, H.-U. *Krieg, Handel und Piraterie: Untersuchungen zur Geschichte des hellenistischen Rhodos*. Berlin: De Gruyter, 2002.
- Zambon, E. I Provvidimenti ontro i pirati in età ellenistica. In: Braccesi, L. (ed.) *La pirateria nell'Adriatico antico*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2004, p. 147-172.

O ESCRAVISMO ESTOICO DE COLUMELLA: HIERARQUIA E ESTÍMULO À COMPETIÇÃO ESCRAVA

Helton Lourenço¹

RESUMO: Este artigo pretende abordar as prescrições sobre a administração e o controle do trabalho escravo presente no pensamento de Columella em seu tratado *Sobre as Coisas do Campo (De Re Rustica)*. Deste modo, nossa hipótese é de que, influenciado pela filosofia estoica, estas prescrições têm por objetivo estimular a hierarquia dentro do plantel de escravos por meio da competição. Por um lado, a competição permite que a distribuição dos cargos e benefícios seja pautada por critérios de capacidade técnica dos escravos, por outro lado, acaba por reforçar o poder dos senhores de escravo evitando assim a formação de uma ação conjunta destes trabalhadores contra os interesses dos proprietários e, por conseguinte, por melhores condições de trabalho que não se restringiam apenas promoção individualizada, mas também coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Columella; Escravidão, Estoicismo; Hierarquia; Competição.

ABSTRACT: This article intends to address the prescriptions on the administration and control of the slave labor present in the thought of Columella in his treatise *On Agriculture (De Re Rustica)*. Thus, our hypothesis is that influenced by the Stoic philosophy these prescriptions aims to stimulate the hierarchy within the slave squad through competition. On the one hand, competition allows the distribution of jobs and benefits to be based on criteria of technical capacity of slaves, on the other hand it strengthens the power of these owners, thus avoiding the formation of a joint action of these workers against the interests of the owners and, therefore, for better working conditions which were not restricted to individualized but also collective promotion.

KEYWORDS: Columella; Slavery; Stoicism; Hierarchy; Competition.

Introdução

O pouco que sabemos sobre a vida de *Lucius Iunius Moderatus Columella* é que ele fora um militar e escritor latino que viveu à época da dinastia Júlio-Claudiana no século I. d.C. Estima-se que nasceu no *municipium* de Gades na Baetica, uma província romana na Hispania, “portanto, pertencente a um grupo maior de autores latinos da Espanha, como Sêneca o Velho, Sêneca o Jovem, Lucano, Marcial, Quintiliano e Pompônio Mela” (Fögen, 2016, p. 323). Contudo, sabe-se que, a despeito de sua origem provincial, manteve propriedades na península Itálica localizadas em Ardea, Carseoli e Alba (Cf. Columella *Rust.* 3.9.2), e uma fazenda que Columella denominou como nosso *Ceretanum (nostri Ceretanis)* (3.3.3) que estima ser localizada na Etrúria. Sobre sua carreira militar, temos uma inscrição encontrada na cidade de Tarento que indica sua presença na

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob orientação do Prof. Dr. Fábio Duarte Joly. É membro do Laboratório d Estudos sobre o Império Romano (LEIR-UFOP). E-mail: carvalhohl@hotmail.com.

Síria como tribuno militar: *L. IVNIO L. GAL. MODERATO COLVMELLAE TRIB. MIL. LEG VI FERRATAE* (Ash, 1960, p. xv).

Com relação à carreira literária de Columella também temos pouco conhecimento. Contudo, é certo que suas obras foram escritas após seu serviço militar no exército romano e durante os principados dos imperadores Cláudio e Nero. Isso em razão de sua referência à região de Nomento, da qual Columella considerava uma região “ilustre e de célebre fama” (*celeberrima fama est illustris*), por causa de uma propriedade de Sêneca, elogiado como um “homem de excelente gênio e erudição” (*vir excellentis ingenii atque doctrinae*; Columella *Rust.* 3.3.3). Não obstante a ausência de uma carreira política no Alto Império Romano, o círculo cultural ao qual pertencia Columella era o da elite aristocrática de Roma, aos quais ele se dirige em seu prefácio como sendo os “nossos principais cidadãos” (*civitatis nostrae principes*) (1.pr.1). Além do já mencionado Sêneca, o *De Re Rustica* de Columella mantém um diálogo com outros de seus contemporâneos renomados sobre a agricultura, como Aulo Cornélio Celso, Júlio Grecino, Júlio Ático, Gaio Júlio Higino, e Virgílio, o que atesta o círculo cultural e político no qual nosso personagem pretendia inserir suas obras.

O tratado *De Re Rustica* é a sua obra mais extensa e dividida em doze livros. Destes livros, dois são específicos sobre os deveres do *uilicus* (“capataz”) e da *uilica* (a esposa do capataz), o que expressa a preocupação de Columella com a administração do trabalho na propriedade rural. Logo no prefácio do *De Re Rustica*, Columella lamenta a falta de prestígio da agricultura em seu tempo, algo que, contudo, era decorrente da própria administração dos senhores que delegavam para tal atividade os piores de seus escravos. Neste sentido, as prescrições de Columella acerca da escravidão emergem como uma tentativa de orientar seus contemporâneos sobre esta instituição à época do Principado. De fato, suas prescrições não podem ser tomadas como a realidade da escravidão romana como um todo, mas devem ser compreendidas como uma idealização de como ele concebia a melhor forma de administração.

Ademais, três questões nos parecem ter influenciado o pensamento de Columella. Primeiro as revoltas servis do final da República, a filosofia estoica e, por fim, a concessão de cidadania a uma parcela dos escravos manumitidos. Deste modo, procuraremos demonstrar que a administração da escravidão no pensamento de Columella procurava um ponto de equilíbrio entre a contenção

das revoltas servis a partir de um tratamento mais humanizado sem, contudo apelar para um discurso abolicionista. Para tanto, a nosso ver, ele prescreve aos proprietários uma gestão da escravidão que é pautada pela hierarquia e por meio do estímulo à competição pelos benefícios concedidos pelos proprietários. Sendo assim, o artigo se divide em três partes. No primeiro momento nos voltaremos brevemente para historiografia moderna sobre a escravidão romana, em um segundo momento abordaremos a influência da filosofia estoica na administração da escravidão à época do Império e, por fim, nos centraremos nas prescrições de Columella com relação à gestão da escravidão.

1. Escravidão Romana na Historiografia Moderna

A escravidão antiga foi pauta de importantes debates na historiografia moderna sobre a economia, cultura e política antigas. “Embora entre os séculos XV e XVII já fosse objeto de interesse de alguns humanistas, foi sob o impulso do movimento abolicionista do final do século XVIII e princípio do século XIX com a crítica do trabalho nas colônias inglesas e francesas” (Joly, 2005, p. 27) que os estudos sobre a escravidão antiga ganharam mais força. Assim, no século XVIII a escravidão suscitava intensos debates, em grande parte mobilizada para justificar ou refutar a abolição da escravatura moderna. Sobre esta produção historiográfica inicial, Moses Finley ressalta que o principal problema desta perspectiva é que ela se pautava em uma visão moral e espiritualista da escravidão, que segundo ele dominava “a discussão sobre a escravidão desde o início do século XIX e quase monopolizou o estudo acadêmico” (Finley, 1991, p. 13-14). Contudo, como adverte Fábio Duarte Joly (2005, p. 28), embora Moses Finley subestime o impacto desta historiografia, o fato é que apesar de

[...] questionar a eficiência do trabalho escravo e propor a sua superação, ideias como as de que a escravidão contribuía para o esgotamento do solo e requeria uma contínua expansão territorial transferiam-se para a nascente historiografia sobre a escravidão romana.

Deste modo, no final do século XIX e início do século XX, os estudos sobre a escravidão antiga mudaram de direção, afastando-se do debate de caráter

moral e voltando-se para questões de ordem essencialmente econômicas. Novamente preocupada com questões do tempo presente, a historiografia que se produziu a partir desta perspectiva procurava responder aos anseios da intensificação do modelo de produção capitalista. Deste modo, entre os economistas do final do século XIX e início do século XX o interesse nos estudos da escravidão antiga residia, sobretudo, em avaliar a compatibilidade ou não da escravidão com uma economia de tipo capitalista. Contudo, embora esta corrente historiográfica tenha produzido interpretações diferentes acerca do trabalho escravo na antiguidade, um ponto em comum entre os economistas era de que o escravo era definido apenas a partir de sua posição na esfera econômica, excluindo qualquer forma de expressão e interferência cultural, social e política destes indivíduos nas sociedades em que estes foram introduzidos. Neste sentido, partindo somente do ponto de vista jurídico o escravo se resumia a um objeto (*res*) de seus senhores.

Contudo, no decorrer do século XX o debate sobre a escravidão antiga que anteriormente centrava-se em uma perspectiva que era essencialmente econômica, em decorrência do contato com as Ciências Sociais, em particular com a Antropologia, ganhou novos contornos. Sendo assim, enquanto as pesquisas do final do século XIX e início do século XX buscavam compreender a escravidão, sobretudo do ponto de vista econômico, a partir destas novas perspectivas a escravidão passou a ser problematizada através de suas relações sociais e culturais.

Outra importante contribuição para o debate sobre a escravidão antiga veio do já citado historiador norte-americano Moses Finley. Para ele, as sociedades de Roma e Atenas Clássica em conjunto com Brasil, Caribe e o sul dos Estados Unidos seriam exemplos de sociedades genuinamente escravistas, ao contrário de outras sociedades em que a presença de escravos não configuraria a principal força de trabalho. Embora Moses Finley tivesse consciência de que a escravidão era apenas uma das diferentes formas de trabalho compulsório presentes nestas sociedades, ele defende que um tipo peculiar de escravidão se tornou predominante: o escravo-mercadoria. Aliás, ao propor este modelo de escravidão ele ressalta que muitos pesquisadores tentaram negar o fato de o escravo ser uma propriedade argumentando que

o escravo é também um ser humano ou que os direitos do proprietário sobre ele são com frequência limitada por lei. Tudo isso me parece fútil: o fato do escravo ser humano é irrelevante para a questão de ser ou uma propriedade [...] (Finley, 1991, p. 75).

Neste sentido, para Finley o escravo, enquanto um estrangeiro e uma mercadoria sob total controle do proprietário, era uma opção vantajosa para os proprietários em relação a outras formas de trabalho involuntário. No caso da sociedade romana, este modelo de escravo-mercadoria teria predominado entre os séculos II a.C. e II d.C.

Embora a sua definição de escravo enquanto uma propriedade não seja tão diferente da visão dos economistas do início do século XX, a sua principal contribuição foi compreender que a

[...] escravidão romana não pode ser desvinculada de uma análise da sociedade romana, ou seja, do modo como os grupos sociais se organizavam do ponto de vista político, econômico e ideológico (Joly, 2005, p. 21).

Neste sentido, embora sua definição de “sociedade escravista” seja pautada no predomínio da escravidão no campo econômico, a sua sustentação se dava por critérios políticos e sociais. Embora Moses Finley reiterasse a necessidade de contextualização da escravidão antiga levando em consideração os pressupostos culturais e sociais para a manutenção desta instituição, sua ênfase no predomínio do escravo enquanto mera mercadoria acaba por minimizar as diferentes posições que os escravos detinham nestas sociedades. Alguns escravos poderiam ter uma margem de liberdade muito maior do que outros dependendo de sua posição, como exprime Keith Bradley (1994, p. 70):

Para os escravos discutir sobre quem tinha a maior posição na casa não era algo desconhecido. Mas, na sociedade como um todo, havia também uma hierarquia *de facto* de status servis, cujo posicionamento era determinado não apenas pelo tipo de trabalho realizado, mas também por seu contexto: os rústicos eram automaticamente inferiores aos urbanos (pelo menos no julgamento de um proprietário

de escravos), o tamanho da família a que o escravo pertencia era relevante e a posição social do proprietário também.

Neste sentido, os escravos não formavam, nem do ponto de vista econômico nem social, uma massa homogênea. Alguns detinham posições privilegiadas, como, por exemplo, os escravos da *domus caesaris*, em contrapartida outros poderiam ser submetidos a uma exploração desumana, como os trabalhadores das minas ou aqueles presos em *ergastulum*.

Desta forma, se faz necessária a observação de outra contribuição pertinente para o estudo sobre a escravidão antiga: a exaustiva e detalhada pesquisa de Orlando Patterson sobre a escravidão na história das sociedades humanas. Assim como Finley, para Paterson o escravo é um desenraizado, um *outsider*, em suas palavras um “morto social”, pois, como ele “não tinha uma existência socialmente reconhecida fora do domínio de seu senhor, ele se tornava uma não-pessoa” (Patterson, 2009, p. 24). Contudo, sua maestria consiste em compreender o processo de escravização e a liberdade como partes de um mesmo processo que desenraizava o escravo de sua cultura original, introduzindo-o em uma nova realidade social. Deste modo, para Patterson (2009, p. 34) a escravidão não é “uma entidade estática, mas um processo interativo complexo, carregado de tensões e contradições na dinâmica de cada um de seus elementos constituintes”. Como aponta Norberto Guarinello, a proposta de Orlando Patterson contribuiu para uma visão da escravidão a partir da noção de trajetória. Embora, os mecanismos de ressocialização dependessem de fatores múltiplos, no caso particular da sociedade romana, a trajetória de um escravizado alforriado podia ter tido marcas profundas na estrutura da sociedade romana:

Num mundo dividido em ordens e dignidades, o ex-escravo ocupava uma posição chave por sua própria indeterminação, por sua ambiguidade. Por ter ascendido, por ter rompido uma barreira crucial, representava simbolicamente, para o corpo social, uma possibilidade concreta de ascensão, de mudança de posição, que acabava por amainar os conflitos potenciais de uma sociedade de posições muito rígidas (Guarinello, 2006, p. 244).

Apesar de ser comum entre as fontes literárias antigas uma visão negativa dos libertos, isto, contudo, implica uma tentativa de negação e de minimização dos direitos políticos que estes indivíduos vinham conquistando, sobretudo na época imperial. Os libertos imperiais, por exemplo, por conta de sua proximidade com a corte, em muitos casos tinham mais poder político e econômico que uma grande parcela da aristocracia senatorial, e isto explica em partes os motivos pelos quais estes indivíduos não eram bem vistos – sobretudo pelo fato de terem acesso a cargos anteriormente restritos apenas à elite aristocrática. E, embora os libertos continuassem dependentes de seus patronos, o impacto da manumissão na sociedade romana interferia diretamente nas estratégias de ação tanto dos senhores quanto dos escravos, embora em alguns sentidos drásticos, como expressa John Bodel (2016, p. 93):

Manumissões em leito de morte e garantias *post mortem* de um desejo manumissão abortado teriam sido um conforto frio para um morto ou escravo moribundo, muito menos aos muitos escravos que sabiam que morreriam na escravidão, mas as duras realidades da prática romana de manumissão não minam ou negam a validade da concepção culturalmente construída da escravidão como sentença probatória, da qual um escravo obediente poderia diminuir seu tempo de pena por bom comportamento e, finalmente, emergir com liberdade e direitos cívicos.

Não há dúvidas de que na sociedade romana, em relação a outras sociedades pré-industriais como, por exemplo, Atenas, a possibilidade da inserção de ex-escravos no corpo de cidadãos era muito maior. Contudo, como nos alerta Olivier Pétré-Guinouilleau (2009, p. 22), a análise da escravidão do ponto de vista da integração corre também o risco de justificá-la:

A integração, muitas vezes parcial e sob certas condições, nunca foi permitida senão para alguns. Portanto, apresentar a escravidão como um processo de integração é um absurdo, e perigoso também, porque pode ser um meio de legitimá-la.

John Bodel (2016, p. 89) acrescenta ainda que:

Por um lado, os romanos parecem ter alforriado escravos com mais regularidade e ter concedido a ex-escravos direitos mais completos de cidadania do que era comum na maioria das sociedades escravistas. Por outro lado, acredita-se que a maioria dos escravos romanos tenha sido empregada na agricultura e, portanto, que tenha vivido e morrido em circunstâncias que trouxeram poucas perspectivas de manumissão, de modo que o impacto da prática na manutenção do sistema por inteiro foi mínimo.

Como aponta John Bodel, o impacto da manumissão de forma mais ampla pode ter sido reduzido diante do percentual da população escrava em toda extensão do Império Romano. Por um lado, isto também não quer dizer que a possibilidade de manumissão era nula na sociedade romana. Por outro lado, a negação da manumissão aos escravizados perpassava outras lógicas de cooptação destes trabalhadores, essas que visavam, em última instância, a manutenção da ordem e a contenção de possíveis rebeliões escravas contra seus proprietários. No pensamento de Columella, por exemplo, a manumissão tem pouco impacto, sendo que ele a menciona apenas uma vez, para mulheres com mais de três filhos (*Rust.* 1.8.19). O seu modelo ideal de gestão da escravidão perpassa outros mecanismos que, em grande medida, perpassavam a influência da filosofia estoica. Esta relação entre escravidão e estoicismo será o tema do nosso próximo tópico.

2. Escravidão e Estoicismo

Em grande medida, todo o conhecimento que temos sobre a escravidão antiga chegou até nós pelo filtro da elite letrada, seja esta de Roma ou da Grécia. Contudo, muitos destes relatos expressam preconceitos da elite sobre os grupos subalternos, o que levou a historiografia moderna a minimizar o papel destes sujeitos enquanto agentes sociais. Sobre a descrição destes grupos a partir das fontes literárias, Aldo Schiavone (2005, p. 192) comenta:

Nas representações dos antigos, da Atenas clássica à Roma imperial, a humanidade dessas massas parecia esmagada e absorvida pela mecanicidade de um trabalho forçado sempre uniforme e repetitivo. As suas vidas se resumiam, na perspectiva dos senhores, à monotonia

forçada de tarefas ditadas pelos outros. Eram, em suma, máquinas humanas, autômatos.

Na *Política*, Aristóteles, por exemplo, inaugura uma tradição que foi o ponto de partida para muitos dos teóricos da escravidão na Antiguidade Clássica. Para este autor o escravo é definido por sua natureza vil, em suas palavras “a casta inferior será escrava por natureza, e melhor para os inferiores estar sob o domínio de um senhor” (Arist. *Pol.* 1.5.18). Para Aristóteles (*Pol.* 1.4.13), escravo também “sendo uma criatura viva, como qualquer outro servo, é uma ferramenta equivalente a outras”. Assim, para Aristóteles (*Pol.* 1.4.14):

Qualquer ser humano que, por sua natureza, pertença não a si mesmo, mas a outro é, por natureza, escravo, e um ser humano pertence a outro sempre que fazer parte da propriedade, ou seja, um instrumento que tem uma existência separada e útil para os propósitos da vida.

Depreende-se desta abordagem de Aristóteles que o escravizado é uma mera ferramenta à disposição do proprietário.

Uma abordagem remanescente na literatura latina da abordagem de Aristóteles do escravo como uma simples ferramenta de manuseio do proprietário é a de Varrão (*Rust.* 1.17.1), que insere os grupos no conjunto das demais ferramentas da propriedade: “os vocais, os semivocais e os mudos: nos vocais, incluem-se os escravos, nos semivocais, os bois, nos mudos, as caretas”. No entanto, em decorrência do contato das aristocracias romanas com a filosofia estoica, a justificação da escravidão proferida por Aristóteles ganha novos contornos. Como observa Peter Garnsey (1996, p. 17):

Os estoicos desenvolveram uma distinção entre escravidão legal e moral. A verdadeira escravidão, como a verdadeira liberdade, era considerada como uma propriedade da mente, da alma. Um indivíduo estava preso à escravidão na medida em que acreditava em coisas externas, incluindo qualquer coisa que acontecesse com seu corpo. A escravidão legal foi assimilada em condições gerais, incluindo a pobreza, a doença e a morte, que se poderia ignorar e ser livre, ou se permitir ser dominado e se tornar escravo de seus pensamentos. Assim, o escravo legal também pode ser um escravo moral.

Deste modo, com esta distinção entre uma escravidão moral e outra legal, um escravo poderia ser moralmente livre, mas juridicamente escravo. O mesmo valia para a aristocracia que legalmente era livre, mas poderia ser moralmente escrava de suas paixões, dos vícios. Esta ideia é bem expressa por Sêneca (*Ep.* 47.1) em diálogo com Lucílio:

Foi com prazer que ouvi dizer por pessoas vindas de junto de ti que vives com os teus escravos como se fossem seus familiares. Isso atesta que é um espírito bem formado e culto. São escravos. Não, são homens. São escravos. Não, são camaradas. São escravos. Não, são amigos mais humildes. São escravos. Não, são companheiros de servidão, se pensares que todos estamos sujeitos aos mesmos golpes da fortuna (Tradução de Fábio Duarte Joly).

Como observa Fábio Fav ersani (2012, p. 96)

Obviamente que o fato de os escravos serem, em natureza, iguais aos seus senhores, por serem ambos racionais e mortais, não os iguala socialmente. No campo social, as diferenças são muitas.

Além disso, como ressalta Fábio Duarte Joly (2005, p. 80),

[...] o início da carta coloca também outro ponto de interesse, ou seja, indica que o modo como o senhor geria seus escravos era motivo de comentários entre seus pares fazendo parte de sua avaliação pessoal.

Este é um ponto em que o pensamento de Columella se assemelha ao de Sêneca. Neste sentido, Columella (Rust. 1.8.10) recomenda ao *uilicus* que, na ausência do proprietário, este não deve instruir os demais escravos somente nas operações da agricultura, mas também nos preceitos da “alma, quanto cabe a um escravo ingênuo, a instrução da virtude (*virtutibus instructus*) nem se deve maltratá-los cruelmente”. Columella (Rust. 11.1.19) acrescenta que, como exemplo de frugalidade, é interessante na gestão dos escravos que se ofereça “boas e frugazes doações, às vezes mesmo admitindo-os em sua própria mesa e

mostrando-se disposto também a conferir outras honras sobre eles”. Tais preceitos o capataz deve seguir:

Ele terá que observar princípios que são difíceis de manter em esferas de governo maiores (*in maioribus imperiis*), ou seja, para não lidar de forma tão cruel (*crudelius*) ou demasiadamente permissivo com os que estão sob seu comando: ele deve sempre apreciar os bons e diligentes e poupar aqueles que não são tão bons quanto deveriam ser, e usar de moderação para que eles possam respeitar seu rigor mais do que odiar sua crueldade. Ele será capaz de se proteger, se preferir cuidar que um trabalhador não o ofendendo na frente dos demais, mas punindo-o mais tarde; pois não há meios mais eficientes de restringir até o homem mais perverso do que retirar-lhe diariamente dele sua tarefa (Columella *Rust.* 11.1.25).

Todavia, é importante destacar que, para estes proprietários de escravos, mesmo quando mencionava uma relação mais equilibrada e afetuosa como um modelo melhor de gestão dos escravos, “em todo este discurso, não há nada, evidentemente, que ponha em causa a escravatura, pelo contrário, há o desejo de reforçá-la” (THEBERT, 1992, p. 136).

Desta forma, é pertinente a declaração de Sandra Joshel (2010, p. 125-126) de que “estes manuais nos revelam mais um aspecto do tratamento experimentado pelos senhores de escravos que podemos chamar de dimensão psicológica e que afetavam a mente e o espírito de seus escravos”. Além disso, este ideal de cuidado com escravos não era uma regra comum a todos os proprietários. Como pontua Fábio Faversoni (2012, p. 101), “Sêneca, que recomendava um tratamento mais humano para os escravos, aplicava, ele mesmo, bem frouxamente sua recomendação”, e o mesmo vale para Columella que, em outras passagens aconselha a aplicação de punições, mas não abre mão de seus escravos presos no *ergastulum* (cf. *Rust.* 11.1.22).

Ainda sobre a administração das leis referentes aos escravizados e aos libertos à época imperial, Norberto Guarinello (2006, p. 236) destaca que “os escravos, pareciam existir na e para a esfera privada, mas o controle de sua potencial ameaça era público”. Isto tornava as relações entre senhores e escravos mais ambivalentes e negociáveis, uma vez que a legislação sobre a escravidão e a liberdade era de ordem pública. Deste modo, apesar da escravidão enquanto uma

instituição não ser questionada em Roma já a partir do principado de Augusto, ela sofreu transformações marcantes com uma crescente intervenção do Imperador nas relações privadas. Assim, como observa Yvon Thébert (1992, p. 137),

O *dominus* deve mostrar-se mais liberal, porque a evolução das relações de produção já não lhe permite oprimir o escravo de um modo tão violento como outrora, e pode sê-lo na medida em que o estado o substitui parcialmente na manutenção da ordem.

Tendo em vista este novo cenário sociopolítico e a influência da filosofia estoica, trataremos a seguir das prescrições sobre a escravidão no pensamento de Columella que a nosso ver, é guiada por dos mecanismos de cooptação: a hierarquia e o estímulo à competição.

3. A Administração da Escravidão no De Re Rustica: Hierarquia e Competição

Um primeiro problema que podemos colocar para uma análise da escravidão em Columella reside no fato de que ele menciona muito mais a função dos trabalhadores da *uilla* do que necessariamente os seus *status*. Keith Bradley (1994, p. 60) aponta 37 funções diferentes mencionadas ao longo do *De Re Rustica*. Jean-Christian Dumont (1999), a partir da abordagem terminológica presentes nos textos dos agrônomos latinos, argumenta que o “modo de produção escravista” como parâmetro de análise destes textos é insuficiente, pois reside muito mais em uma construção ideológica do que necessariamente na realidade produtiva das *uillae*. Ademais, atualmente é praticamente unânime na historiografia sobre a economia romana que a escravidão era uma dentre outras formas de trabalho compulsório. Sendo assim, “podemos dizer com confiança que os trabalhadores assalariados formavam uma parte significativa do total de trabalhadores” (Garnsey, 1998, p. 144). No mundo rural, o campesinato pobre era parte significativa do processo produtivo, geralmente destinado ao trabalho sazonal nas grandes propriedades ou junto de colonos arrendando propriedades distantes. Daí reside o problema em se definir se Columella, ao falar de seus trabalhadores, está se dirigindo a escravos propriamente ditos ou trabalhadores livres empregados sazonalmente.

Além disso, outro problema em se definir a condição dos trabalhadores no tratado de Columella reside no fato de o modelo ideal de propriedade defendido por ele abarcar uma gama de possibilidades de exploração agrícola, através do arrendamento de terras a colonos (*coloni*) (*Rust.* 1.7.6-7), trabalhadores livres assalariados (*mercenarii*) (*Rust.* 1.pr.9, 12), ou escravos (*seruis*), classificados em três categorias, de acordo com suas capacidades: “um grupo amplo seria o *mediastini*, os escravos sem habilidades específicas, que poderiam ser usados em tarefas menos qualificadas” (GÓMEZ, 2017, p. 67), e aqueles com habilidades específicas, tais como *arator*, os *bulbuci*, *magister pecoris*, *uinator*, *uilicus* e *uilica*, *procurator*, etc. Além disso, cabia ainda uma distinção entre os escravos soltos (*solutis*) e aqueles encarcerados (*uincti*).

No que se segue, inicialmente tomaremos como medida dois dos modelos que Columella (*Rust.* 1.7.3-7) considera ser o melhor, ou seja, aquele gerido pessoalmente pelo proprietário ou o administrado pelo *uilicus* na ausência do senhor. Para tanto, a começar pelos espaços de circulação no interior da propriedade, Columella prescreve que enquanto a *pars urbana* ficava restrita para o senhor, “por sua vez a *pars rustica* seguia critérios hierárquicos dividindo os escravos em quartos pequenos (*cellae*) ou prisões onde permaneciam acorrentados (*ergastulum*)” (JOLY, 2003, p. 198-9). Um ponto importante da geografia do poder estabelecido por Columella (*Rust.* 1.6.7) está relacionado à construção dos quartos do capataz (*uilicus*) e do supervisor (*praefectus*). Sendo assim:

Para o capataz há de fazer a habitação junto da porta, para que veja os que entram e saem, e a do supervisor acima pela mesma razão, e para que observe de perto o capataz, ambos devem cuidar do quatro dos instrumentos de trabalho e dentro há um local com fechadura para guardar as ferramentas (Tradução de Fábio Duarte Joly).

Até mesmo o *uilicus* que goza de relativa autonomia no interior da escravaria é supervisionado por um *procurator*. Do mesmo modo, delimitando espaços específicos para cada função, fica estabelecido o lugar de repouso dos vaqueiros:

O quarto dos vaqueiros deve estar ao lado de seus rebanhos para que possam cuidar deles quando seja preciso. E todos devem morar o mais próximo possível entre si, para que o empenho do capataz não se desdobre para circular por diversos lugares e para que, entre eles, a diligência e a negligência de cada um estejam aparentes” (Columella *Rust.* 1.6.8, Tradução de Fábio Duarte Joly).

Esta divisão espacial, embora seja importante para nossa compreensão da funcionalidade da *uilla*, nos permite visualizar este espaço apenas de forma lacunar, uma vez que Columella se restringe à descrição apenas de uma parcela da escravaria, sobretudo, daquela que desfruta de uma liberdade maior de circulação. Ademais, para além do controle interno da propriedade, Columella (*Rust.* 1.8.5-7) adverte que é preciso controlar os espaços de circulação dos escravos fora da *uilla*, e sobretudo os do *uilicus*:

Ele não deve ter contato com a cidade ou com o mercado semanal, exceto para fazer compras e vendas em nome do senhor. Pois, como diz Catão, um capataz não deve ser um ambulante; e ele não deve sair dos limites, exceto para aprender algo novo sobre agricultura, e só se o lugar estiver tão perto que ele possa voltar. Ele não deve permitir ou receber forasteiros na fazenda, e ele não deve hospedar ninguém, exceto um amigo ou parente do senhor.

Este tipo de organização deixa claro que os espaços de circulação seguiam regras determinadas. Contudo, tendo em vista que o tratado de Columella expressa um tipo ideal, isto nos permite dizer, sem dúvida, que, apesar destes espaços seguirem regras predeterminadas, isto não impedia que escravos burlassem e circulassem tanto internamente em espaços restritos a funções específicas quanto fora da propriedade.

Esta estratégia de definir os trabalhadores a partir de um caráter funcional tem um objetivo subjacente, que é o de definir a sua *uilla* em critérios hierárquicos bem determinados, o que permite ao senhor uma posição privilegiada no topo desta hierarquia. Como podemos notar até aqui, a estrutura da *uilla* columelliana é estabelecida por critérios espaciais, que delimitavam os espaços de circulação dos indivíduos de acordo com a suas funções. Nesta

hierarquia funcional, abaixo do senhor estavam o *actor*, o *procurator* e o *uilicus*, seguido dos demais trabalhadores divididos em funções específicas.

Sendo assim, tendo estabelecido os critérios de distribuição dos espaços na *uilla*, importa também delinear os critérios outros para definição dos postos de trabalho na propriedade. Como ressalta Sandra Joshel (2010), Columella também julgava os corpos e as mentes. Os vaqueiros devem ter uma voz alta, serem frugazes e diligentes, mais temidos do que cruéis (*Rust.* 1.9.1-3). Os trabalhadores dos vinhedos devem ser altos e terem ombros largos para suportarem o trabalho, enquanto os demais podem ter qualquer estatura (*Rust.* 1.9.1-4). Outro parâmetro importante para distinção dos comportamentos dos escravos são os critérios estabelecidos para a escolha do *uilicus*:

Então, o meu conselho é nomear um capataz que não seja desse gênero de escravos que são fisicamente atraentes e, certamente, nem daquela ligada as ocupações voluptuosas da cidade. Esta classe de servos é preguiçosa e sonolenta, ociosos, e acostumados à cidade, ao circo e aos teatros, ao jogo, às oficinas de culinária, às tabernas, nunca deixa de sonhar com essas atividades inaptas; e quando os encarregam em sua agricultura, o senhor não sofre perdas apenas no próprio escravo, mas em toda a sua propriedade. O homem escolhido para ser capataz deve ser endurecido pelo trabalho agrícola desde a infância, e testado por experiência. Se, no entanto, não for experiente, que possa tolerar o trabalho servil; ele não deve ser nem muito jovem nem muito velho, de modo que os demais escravos não diminuam sua autoridade para comandar, vendo que os homens mais velhos pensam que estão abaixo deles para tomar ordens de um mero adolescente, e nem tão velhos que não podem tolerar o trabalho mais pesado. Ele deve ser, então, de meia idade e de físico forte, habilidoso em operações agrícolas ou, pelo menos, muito cuidadoso, para que ele possa aprender mais prontamente; pois não está em consonância com este nosso negócio um homem que profere ordem que ele mesmo não sabe instruir de forma exata quando ele é surpreendido por um subordinado quanto ao que deve ser feito e de que maneira. Esta pessoa deve ser iletrada, de uma memória fraca e que não saiba administrar bem. Sobre este tipo de *uilicus* Cornélio Celso disse que muitas vezes traz mais dinheiro ao senhor que o próprio livro de contas, pois como não sabe escrever é

menos provável que ele falsifique uma conta para além de temer que outro o faça, consciente de que é uma fraude (Columella *Rust.* 1.8.1-5).

Como podemos notar, a escolha do *uilicus* é pautada por diferentes critérios: a moderação do comportamento, a experiência no trabalho agrícola, fidelidade para com o senhor. Em um ponto específico e influenciado por seu contemporâneo Cornélio Celso, Columella acaba divergindo de seu antecessor Varrão no que se refere ao tratamento dos assuntos agrícolas. Em seu tratado *Sobre as Coisas do Campo* (1.15.4), Varrão recomenda que o *uilicus* deva ser letrado. De certo modo, a nosso ver, a prescrição de Varrão se insere na instrução de uma elite absenteísta, daí a necessidade de um capataz que tenha capacidade de seguir as instruções deixadas por escritos pelo proprietário. Em todo caso, este cenário não nos parece tão diferente à época de Columella.

De modo semelhante, Columella (*Rust.* 12.1.1-4) descreve as qualidades necessárias para a esposa do *uilicus*. Ela não deve ser adepta do vinho, do sonho nem de superstições, etc. Columella (*Rust.* 12.pr.10) destaca que a instrução da *uilica* se faz necessária devido às mudanças do comportamento de sua época:

Portanto, uma vez que a antiga prática dos sabinos e romanos, amantes da família, não apenas mudou, mas tornou-se inteiramente fora de moda, é necessário que a administração da *uilica* desempenhe os mesmos deveres que os da (*matrona*), assim como os capatazes ela também sucede na posição dos proprietários, que anteriormente seguiram o antigo costume de não apenas cultivar seus campos, mas de habitar neles. Mas para que eu não pareça ter assumido de maneira intempestiva a tarefa da censura ao rejeitar os costumes dos nossos tempos, descreverei os deveres da *uilica*.

É importante destacar que a preocupação de Columella está ligada, sobretudo, à escolha de uma escrava que substitua e execute no mesmo nível as responsabilidades da matrona. Todavia, Columella parece-nos consciente de que o espaço de sociabilidade da mulher na sociedade imperial não se restringia apenas à esfera doméstica, embora juridicamente os espaços políticos lhe fossem negados. Contudo, ele acaba por minimizá-los delegando à *uilica* a responsabilidade da esfera doméstica. Portanto, ela deve ser responsável por

verificar se algum escravo está doente, ou se outros procuram se esconder para se livrarem das tarefas:

Além disso, ela terá que estar absolutamente convencida de que ela deve permanecer inteiramente, ou, pelo menos, em sua maioria, em casa. Além disso, ela deve mandar para fora os escravos que têm algum trabalho a fazer nos campos, e manter dentro das paredes aqueles para quem parece que há algum dever a ser realizado na vila; e ela deve ver quais as tarefas diárias não são prejudicadas pela inação. Ela deve examinar cuidadosamente tudo o que é trazido para a casa, verificando se está danificado e recebê-lo depois de ter sido examinado e encontrado intacto; então ela deve separar o que deve ser consumido e proteger o que pode ser colocado em reserva, de modo que a provisão para um ano não pode ser gastada em um mês (Columella *Rust.* 12.1.5).

Estes modelos ideais de escravos, o *uilicus* e a *uilica*, atuavam como parâmetro para a *aemulatio* dos demais escravos que almejavam uma posição privilegiada no interior da escravaria. Ademais, o mesmo critério que Columella utilizava para caracterizar a elite cidadina de seu tempo como depravada moralmente devido ao excesso de luxo e dos prazeres corporais, também era utilizado para diferenciar os tipos de escravos. O tratadista (*Rust.* 1.pr.5-8) classificava os escravos entre rurais e urbanos. Portanto, em oposição à cidade, era no campo que também se encontravam os melhores escravos. Segundo Columella (*Rust.* 1.pr.15-16), os escravos do campo eram mais eficazes dos que os da cidade, pois os escravos da cidade estavam mais preocupados com o circo e o teatro, além disso, passam a noite em libertinagem e embriagando-se enquanto o dia passavam dormindo. Contudo, como ressalta Matthew Roller (2001, p. 226) nas fontes literárias escritas pela elite aristocrática os escravos são caracterizados como

[...] criminosos, preguiçosos, enganosos, intransigentes e implacavelmente hostis às necessidades e interesses dos seus senhores. Estas representações estereotipadas presumivelmente revelam, pelo menos, alguns dos pressupostos básicos e preconceitos da aristocracia como um todo.

Ademais, a preocupação de Columella não nos parece restrita apenas à censura dos vícios privados dos escravos. A ênfase é, sobretudo, em criar padrões que estimulem a competição.

Esta divisão hierárquica dos postos de trabalho, por sua vez buscava criar um ambiente de competição entre os escravos. Quanto ao cultivo dos vinhedos, a proposta apresentada por Columella demonstra este objetivo de forma clara. Como ressalta John Bodel (2005, p. 324), Columella recomenda que o trabalho seja realizado

[...] por grupos de não mais do que dez, já que números maiores não podiam ser facilmente supervisionados e pode se provar intimidante para um supervisor, nem em grupos de menos de três, já que os trabalhadores muito espalhados não poderiam ser facilmente observados.

Assim, as prescrições de Columella (*Rust.* 1.9.8) são as seguintes:

Portanto, se o campo é extenso, eles devem ser divididos em regiões e classes, e por tarefas, individualmente ou em dois, porque, desta forma, não se dispersam facilmente, nem em grupos de mais de dez, pois em uma *turba* extensa, pensam que os trabalhos não pertencem a eles. Este arranjo não só estimulava a rivalidade (*aemulationem*), mas também revela o preguiçoso, quando uma tarefa é animada pela competição, a punição infligida aos retardatários aparece justa e livre de censura.

O plano da competição não deve ser entendido como uma regra, e efetivamente, havia também as relações diretas entre os escravos, e destes com libertos e mesmo com a plebe. Da mesma forma, a aristocracia não formava um bloco harmônico. Contudo, do ponto de vista da ideologia de Columella e que podemos estender para outros proprietários de escravos, tanto a hierarquia quanto a competição assumem papéis importantes para a manutenção da ordem. Para tanto, Columella (*Rust.* 1.8.10-11) prescreve o seguinte:

Proteja sempre alguns dos melhores, perdoe também sem ressentimentos os mais fracos, de maneira que melhor tenham sua

severidade, e que detestem sua crueldade. Isto poderá ocorrer se preferir que seus escravos não cometam delitos tratando-os com negligência e punindo os delinquentes, e não há meio melhor de impedir que um homem cai na malícia, enchendo-lhe de tarefas que se cumpra com exatidão e sob a vigilância do capataz, pois deste modo os capatazes cumpriram os trabalhos com zelo, e os outros fadigados pelo trabalho procurarão o repouso e o sono bem mais que a dispersão. Bom seria se tivessem bom conhecimento dos preceitos excelentes dos antigos, que agora tem se passado de uso, dia após dia.

Ele ainda acrescenta que:

No caso dos demais escravos, em geral, os preceitos a serem observados são. Não se incomode em gerenciar e falar de maneira familiarizada com os escravos locais, desde que não tenham se comportado de forma vulnerável, mais frequentemente do que com os escravos da cidade. E quando eu percebo que seu trabalho interminável é iluminado por tal amizade por parte do senhor, eu ainda falo com eles, e às vezes permitido que eles também sejam mais livres. Hoje em dia, faço uma prática chamando lhes à consulta sobre qualquer trabalho novo, como se tivessem mais experiência e observo que tipo de habilidade e inteligência cada um deles têm. Isso os torna mais dispostos a estabelecer um trabalho sobre o qual eles pensam que suas opiniões foram consideradas e seus conselhos seguidos (*Rust.* 1.8.15).

Estimulados pela possibilidade de proximidade com o senhor, e com isso a concessão de certos benefícios (tais como uma pequena porção de terra e uma esposa), muitos escravos poderiam optar muito mais por uma estratégia que os autopromovesse do que necessariamente a de solidariedade entre seus pares. Isto era visível, sobretudo, entre os adutores e delatores, ou seja, aqueles que procuravam se promover dentro da escravaria por meio da adulação de seus senhores ou pela delação dos rebeldes. Obviamente que o comportamento do bajulador poderia ser guiado pela dissimulação, o que não anula o seu objetivo de sobrevivência entre os competidores. O contrário deste comportamento, ou seja, uma demonstração aberta de desejo de sedição coloca tais indivíduos sob o risco de sobrevivência física, uma vez que o estímulo à delação era prática corrente. Além disso, embora estes trabalhadores sejam juridicamente inferiores, opera

também no discurso de Columella uma avaliação destes indivíduos do ponto de vista da filosofia estoica. Assim, os escravos não são o que são apenas por sua definição legal, mas pelo comportamento mais ou menos virtuoso, o que demonstra, mais uma vez, que os meios de acessos aos benefícios não são rígidos a ponto de não permitirem a ascensão de indivíduos aos postos de comando, dependendo do seu comportamento mais ou menos próximo ao estipulado como ideal de comportamento. Estabelecido os critérios para a escolha do *uilicus*, Columella (*Rust.* 1.8.18) ressalta que a ação deste indivíduo deve ser fiscalizada pelo próprio senhor:

Portanto um senhor diligente, pergunta não só a eles, mas também aos escravos soltos, como sendo mais dignos de crença, se estão recebendo o que lhes é justo de acordo com as prescrições. Ele mesmo também testa a qualidade de seus alimentos e bebidas, e examina suas roupas, suas luvas e a cobertura dos pés. Além disso, ele deve dar-lhes frequentes oportunidades de reclamação contra as pessoas que os tratam cruelmente ou desonestamente. Certamente, às vezes reivindicou justiça para aqueles que se queixam, bem como advertimos aqueles que incitam os escravos a se revoltarem ou que caluniam seus mestres; e, por outro lado, recompensa aqueles que se conduzem com energia industriosamente.

O relato dos escravos deve ser tomado com fidedigno, e além da verificação dos suprimentos, os revoltosos e os que caluniam os supervisores devem ser punidos, além disso, conceder benefícios (*praemio*) aos diligentes. Ademais, esta divisão permitia ao senhor uma posição privilegiada, ora fiscalizando as tarefas do *uilicus* diretamente, ora interrogando a escravaria sobre o gerenciamento do *uilicus*.

Ademais, a nosso ver, depreende-se do pensamento de Columella que este ambiente competitivo entre os escravos promovidos pelo senhor é uma estratégia importante que instrumentalizava os meios de acesso aos benefícios. No plano estritamente da gestão da escravidão, contudo, esta estratégia era importante para a própria sobrevivência do proprietário, evitando a formação de uma consciência de classe entre os escravos e uma possível revolta contra seus senhores. Sendo assim, não restam dúvidas de que o tratamento mais humanizado tinha como finalidade, sobretudo, a própria manutenção da ordem

e da autoridade do senhor. Isto é perceptível nas recomendações de Columella (*Rust.* 11.1.6) para a *uilla*:

Novamente, se qualquer membro da família começar a ser afetado por uma má saúde, ela terá que ver se ele recebe o tratamento mais adequado. A atenção desse tipo é uma fonte de sentimentos bondosos (*benevolentia*) e também de obediência (*obsequium*). Além disso, aqueles que recuperaram sua saúde, depois de terem recebido uma atenção especial quando estavam doentes, ficam ansiosos para prestar um serviço mais fiel (*fidelius*) do que antes.

De fato as perdas humanas poderiam afetar as contas do proprietário Columella. Contudo é importante notar também que nesta passagem Columella se utiliza de uma linguagem comum nas relações de patronato. O *obsequium* era o dever de respeito que os libertos deveriam exercer para com os seus patronos demonstrando assim a sua fidelidade. Desta forma, a atitude benevolente do proprietário emerge de seu interesse principal, e que não se restringe a sua preocupação com a saúde e o bem-estar dos escravos, mas o da manutenção da ordem interna da *uilla*, e da fidelidade de seus escravos. Neste sentido, embora Columella tenha demonstrado uma atitude mais humanizada com os seus escravos, isto não minimiza o fato de ele negar qualquer possibilidade de uma ação por partes dos escravos fora de sua dependência. Não é exatamente o caso de negar esta ação no âmbito em toda a sociedade. Entretanto, o pensamento de Columella acaba por partilhar um sentimento anti-abolicionista, que nega a conquista e possibilidade de uma liberdade independente dos proprietários.

Do ponto de vista concreto da gestão da escravaria, é pertinente dizer que, por mais que os escravos pertencessem a um mesmo estatuto jurídico e que, do ponto de vista econômico, partilhassem de uma mesma posição de subalternidade e da condição de explorados economicamente, isto não quer dizer que não havia diferenças ideológicas, políticas e sociais no interior deste grupo. Contudo, nos parece que os proprietários de escravos não tinham apenas consciência deste fato, mas se antecipavam e criavam mecanismos e estratégias para maximizar estas diferenças, sobretudo por meio do estímulo à competição e a hierarquia.

Considerações Finais

Procuramos demonstrar ao longo deste artigo que a administração da escravidão no pensamento de Columella é guiada por duas estratégias complementares: a hierarquia e a competição entre os escravos. Estas estratégias, a nosso ver, nos colocam diante de duas questões importantes com relação à administração do trabalho. Em primeiro lugar o estímulo à competição nos permite dizer que o acesso aos cargos de poder e aos benefícios concedidos pelo proprietário têm os seus canais de acesso abertos e são guiados pela meritocracia. No entanto, estes critérios não são totalmente isentos de uma predeterminação do que era considerado o melhor, do ponto de vista do proprietário. Em segundo lugar, embora os canais de acesso estejam abertos, no pensamento de Columella eles se limitam apenas a uma margem de liberdade maior perante aos outros escravos, mas ainda muito distante da manumissão. Isto é evidente na quase ausência da concessão de cidadania em suas prescrições.

Sendo assim, por um lado, por mais que muitos escravos tenham optado por aderir a esta competição como forma de sobrevivência, em última instância, a competição nos parece muito mais uma estratégia de desmobilização e de antecipação dos proprietários frente à possibilidade de uma ação coletiva de seus subordinados. Por outro lado, a competição abre espaço à obtenção de alguns benefícios para a comunidade escrava. Como ressalta Kostas Vlassopoulos (2018, p. 225-226), por exemplo, acerca da família escrava:

A família de escravos foi um fator importante na construção da estabilidade nas sociedades escravistas. Assegurava a reprodução natural da força escrava, os escravos com famílias eram menos propensos a fugir, e a ameaça de separação da família era uma arma potente nas mãos dos senhores. Mas, ao mesmo tempo, a família e o parentesco eram ferramentas importantes para criar comunidades escravas de emoção, apoio e solidariedade. A família escrava era tanto uma ferramenta nas mãos dos senhores quanto um meio pelo qual os escravos podiam organizar sua resistência.

Esta reflexão nos coloca diante de uma visão menos opaca das relações entre senhores e escravos. Embora a divisão hierárquica e o estímulo à competição tenham beneficiado os senhores, esta alternativa pode ser

compreendida também como uma resposta para manutenção do sistema de exploração, um que não se sustentava mais com base apenas na manutenção dos privilégios dos senhores. Deste modo, o tratamento mais benevolente, tal como proposto por Columella, não emerge pura e simplesmente do interesse dos senhores, mas de uma conjuntura de relações de poder na qual os senhores não são os únicos protagonistas. A forma com a qual o trabalho escravo é administrado é influenciada tanto pela opinião pública quanto pela agência dos escravos que, ao competirem, encontravam uma maneira de se beneficiar, mesmo que minimamente, de uma melhor condição de sobrevivência dentro do sistema de exploração.

Artigo recebido em 25.03.2019, aprovado em 22.04.2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Aristóteles. *A Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998-2002.

Cato. Varro. *On Agriculture*. Tradução de Harrison Boyd Ash e William Davis Hooper. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

Columella. *Libro de los árboles; La labranza*. Libros I-V. Introdução, tradução e notas de José Ignacio García Armendáriz. Madri: Ed. Gredos, 2004.

_____. *On Agriculture*. Tradução de Harrison Boyd Ash. 3 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

Sêneca. Tratado Sobre a Clemência. In: BRAREN, Ingeborg; MENDONÇA, Antônio da Silveira. *Salústio; Sêneca*. Clássicos do Pensamento Político. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

_____. *Cartas a Lucílio*. Tradução J. A. Segurado e Campos, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Bibliografia Crítica

Bodel, John. Death and Social Death in Ancient Rome. In: Bodel, John; Scheidel, Walter (eds.). *On Human Bondage: After Slavery and Social Death*. Oxford: Blackwell, 2016, p. 81-108.

Bradley, Keith. *Slave and Society at Rome*. New York: Cambridge University Press, 1994.

- Dumont, Jean-Christian. La villa esclavagiste? *Topoi*, vol. 9, 1999, p. 113-127.
- Faversani, Fábio. *A Sociedade em Sêneca*. Ouro Preto: Edufop, 2014.
- Finley, Moses. *A Economia Antiga*. Porto: Edições Afrontamento, 1983.
- _____. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- Fögen, Thorsten. All Creatures Great and Small: On the Roles and Functions of Animals in Columella's *De Re Rustica*. *Hermes*, vol. 144, n. 3, p. 321-351, 2016.
- Garnsey, Peter. *Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. Non-Slave Labor in the Roman World. In: _____. *Cities, Peasants and Food in Classical Antiquity: Essays in Social and Economic History*. Edited with addenda by Walter Scheidel. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 134-150.
- Guarinello, N. L. Escravos sem Senhores: Escravidão, Trabalho e Poder no Mundo Romano. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, n. 52, 2006, p. 227-246.
- Joly, Fabio Duarte. Espaço, Poder e Escravidão no *De Re Rustica* de Columella. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 281-299, 2003.
- _____. *A Escravidão na Roma Antiga: Política, Economia e Cultura*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.
- Joshel, Sandra. *Slavery in the Roman World*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- Patterson, Orlando. *Escravidão e Morte Social: Um Estudo Comparativo*. Tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.
- Pétre-Grenouilleau, Olivier. *A História da Escravidão*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Roller, Mathew B. *Constructing Autocracy: Aristocrats and Emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- Schiavone, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e o Ocidente Moderno*. Tradução de Fábio Duarte Joly e revisão técnica de Norberto Luiz Guarinello. São Paulo: Edusp, 2005.
- Thébert, Yvon. O Escravo. In: Giardina, A. (org.) *O Homem Romano*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1992, p. 120-150.
- Vlassopoulos, Kostas. Marxism and Ancient History. In: ALLEN, Danielle; Christesen, Paul; Millett, Paul (eds.). *How to Do Things with History: New Approaches to Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 209-235.

TRABALHO RURAL ASSALARIADO NO MUNDO RURAL ROMANO (SÉCULOS II A.C. E I D.C.)

José Ernesto Moura Knust¹

RESUMO: Economias pré-capitalistas não possuem amplos e livres mercados de trabalho livre. A realidade econômica da Roma Antiga não era uma exceção. Em seu mundo rural, sobretudo, o peso das economias camponesa e escravista diminuía ainda mais o espaço para o livre mercado de trabalho livre. Contudo, os textos antigos mostram inúmeros exemplos de trabalho assalariado. Identificar como se organizava esse trabalho rural assalariado e explicar sua dinâmica dentro de uma realidade pré-capitalista são os objetivos deste artigo. Tendo como fonte primária central o tratado *Da Agricultura* de Catão, mas buscando informações em outras fontes antigas de diferentes regiões do Mediterrâneo, apresentarei um quadro básico de situações e formas em que o trabalho assalariado aparece no campo. Por fim, identificarei nas relações sociais diversas estabelecidas com a vizinhança o elemento estruturante dessas relações mercantis de trabalho assalariado.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Assalariado; Economia Rural; Roma Antiga.

ABSTRACT: Pre-capitalist economies do not have wide free markets of free labour. The Ancient Rome was no exception to this. In its rural world, above all, the importance of peasant and slave economies diminished, even more, the space for the free market of free labour. However, ancient texts show numerous examples of wage labour. The aims of this article are: to identify how rural wage labour was organized; and to explain its dynamics within a pre-capitalist economy. Cato's treatise on agriculture is my most important source, but I will seek information in other ancient sources from different regions of the Mediterranean. Therefore, I will present a basic framework of rural wage labour. Finally, I will identify the social relations established with the neighbourhood as the structuring element of these relations of wage labour.

KEYWORDS: Wage Labour; Rural Economy; Ancient Mediterranean.

Karl Marx abre seu texto mais famoso dedicado às realidades pré-capitalistas afirmando que um dos pressupostos para a existência do trabalho livre é a separação deste trabalho das condições objetivas de sua realização – isto é, meios e materiais necessários para que ele se efetive. O ponto de Marx é que a forma fundamental capitalista de organização do trabalho, o livre mercado de força de trabalho livre, só poderá existir se os trabalhadores não controlarem os meios de produção necessários para realizarem o trabalho e, portanto,

¹ Professor de História do IFFluminense, campus Macaé. Doutor em História pela UFF. Membro do Niep-Marx-Prék/UFF. E-mail: zeknust@gmail.com.

precisarem colocar sua força de trabalho à venda neste mercado. O restante deste texto, parte de um caderno de estudos de crítica de economia política de Marx (2011), busca justamente tentar entender as diferentes formas como nas sociedades pré-capitalistas a relação entre os trabalhadores e seus meios de produção se organizaram. Seu argumento central nessa exploração das formações econômicas pré-capitalistas pode ser sintetizado na ideia de que:

Não é a *unidade* do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre o trabalho-assalariado e o capital (Marx, 2011, p. 401).

Karl Polanyi (1980, p. 84-85) por um caminho um pouco diferente do percorrido por Marx chega a conclusão similar. Segundo ele, um mercado de trabalho só pode existir quando algo que não é uma mercadoria, pois não foi produzida para ser comercializada, o trabalho, passa a ser inserido em relações mercantis. Surge assim, uma das “mercadorias fictícias” que o antropólogo húngaro identifica como base da criação da sociedade de mercado. E como reconhece o próprio Polanyi (1997, p. 11), essa inserção do trabalho no mercado só pode se dar a partir do momento em que surge o “incentivo da fome”, isto é, quando os trabalhadores têm na venda de sua força de trabalho sua única forma de garantir a sobrevivência.

As duas grandes plataformas teóricas para o pensamento crítico sobre a história econômica concordam, portanto, que sociedades anteriores ao Capitalismo não conhecem a realidade do livre mercado de trabalho livre. Falta, na opinião deles, uma estrutura econômica construída sobre a separação entre o trabalho humano e os meios necessários para a realização do trabalho humano. Falta o que um irônico Marx chama no capítulo 24 de *O Capital*, de “dupla liberdade do trabalhador”, a liberdade de não estar submetido ao jugo de outrem, mas ao mesmo tempo ter sido “livrado” das condições nas quais ele poderia realizar seu trabalho.

Tendo na realidade agrária europeia seu exemplo fundamental, Marx (1984, p. 263-264, 266) argumenta que a dissolução das relações feudais, que libertava trabalhadores de relações de dependência pessoal com senhores de terras, também significava, pelo processo de usurpação das terras comunais e do cercamento dos campos, a expropriação dos camponeses de suas terras. Assim, os trabalhadores tornavam-se livres do jugo feudal ao mesmo tempo em que se tornavam “livres” de suas condições materiais de reprodução social. O que lhes restava era vender sua força de trabalho àqueles que controlavam os meios de produção. Assim que se constituiria o livre mercado de trabalho livre.

A maior parte daqueles que se dedicam ao estudo da economia da Roma antiga tendem a entendê-la como uma sociedade de base camponesa com áreas escravistas importantes.² Base camponesa e força de trabalho escravizada são dois impeditivos fortes para a existência de um livre mercado de trabalho livre. Contudo, nenhum dos dois impede a existência de relações de compra e venda de força de trabalho. Se por um lado é incorreto pressupor que as relações de trabalho na economia mediterrânea antiga eram estruturadas por um amplo e livre mercado de trabalho livre, a realização de um sem número de tarefas laborais por pessoas de estatuto jurídico livre sem a propriedade dos meios de produção utilizados nessas tarefas e sendo remuneradas especificamente por aquela atividade é inegável. Poderia se supor que este é um fato predominantemente urbano, onde o comércio e o artesanato abririam muitas possibilidades para estas relações de trabalho assalariado. O mundo rural numa sociedade de base camponesa com áreas escravistas importantes, continuaria essa suposição, teria pouco espaço para outras formas de trabalho fora das categorias camponês e escravo. Porém, o que podemos saber sobre o mundo rural romano a partir das fontes antigas é bem diverso disso.

Um bom começo para entender isso é olhar para dentro do que normalmente é entendido como o coração do escravismo antigo: a *uilla* escravista romana. Muito do que sabemos sobre este tipo de propriedade rural vem de

² Existem exceções relevantes. Dois autores que partem de posições políticas e teóricas bastante opostas afirmam que podemos identificar na economia do Império Romano um livre mercado de trabalho livre. Peter Temin (2013), economista neoclássico, constrói uma elaborada argumentação para tentar mostrar que a existência de um livre mercado de trabalho na economia romana não era ameaçada nem mesmo pelo fato de que boa parte do trabalho ser realizado nela por pessoas escravizadas (críticas em Knust, 2012; 2016). Jairus Banaji (2010), teórico marxista, também argumenta elaboradamente que o trabalho assalariado existiu de maneira maciça na sociedade romana (críticas em: MacGaw, 2012).

alguns textos latinos que tratavam das coisas do campo a partir da perspectiva de um grande proprietário de terras. Quase tudo que os historiadores dizem sobre o trabalho escravo rural é baseado nestes textos. Pois um deles, o tratado *Das Coisas do Campo* (1.17.2-3) de Marco Terêncio Varrão, diz o seguinte sobre o trabalho a ser realizado nessas propriedades:

Todos os campos são cultivados por escravos, homens livres ou ambos: por homens livres, quando eles mesmos cultivam (como a maioria dos pobres com seus filhos) ou são assalariados, sendo contratados entre os livres para cuidar dos trabalhos maiores, a exemplo da vindima e da colheita do feno; também há os que os nossos chamaram de “devedores insolventes” e ainda se encontram em grande número na Ásia, no Egito e na Ilíria. A respeito disso tudo, digo que é melhor cultivar nos lugares insalubres com a ajuda de assalariados do que com a de escravos, e nos lugares salubres o mesmo se dá com os trabalhos agrícolas maiores, como são guardar os frutos da vindima ou da ceifa.³

Nesta espécie de tipologia das formas de trabalho rural, Varrão indica a existência do trabalho “livre”, que para ele deveria ser utilizado nas *uillae* em duas situações: em regiões insalubres, provavelmente para evitar que o alto investimento pecuniário feito na compra de um escravo fosse destruído pela morte causada por doenças, como a malária, e em “trabalhos maiores”, no qual a exigência de trabalho deveria exceder a de escravos existentes em uma propriedade. É verdade que o ponto central desta apreciação de Varrão sobre o trabalho livre é, justamente, o caráter de excepcionalidade que ele dá a tal forma de trabalho. O trabalho livre é identificado como restrito a duas situações específicas, o que nos permite inferir que Varrão associa o trabalho nas *uillae*, ao menos *a priori*, com o trabalho escravo.

Menos explícito em sua tipologia, outro texto deste tipo, o tratado *Da Agricultura* (2.6) de Marco Pórcio Catão, afirma: “Que se dê de empreitada o que

³ Tradução de Trevizam, 2006. Texto original: *Omnes agri coluntur hominibus servis aut liberis aut utrisque: liberis, aut cum ipsi colunt, ut plerique pauperculi cum sua progenie, aut mercennariis, cum conducticiis liberorum operis res maiores, ut vindemias ac faenisicia, administrant, iique quos obaerarios nostri vocitarunt et etiam nunc sunt in Asia atque Aegypto et in Illyrico complures. De quibus universis hoc dico, gravia loca utilius esse mercennariis colere quam servis, et in salubribus quoque locis opera rustica maiora, ut sunt in condendis fructibus vindemiae aut messis.*

for preciso dar de empreitada. Que ordene e deixe por escrito os trabalhos que deseja que se façam e os que deseja que se deem de empreitada”.⁴ Ainda que ele não estipule uma distinção entre uso de trabalho escravo ou assalariado, parece claro ao longo do restante do tratado que quem deve realizar o primeiro grupo de trabalhos é o pessoal residente na *uilla*, que Catão designa inúmeras vezes ao longo do tratado pelo termo *familia*.

O termo *familia* é bastante polissêmico. Essencialmente, refere-se a um grupo de pessoas ligadas entre si pelo fato de estarem submetidas à *potestas* de um *pater familias*, seja por relações de parentesco, seja por relações de obrigações, independentemente de seu estatuto jurídico. Porém, ao mesmo tempo, tal termo é amplamente usado no mundo romano para se referir a um grupo de escravos pertencentes a um mesmo senhor.⁵ É neste segundo caso, aparentemente, que se enquadram a quase totalidade dos usos do termo por Catão (Dumont, 1999, p. 114). Esta interpretação é recorrente entre os tradutores: apesar de na tradução para o português, Matheus Trevizam optar frequentemente por uma tradução de *familia* mais literal, “os de casa”, a maioria dos tradutores interpretam *familia* como “escravos”, como Hooper e Ash, da Loeb Classical Library, e Goujard e Heurgon, da Les Belles Lettres – e mesmo Trevizam em algumas passagens.

Tanto em Catão quanto em Varrão vemos, portanto, uma tendência a associar o trabalho constante a ser realizado na propriedade com a escravaria. O trabalho realizado por livres assalariados ou empreitado tende a ser tratado como uma fonte complementar de trabalho. Por sua vez, o terceiro autor de tratados sobre o campo, Columela (*Rust.* 1.7.1-7), se refere a duas possibilidades de pessoas que podem desempenhar este trabalho constante da propriedade: escravos (*serui*) ou arrendatários (*coloni*). Ele deixa bem claro, portanto, que vislumbra o arrendamento de terras para camponeses livres como modelo alternativo a esta associação entre trabalho constante escravo e trabalho complementar externo (assalariado ou empreitado) que aparece como um modelo básico nos tratados sobre o campo. As cartas de Plínio, o jovem (7.30; 9.15, 36-37), nos dão exemplos bem ricos de como um membro da classe dominante romana lidava com os arrendamentos.

⁴ *Quae opus sint locato, locentur: quae opera fieri velit et quae locari velit, uti imperet et ea scripta relinquat.*

⁵ El Bouzidi, 1999, p. 63-65; Saller, 1987, p. 84.

Nem o trabalho escravo nem o trabalho de arrendatários pode ser, contudo, entendido como trabalho livre obtido em um mercado livre. Ambos são, na verdade, o oposto disso: meios de garantir formas estáveis de trabalho constante demandado pelas vastas propriedades de terra concentradas pela elite romana. A centralidade que escravidão e arrendamento parecem ter desempenhado como fontes de trabalho constante nas grandes propriedades serve justamente para mostrar os limites do livre mercado de trabalho livre na Roma antiga. Contudo, isso não significa que o assalariamento não tinha qualquer papel na obtenção de trabalho constante nas grandes propriedades fundiárias romanas. As propriedades no interior do Egito de um membro da elite imperial romana chamado Apiano, sobre a qual temos boas informações graças à descoberta de um conjunto de papiros com informações sobre sua administração, mostram justamente o oposto.

Dominic Rathbone (1991, p. 88-147), responsável pelo grande estudo deste arquivo, identifica a existência de duas categorias básicas de trabalhadores permanentes: *oiketais* e *metrematiaioi*. Rathbone argumenta que nenhum dos dois grupos deve ser confundido com a posição de escravos, e analisa com detalhe os pagamentos que estes trabalhadores recebiam, identificando-os como trabalhadores assalariados. Por outro lado, ele admite que ambos os tipos de trabalhadores permanentes responsáveis pelo trabalho constante nas propriedades possuíam algum tipo de forma de dependência pessoal com o *household* de Apiano. Isso mostra, a meu ver, mais uma vez que se fazia necessário criar formas diversas de relações pessoais para que o trabalho necessário por aqueles que acumulavam meios de produção fosse efetivamente realizado. Os trabalhadores não estavam submetidos à dupla liberdade para que o livre mercado de trabalho livre fosse capaz de suprir tal demanda por trabalho.

Os trechos de Catão e Varrão citados acima, ponto de partida para minha afirmação de que esse mercado de trabalho não era capaz de garantir o trabalho constante pelas propriedades rurais da elite, ao mesmo tempo deixam claro que alguns trabalhos da propriedade rural eram obtidos através de algum tipo de assalariamento ou algum tipo de relação mercantil para obtenção de trabalho. Varrão diz pouco sobre os livres que se assalariam nos “trabalhos maiores”, mas a própria tipologia já aponta que esse era o caso predominante para os trabalhos ocasionais ou complementares. Catão é bem mais generoso em referências a esses tipos de trabalho e seguir de perto essas menções pode nos dar excelentes

caminhos para entender como funcionava esse trabalho livre assalariado no mundo rural.

Quando fala da divisão entre trabalhos a se realizar e trabalhos a se empreitar, Catão não tipifica quais trabalhos fazer e quais empreitar. Porém, para a execução de três atividades específicas, ele explica as condições de empreitamento, de onde se pode depreender que ele pressupõe que estas atividades seriam realizadas por empreitada. As três atividades são a construção da sede, com certo detalhamento sobre a instalação do descaroador de azeitonas, a colheita da azeitona, e seu processamento para a fabricação do óleo de oliva.

Para a atividade de construção, os trechos do tratado de Catão (*Agr.* 14, 21.5) dão grande destaque à figura do *faber* (construtor). A relação de trabalho descrita nessas passagens parece consistir na contratação de uma espécie de mestre-de-ofício, um especialista (El Bouzid, 1995, p. 94), para a execução de uma tarefa específica e não-rotineira, como a construção de um edifício ou a instalação de um implemento produtivo. Isto é, estamos tratando aqui de trabalhos excepcionais, necessários em momentos pontuais, e não relações de produção que se repetiam com alguma periodicidade. A singularidade e importância destes trabalhos podem ser destacadas ao percebermos que esse é um dos poucos momentos em que Catão prevê uma relação direta entre o proprietário e um trabalhador. De maneira geral, no resto do tratado, sempre existem intermediários nesta relação, figuras de chefia como o *uilicus* (administrador da *uilla*) ou o *custos* (vigia, supervisor). Nestas atividades, aparentemente, o próprio senhor contrata e fiscaliza o trabalho.

Esse envolvimento direto do proprietário na supervisão do trabalho de construção, que se percebe no texto de Catão, talvez explique por que nos dois outros textos latinos de tipo similar, escritos por Varrão (*Rust.* 1.11-15) e Columela (*Rust.* 1.5.5-8, 6), não há menção a qualquer tipo de trabalhador envolvido na construção da *uilla*. A forma como os dois autores escrevem estes trechos de seus tratados dá a entender que é o próprio leitor do texto que irá realizar a construção – o que pode ser um indicativo de que o controle do proprietário sobre o processo é maior. Porém, não se deve perder de mente que ao longo dos três tratados, incluindo o de Catão, não é incomum uma espécie de recurso literário de fazer do leitor o agente das atividades através do uso da segunda pessoa do imperativo. É claro que não é o leitor, nem mesmo quando ele era realmente o proprietário de terras, que realizaria cada uma daquelas atividades, mas estamos aqui diante de

uma espécie de simulacro literário que faz os membros da elite romana se autorepresentarem como aqueles que realizam determinadas atividades valorizadas pelo “costume dos antepassados”, o *mos maiorum* (Reay, 2005). A própria predominância do trabalho escravo nestes tratados pode, em parte, ser associada com essa questão discursiva, posto que a concepção do que é um escravo na ideologia escravista é especialmente propícia a essa ideia de transformar os proprietários nos verdadeiros agentes das atividades produtivas realizadas em suas propriedades (Knust, 2017).

É preciso voltar aos papiros estudados por Rathbone para vislumbrar informações paralelas sobre a contratação de especialistas como o *faber* citado por Catão. É possível identificar nesses papiros, segundo Rathbone, alguns tipos de trabalhos especializados, incluindo construtores, ceramistas, carpinteiros, ferreiros e construtores de canais de irrigação, que eram contratados eventualmente (Rathbone, 1991, p. 166-174). No caso dos construtores de canais de irrigação (*potamitai*), Rathbone (*ibid.*, p. 166) identifica que se tratava de grupos itinerantes de trabalhadores especializados que visitavam diferentes propriedades de tempos em tempos para prestar seus serviços, um cenário bastante verossímil para toda a categoria de trabalhos especializados contratados eventualmente.

Para além da figura do *faber* em si, contudo, Catão também nos informa sobre os trabalhadores que auxiliarão o *faber*. Segundo a descrição catoniana do empreitamento da construção da sede da *uilla* e do descaroçador de azeitonas, o proprietário da *uilla* tinha que garantir todo o material necessário, sendo o *faber* responsável pela execução do trabalho. Não fica claro, porém, quem são e como são contratados os ajudantes (*adiutores*) a que Catão se refere. Seriam trabalhadores trazidos para o trabalho pelo *faber*, ou seriam trabalhadores “fornecidos” pelo senhor ao *faber*? A única coisa que Catão esclarece sobre eles é que o senhor é responsável pelo seu pagamento. Um sem número de cenários poderiam ser imaginados a partir disso: trabalhadores “livres” convocados pelo senhor na vizinhança da *uilla* para auxiliar um especialista contratado para realizar o trabalho excepcional necessário; ou este especialista trazendo sua equipe de ajudantes, mas o pagamento deste não sendo incluído no pagamento feito ao especialista – isto é, sendo pago “por fora” pelo senhor. E também podemos imaginar um cenário no qual esses ajudantes seriam escravos do especialista, e seu “pagamento” seria, na verdade, um preço a mais a ser pago ao

especialista, como espécie de aluguel dos escravos, que provavelmente repassaria alguma parte como pecúlio aos seus escravos-ajudantes. Por fim, não podemos descartar a possibilidade de o especialista ser, ele próprio, um escravo. Escravos com conhecimentos técnicos específicos trabalhando como escravos de ganho são bastante comuns no mundo romano, e acreditar que alguns deles pudessem habitar o mundo rural não é abusivo.

O trecho que poderia nos ajudar a estabelecer alguns desses cenários como mais prováveis é palco para sérios debates interpretativos. Catão (*Agr.* 14) afirma que “*ex signo manipretium erit*”, o cálculo do preço da mão-de-obra deveria ser feito *ex signo*. Na tradução para o português de Matheus Trevizam, segue-se a interpretação da edição da *Les Belles Lettres*, de Goujard: o cálculo depende das estações do ano. Uma série de conjecturas e reflexões pode ser feita ao adotarmos esta interpretação. A princípio, a tese de que os ajudantes vêm da vizinhança poderia parecer mais razoável: ajudantes ligados ao especialista, dedicados exclusivamente aos trabalhos especiais, não dependeriam tanto das estações do ano como trabalhadores agrícolas, residentes nas imediações da *uilla*; assim, o valor da mão-de-obra dependeria da sua disponibilidade, maior em certas estações, menor em outras, dependendo do calendário agrícola.

Na continuação desta passagem, contudo, Catão faz referência à variação de preços devido à insalubridade de certos locais, que impediriam o trabalho no verão, o que nos faz perceber que a variação de preços da mão-de-obra pode ter mais a ver com as condições do próprio trabalho determinados pelas condições climáticas das estações, do que com a variação da disponibilidade da mão-de-obra. E é interessante notar que Catão fala em um “bom senhor” variando o pagamento em determinadas condições, o que nos faz pensar na existência de algo identificável, mesmo que superficialmente, nos termos de uma “economia moral”, com certos ideais sobre o comportamento nas relações econômicas, derivados de determinados tipos de relações sociais entre as elites e as classes mais pobres, determinando os preços (cf. Thompson, 1998), e não na variação mercantil dos preços determinada pela oferta e demanda de trabalho. Existe mais uma questão, contudo. Na edição da *Loeb Classical Library*, Hooper e Ash interpretam o *ex signo* de maneira diferente. Esta tradução traz a ideia de que o cálculo do preço da mão-de-obra “depende de contas” (*depend upon the count*). Assim, é difícil tirar conclusões sobre quem são os ajudantes do especialista nestas passagens de Catão, e apenas com a análise de outros trechos do tratado e

a comparação com outras fontes podemos chegar a conclusões mais substanciais sobre eles.

Outro trabalho da *uilla* que Catão associa ao empreitamento é a colheita de azeitonas. Duas questões primordiais aparecem aqui. Primeiro, este empreitamento se refere a um trabalho rotineiro na *uilla*, que acontece sazonalmente, e não a um trabalho excepcional, como a construção da sede. Segundo, o empreitamento da atividade parece estar mais determinada pela necessidade de uma quantidade extra de trabalhadores, e não pela necessidade de um trabalho especializado inexistente na propriedade. Ou seja, enquanto o empreitamento ligado à figura do *faber* lida com a obtenção de um trabalho *excepcional* que não existe *qualitativamente* na *uilla* (mesmo que alguns desses trabalhos necessitem de quantidades consideráveis de mão-de-obra, o essencial na figura do *faber* é sua qualificação especial), o empreitamento da colheita lida com a obtenção de um trabalho *sazonal* que não existe *quantitativamente* na *uilla*.

Na descrição de Catão, a colheita é empreitada a um contratado (*redemptoris*) que deve fornecer os trabalhadores: Catão fala em cinquenta homens, sendo dois terços apanhadores, aqueles que apanham as azeitonas nos pés. Outro tipo de trabalhador citado é o catador, que cata as azeitonas caídas. Todo este trabalho é supervisionado por um vigia (*custos*), que provavelmente é um trabalhador residente da *uilla* que desempenha a importante função de fiscalizador da realização do trabalho em nome do senhor absenteísta.

Nesta passagem, o proprietário se envolve, na verdade, em duas relações: com o contratado, a quem deve pagar o custo do empreitamento (*locatum*), e com os trabalhadores, a quem deve pagar o custo da contratação (*conductum*). A lista feita por Catão sobre as obrigações a serem cumpridas pelas pessoas envolvidas nesta atividade, em que consiste a maior parte do capítulo sobre o tema, reflete essa dupla relação: algumas se referem aos trabalhadores, outras ao contratado, enquanto outras aparentemente se referem a ambos.

A relação entre contratado e senhor envolve o estabelecimento de certos termos estipulados ou mediados por um terceiro, chamado no tratado de L. Mânlio, fórmula romana correspondente ao nosso “fulano de tal” (cf. Trevizam, 2006, p. 399 n. 110), ou identificado como um homem de bem (*uir boni*). Entre os termos mediados estão as cauções que o contratado deve dar como garantia contra possíveis prejuízos à propriedade do senhor e os valores descontados do

pagamento em caso de algum prejuízo causado. Sendo assim, as preocupações identificáveis neste capítulo, com relação ao contratado, se referem ao ressarcimento por possíveis danos e, também, ao fornecimento dos trabalhadores. Percebe-se que Catão, enquanto proprietário de *uillae*, via-se em uma situação arriscada ao empreitar a colheita de azeitona, e buscava cercar-se de garantias que evitassem prejuízos. E este problema não se refletia apenas na relação com o contratado, a maior preocupação identificável na relação com os trabalhadores é evitar o desvio de azeitonas colhidas.

Se no empreitamento das construções o enigma maior se refere aos trabalhadores, já que a figura do *faber* pode ser identificada com uma espécie de mestre-de-ofício, no empreitamento da colheita de azeitonas o enigma é duplo: continuamos no escuro quanto aos trabalhadores e nada sabemos, dessa vez, sobre o contratado. Ou melhor, sabemos algo importante e que deve ser nossa pista inicial (não só por ser nossa única, mas também por ser uma boa pista): o contratado é uma pessoa com certa capacidade de mobilizar trabalhadores. Só isto torna compreensível o fato de o senhor recorrer a este contratado ao invés de obter por si próprio os trabalhadores – sem excetuar a possibilidade de que isso ocorresse; como veremos, o proprietário poderia ele próprio contratar trabalhadores sem essa intermediação do empreitamento. O *uilius* ou outra figura intermediária do proprietário poderia, por exemplo, obter trabalhadores em locais em que pessoas que se ofereciam para contratações diárias de trabalho se aglomeravam, como o *kolonos misthios* de Atenas (ver Fuks, 1951) e aquele citado no Evangelho de Mateus (20:1-6; com Zuiderhoek, 2013, p. 35). Contudo, esse não é o caso descrito nesta passagem que tentamos entender.

Que pessoas poderiam ter o poder de mobilizar números razoáveis de trabalhadores no mundo rural italiano do século II a.C., quando Catão escreveu este texto? Poderíamos pensar em outros grandes proprietários de terras e escravos, que tivessem suas *uillae* nas proximidades e que tomassem por empreitada a colheita de seus pares utilizando sua escravaria. Porém, isso só seria possível em duas situações: um senhor com uma vasta escravaria, que pudesse dar conta de outras propriedades além da sua própria em uma época de grande demanda de trabalho, a colheita das azeitonas; ou em situações muito específicas que causassem a coincidência de momentos de carência de trabalho em algumas propriedades enquanto outras experimentassem sobressalência de trabalho. Este cenário poderia ocorrer caso propriedades próximas estivessem sujeitas a climas

um pouco diferentes (por exemplo, uma propriedade nas montanhas terá sua colheita de determinado produto em um momento diferente da colheita do mesmo produto em uma propriedade nos vales e planícies), ou que tivessem produções diferentes, com colheitas em épocas distintas do ano. Podemos pensar, também, em grandes proprietários de escravos que não os utilizassem em suas propriedades e os “investissem”, justamente, no empreitamento de colheitas de grandes propriedades. Porém, este é um empreendimento que, novamente, depende da coincidência de momentos de carência de trabalho em determinadas propriedades com momentos de trabalho excedente em outras, pois só assim a “tropa de escravos” garantiria rendimentos estáveis ao seu proprietário, e não meramente sazonais, tornando-se prejuízo no resto do ano agrícola.

Contudo, como visto na passagem de Varrão sobre os trabalhadores livres, estes eram usados em momentos de “trabalhos maiores”. Sendo assim, é razoável que busquemos entre estes os trabalhadores da colheita de azeitona da *De Agri Cultura*. Um grande proprietário ou comerciante, ou alguém com recursos sociais e econômicos para mobilizar trabalhadores livres que migrassem sazonalmente atrás de trabalho são uma possibilidade aqui. Suetônio (*Vesp.* 1) conta que alguns autores acreditavam que o pai do imperador Vespasiano tinha desempenhado um papel que ele trata como de baixo *status*, mais comum: contratar trabalhadores anualmente na Úmbria para levá-los para o cultivo dos campos na Sabina.

Poderíamos pensar também em moradores de cidades próximas às *uillae*, que fossem mobilizados para o trabalho agrícola de tempos em tempos. Os inúmeros achados de ferramentas agrícolas nas residências dentro dos muros de Pompéia nos indicam que a população urbana não era tão apartada do mundo rural como poderíamos imaginar (Garnsey, 1980, p. 42), sendo uma população que conhecia, em uma proporção considerável, o trabalho agrícola. Esses cidadãos poderiam ser mobilizados para o trabalho nas *uillae* a partir das redes clientelares dos grandes proprietários, sendo que o tal “contratado” poderia ser algum dos clientes mais influentes e relevantes do senhor, que tivesse a capacidade de lhe garantir acesso a um número considerável de trabalhadores. Porém, com exceção das regiões mais próximas a Roma, dificilmente os centros urbanos teriam condições de garantir sozinhos os trabalhadores sazonais necessários para a agricultura italiana (Rathbone, 1981, p. 15).

Podemos, então, nos voltar para os camponeses que viviam na vizinhança da *uilla*. A ideia de que o campesinato desempenhava um importante papel como trabalho sazonal nas *uillae* ganhou muita força na historiografia, no contexto da crítica da tese tradicional de crise do campesinato. Esta ideia fundamenta-se no pressuposto de que os cultivos praticados pelos camponeses diferiam daqueles praticados nas *uillae*, o que permitiria a coincidência entre carência de trabalho nas *uillae* e sobressalência do trabalho nas propriedades camponesas.

Este pressuposto certamente é exagerado: a viticultura e a olivicultura, atividades centrais das *uillae*, eram praticadas pelos pequenos camponeses, e, portanto, nos momentos de grande necessidade de trabalho nas *uillae*, provavelmente havia certa “competição” pelo trabalho camponês entre estas e as próprias terras camponesas (Erdkamp, 1999, p. 569). Porém, alguns elementos talvez nos permitam imaginar que os camponeses realmente deixavam suas terras para ir participar dos “trabalhos maiores”, usando o termo de Varrão, nas *uillae*. O primeiro deles é que, se praticavam os mesmos cultivos que os grandes proprietários, os camponeses certamente o faziam em menor escala. Assim, é provável que eles fossem capazes de terminar o trabalho necessário em suas propriedades a tempo de participarem dos mesmos nas *uillae*, especialmente em situações de grande “excesso” de força de trabalho na propriedade camponesa, situação a qual famílias camponesas estão sempre suscetíveis a depender do ciclo de vida familiar (Rosenstein, 2004, capítulo 3).

Outro ponto, relacionado ao anterior, é que as propriedades camponesas provavelmente tinham uma concentração de cultivos em certas especialidades menor do que as *uillae*, o que facilitava a ocorrência desta “coincidência” entre excesso de trabalho nas propriedades camponesas e carência nas *uillae*. E, mais importante, é provável que os camponeses se vissem forçados pelas circunstâncias a planejar seus cultivos tendo como objetivo consciente causar tal coincidência: seja porque o trabalho nas propriedades da elite servia ao princípio de diversificação de fontes de subsistência, que, era uma estratégia fundamental de minimização de riscos para o campesinato mediterrânico (Horden e Purcell, 2000, capítulos 4 e 5); seja porque o trabalho nas *uillae* era importante como principal forma de obter moeda para pagar tributos, obrigações fundiárias ou

adquirir certos produtos que fossem possíveis somente em espécie;⁶ ou ainda porque esses camponeses não eram tão independentes, como costumamos imaginá-los – de alguma maneira, como pela pressão de dívidas,⁷ estes camponeses poderiam ser obrigados pelos proprietários das *uillae* a trabalhar em suas terras nesses momentos de grande necessidade de trabalho.

Dito isto, voltemos ao nosso enigma: quem poderia ter o poder de mobilizar trabalhadores que lhe permitisse desempenhar a função de contratado para realizar a colheita das azeitonas como descrita no *De Agri Cultura*? O chefe de uma família camponesa não teria o controle sobre números tão grandes de trabalhadores a que faz menção Catão. Então, nos restariam figuras de destaque no nível da comunidade local, como chefes de clãs em locais em que as famílias se organizassem em sistemas estendidos de parentesco, chefes de famílias camponesas mais poderosas localmente, que pudessem estabelecer relações de patronato com os camponeses mais pobres, ou outras figuras de prestígio dentro da comunidade camponesa local.

Ainda nos resta, entre as situações de empreitamento de trabalhos citados diretamente por Catão, analisar o processamento das azeitonas. Esta atividade, por um lado, se assemelha ao empreitamento das construções, pois requer certos conhecimentos específicos. Por outro lado, porém, ela se assemelha ao empreitamento da colheita de azeitona por ser uma atividade recorrente da propriedade. Ao percebermos que no capítulo anterior do tratado, que trata do empreitamento da colheita, existe referência a prensagem das azeitonas, é razoável imaginar que Catão pensa em um mesmo contratado para as duas atividades.

Todo o capítulo trata das obrigações do contratado, não listando qualquer obrigação do senhor. Entre essas obrigações estão fornecer equipamentos e trabalhadores. Quanto a estes, repetem-se os dois termos usados para o acesso a trabalho, contratar (*operarii conducti*) e empreitamento (*facienda locata*). O pagamento destes trabalhadores, porém, é incumbência do contratado, diferentemente do que parece ocorrer nos dois casos anteriores –

⁶ Rathbone, 1981, p. 19; Garnsey, 1988, p. 56. Sobre a importância do acesso a relações de trabalho monetarizadas para o campesinato, ver Osborne, 2012.

⁷ Sobre a importância do endividamento dos livres pobres com os grandes proprietários, ver Dyson, 1992, p. 43, 134.

apenas no caso do contratado não realizar o pagamento deve o senhor fazê-lo, abatendo este gasto nos pagamentos devidos ao contratado.

Quanto aos equipamentos, a princípio, é curioso que Catão indique seu fornecimento como obrigação do contratado. Ao longo de seu tratado, existem inúmeras referências à posse desses equipamentos pelo proprietário, tanto pela menção à sua instalação, quanto à sua compra. Além disso, o controle sobre esses implementos produtivos poderia ser um elemento importante para o controle do senhor sobre o trabalho dos produtores diretos, sendo, inclusive, possível imaginar que estes equipamentos fossem importantes não apenas para as relações de produção próprias da *uilla* como para as relações com pequenos proprietários vizinhos. Os que entre estes praticassem a olivicultura poderiam depender dos proprietários de *uillae* próximas para processar sua produção, criando, assim, laços de dependência importantes para os grandes proprietários. Diante de tudo isso, nos parece importante que Catão indique que este fornecimento de equipamentos pelo contratado só é realizado *quando necessário*. Assim, é razoável imaginar que o padrão fosse o controle destes implementos pelos grandes proprietários, existindo, porém, exceções a tal padrão, nos quais se tornava necessário o acesso a tais implementos de outra maneira, sob responsabilidade do contratado. Por fim, é importante ressaltar que novamente existe uma preocupação perceptível quanto aos prejuízos que poderiam ser causados tanto pelo contratado como pelos trabalhadores. Também se repete nesta passagem a importância da figura do *custos* (vigia), que fiscalizava a execução do trabalho em nome do senhor.

Estes três modelos de empreitamento de determinadas atividades não encerram, contudo, tudo que podemos aprender sobre o trabalho complementar a partir do tratado de Catão. Contratos para a venda da colheita de uva e azeitona também nos informam sobre este tema. Nos capítulos dedicados a isso (*Cato Agr.* 146), a figura do contratado (*redemptoris*) é substituída pela do comprador (*emptor*), que garante o contrato com o proprietário através de um leilão. O comprador é o responsável pela colheita e pelo processamento das azeitonas, assim como das uvas, sendo que poderia, ou não, repassar trabalhos a terceiros por empreitamento. Estes trabalhadores deveriam ser pagos pelo comprador, mas caso isto não ocorresse o proprietário poderia pagar os trabalhadores e cobrar a dívida do comprador. O proprietário fornecia boa parte dos implementos produtivos (com os quais Catão demonstra preocupação com possíveis prejuízos),

mas o comprador também deveria levar algumas coisas para a propriedade, que são citadas por Catão como garantia contra o não-pagamento pela produção.

Aparentemente, as relações sociais de produção não variam muito nesta modalidade: as possibilidades para a obtenção de trabalho parecem ser as mesmas (o empreitamento ou a contratação de trabalhadores). A grande diferença é que o interessado nestas questões passa a ser o comprador, mais do que o proprietário. O contratado definirá se o trabalho será obtido por empreitamento ou por contratação direta, e é ainda a ele a quem dirá respeito os problemas da colheita e do processamento. É significativo que não apareça, nestas passagens, a figura do *custos* (vigia) ou de qualquer outra figura responsável pela fiscalização do trabalho em nome do proprietário.

Catão fala, para além do empreitamento, no arrendamento de determinados trabalhos. Em dois casos, a queima da cal e o “último amanho à terra” (preparo da terra para o cultivo), ele usa o termo *partiarius*, para se referir ao trabalhador. Apesar disso, as duas atividades são bastante diferentes e as relações definidas são distintas para os dois casos. A única coisa em comum seria a repartição do produto do trabalho entre proprietário e trabalhador. No caso da queima da cal, a questão central parece ser a divisão entre os dois do fornecimento de tudo que é necessário para a realização do trabalho. No caso da preparação da terra para o cultivo, o trabalhador (*politor*) é responsável por certas atividades e em troca recebe uma quantidade dos grãos produzidos. Caso tais grãos precisem ser moídos nos moinhos do proprietário, o trabalhador precisa “dar ao moinho” o proporcional ao que receber por seu trabalho, uma típica cobrança senhorial possibilitada pelo controle sobre certos meios de produção – como no caso mais conhecido das “banalidades” do mundo feudal.

Além das passagens sobre o *partiarius*, o arrendamento aparece na criação dos rebanhos (Cato *Agr.* 150). Em uma curta passagem, a pessoa que “arrenda” a criação de rebanhos recebe três denominações (todas traduzidas por Trevizam como “arrendatário”): *coactor*, *emptor* e *conductor*. Analisando os três termos e as condições nas quais a relação é definida por Catão, acreditamos que ela se aproxime da “venda no pé” de azeitonas e uvas, isto é, trata-se de um contrato de compra que envolve relações de trabalho. O arrendatário (*coactor*, *conductor*) é citado também como comprador e precisa fornecer trabalhadores para a criação de animais. Não existe referência a pagamentos por parte do arrendatário/comprador em dinheiro, mas no final do capítulo Catão se refere à

necessidade de caução ou pagamento, o que indica que talvez houvesse pagamentos em espécie. Além disso, essa passagem nos indica que o trabalhador citado nesta relação era um escravo do arrendatário, já que ele é tomado como penhor até o pagamento – ou seja, ele é uma propriedade do arrendatário/comprador.

Isso pode ser um indício de que outros trabalhadores que aparecem nestes modelos de contratos apresentados por Catão em seu tratado também fossem escravos dos diversos tipos de contratantes. Contudo, existem bons motivos para imaginar que os camponeses da vizinhança desempenhavam papel importante no trabalho complementar das propriedades da elite romana. Rathbone (1991, capítulos 4-5) identifica nas anotações sobre a administração da propriedade de Apiano no Egito uma série de relações de trabalho reguladas por contratações e empreitadas similares a que se percebe aqui nestes trechos de Catão. Existem limites sobre o que é possível saber sobre essas pessoas, mas as informações possíveis de serem identificadas apontam na direção de a grande maioria ser parte de famílias de camponeses pobres que vivem na comunidade onde as propriedades estavam localizadas.

Catão (*Agr.* 4.1) mesmo nos dá informações nessa direção quando tratada da relação com a vizinhança:

Seja bom para teus vizinhos; não permitas que os de casa lhes façam mal. Se a vizinhança conviver contigo de bom grado, venderás o que te pertence com maior facilidade, darás de empreitada com maior facilidade e contratarás trabalhadores com maior facilidade; se construíres, contribuirão com trabalho, animais de carga e material para a construção; se algo acontecer (oxalá nada aconteça), irão proteger-te de boa vontade.⁸

Catão dá um conselho (“Seja bom para seus vizinhos”), mostra como fazer isso (“não permitir que os trabalhadores da *uilla* lhe façam mal”) e enumera cinco objetivos de agir assim. Destes cinco, três tem a ver com relações de trabalho. Segundo Catão, tratar bem os vizinhos facilitaria o empreitamento de

⁸ *Vicinis bonus esto; familiam ne siveris peccare. Si te libenter vicinitas videbit, facilius tua vendes, opera facilius locabis, operarios facilius conduces; si aedificabis, operis, iumentis, materie adiuvabunt: siquid bona salute usus venerit, benigne defendent.*

atividades (*opera facilius locabis*), a contratação de trabalhadores (*operarios facilius conduces*) e o acesso a trabalho (humano ou animal) e materiais em momentos de construções, que deviam ser momentos de grande necessidade de mão-de-obra.

A distinção entre empreitar atividades e contratar trabalhadores, aparentemente, reflete a distinção que existe no Direito Romano entre *locatio conductio operis* e *locatio conductio operarium*. Na primeira situação, o contrato entre duas partes versa sobre o produto de um trabalho (*opus*), enquanto na segunda trata-se da atividade laboral, da energia despendida em uma atividade, da jornada de trabalho (*operae*) de um trabalhador (*operario*), que se torna um “assalariado” (*mercenarius*).⁹ A primeira situação é exemplificada, no tratado catoniano, pela relação entre proprietário e contratados nas passagens analisadas acima que se referem ao empreitamento de atividades. Já a segunda, acredito que possa ser exemplificada pela própria relação com os trabalhadores envolvidos nessas atividades e também por contratações diretas de trabalhadores pelo proprietário, como são indicadas em uma curta passagem do capítulo que lista as obrigações do encarregado pela propriedade (*uilicus*): “Não tome por tempo maior do que um dia o mesmo trabalhador, jornaleiro e o que dá o último amanho à terra” (*Cato Agr. 5.4*).¹⁰

Porém, as relações de trabalho são apenas uma parte do conjunto das relações sociais da *uilla* com a vizinhança. Os outros dois objetivos de se ter uma boa relação com os vizinhos também são significativos: vender facilmente aquilo que o senhor pretende vender; e, em eventuais momentos de perigo, que os vizinhos venham em seu socorro. Isto mostra que a vizinhança não é só o local de obtenção de trabalho, mas um importante local para a circulação da produção da *uilla*, como já vimos, e para o estabelecimento de relações de clientela importantes para a expansão do poder do proprietário da *uilla*. Tais relações de clientela serviam, para o campesinato, como espécie de diversificação de estratégias para diminuição dos riscos (Garnsey, 1988, p. 58-63), que como dissemos (ver p. 181 *supra*), Horden e Purcell identificam como um elemento básico da agricultura mediterrânea.

⁹ El Bouzidi, 1997, p. 139-142; de Ste. Croix, 1981, p. 198-199.

¹⁰ *Operarium, mercennarium, politorem diutius eundem ne habeat die.*

Esta relação ativa com a vizinhança que identificamos em Catão não se repete no texto de Varrão. Em duas passagens (*Rust.* 1.8.2, 15.1) a vizinhança é citada meramente como fontes de problemas para a *uilla*. No capítulo dedicado especificamente à vizinhança (*Rust.* 1.16), a vizinhança continua sendo tratada mais como um obstáculo aos proventos da *uilla* do que um *locus* para importantes relações sociais. A vizinhança aparece, sobretudo, como um local perigoso, de onde saem bandidos que impedem que uma terra fértil se converta em uma propriedade proveitosa para seu senhor, ou que cultivam produções danosas às produções da *uilla* em regiões contíguas.

Porém, este capítulo apresenta, pela única vez na *De Re Rustica*, relações vistas como positivas com a vizinhança. Quando existem povoados (*uici*), cidades (*oppida*) ou lavoras prósperas e com *uillae* ricas (*divitum copiosi agri ac villae*) na vizinhança, poder-se-ia obter destas coisas necessárias à propriedade a bons preços e também vender aquilo que fosse excedente na *uilla*. Além disso, tal proximidade também era importante para a obtenção de trabalhos excepcionais de certos tipos de trabalhadores, como médicos, pisoeiros e artesãos – uma realidade que se aproxima das relações com o *faber*, como descrita por Catão. Obter estes trabalhos desta forma era interessante, segundo Varrão, para evitar que escravos comprados para exercer tais funções morressem, levando consigo todo o investimento feito na compra. Porém, Varrão logo pondera que senhores com grandes propriedades de terras muitas vezes mantinham escravos para exercer estas atividades. Mais uma vez o trabalho “livre” aparece no tratado de Varrão como uma excepcionalidade que precisa ser explicada.

As relações sociais com a vizinhança têm papel fundamental, portanto, na construção das redes pelas quais as contratações de trabalho, entre outras necessidades, serão realizadas. Arjen Zuiderhoek (2013, p. 42-46), atento ao fato de que um livre mercado de trabalho não existe na Roma antiga, apresentou algumas possibilidades de instituições que poderiam funcionar como canais ou mecanismos de alocação de trabalho. Tendo o mundo urbano como foco de atenção, ele lista o *oikos*, o *collegium* e a própria cidade-Estado como instituições fundamentais para organizar a alocação de trabalho neste mundo. Acredito que para o mundo rural as relações de patronato, vizinhança e amizade estabelecidas entre os proprietários, seus legados nas regiões e as comunidades camponeses existentes ali tinham o papel central neste assunto.

Uma consequência fundamental, e que tem repercussões em nossas análises da economia antiga, é que essas relações que desempenham o papel de vetores de integração econômica e, especificamente neste caso, de alocação de trabalho, podem organizar e ensejar relações mercantis, mas não são em si instituições mercantis. Isso é um exemplo concreto da concepção fundamental na obra de Polanyi de que a economia se realiza incrustada em outras esferas da vida quando tratamos de realidades anteriores ao desenvolvimento da economia de mercado. Essas relações estabelecidas com a vizinhança e que constroem canais institucionais por onde se desenrolam essas relações mercantis constroem outros tantos tipos de relações.

Quando Cícero (*Mil.* 20.53) discursou em defesa de Milão, acusado de assassinar seu rival Clódio em uma emboscada na Via Apia, nos subúrbios de Roma, ele afirma que Milão nunca escolheria emboscar Clódio justamente naquela localidade. Segundo Cícero, aquela era uma região nas imediações de uma propriedade rural de Clódio, e, portanto, ele facilmente seria capaz de mobilizar mil homens para defendê-lo. Clódio seria capaz de mobilizar esses mil homens para realizar trabalhos complementares assalariadamente em sua propriedade? Acredito que sim, que, como Catão mais de um século antes havia preconizado, boas relações com a vizinhança eram importantes para sua defesa, caso algo lhe acontecesse, como para contratar e empreitar trabalhos.

Artigo recebido em 24.05.2019; aprovado em 17.06.2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banaji, Jairus. *Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation*. Leiden: Brill, 2010.

de Ste. Croix, Geoffrey Ernest Maurice. *The Class Struggle in the Ancient Greek World. From the Archaic Age to the Arab Conquests*. Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press, 1981.

Dumont, Jean Christian. La Villa Esclavagiste? *Topoi*, vol. 9, n. 1, 1999, p. 113-127.

Dyson, Stephen. *Community and Society in Roman Italy*. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 1992.

Edward P. Thompson. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

El Bouzid, Saïd. La Notion du Mercantilisme Consensuel dans las *Leges Privatae* chez Catón. *Dialogues d'Historie Ancienne*, vol. 21, n. 2, 1995, p. 87-104.

_____. Le Vocabulaire de la Main-d'Oeuvre Dépendante dans le *De Agricultura*: Pluralité et Ambiguïté. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, vol. 25, n. 1, 1999, p. 57-80.

_____. Place et Role de la Main-d'Oeuvre Libre dans l'Économie Rurale à la Fin de la République Romaine. *Gerion*, vol. 15, 1997, p. 133-150.

Erdkamp, Paul. Agriculture, Underemployment, and the Cost of Rural Labour in the Roman World. *The Classical Quarterly* (New Series), vol. 49, n. 2, 1999, p. 556-572.

Fuks, Alexander. *Kolonos Misthios*: Labour Exchange in Classical Athens. *Eranos*, vol. 49, 1951, p. 171-173.

MacGaw, Carlos Garcia. Capitalismo Romano, Modernismo e Marxismo. A Propósito de Algumas Ideias de Jairus Banaji sobre o trabalho Assalariado. *História e Luta de Classes*, vol. 14, 2012, p. 23-27.

Garnsey, Peter. Non-Slave Labour in the Roman World. In: _____. (org.). *Non-Slave Labour in the Greco-Roman World*. Cambridge: Cambridge Philological Society, 1980, p.134-150.

Garnsey, Peter. *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Horden, Peregrine; Purcell, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.

Knust, José Ernesto Moura. Economia Antiga e “Racionalidade Limitada”: Uma Crítica ao Uso de Modelos Neomodernistas. *Revista Cantareira*, vol. 25, 2016, 214-229.

_____. Entre a Literatura Agrária Latina e a Economia Rural Romana: Elementos Discursivos e Aspectos Econômicos em Catão e Varrão. *ALÉTHEIA - Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, vol. 1, 2017, p. 105-122.

_____. Um Passado Romano para Um Presente Capitalista: A Economia Romana em Dois Séculos de História Econômica. *História e Luta de Classes*, vol 14, 2012, p. 18-22.

Marx, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume 1, Tomo 2. São Paulo: Abril (coleção “Os Economistas”), 1984.

Osborne, Robin. Pride and Prejudice, Sense and Subsistence: Exchange and Society in the Greek City. In: Scheidel, Walter; Von Renden, Sitta (eds.) *The Ancient Economy*. London: Routledge, 2012, p. 119-145.

Polanyi, Karl. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

_____. *A Ilusão da Economia*. Lisboa: Editora João Sá da Costa, 1997.

Rathbone, Dominic. The Development of Agriculture in the “Ager Cosanus” during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation. *The Journal of Roman Studies*, vol. 71, 1981, p 10-23.

_____. *Economic Rationalism and Rural Society in Third-Century AD Egypt*. The Heroninos Archive and the Appianus Estate. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Reay, Brendon. Agriculture, Writing, and Cato’s Aristocratic Self-Fashioning. *Classical Antiquity*, vol. 24, n. 2, 2005, p. 331-361.

Rosenstein, Nathan Stewart. *Rome at War: Farms, Families, and Death in the Middle Republic*. Chapel Hill; London: University of North Carolina Press, 2004.

Saller, Richard. Slavery and the Roman Family. In: Finley, Moses (ed.) *Classical Slavery*. Londres e Portland: Frank Cass, 1987, p. 65-87.

Temin, Peter. *The Roman Market Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

Trevizam, Matheus. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Tese de Doutorado, Letras Clássicas, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

Zuiderhoek, Arjan. Workers of the Ancient World: Analyzing Labour in Classical Antiquity. *Workers of the World*, vol. 1, n. 3, 2013, p. 32-48.

WILLIAM L. WESTERMANN ENTRE O ANTIQUARIANISMO E A HISTÓRIA COMPARADA DA ESCRAVIDÃO: UMA RELEITURA DE *THE SLAVE SYSTEMS OF GREEK AND ROMAN ANTIQUITY*

Fábio Duarte Joly¹

RESUMO: O livro de William L. Westermann, *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, publicado em 1955, é até hoje uma referência para o estudo da escravidão antiga. No entanto, este livro é frequentemente criticado por sua estrutura antiquária e, portanto, pela falta de qualquer abordagem teórica sobre a escravidão no mundo antigo. Esse ponto de vista foi enfatizado principalmente por Moses Finley, com sua obra *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980), e tornou-se, desde então, um certo consenso na historiografia da escravidão. Este artigo argumenta que tal abordagem negligencia o lugar do livro de Westermann nos debates sobre a história comparada da escravidão que ocorreram nos Estados Unidos durante a segunda metade do século XX. Existem semelhanças entre a tese de Frank Tannenbaum sobre os diferentes níveis de severidade nos sistemas escravistas nas Américas, apresentados em seu *Slave and Citizen* (1946), e a visão de Westermann acerca dos antigos sistemas escravistas. Essa semelhança é compreensível se levarmos em conta que ambos participaram de seminários sobre a história do trabalho e da escravidão na Universidade de Columbia.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão Antiga; História Comparada; William L. Westermann; Frank Tannenbaum.

ABSTRACT: William L. Westermann's *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, published in 1955, is until today a reference guide to the study of ancient slavery. However, this book is often criticized for its antiquarian structure and, therefore, for a lack of any theoretical approach to slavery in the ancient world. This viewpoint was mainly stressed by Moses Finley, in his *Ancient Slavery and Modern Ideology* (1980), and became since then a kind of consensus in the historiography of slavery. This paper argues that such approach neglects the place of Westermann's book in the debates on the comparative history of slavery that took place in the United States during the second half of the 20th century. There are similarities between Frank Tannenbaum's thesis of the different levels of severity in the slave systems in the Americas, presented in his *Slave and Citizen* (1946), and Westermann's view of ancient slave systems. This

¹ Universidade Federal de Ouro Preto / Instituto de Ciência Humanas e Sociais / Departamento de História, Ouro Preto, Brasil. Este artigo foi financiado pelo CNPq, Bolsa de Produtividade 2, processo 302869/2015-8. E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br

similarity is quite understandable if we take into account that both scholars participated in seminars on the history of labor and slavery at Columbia University.

KEYWORDS: Ancient slavery; Comparative History; William L. Westermann; Frank Tannenbaum.

1. *Westermann e a Recepção de The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*

William Linn Westermann (1873-1954) foi uma figura importante na formação da disciplina de História Antiga nos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX.² Natural de Illinois, entre 1904 e 1948 passou por cinco universidades (Missouri, entre 1904 e 1906; Minnesota, de 1906 a 1908; Wisconsin, de 1908 a 1920; Cornell, de 1920 a 1923, e Columbia).³ Na Universidade de Columbia, lecionou de 1923 a 1948, e, em 1944, chegou a presidir a American Historical Association. Ao se aposentar, conseguiu colocar como seu sucessor, em 1952, Elias Bickerman (1897-1981), historiador nascido na Ucrânia, aluno de Michael Rostovtzeff em São Petersburgo, e cujos estudos desdobraram-se em Berlim, até seu exílio na França e posterior ida aos Estados Unidos, com a ascensão do nazismo.⁴ A influência de Westermann nas nomeações acadêmicas em Columbia é, aliás, um ponto recorrente quando se menciona seu nome, e nem sempre de maneira elogiosa.⁵

Westermann tinha um forte vínculo com a *Altertumswissenschaft* alemã, o que conferiu os rumos de sua produção acadêmica. Em 1902, na Universidade

² Sobre a carreira de Westermann, e seu impacto no ambiente acadêmico nos Estados Unidos, ver Bowersock, 2000 (agradeço ao professor Glen Bowersock pela gentileza de me disponibilizar o texto de sua conferência, proferida em Madison, Wisconsin, em 05 de maio de 2000, e não publicada) e Hannan, 2008, p. 706-707.

³ Quando professor de História Antiga na Universidade de Wisconsin, Westermann serviu como membro da delegação norte-americana na Conferência de Paz de Paris em 1919, quando se discutiu a situação dos países derrotados na Primeira Guerra Mundial. Ele foi nomeado como um “especialista em Ásia ocidental” (Cooper Jr., 2006). O também historiador Arnold J. Toynbee atuou nessa Conferência, como parte da delegação britânica, e deixou registrada uma impressão positiva de Westermann (Toynbee, 1967, p. 198-207).

⁴ Para uma breve biografia de Bickerman, ver Smith, 1983.

⁵ A escolha de Bickerman é criticada por Bowersock (2000, p. 9-10), para quem Westermann errou ao não escolher um sucessor entre seus próprios e capazes alunos, dentre eles, Moses Finley, Naphtali Lewis e Meyer Reinhold, inclusive dificultando suas carreiras acadêmicas. Ver também, a esse respeito, Tompkins, 2013. As ponderações de William Abbott Oldfather sobre os docentes do Departamento de Estudos Clássicos em Columbia, em 1938, dão uma ideia de como a influência de Westermann era forte na universidade. Para Oldfather, “permitir que um homem de tal temperamento dominador e total falta de interesses culturais controle todo o futuro dos Estudos Clássicos, cujos valores são certamente culturais, se é que possuem quaisquer valores, é como que uma tragédia” (*apud* Calder III, 1993, p. 370-371).

de Berlim, obteve seu doutorado com uma tese sobre as referências a Hipócrates em Galeno (*De Hippocratis in Galeno memoria quaestiones*), sob a supervisão de Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff e Hermann Diels. Em 1912, durante um período sabático, tomou contato em Berlim, por meio de Ulrich Wilcken, com a papirologia, disciplina que viria a introduzir nos Estados Unidos, promovendo a aquisição de coleções de papiros para as universidades de Wisconsin, Cornell e Columbia. A papirologia inclusive aproximou Westermann de Rostovtzeff, quando este se transferiu para Yale em 1925 – após uma passagem por Wisconsin –, ainda que, como sugere Bowersock (2000, p. 6), “a figura imponente do polímata russo parece ter gradualmente intimidado Westermann”.⁶ Foi, contudo, Rostovtzeff quem indicou Westermann a Wilhelm Kroll para escrever o longo verbete *Sklaverei* na prestigiosa *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, publicado em 1935. Este seria a base para seu *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, publicado postumamente em 1955 e dedicado a Rostovtzeff. A filiação à historiografia alemã marca igualmente essa obra: seu apreço pelo historiador Eduard Meyer – e seu ensaio sobre a escravidão na Antiguidade, de 1898 – abre tanto a versão alemã quanto o livro, embora neste esteja mais nuançado.⁷

The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity é ainda uma referência frequente nos estudos sobre escravidão antiga. Todavia, a avaliação geral sobre essa obra pende mais para o lado negativo do que positivo. O historiador foi reconhecido por sua capacidade de reunir um vasto material sobre a escravidão na Antiguidade grega e romana, abarcando evidências literárias, epigráficas e papirológicas. Nesse sentido, teria superado Henri Wallon, autor daquela que, até então, era a principal grande síntese sobre o tema, a *Histoire de l'Esclavage dans l'Antiquité*, de 1847. Entretanto, se foi elogiado por abandonar o viés moralista de Wallon, que atribuía ao Cristianismo o declínio da escravidão antiga,

⁶ Brent Shaw (1992, p. 217) lembra “o papel crucial que Westermann desempenhou ao trazer Rostovtzeff à atenção de potenciais empregadores americanos, não menos porque as opiniões de Rostovtzeff coincidiam claramente com a agenda histórica conservadora de Westermann”.

⁷ No verbete da *Paulys*, escreve: “A base de nosso atual conhecimento sobre a escravidão na história grega e romana foi estabelecida por Eduard Meyer em seu ensaio, de 1898, ‘A escravidão na Antiguidade’” (Westermann, 1935, col. 894). No livro, remete em nota ao ensaio de Meyer, após declarar: “A escravidão existiu ao longo da história da Antiguidade lado a lado com o trabalho livre como um fator constante da cambiante ordem social e econômica. Tanto por senhores quanto por escravos, era considerada como uma condição inevitável e inabalável” (Westermann, 1955, p. 1).

Westermann continuou a ser rotulado, assim como o historiador e abolicionista francês, de antiquário, no sentido de que preponderaria em seu trabalho o acúmulo de dados e não tanto um quadro teórico que os organizasse e explicasse. Sua menção no primeiro volume da *Cambridge World History of Slavery*, o mais recente compêndio sobre escravidão antiga, por Dimitris Kyratas, ao tratar do papel econômico da escravidão no mundo grego, é emblemática: “Westermann (1955) é mais abrangente e preciso no uso de fontes. Seu tratamento também é menos antiquário que o de Wallon, mas o trabalho carece de um arcabouço teórico” (Kyratas, 2011, p. 110). Trata-se essencialmente da mesma crítica que Moses I. Finley, em 1936 – nessa época, Moses I. Finkelstein –, dirigiu a Westermann quando da publicação do verbete na *Pauly*:

É lamentável que o trabalho de W. tenha aparecido pela primeira vez na *Pauly-Wissowa*. A organização e caráter essencialmente antiquário desta enciclopédia proíbem uma verdadeira discussão teórica e a síntese de muitas questões fundamentais [...] (Finkelstein, 1936, p. 441-442).

Posteriormente, em *Ancient Slavery and Modern Ideology*, de 1980, Finley – que se tornaria orientando de Westermann em Columbia, defendendo sua tese de doutorado intitulada *Studies in Land and Credit in Ancient Athens, 500–200 B.C.*, em 1951 – continuaria a rebaixar o valor do estudo de Westermann, agora na forma de livro, afirmando que o autor “continuou sua pesquisa, de forma sistemática e quase obsessiva, por quase duas décadas, e quando o livro finalmente apareceu, em 1955, nada tinha mudado, além da inserção de mais documentos e de alguns tópicos marginais” (Finley, 1991, p. 57).

Esse tom negativo também marcou presença nas resenhas que se seguiram à publicação de *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, que insistiram nas falhas e omissões do livro, além de questionar sua ideia central, na esteira de Meyer, de que a escravidão não era de suma importância na Antiguidade. O julgamento de G. E. M. de Ste Croix é (1957, p. 55) severo e direto:

Nós podemos apenas ser gratos pela vasta quantidade de material factual útil neste livro, o último trabalho de um estudioso que estudou a escravidão antiga por mais de trinta anos. A quantidade de evidências

papirológicas apresentadas é particularmente impressionante. No entanto, deve-se dizer imediatamente que, como um todo, o livro é muito insatisfatório. Não só o estilo é rebuscado, o arranjo impreciso, o índice inadequado, as referências não sistematizadas e às vezes imprecisas, e que há dezenas de erros de impressão. Há também muitos erros factuais e de interpretação [...].

Peter Brunt (1958, p. 164) segue a mesma linha, asseverando, no início de uma detalhada resenha, que

Sem dúvida, W. coletou material abundante, especialmente dos papiros, para avaliar uma instituição cujos efeitos permeiam a civilização antiga, e a tal avaliação ele próprio apresentou um julgamento menos tendencioso do que Wallon, cujo trabalho não superou totalmente. Uma pesquisa mais completa e precisa ainda precisa ser feita, mas quem tentar a tarefa terá que se apoiar no tratamento de W.

A. H. M. Jones (1956, p. 275) é mais diplomático ao comentar que seria um livro bem melhor, se escrito quando o vigor intelectual do autor estivesse ainda em seu auge. Porém, chamo a atenção para a resenha por Karl Polanyi, que destoa, não por ser menos crítica e deixar de apontar os limites do livro, mas por captar um aspecto negligenciado nas demais avaliações da obra de Westermann.⁸ Refiro-me a uma perspectiva mais ampla, comparada, que traça paralelos entre sistemas escravistas antigos e modernos. Como observa Polanyi:

O trabalho não está restrito ao mundo grego e romano. Para trás e adiante no tempo, perspectivas milenares se abrem: a que aponta para o passado, a Antiguidade pré-grega do Oriente; a outra, para o futuro, a extensão da influência cristã no Ocidente, com a escravidão presente na América do Norte quase até o fim (Polanyi, 1957, p. 120-121).

⁸ O tom mais ameno da resenha de Polanyi talvez possa decorrer do fato de esse intelectual também ter atuado na Universidade de Columbia entre 1947 e 1953, como professor visitante de Economia.

Polanyi chega a escrever que, para Westermann, a única forma verdadeira de escravidão seria aquela “Greco-Romana-Norte Americana”, de modo que Westermann anteciparia assim a posição de Finley, pois, como lembra Jean-Christian Dumont (1987, p. 11), Finley faz da escravidão-mercadoria um modelo válido para Atenas, Roma e as Américas.

A perspectiva comparada no estudo de sistemas escravistas, esposada por William L. Westermann, é um elemento que foi olvidado na análise de sua obra devido à imputação de um antiquarianismo, o que contribuiu para que se perdesse de vista o seu lugar nos debates, ao longo da primeira metade do século XX, sobre a escravidão nas Américas, cujo marco, nos Estados Unidos, foi a obra de Frank Tannenbaum, *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*, de 1946.

Westermann e Tannenbaum trabalharam juntos na Universidade de Columbia, onde ocorriam seminários sobre o tema do trabalho e discutia-se o desenvolvimento da escravidão em diferentes partes do mundo, congregando estudiosos de várias áreas. A distinção entre sistemas escravistas de acordo com seus graus de severidade, uma ideia importante no pensamento de Tannenbaum, encontra igualmente respaldo nas reflexões de Westermann, distinguindo seu último livro da versão anterior alemã. Como acentua Rafael Marquese (2019, p. 19), “destacava-se em Tannenbaum o esforço de apreensão conjunta dos sistemas escravistas do Novo Mundo, assim estabelecendo o terreno em que doravante se daria a discussão em perspectiva comparada sobre a escravidão atlântica e, de certo modo, também a escravidão antiga”. Inserida nesse contexto mais amplo, a obra de Westermann, a despeito de suas limitações, ganha outra dimensão, até mesmo mais aprumada com as discussões atuais sobre as possibilidades de uma história global da escravidão.

Cabe, portanto, rever o lugar de Westermann no contexto dos estudos sobre escravidão, realçando os paralelos entre a visão comparatista presente em *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity* com as teses de Frank Tannenbaum e o respectivo ambiente acadêmico em Columbia nos anos de 1940 e 1950. Para tanto, é preciso superar uma leitura de Westermann pelo prisma da obra de Finley, que instaurou uma nova ortodoxia na historiografia sobre escravidão antiga, com seu conceito de “sociedade escravista” (*slave society*), e, ao fazê-lo, insistiu numa ruptura com tradições historiográficas anteriores, em parte exemplificadas por Eduard Meyer e Westermann.

2. *Finley e Westermann: Desvios e Aproximações*

Ancient Slavery and Modern Ideology, publicado por Finley em 1980, baseava-se em quatro conferências proferidas no Collège de France em 1978. O primeiro capítulo, que dá título ao livro, contém uma narrativa em que Finley apresenta o desenvolvimento das abordagens sobre a escravidão antiga desde o século XIX, distinguindo duas modalidades principais. Uma primeira, que chama de moral e espiritualista, seria aquela em que valores morais predominariam no estudo da escravidão antiga a ponto de distorcê-lo, visto que se trata de invocar o passado para fins de disputas morais ou teológicas, como no caso da relação entre cristianismo e escravidão antiga. O já citado Henri Wallon seria um exemplo dessa abordagem, mas Finley também inclui o historiador alemão Joseph Vogt (1895-1986), que, nos anos de 1950, iniciara um programa de pesquisa sobre a escravidão antiga sob os auspícios da Akademie der Wissenschaften und der Literatur em Mainz. Finley critica a relação entre escravidão e humanidade, examinada por Vogt em alguns de seus textos, que seria testemunha de uma abordagem moralista e não sociológica. Todavia, o alvo principal na crítica a Vogt é Eduard Meyer. Comentando sobre o ensaio de Vogt sobre “as pesquisas sobre escravidão antiga desde Humboldt até o presente”, de 1961, Finley escreve (1991, p. 63):

Não é nada irrelevante que nesta pesquisa “desde Humboldt”, apenas uma única grande figura seja preservada: Eduard Meyer. [...] o interesse de Vogt pela escravidão antiga seria moralista (ou talvez “espiritual”), mas não sociológico. Por isso sua obsessão pelo marxismo trilhava um caminho limitado. A “característica marcante” do artigo de Eduard Meyer sobre a escravidão, escreve, “é que destrói a noção de um desenvolvimento supostamente regular do comunismo primitivo ... até o proletariado do capitalismo moderno. Fatores políticos e várias outras forças são colocadas ao lado das econômicas...”.

A menção a Meyer pode ser uma explicação para a virulência do ataque a Vogt, que Thomas Wiedemann (2000, p. 156), em balanço dos cinquenta anos da existência do projeto de Mainz, qualificou como “fora de qualquer proporção”

(*out of all proportion*). Meyer parece ser, na verdade, o centro de todo o capítulo, pois responsabilizado, por Finley, por ter impedido o pleno desenvolvimento da segunda abordagem da escravidão antiga, que denomina de “sociológica”.

Essa abordagem teria seu início após meados do século XVIII, com aqueles que Finley chama genericamente de “economistas”, uma vez que se puseram a analisar a escravidão na Antiguidade a partir de uma perspectiva histórica e de um ponto de vista da economia. David Hume e seu ensaio sobre a densidade populacional das nações antigas, de 1752, seria um exemplo, “uma das primeiras investigações *históricas* sobre a história social e econômica da Antiguidade” (Finley, 1991, p. 32; grifo do autor). Mas o estímulo viria mesmo no século XIX, com aqueles pensadores que, embora não interessados em estudar a escravidão antiga em si, conferiram-lhe um papel mais complexo na sociedade antiga pois tinham em mente um novo modelo de evolução por estágios, baseada em modos de subsistência (Finley, 1998, p. 103). Finley (1991, p. 42) reforça que “novo era o conceito de estágios (ou períodos) na história das sociedades, definidos, ou determinados, pelo modo como a economia – propriedade, produção, distribuição – se organizava”. Johann Friedrich Reitemeier, Wilhelm Roscher, Karl Marx, Ettore Ciccotti, Giuseppe Salvioli, Karl Bücher e Max Weber são citados como representantes dessa abordagem, que, para Finley, a despeito de sua inovação, não teve impacto entre os historiadores da Antiguidade. A responsabilidade por tal fato é imputada a Eduard Meyer, e influência de dois de seus ensaios, *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums* (“A Evolução Econômica da Antiguidade”), de 1895, e *Die Sklaverei im Altertum* (“A Escravidão na Antiguidade”), de 1898 (e com relação a este último Finley [1991, p. 47] cita Westermann e seu reconhecimento a Meyer na abertura do verbete na *Paulys*).

Em linhas gerais, Meyer parte, em seu ensaio sobre a evolução econômica da Antiguidade, de uma crítica às visões de Karl Rodbertus e Karl Bücher que postulavam que, na Antiguidade, predominaria uma economia doméstica (do *oikos*), sem mediações entre produção e consumo, e de base escravista. Portanto, o trabalho livre seria inexistente e o comércio igualmente marginal. Essa etapa da evolução econômica seria depois superada, com outras formas de economia em que o comércio progressivamente ganharia importância. Essa ideia de evolução foi rejeitada por Meyer, que se colocou contra a aplicação da teoria do *oikos* para

Antiguidade, realçando o papel dominante do campesinato ao lado dos *oikoi* aristocráticos, o lugar do comércio e de uma indústria evoluídos, com momentos de ascensão e declínio, e a ação do Estado como propulsor da economia ao fazer guerras e alargar mercados. Não haveria assim qualquer linha de evolução entre o mundo antigo e moderno, os mesmos elementos estariam presentes em ambos, como uma diferença apenas quantitativa. Essa querela entre Meyer e Bücher ficou conhecida como aquela entre “modernistas” e “primitivistas”.⁹ O próprio Finley editou, em 1979, uma coletânea intitulada *The Bücher-Meyer Controversy*, com textos de Julius Beloch, Bücher e Meyer.

O fato de Meyer anular qualquer diferença substantiva entre a escravidão antiga e moderna, e comparar os escravos antigos aos operários modernos, era seu grande erro. Ademais, as teorias, como aquela de Bücher, que propugnavam uma linha evolutiva para a história, eram “uma ameaça às concepções político-sociais de Meyer, a seu mundo e à sua visão de mundo, não apenas à sua concepção do mundo antigo” (Finley, 1991, p. 51). A prevalência da posição de Meyer, aceita por adequar-se à ideologia dos historiadores da Antiguidade, na opinião de Finley, teria abortado a possibilidade do avanço da abordagem sociológica e, assim, gerado um afastamento entre os historiadores profissionais e os ramos da Economia, Ciências Sociais e História Econômica.

Se considerarmos as características da obra de Finley, marcadas justamente pelo diálogo da História Antiga com as demais áreas das Ciências Humanas para a construção de modelos interpretativos da sociedade greco-romana, num contraste constante entre o mundo antigo e o mundo contemporâneo, vemos que o historiador norte-americano transforma Meyer em seu principal contraponto, encobrendo qualquer ponto de contato em suas análises históricas. Sua leitura de Westermann, que fora ligado academicamente a Meyer, flui, portanto, no mesmo sentido, anulando qualquer identidade que sua reflexão tivesse com a de seu orientador em Columbia.¹⁰ Todavia, Kostas Vlassopoulos (2016, p. 81; 84) chamou a atenção precisamente para as

⁹ Sobre o debate entre “primitivistas” e “modernistas”, pode-se consultar Pearson, 1957, e Schiavone, 1999, p. 51-57.

¹⁰ Essa afirmação não significa, contudo, desconsiderar que esse movimento de contraposição com determinados historiadores que lhe antecederam deve ser devidamente inserido e entendido no contexto da reorientação dos estudos sobre história econômica greco-romana a partir da década de 1960 e subsequentes disputas acadêmicas acerca da “economia antiga”. Ver, a este respeito, o estudo sobre Finley elaborado por Miguel Palmeira (2018).

aproximações entre Finley e Meyer, a despeito de suas críticas à vertente modernista, e entre Finley e Westermann:

O estudo de Westermann é rico em fatos e pobre em discussão teórica e sofisticação conceitual, uma das características marcantes da contribuição de Finley; mas muitos dos principais argumentos de Finley, como o espectro dos *status* de escravos e o fim da escravidão antiga como resultado de mudanças na posição dos livres, já estão presentes na narrativa de Westermann. [...] Do ponto de vista do contexto modernista, a concepção de Finley admitiu a questão então mais importante. Na concepção de Finley, a escravidão não tem um papel explicativo como fator econômico: é apenas uma solução para o problema de mão-de-obra e da extração de renda para a elite.¹¹

A concessão à vertente modernista de Meyer e as aproximações com a obra de Westermann passam despercebidas se nos fiarmos apenas no relato de *Ancient Slavery and Modern Ideology*.¹² Uma visão mais integrada da obra de Westermann no conjunto da historiografia sobre escravidão antiga mostrar-se-ia interessante para ir além da redução de sua obra a um *omnium gatherum*, para remeter à expressão jocosa que Kyle Harper (2011, p. 7, n. 16) utiliza para Westermann em seu estudo sobre a escravidão na Antiguidade Tardia. Nos limites deste artigo não seria possível desenvolver tal proposta, mas cabe, ao menos, salientar a conexão entre Westermann e Frank Tannenbaum no estudo comparado de sistemas escravistas para indicar um outro contexto interpretativo possível, relevante ainda por incluir discussões acerca do que constituiria uma “sociedade escravista”, termo caro a Finley.

¹¹ Deborah Kamen (2013, p. 4) também ressalta a aproximação entre Finley e Westermann na questão do espectro de *status* na Grécia antiga. Ver Finley, 1964, que inicia também com a passagem de Pólux, mas não menciona o artigo de Westermann.

¹² Como também recentemente reafirmou Noel Lenski (2018, p. 110), “Finley tomou emprestado boa parte de sua compreensão da economia antiga e da escravidão antiga de Meyer, mesmo que criticasse Meyer ao publicar”. Outro ponto de contato que poderia ser mencionado entre Westermann e Finley é a pouca atenção ao tema da manumissão, especialmente em Roma (cf. Brunt, 1958, p. 164). No tocante a Finley, Brent Shaw (1998, p. 38) faz semelhante observação.

3. *Westermann, Tannenbaum e a Comparação de Sistemas Escravistas*

Tanto Frank Tannenbaum quanto William Westermann reconhecem, nos prefácios de *Slave and Citizen* e *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, respectivamente, a dívida de um para com o outro e a relevância, para suas obras, dos seminários na Universidade de Columbia, seminários esses que então também incentivaram jovens pesquisadores a aprofundar o estudo da escravidão no Novo Mundo (Drimmer, 1975, p. 126). Tannenbaum (1946, p. xi) escreveu que “indireta, mas imediatamente, o estudo decorre de um seminário sobre a história da escravidão no mundo ocidental, dado pela primeira vez na Universidade de Columbia em 1938-9 pelo professor William L. Westermann, Geroid T. Robinson, John A. Krout, e o autor”. Westermann (1955, p. x) apresenta mais detalhes acerca da participação de cada um desses historiadores:

Em três anos consecutivos, tive a vantagem de trabalhar em colaboração com três dos meus colegas de história e seus alunos de pós-graduação em aspectos gerais e específicos das instituições escravistas como se apresentavam em diferentes partes do mundo. O professor Frank Tannenbaum, para quem minha dívida pessoal é especialmente grande, e seus alunos apresentaram os problemas da escravidão no Brasil. A escravidão na América do Norte coube aos estudantes de história americana sob a direção de meu amigo, o professor John Krout, agora vice-presidente da Universidade de Columbia. O professor Geroid Robinson e seu grupo estavam interessados nos aspectos mais amplos da servidão, como representada no sistema russo de servidão. Os alunos matriculados comigo trataram das práticas da escravidão na Antiguidade grega e romana. Desde o início de sua ligação com a Universidade de Columbia, beneficiei-me de muitas conversas com o professor Richard Morris sobre os contrastes e semelhanças entre a estrutura da escravidão americana, na qual ele é bem versado, e as instituições escravistas da Antiguidade.

O “University Seminar Movement”, como chamado por Tannenbaum, embora com experiências anteriores, teve início formal em março de 1944 – com início efetivo no ano seguinte –, quando dezenove membros da Faculdade de

Filosofia e Ciência Política, dentre eles Westermann, enviaram a Frank Fackenthal, então presidente da universidade, uma carta sugerindo a criação de uma série de seminários permanentes, devotados ao estudo do que seriam instituições básicas e permanentes da sociedade humana: o Estado; a guerra; a organização do trabalho, incluindo a história da escravidão; o crime; os conflitos entre Igreja e Estado; a tensão entre áreas urbanas e rurais; a família.¹³ A proposta principal da carta é que se adotasse uma perspectiva interdisciplinar para o estudo desses tópicos, como ilustrado no caso da escravidão:

Outro exemplo seria um seminário sobre escravidão com o qual alguns dos signatários deste memorando tiveram experiência. A escravidão como sistema de organização do trabalho tem sido uma instituição praticamente contínua na história do homem. Um seminário apropriado nesse campo incluiria um historiador, economista, cientista político, sociólogo, advogado interessado em direito civil, antropólogo e talvez outros. É novamente óbvio que a instituição da escravidão é maior do que o Departamento de História ou o Departamento de Economia (*apud* Tannenbaum, 1953, p. 163-164).

A abordagem comparada de sistemas escravistas por Tannenbaum e Westermann é também um desdobramento desse apelo por transdisciplinaridade. Aliás, ambos os autores usam o termo “sistema escravista” (*slave system*), conceito que Westermann anteriormente não aplicara no verbete da *Paulys* e certamente reflete a influência dos seminários.

Em *Slave and Citizen* (1946), Tannenbaum desenvolve o argumento de que as diferenças nas relações raciais nos Estados Unidos e na América Latina decorriam de diferenças entre seus respectivos sistemas escravistas, que haviam se desenvolvido em marcos morais e legais distintos. Na América ibérica, a tradição legal romana, que reconhecia que a escravidão era contrária à natureza e à razão, acoplada à tradição da Igreja católica, que reconhecia o direito dos escravos aos sacramentos, possibilitaram as manumissões e incorporação de libertos como cidadãos plenos, em sociedades sem racismo. Já na América anglo-

¹³ O processo de criação dos seminários, seus objetivos e estrutura, são apresentados em Tannenbaum, 1953. Ver também Maier e Weatherhead, 1974, para o lugar dos seminários na biografia de Tannenbaum.

saxônica, a ausência dessas duas tradições permitiu aos senhores definir os cativos como bens móveis, carentes de personalidade moral, e, por conta disso, ocorreu o cerceamento das alforrias e racialização do cativo, que provocou efeitos profundamente danosos após a abolição.¹⁴ Tannenbaum propõe assim uma hierarquia entre sistemas escravistas, a depender do grau de severidade: de um lado estão os sistemas escravistas britânico, americano, holandês e dinamarquês, e, de outro, os sistemas espanhol e português; entre esses dois grupos, estaria o sistema francês. Para o autor:

O primeiro desses grupos é caracterizado pelo fato de que não tinha uma tradição escravista efetiva, ou qualquer direito escravista, e suas instituições religiosas estavam pouco preocupadas com o negro. No outro extremo, havia tanto um direito escravista quanto uma crença de que a personalidade espiritual do escravo transcendia seu status de escravo. Entre esses, o sistema francês carecia de uma tradição e direito escravistas, mas tinha os mesmos princípios religiosos que os sistemas espanhol e português. Se alguém fosse forçado a organizar esses sistemas de escravidão em ordem de severidade, o holandês pareceria ser o mais severo, o português o mais brando, e o francês, no meio, como tendo elementos de ambos (Tannenbaum, 1946, p. 65 n. 153).

No tocante à escravidão no Sul dos Estados Unidos, Tannenbaum ainda menciona Westermann, numa longa nota de rodapé, para explicar o nível de exclusão do escravo que se instalou nesse sistema, a ponto de levar a uma guerra civil. No momento em que a inferioridade do escravo deixa de ser algo apenas legalmente sancionada – como no caso do mundo antigo – e passa a ser moral, pois de base racial, tem-se uma mudança radical na história da escravidão: “a escravidão se tornou uma questão moral, algo que nunca tinha sido antes” (Tannenbaum, 1946, p. 111).

Embora existam as gradações entre sistemas escravistas devido a seus quadros legais e religiosos, diferenciando uns dos outros, Tannenbaum interessantemente ao final do livro avança o conceito de “sociedade escravista”

¹⁴ Por questão de espaço, me deterei aqui apenas nos pontos que aproximam Tannenbaum de Westermann. Para um tratamento mais amplo de suas teses e dos debates que despontaram após a publicação de *Slave and Citizen*, ver De la Fuente, 2010.

para argumentar que, apesar das diferenças, uma identidade aproxima o sistema ibérico daquele dos Estados Unidos:

Os sistemas escravistas na América latina e anglo-saxônica não eram instituições absolutamente diferentes umas das outras. Diferenças existiam, e eram importantes, mas antes de grau e não de gênero. A instituição da escravidão tinha uma lógica própria. Onde quer que existisse neste hemisfério, penetrava na estrutura social e modificava toda a sociedade. O sistema escravista teve um impacto mais amplo do que se pode discernir de uma leitura das leis escravistas. A lei em si era apenas evidência da influência da escravidão como instituição sobre os costumes. De fato, tão inclusiva era a influência da escravidão que poderia ser melhor falar, não de um sistema de escravidão no Brasil, Cuba ou nos Estados Unidos, mas, do padrão total, como uma sociedade escravista (Tannenbaum, 1946, p. 116-117).

Essa passagem de Tannenbaum sugere que o conceito de “sociedade escravista” constava das discussões nos seminários sobre trabalho em Columbia, ao lado daquele de “sistema escravista”. A passagem de sistema para sociedade escravista lembra a diferenciação que Finley faz entre “sociedade com escravos” e “sociedades genuinamente escravistas”, essas últimas presentes apenas na Grécia e Itália clássicas, Brasil, Sul dos Estados Unidos e Caribe (Finley, 1991, p. 11). Não há como ter certeza se Finley participara dos seminários com Westermann e Tannenbaum, mas não é improvável a hipótese lançada por Rafael Marquese de que a distinção acima traçada por Finley tenha ali se originado (Marquese, 2019, p. 19 n. 8).

Por sua vez, para Westermann, o conceito de “sistema escravista” serve, por um lado, para se contrapor à noção weberiana de *Sklavenkultur* (cultura escravista), mencionada no verbete da *Paulys*, e traduzido no livro como “slave civilization” (civilização escravista).¹⁵ Nesse sentido, tal contraponto serve-lhe

¹⁵ Weber usa o termo *Sklavenkultur* em ensaio de 1896, sobre o declínio da cultura antiga, *Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur* (“As Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga”), em que afirmava que o mundo antigo perdurou enquanto se manteve um fluxo constante de escravos, por meio de guerras, o que possibilitou uma mão-de-obra barata. O objetivo de Weber era explicar a decadência da cultura antiga buscando as razões na própria estrutura econômica do Império Romano, sem recorrer à tese de que o império chegara ao fim por causa das invasões bárbaras ou da incapacidade política de seus governantes. Para tanto, caracterizou a

para reforçar o argumento central de que a escravidão não era predominante no mundo antigo em termos numéricos, ainda que, em alguns períodos, como na República romana tardia, ocorresse uma elevada quantidade de escravos (cf. Perry, 2014, p. 224-225). Westermann tenta minimizar essa excepcionalidade, afirmando que o *status* de escravo era temporário e se recrutava mão-de-obra dentre classes semi-livres e livres por meio do espraçamento da manumissão (Westermann, 1935, col. 986 = 1955, p. 80). A preponderância do trabalho livre levou Westermann a enfatizar que o tratamento dos escravizados era brando nas cidades-Estado gregas, em especial em Atenas, pois os escravos representavam um investimento de capital e viviam numa condição de semi-independência. Não haveria assim nessas sociedades qualquer estigma inerente à escravidão (Westermann, 1955, p. 22, 30-40), e o mesmo ocorreria no Período Helenístico (Westermann, 1955, p. 41). Mesmo no caso da República romana, em que o autor registra que o tratamento dos escravos pudesse ser mais severo, para controlar a grande quantidade de escravos, a manumissão era uma prática que contrabalançava o uso da violência (Westermann, 1955, p. 75).

Os argumentos acima comparecem em ambas versões de sua obra sobre escravidão, mas na edição de 1955 Westermann sintetiza os pontos destacados de uma maneira similar àquela de Tannenbaum, relacionando graus de severidade de sistemas escravistas ao correspondente nível de manumissão: “O melhor critério para se determinar a rigidez e severidade de qualquer sistema escravista encontra-se na facilidade e disponibilidade de seus procedimentos de manumissão” (Westermann, 1955, p. 25). Um pouco antes, ao falar do sistema escravista das cidades gregas, apresenta uma definição de escravidão que permaneceu inalterada nos vinte anos que separam as edições de seu trabalho: a escravidão como uma forma de contrato, e temporário, devido à possibilidade de manumissão (cf. Perry, 2014, p. 227). Escreve Westermann,

O direito de manumissão que cabia aos senhores de escravos ao longo de toda a Antiguidade foi completamente estabelecido como um costume no século V a.C., desenvolvendo-se nos séculos V e IV como uma moda tão difundida que todo o aspecto da escravidão mudou. De

cultura antiga como cidadina, litorânea e escravista. Uma tradução desse ensaio para o português encontra-se em Weber, 2003.

um *status* que perdurava formalmente durante o tempo de vida da pessoa escravizada, passou para uma condição que de fato colocou a escravidão antiga em estreita relação com um serviço contratual, de posse limitada, como o sistema grego do liberto *paramone*. (Westermann, 1955, p. 18 = 1935, col. 921)

Trata-se da mesma definição que aparece em *Slave and Citizen*, de Tannenbaum, como característica central da escravidão no “brando” sistema escravista ibérico:

Com efeito, a escravidão, sob a lei e o costume, tornou-se, para todos os efeitos práticos, um acordo contratual entre o senhor e seu servidor. [...] A escravidão podia ser eliminada por um preço fixo de compra e, portanto, a mancha da escravidão não se provou nem muito profunda, nem indelével (Tannenbaum, 1946, p. 55-56).

O método de análise, a partir da noção de “sistema escravista”, também guarda semelhanças entre Tannenbaum e Westermann. Enquanto o primeiro coloca como seu objetivo esclarecer como “diferentes sistemas escravistas, originados sob auspícios variados, alcançaram resultados nitidamente contrastantes” (Tannenbaum, 1946, p. 97), para Westermann, o foco igualmente reside no estudo das diferenças, como explica numa longa passagem que não consta na versão alemã:

Todos os sistemas escravistas desenvolvem-se a partir de um núcleo duro de algumas semelhanças, profundamente enraizadas como as ideias centrais da estrutura. Essas incluem o direito de propriedade completa de um ser humano por outro, com o controle do senhor da força física e mobilidade do escravo. Ideologicamente, o escravo não tem individualidade, nem personalidade jurídica à parte de seu dono. Habitualmente, aos olhos da lei, o escravo não tem genitor masculino. Em torno deste núcleo central de semelhanças, existe uma crescente sobreposição de diferenças que são, em sua natureza, determinadas por fatores políticos, econômicos e outros fatores ambientais. Esses fatores podem ser climáticos ou fisicamente determinados, ou podem, em alguns casos, ter caráter acidental. Empréstimos e transferências

de ideias e práticas de uma comunidade adjacente de proprietários de escravos podem, ou não, desempenhar um papel no desenvolvimento de qualquer sistema escravista. Do ponto de vista das culturas comparativas, a determinação das divergências entre as instituições escravistas de diferentes povos parece mais importante para o autor do que a consideração das semelhanças, sejam essas básicas à estrutura interna de todos os sistemas escravistas, sejam adaptações externas a condições similares (Westermann, 1955, p. 20).

Nessa linha de pensamento, Westermann também esboça uma hierarquia entre sistemas escravistas, estando de um lado, aqueles brandos (grego, helenístico e cartaginês), e o sistema romano da República, marcado pela severidade devida ao exercício da *patria potestas*,¹⁶ embora a prática da manumissão, como comentei, de certa maneira abrandasse o sistema. A meu ver, esse chão comum entre a reflexão de Westermann e Tannenbaum sobre a natureza dos sistemas escravistas, e a aplicabilidade desse conceito para o estudo da escravidão numa visada comparada, acima esboçados apenas em suas linhas gerais, sugerem que a gênese de suas obras teve forte influência dos seminários em Columbia, e que *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity* foi reescrito a partir dessa experiência. No centro dos debates aí encetados estava o conceito de “sociedade escravista”, que depois difundir-se-ia, de forma mais incisiva com Moses Finley, já em seu verbete na *International Encyclopaedia of the Social Sciences* em 1968.

Conclusão

Apesar das ligações entre Westermann e Tannenbaum, é preciso frisar uma diferença importante. O autor de *Slave and Citizen* levanta a questão, que não aparece devidamente desenvolvida no seu texto, da passagem de um “sistema escravista” para uma “sociedade escravista”. Westermann não menciona essa possibilidade, precisamente por não lhe interessar ressaltar o papel dominante

¹⁶ Sobre este último, escreve: “Uma explicação razoável da severidade comparativa do tratamento romano dos escravos em comparação com o que era praticado na Grécia se encontra na força e na severidade da aplicação da *patria potestas* no contexto romano. Um tratamento especial do escravo como *res* era exigido, no entanto, pelo reconhecimento das qualidades humanas que o distinguiam de outros objetos de uso e troca” (Westermann, 1955, p. 81).

da escravidão na Antiguidade, no que segue a linha de Eduard Meyer. Porém, a obra de Westermann, apesar do juízo de Finley e outros estudiosos, não seria meramente uma peça de antiquarianismo – embora essa característica lhe seja pertinente –, mas estava sintonizada com as discussões sobre as consequências da escravidão para a formação das sociedades nos Estados Unidos e América Latina. Esse enquadramento das obras de Tannenbaum e Westermann abriu igualmente o flanco para uma crítica de seus argumentos a partir do ponto de vista do marxismo, como se pode perceber no caso de Finley para com Westermann, e de historiadores como Sidney Mintz e Franklin W. Knight no tocante a Tannenbaum, que levantaram a questão da inserção da escravidão nas Américas numa economia capitalista, fato que seria muito mais determinante para explicar o tratamento conferido aos escravos do que o aparato legal ou heranças culturais.¹⁷

Cabe, por fim, ressaltar que uma retomada positiva de Westermann, sem se deter em menções a antiquarianismo, foi recentemente proposta por David Lewis em seu livro *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC* (2018). Ainda que reconheça que Westermann não defina o termo (mas, como vimos, isso pode ser melhor apreendido a partir da comparação com Tannenbaum), Lewis capta o viés comparatista, que está na base da obra de Westermann, ao propor que:

como unidade comparativa de análise, então, a noção de “sistema escravista” permite tratar como unidade única a manifestação legal da escravidão em uma dada região político-jurídica. Tem o valor heurístico de nos permitir explicar o direito escravista e a organização do trabalho escravo em termos de demandas locais, e o quadro resultante pode ser facilmente contrastado com outros sistemas

¹⁷ A posição de Mintz pode ser apreciada em Mintz, 1969, enquanto a de Knight em seu *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century* (1970), cf. Scarano, 1999, p. 257-258. No Brasil, as críticas às teses de Tannenbaum partiram da chamada escola paulista de Sociologia, com Florestan Fernandes à frente (cf. Versiani, 2007, p. 167-168). Agradeço a Rafael Marquese por me chamar a atenção para esse ponto, assim como pela sua leitura e comentários do artigo como um todo.

escravistas para que o leitor possa discernir semelhanças e diferenças na prática (Lewis, 2018, p. 8).¹⁸

Poderíamos ir mais além, para reforçar uma agenda de pesquisa, aventando a possibilidade de pensar a interconexão, na longa duração, de dois sistemas-mundo, o mediterrânico e o atlântico. Em outras palavras, trata-se de pensar conexões – naturalmente com uma série de intermediações, como a escravidão islâmica a partir do século VIII (ver, por exemplo, El Hamel, 2010, p. 56-59) – entre um sistema escravista mediterrâneo, no qual Roma e seu império tiveram um papel central, e um sistema escravista atlântico, como delineado na América Portuguesa. Por essa perspectiva, a ênfase recairia em traçar a transmissão e reelaboração de práticas escravistas entre o Mediterrâneo e o Atlântico, compreendendo este como uma extensão do que Jeffrey Fynn-Paul (2009, p. 4) denominou de um “amplo sistema escravista mediterrâneo”, envolvendo toda a Ásia a oeste do Indo, a maior parte da África e toda a Europa.¹⁹ Tal empreendimento, todavia, ainda está para ser enfrentado.

Artigo recebido em 12.03.2019, aprovado em 25.03.2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bowersock, Glen W. *Westermann's Role in the Development of Ancient History in America*. Conferência proferida em Madison, Wisconsin, não publicada, 2000.

Brunt, P. A. Review of *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity* by W. L. Westermann; *Istoria Sclavajului in Dacia Romana* by D. Tudor; *Struktur der Antiken Sklavenkriege* by J. Vogt. *The Journal of Roman Studies*, vol. 48, n. 1/2, 1958, p. 164-170.

Calder III, William M. *Nuda Veritas: William Abbott Oldfather on Classics at Columbia*. *Illinois Classical Studies*, vol. 18, 1993, p. 359-378.

Cooper Jr., John Milton. William Linn Westermann at the Paris Peace Conference of 1919. In: Meckler, Michael (ed.) *Classical Antiquity and the*

¹⁸ Dal Lago e Katsari (2008, p. 5) mencionam Westermann, mas defendem o uso do termo de uma maneira mais próxima à concepção finleyriana de “sociedade escravista”, como se fossem sinônimos.

¹⁹ Kostas Vlassopoulos (2016) também advogou a necessidade de uma história global da escravidão, mas sem ênfase em interconexões regionais na longa duração.

Politics of America: from George Washington to George W. Bush. Waco: Baylor University Press, 2006, p. 83-93.

Dal Lago, Enrico; Katsari, Constantina. The Study of Ancient and Modern Slave Systems: Setting an Agenda for Comparison. In: Dal Lago, Enrico; Katsari, Constantina (eds.) *Slave Systems: Ancient and Modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 3-31.

de la Fuente, Alejandro. From Slaves to Citizens? Tannenbaum and the Debates on Slavery, Emancipation, and Race Relations in Latin America. *International Labor and Working-Class History*, vol. 77, n. 1, 2010, p. 154-173.

Drimmer, Melvin. Thoughts on the Study of Slavery in the Americas and the Writing of Black History. *Phylon*, vol. 36, n. 2, 1975, p. 125-139.

Dumont, Jean Christian. *Servus: Rome et l'esclavage sous la République*. Rome: École Française de Rome, 1987.

El Hamel, Chouki. *Black Morocco: A History of Slavery, Race, and Islam*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Finkelstein, Moses I. Review of Westermann, William Linn, Sklaverei, in *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft. Zeitschrift für Sozialforschung*, vol. 5, 1936, p. 441-442.

Finley, Moses I. Between Slavery and Freedom. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 6, n. 3, 1964, p. 233-249.

_____. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

Fynn-Paul, Jeffrey. Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean Region from Antiquity to the Early Modern Era. *Past and Present*, vol. 205, 2009, p. 3-40.

Hannan, Caryn. *Illinois Biographical Dictionary*. 2 vols. Hamburg: State History Publications, 2008.

Harper, Kyle. *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.

Jones, Arnold. H. M. Review of *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity* by W. L. Westermann. *The English Historical Review*, vol. 71, n. 279, 1956, p. 272-275.

Kamen, Deborah. *Status in Classical Athens*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

Kyrtatas, Dimitris. Slavery and Economy in the Greek World. In: Bradley, Keith; Cartledge, Paul (eds.) *The Cambridge World History of Slavery*, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 91-111.

Lenski, Noel. Framing the Question: What Is a Slave Society? In: Lenski, Noel; Cameron, Catherine M. (eds.) *What Is a Slave Society?: The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 15-58.

Lewis, David M. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Maier, Joseph; Weatherhead, Richard W. *Frank Tannenbaum: A Biographical Essay*. New York: University Seminars - Columbia University, 1974.

Marquese, Rafael de Bivar. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas. *Esboços*, vol. 26, n. 41, 2019, p. 14-41.

Mintz, Sidney W. Slavery and Emergent Capitalisms. In: Foner, Laura; Genovese, Eugene D. (eds.) *Slavery in the New World: A Reader in Comparative History*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969, p. 27-37.

Palmeira, Miguel S. *Moses Finley e a Economia Antiga: A Produção Social de uma Inovação Historiográfica*. São Paulo: Intermeios; USP-Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.

Pearson, Harry W. The Secular Debate on Economic Primitivism. In: Polanyi, Karl; Arensberg, Carl M.; Pearson, Harry W. (orgs.) *Trade and Market in the Early Empires. Economies in history and theory*. Glencoe (Ill.): Free Press, 1957, p. 3-11.

Perry, Jonathan S. From Frankfurt to Westermann: Forced Labor and the Early Development of Finley's Thought. *American Journal of Philology*, vol. 135, n. 2, 2014, p. 221-241.

Polanyi, Karl. Review of *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity* by W. L. Westermann. *The Journal of Economic History*, vol. 17, n. 1, 1957, p. 120-123.

Scarano, Francisco A. Slavery and Emancipation in Caribbean History. In: Higman, Barry W. (ed.) *General History of the Caribbean*, vol. VI, Methodology and Historiography of the Caribbean. Kingston: UNESCO, 1999, p. 233-282.
Schiavone, Aldo. *La Storia Spezzata: Roma Antica e Occidente Moderno*. Roma-Bari: Editori Laterza, 1999.

Shaw, Brent D. "A Wolf by the Ears": M. I. Finley's *Ancient Slavery and Modern Ideology* in Historical Context. In: Finley, M. I. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. Expanded Edition edited by Brent D. Shaw. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1998, p. 3-74.

_____. Under Russian Eyes. *The Journal of Roman Studies*, vol. 82, 1992, p. 216-228.

Smith, Morton. Elias J. Bickerman. *Proceedings of the American Academy for Jewish Research*, vol. 50, 1983, p. xv-xviii.

Ste Croix, Geoffrey E. M. de. Review of *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity* by W. L. Westermann. *The Classical Review*, vol. 7, n. 1, 1957, p. 54-59.

Tannenbaum, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Vintage Books, 1946.

_____. The University Seminar Movement at Columbia University. *Political Science Quarterly*, vol. 68, n. 2, 1953, p. 161-180.

Toynbee, Arnold J. *Acquaintances*. London: Oxford University Press, 1967.

Versiani, Flávio Rabelo. Escravidão “Suave” no Brasil: Gilberto Freyre tinha Razão? *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 2, 2007, p. 163-183.

Vlassopoulos, Kostas. Does Slavery have a History? The Consequences of a Global Approach. *Journal of Global Slavery*, vol. 1, 2016, p. 5-27.

_____. Finley’s Slavery. In Jew, Daniel; Osborne, Robin; Scott, Michael (eds.) *M. I. Finley: An Ancient Historian and his Impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 76-99.

Weber, M. As Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga. In: Cohn, Gabriel (org.) *Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Westermann, William L. Sklaverei. In *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, Supplementband VI. Stuttgart: Metzler, 1935, cols. 894-1068.

_____. *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1955.

Wiedemann, Thomas E. J. Fifty years of research on ancient slavery: The Mainz Academy Project. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, vol. 21, n. 3, 2000, p. 152-158.

III. RESENHA

A HISTÓRIA GLOBAL COMO INTEGRAÇÃO: UMA TENTATIVA DE DELIMITAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E UMA DEFESA DE SUA IMPORTÂNCIA ÉTICA

**CONRAD, SEBASTIAN. *WHAT IS GLOBAL HISTORY?*
PRINCETON: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2016. 312 P.**

Santiago Colombo Reghin¹

A História Global vem ganhando força em diversas áreas de concentração, assim como apresentando novas propostas de como escrever a história procurando conectar diversas narrativas antes isoladas. Entre diversas áreas e temas, podemos tomar a História Antiga, que nas últimas décadas ganha novas conjecturas com a percepção global e integrada da história. Novos fenômenos puderam ser levantados, assim como a recolocação de velhas questões. A exemplo, temos a formação de culturas e sociedades na longa duração no Mediterrâneo. O que antes era visto como comunidades que se desenvolveram de forma local e isolada puderam ser recolocadas como sociedades e ecossistemas desenvolvendo-se mutuamente – mesmo alguns sendo autônomas, não eram isoladas. Tal concepção está presente em autores paradigmáticos para a História Antiga como Horden e Purcell (2000) e Cyprian Broodbank (2013). A antiga questão do surgimento da história como uma visão política de historiadores locais também é reformulada com Siep Stuurman (2008) ao colocar Heródoto como um historiador que vive e reflete sobre questões transregionais. Autores como Kostas Vlassopoulos (2013) usam abertamente conceitos ligados ao fenômeno contemporâneo, como globalização e glocalização, para explicar os meios em que a cultura grega se globalizou e se tornou uma cultura mediterrânea. O debate também se estende para diversos espaços da Antiguidade, como no Oriente Próximo durante o final da Idade do Bronze, com Van de Mieroop (2009) concebendo um sistema de equilíbrio multipolar entre os impérios presentes.

¹ Graduando em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: santiago_tj96@hotmail.com.

Apesar do amplo uso de tais perspectivas globais, a questão de como realizar tais conexões e suas implicações para o conhecimento histórico ainda é algo incerto, gerando debates e críticas sobre a pertinência e poder explicativo de tais analogias e conceitos contemporâneos para os mais diversos fenômenos históricos. O livro da presente resenha procura delimitar caminhos e refinar a definição dessa nova proposta. O historiador alemão Sebastian Conrad é especialista em história colonial Alemã e Japonesa, assim como nos processos de globalização. Ainda sem uma tradução para o português, o livro *What is Global Historie?* era inicialmente para ser uma reedição e tradução do seu livro *Globalgeschichte*, de 2013. Todavia, em 2016 Conrad não fez apenas uma tradução do alemão para o inglês, mas um livro completamente novo, mantendo apenas dois capítulos do livro anterior. Isso devido à dinâmica em que a História Global vem ganhando com o aumento de sua presença nos debates acadêmicos, seja para críticas ou para olhares mais benévolos. Não ser apenas um compartimento no meio de outros, mas sim uma perspectiva colocada em debate com diversas dimensões, domínios e temas, faz com que ela seja adotada ou criticada globalmente pelas mais diversas áreas.

A resposta à pergunta que nomeia o livro não é apresentada como uma definição estrita. Para começar a delimitar seu objeto, ele coloca duas concepções possíveis de História Global: como um processo e como uma perspectiva. Essa divisão é heurística, mas necessária. Todavia não se pode restringir a definição nem a uma quanto à outra, demandando que o historiador que as utilize entenda-as como uma relação dialética. Percebendo que o debate em voga surgiu pelo contexto de um processo histórico de integração e complexificação das relações mundiais, essa nova experiência histórica colaborou para o surgimento de uma perspectiva que tivesse um poder de formular explicações e teorias sobre tal processo. A relação processo/perspectiva percorre os dez capítulos do livro que, após a introdução, podem ser divididos em 3 partes. Primeiro, uma análise da historiografia e suas possíveis indicações de instrumentos teóricos úteis para a nova perspectiva, utilizando-se de diversos exemplos historiográficos. A segunda apresentando a própria perspectiva do autor e como ela complementaria as anteriores. E, por fim, as implicações éticas da nova perspectiva.

Na introdução são contextualizados os fatores e eventos para um crescente interesse na História Global. A exemplo da Guerra Fria, do Onze de Setembro, a revolução nas comunicações e o aumento da mobilidade

contribuíram para uma maior consciência da complexidade global. No campo da história e para além dela estes fatores geraram a competição de narrativas e o anseio para um modelo explicativo que conseguisse comporta-las. Paralelamente, tem-se a demanda de perspectivas mais inclusivas e não eurocêntricas. Tudo isso demonstra uma nova visão emergindo do contexto presente, clamando por uma mudança nos modos de pensar a disciplina da História. Essa, segundo Conrad (2016, p. 3), “tem dois erros de nascença”: é uma perspectiva que tem a Europa como centro difusor e, ao mesmo tempo, divide seus objetos de forma compartimentada, que privilegia explicações internas (sociedades em *containers*) sem procurar relações complexas com fenômenos externos. Isto resulta em um modelo e linguagem com pretensão universal, mas que exprimem uma visão muito paroquial. Na demanda da inclusão, os historiadores já se dirigem para uma História Global (mesmo sem saber, mas ainda de modo não formalizado), mudando seus métodos e enfoques. Dirigem-se para as trocas (de pessoas, bens e informações), mobilidade, barreiras e fronteiras, também tendendo para a procura de conexões. Todavia, esses métodos e enfoques não são suficientes para uma História Global. Pelos menos não de acordo com a perspectiva do autor, este que coloca a História Global não com uma história de tudo na terra ou simplesmente história das conexões, mas foca na integração, ela situa os objetos e processos em estruturas comuns, as quais são produtos e produtora de relações. A integração é diferente da conexão, pois é pela integração que formam as bases econômicas, sociais e políticas que incentivaram e possibilitaram as conexões. Como exemplo, coloca o livro de Christopher Hill (2008), onde é exposto no século XIX uma mudança de ordem mundial, a qual é a condição de possibilidade para a formação dos Estados Nação; desse modo não são simplesmente colocadas nações em interação, mas formulada uma ordem comum com função estruturante e integrativa dos estados. Assim os Estados não surgem isolados e depois se conectam, mas antes existe um contexto de interdependência que incentiva as políticas nacionais, estas desenvolvidas de forma conjunta. Este exemplo ilustra bem a História Global como processo e perspectiva, sendo aquele algo intensificado no século XIX mas principalmente no XX, e a perspectiva como uma consequência desse processo, resultando nas teorias da globalização em diversas áreas. Esta nova perspectiva tem o potencial

de gerar novas questões e novos modos de pensar o espaço, que são produzidos por estruturas dinâmicas.

Prosseguindo para a primeira parte do livro, Conrad narra sua história da historiografia focando no pensamento global. Ele busca os diferentes modos de como as pessoas refletem o seu lugar no mundo. Destaca que uma consciência Global não se resume em algo moderno e europeu, já sendo trabalhado por historiadores na Antiguidade, na cultura Árabe e Chinesa. Contudo, a partir do século XVI a Europa entrava em contato com culturas diferentes, ampliando e integrando-se em estruturas já existentes. Assim tal autopercepção como unidades nacionais excepcionais e superiores surge para responder a uma demanda nova colocada por uma integração assimétrica e hierarquizada do mundo. História Nacional e consciência global não poderiam estar mais conectadas. A partir da Modernidade, com a experiência nacionalista, surge uma historiografia que vira o modelo padrão na academia (2016, p. 25). Sua principal característica é ser autocontida e eurocêntrica, pois generaliza a experiência europeia não só para espaços outros, mas também para diversos tempos em que tal organização nacional não existia. Tal modelo historiográfico é o maior alvo da História Global na perspectiva de Conrad. No século XX o modelo nacionalista continua com força total, com diversos movimentos nacionalistas ao longo do globo. Conrad vê como positivo o surgimento das críticas ao eurocentrismo que acompanham a historiografia dessas novas nações. Todavia a lógica nacional continua intacta, ou seja, reproduz um modelo eurocêntrico de forma não totalmente consciente. Ainda mais porque são percebidas apenas conexões fortuitas, mas não as integrações. A forma de um polo difusor de civilizações independentes, auto gerativas e teleológicas permanecem como hegemônicas na historiografia. No terceiro capítulo, o autor apresenta cinco aproximações historiográficas que surgem a partir da Nova História depois da metade do século XX, as quais criticam as formas antigas (p.37). Conrad segue um padrão, primeiramente exibindo a novidade da nova aproximação em relação às antigas formas consideradas “isolacionistas”, em seguida diferenciando-a das outras perspectivas concorrentes e contemporâneas, para no final destacar as suas desvantagens e aproveitando a brecha para inserir a História Global como uma perspectiva que complementa ou corrige tais “limitações”. A primeira seria a História Comparada, a segunda seria uma perspectiva transnacional seguida pela

análise do Sistema-Mundo; os estudos Pós-coloniais; por último as Múltiplas Modernidades. A exposição de Conrad em certos momentos parece apresentar uma teleologia historiográfica que culminará no seu próximo capítulo, realizando o mesmo esquema argumentativo que foi criticado nas narrativas nacionalistas como teleológicas. Mesmo que na introdução ele foque na necessidade das diversidades historiográficas e nos limites existentes para as funções da História Global, os maiores defeitos das cinco historiografias são justamente que elas não são uma História Global.

A segunda parte começa com as respostas às críticas das cinco aproximações. Conrad coloca a História Global como uma perspectiva diferencial, mas não como contraditória às aproximações acima. Sua ênfase é na integração e transformação de estrutura em nível global, isso transformaria/corrigiria as antigas perspectivas. Elas que já percebiam os fluxos trans-regionais, mas continuavam com um foco de desenvolvimento interno e difusionista. É justamente tratar “História Global” como um termo genérico, englobando os mais diversos assuntos relacionados a fluxos e trocas, que Conrad denuncia como causa da atual falta de definição. A História Global precisa de um sentido mais restrito, sendo seu grande diferencial o foco espacial – o qual não é necessariamente uma macro-análise, sendo possível realiza-la em diversos níveis, pois a integração não é uma questão de quantidade nem de escala, mas sim de qualidade (2016, p. 105), possibilitando uma micro-história global (2016, p. 118). Para delimitar tal processo qualitativo é preciso acompanhar as formações estruturais e seus agentes que são afetados e produzidos por elas. Essas formações produzem novos espaços. Sendo assim, não é possível naturalizar e utilizar categorias prontas (como os Estados, ou até os sistemas-mundo), mas tentar concebê-las pelo processo. Assim, seguindo uma cadeia causal (“*following*”) de fluxo dentro da estrutura, permite construir categorias espaciais com maior poder epistemológico que as já definidas. Contudo, novas noções temporais também surgem na História Global (2016, p. 141). Elas envolvem perspectivas como a *Big History* e *Deep History* (2016, p. 160). Mas também é possível trabalhar com tempos de menor duração, desde que se dialogue com esses processos mais amplos ou estruturas diferentes e sobrepostas; para isso o conceito de “estratos do tempo” (*zeitschichten*) de Koselleck mostra-se útil (2016, p. 147). Uma visão estrutural também ressalta a necessidade da percepção do

sincrônico, para perceber como um processo pode influenciar diferentes locais com diferentes intensidades.

Na terceira parte, Conrad reflete sobre as questões éticas da História Global. Começando com a posicionalidade, ele desenvolve as críticas apresentadas anteriormente ao eurocentrismo. Assim, a nova perspectiva não oferece apenas novas possibilidades epistemológicas, mas é também uma ferramenta para a diversidade. Contudo ela precisa levar em conta as críticas realizadas pela nova história sobre as aproximações estruturais e/ou de macro-narrativas, as quais muitas vezes universalizavam uma perspectiva particular de mundo (2016, p. 170). O grande desafio é: como escrever uma História que ultrapasse os níveis locais, mas que não imponha uma visão particular como se fosse neutra? (2016, p. 171). Para responder tal desafio é preciso buscar conciliar a multiplicidade de perspectiva, mas ao mesmo tempo sem ficar preso em nativismos. Para assim possibilitando uma comunicação e compatibilidade entre as diversas narrativas (focando nas confluências de impactos políticos, institucionais, culturais e econômicos). A integração também se aplica a elas, para então ter o poder de fazer a diferença política e social. Logo, não é o ponto de vista de algum lugar que faz a diferença, mas sim o efeito desse ponto de vista particular nas teorias, que também aumenta o poder inclusivo (2016, p. 183). No processo de conceituação do mundo (*World-making*) a História Global não pode usar conceitos universalizantes, apesar de sua proposta unificadora. Conrad ressalta a importância de uma abertura por inovações conceituais ou mesmo a procura dos mesmos em culturas nativas (2016, p. 195). Conrad finaliza com um tópico instigado pela pergunta “para quem é a História Global?” (p. 205), refletindo as implicações políticas da mesma, pois ela é feita a partir do contexto e conflitos presentes. Logo, o autor coloca a necessidade de refletir os grupos privilegiados pela mesma. A sua maior preocupação é ser inclusiva, tanto geograficamente quanto conceitualmente; mas ao mesmo tempo contribuir para dar sentido a um processo de globalização que vivemos, algo que o estilhaçamento narrativo não faz de forma eficaz. Inclusão e maior poder explicativo de processos globais são demandas contemporâneas para a historiografia. Mas essas lançam novas aporias, como a necessidade de conceitos mais abrangentes e generalizantes. Isso para incluir os diferentes passados que surgem a partir de uma consciência transcultural através de um crescente

processo de integração. Tal fardo para a historiografia não permite mais a mesma se concentrar apenas em nações isoladas. Então, para o autor, ser historiador no século XXI significa ser um historiador global (p. 206). Este precisa ultrapassar os problemas da globalização não com respostas locais, mas com alternativas igualmente globais

Em *What is Global History?*, Conrad consegue indicar caminhos para responder a pergunta no título do livro. Ele se apresenta como uma leitura interessante por dois motivos. Primeiro pela erudição do autor ao conhecer uma ampla bibliografia e conecta-las em uma História da historiografia global (primeira parte) e aos debates atuais envolvendo ética narrativa (terceira parte). Segundo, pela argumentação consistente ao apresentar seu conceito de História Global como integração (segunda parte), esse capaz de manter uma abertura e inclusão ao mesmo tempo em que não deixa a noção de História Global ampla demais até perder seu poder significativo (a exemplo história das mentalidades). Todavia, percebe-se que o autor realiza duas manobras narrativas que ele mesmo critica na sua introdução. O primeiro é perceptível na sua história da História Global, relatada de forma teleológica, indo de histórias nacionais para as globais. O segundo ponto está ao colocar a integração como uma solução geral aplicável aos cinco modelos historiográficos, o que deixa a impressão de ofuscamento da diversidade historiográfica. Mas esses pontos não chegam a afetar a proposta geral do livro, que consegue delimitar o conceito, assim como defender a importância ética e epistemológica da História Global.

Resenha recebida em 10.03.2019, aprovada em 11.04.2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Broodbank, Cyprian. *The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*. London: Thames & Hudson, 2013.

Conrad, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

Hill, Christopher. *National history and the world of nations: Capital, state, and the rhetoric of history in Japan, France, and the United States*. Durham: Duke University Press, 2008.

Horden, Peregrine; Purcell, Peregrine. *The Corrupting Sea*. Oxford: Blackwell, 2000.

Stuurman, Siep. Herodotus and Sima Qian: History and the Anthropological Turn in Ancient Greece and Han China. *Journal of World History*, vol. 19, n. 1, 2008, p. 1-40.

Van de mieroop, Marc. *The Eastern Mediterranean in the Age of Ramesses II*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2009.

Vlassopoulos, Kostas. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.